



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara – SP

SAMARA DOS SANTOS CARVALHO

**A BRANQUITUDE DESVELADA:
o romance *Clara dos Anjos* e as
relações raciais e de gênero na
Primeira República**



ARARAQUARA, SP

2024

SAMARA DOS SANTOS CARVALHO

**A branquitude desvelada: o romance *Clara dos Anjos*
e as relações raciais e de gênero na Primeira
República**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

ARARAQUARA – SP

2024

C331b	<p>Carvalho, Samara dos Santos</p> <p>A branquitude desvelada: : o romance Clara dos Anjos e as relações raciais e de gênero na Primeira República / Samara dos Santos Carvalho. -- Araraquara, 2024</p> <p>204 p.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara</p> <p>Orientador: Carlos Henrique Gileno</p> <p>1. Ciências Sociais. 2. Literatura brasileira. 3. Racismo. 4. Relações de gênero. 5. Brasil Historia Republica Velha 1889-1930. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara – SP

SAMARA DOS SANTOS CARVALHO

A branquitude desvelada: o romance *Clara dos Anjos* e as relações raciais e de gênero na Primeira República

Banca examinadora

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno – UNESP/Araraquara, SP

Membro Titular: Prof. Dr. Moacir de Freitas Junior – UFJF/Juiz de Fora, MG

Membro Titular: Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira – UNESP/Marília, SP

Membro Titular: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca – UNESP/Araraquara, SP

Membro Titular: Prof.^a Dra. Eva Aparecida Silva – UNESP/ Araraquara, SP

Tese defendida e aprovada em: 27 de março de 2024.

Araraquara, 2024

*A nós, mulheres negras,
cujos imperativos da vida não nos dão a opção de desistir.*

Agradecimentos

Agradeço profundamente à minha família pelo amparo incondicional ao longo desta jornada. Aos meus pais, Eduardo e Jandira, cujo amor e encorajamento foram minha âncora nos momentos de dúvida e minha força nos momentos de desafio. Ao meu irmão e ao meu sobrinho, Sandro Luiz e João Eduardo, pelo suporte constante e por sempre acreditarem em mim. Agradeço também às minhas primas, Carina e Vanessa, por sempre vibrarem pelas minhas conquistas. Muito obrigada a todos os membros da minha família por sempre respeitarem minhas escolhas e apoiá-las sem julgamento. Vocês são a expressão da importância que o respeito mobilizou em minha formação pessoal.

Ao meu companheiro, Gabriel Marco, por todo amor, paciência e companheirismo. Seu apoio e encorajamento foram fundamentais nessa jornada.

Ao meu orientador, Carlos Henrique Gileno, por toda assistência e carinho. Obrigada por não me deixar desistir e por respeitar minhas escolhas em relação à elaboração da tese.

À querida Elisângela da Silva Santos, cujo acolhimento, escuta atenta e humanidade, diante das minhas dificuldades, foram fundamentais no desenvolvimento da tese. Serei sempre grata ao seu amparo.

Aos professores Dagoberto José Fonseca e Mirlene Simões, cujos apontamentos realizados no exame de qualificação foram fundamentais para a finalização do trabalho.

Aos membros da banca de defesa, Eva Aparecida Silva, Dagoberto José Fonseca, Moacir de Freitas Junior e Paulo Eduardo Teixeira, pelo respeito durante a arguição, pela leitura e correção atenta do trabalho.

Às minhas amigas “maloca querida”, Camilla Gato, Daniela Rodrigues, Joyce Souza, Mayra Fernandes e Talita Brito, que me acompanham por toda vida e vibram pelas minhas conquistas. A amizade de vocês é uma dádiva.

Aos amigos Gilberto Bonadio, Reggis Ferreira, Marta da Mata, Laís Landim, Ana Carolina Guedes, Tânia, Vanessa Marino, Tiago Rosa, Thadeu Almeida, Rubens de Farias, Caroline Mendes, Nattany Ribeiro, Jacqueline Oliveira, Rose Barbosa, Tatiana Fernandes, Larissa Ladalardo, Amanda Marqui, Dayane Araújo, Dayana Prado, Ariane Mendonça, Marcela Machado, Danielle Ribeiro, Eloá Schuler e Tatiana Lobosque, que estiveram ao meu lado,

compreendendo minha ausência e me incentivando a persistir. Meus sinceros agradecimentos a cada um de vocês que, independentemente da distância, sempre estiveram ao meu lado.

Aos colegas de trabalho da E.E. Professor Primo Ferreira, Colégio do Carmo, Colégio Jean Piaget e Colégio Progresso, pois sempre manifestaram apoio, emprestaram muitos livros, cederam seus ouvidos para que eu lhes contasse sobre o avanço da pesquisa e me motivaram a não desistir.

Aos funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação da Unesp-Araraquara, por toda dedicação e atenção.

A cada um de vocês, meus sinceros agradecimentos! Obrigada!

*Letras de Pedra, pau, espinho e grade
“No meio do caminho tinha uma pedra”,
Mas a ousada esperança
de quem marcha cordilheiras
triturando todas as pedras
da primeira à derradeira
de quem banha a vida toda
no unguento da coragem
e da luta cotidiana
faz do sumo beberragem
topa a pedra pesadelo
é ali que faz parada
para o salto e não o recuo
não estanca os seus sonhos
lá no fundo da memória,
pedra, pau, espinho e grade
são da vida o desafio.
E se cai, nunca se perdem
os seus sonhos esparramados
adubam a vida, multiplicam
são motivos de viagem.
Conceição Evaristo*

*Se você não pisar no rabo de um cachorro, ele não morderá você
Provérbio da África Centro-Oriental*

Resumo

Em 1922, Afonso Henriques de Lima Barreto publica seu último romance, *Clara dos Anjos*, meses antes de seu falecimento. O romance narra uma história de sedução e abandono vivenciada pela personagem-título, uma jovem mestiça de origem humilde. Descrita pelo autor como “uma natureza amorfa, pastosa, que precisava de mãos fortes que a modelassem e fixassem”, a protagonista é alienada em relação à sua condição racial, cuja trajetória de vida é marcada pela exclusão social e pelo racismo, problemáticas centrais em diversas obras de Lima Barreto. O objetivo do trabalho consiste em analisar, no romance *Clara dos Anjos*, a emergência de uma crítica à construção social branquitude como um marcador simbólico de distinção social diante das aspirações democráticas do Brasil na Primeira República. A hipótese apresentada é que se pode aferir originalidade e pioneirismo em Lima Barreto ao desvelar o racismo e ao problematizar a branquitude como uma ideologia, ou seja, como um constructo capaz de produzir ideias acerca da realidade social. A metodologia utilizada é a análise literária, realizada a partir da perspectiva empregada por Antônio Candido (2000), que consiste em demonstrar, de forma dialética, as particularidades da obra literária em que os elementos caracterizados como externos – os fatores sociais – tornam-se internos, ou seja, desempenham papel fundamental na estrutura narrativa, convertendo-se em expressão estética. Consoante a esta perspectiva, adota-se também como referencial Sevcenko (1999), que vislumbra a literatura como missão, e Bosi (1982), ao caracterizar a obra de Lima Barreto como romance social, em que as condições da vida particular do ator se entrelaçam com a denúncia social presente em sua obra. Busca-se compreender a obra literária enquanto objeto de investigação sociológica sob dois aspectos indissociáveis: a literatura como um fenômeno social de produção, comercialização e consumo, como também, o referencial de uma época, que permite levantar reflexões acerca das contradições raciais e sociais do contexto histórico vivenciado por Lima Barreto. Por fim, aborda-se a importância de analisar relações étnico-raciais como um fenômeno relacional, compreendido em sua esfera simbólica, atrelada a contextos sociais e políticos específicos.

Palavras-chave: *Clara dos Anjos*; Lima Barreto; branquitude; racismo; gênero; Primeira República; Brasil.

Abstract

In 1922, Afonso Henriques de Lima Barreto published his last novel, *Clara dos Anjos*, months before his death. The novel tells a story of seduction and abandonment experienced by the title character, a young black woman of humble origin. Described by the author as “an amorphous, pasty nature, which needed strong hands to shape and fix it,” the protagonist is alienated in relation to her racial condition, whose life trajectory is marked by social exclusion and racism, central issues in several works by Lima Barreto. The aim of the work is to analyze in the novel *Clara dos Anjos* the emergence of a critique of the social construction of whiteness as a symbolic marker of social distinction in the face of Brazil’s democratic aspirations in the First Republic. The hypothesis presented is that one can ascertain an original and pioneer spirit in Lima Barreto by unveiling racism and problematizing whiteness as an ideology, that is, as a construct capable of producing ideas about social reality. The methodology used is literary analysis, carried out from the perspective employed by Antônio Candido (2000) which consists in demonstrating, in a dialectical way, the particularities of the literary work in which the elements characterized as external – the social factors – become internal, that is, they play a fundamental role in the narrative structure, becoming an aesthetic expression. In accordance with this perspective, we also adopt as a reference Sevcenko (1999) who envisages literature as a mission and Bosi (1982) when characterizing Lima Barreto’s work as a social novel, in which the conditions of the actor’s private life intertwine with the social denunciation present in his work. We seek to understand the literary work as an object of sociological investigation under two inseparable aspects: literature as a social phenomenon of production, marketing and consumption, as well as, the reference of an era, which allows us to raise reflections about the racial and social contradictions of the historical context experienced by Lima Barreto. Finally, we address the importance of analyzing ethnic-racial relations as a relational phenomenon, understood in its symbolic sphere, linked to specific social and political contexts.

Keywords: Clara dos Anjos; Lima Barreto; whiteness; racism; gender; First Republic

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Retrato de Lima Barreto em forma de grafite.....	14
Figura 2 - Grafite de Lima Barreto em meio aos seus livros.....	16
Figura 3 - A Bênção	77
Figura 4 - A Redenção de Cam.....	78

Sumário

INTRODUÇÃO	13
1 LIMA BARRETO: O PENSADOR IMPRESCINDÍVEL DO SUBÚRBIO CARIOCA.....	34
1.1 A réplica cidadã: a vida de Lima Barreto e as transformações socioespaciais do Rio de Janeiro na ordem republicana.....	37
1.2 A literatura negra de Lima Barreto.....	58
1.3 A obra literária em foco: considerações metodológicas sobre a análise sociológica do romance Clara dos Anjos.....	69
2 A BUSCA PELA COMPREENSÃO DE SI: CIÊNCIA E RACISMO NO SÉCULO XIX.....	77
2.1 A Redenção de Cam.....	77
2.2 Positivismo, evolucionismo e darwinismo social: o impacto da perspectiva da raça no surgimento das ciências sociais.....	80
2.3 Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues: considerações sobre os precursores da sociologia no Brasil.....	88
2.4 A eugenia no Brasil.....	101
3 EPISTEMOLOGIAS INSURGENTES DO SÉCULO XX-XXI: PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE A COLONIALIDADE E O RACISMO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	110
3.1 A emergência dos Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais	111
3.2 W. E. B. Du Bois e Frantz Fanon: reflexos da intelectualidade negra no mundo de brancos	120
3.3 Os estudos críticos da branquitude aportam no Brasil	129
3.3.1 A branquitude enquanto categoria de análise	132
4 CLARA DOS ANJOS E AS DINÂMICAS SOCIAIS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: RELAÇÃO DE RAÇA E GÊNERO NO SUBÚRBIO CARIOCA.....	138
4.1 A elaboração do romance Clara dos Anjos.....	139
4.2 Muito além dos trilhos da central: a formação do subúrbio carioca na perspectiva ficcional de Lima Barreto.....	143
4.3 Masculinidade marginal: personagens masculinas e os alter egos de Lima Barreto.....	147
4.4 O impacto da branquitude nos papéis sociais de mãe e esposa: análise das personagens femininas	158
4.5 A branquitude desvelada entre Clara e Cassi: a ela a culpa, a ele a desculpa	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	191

INTRODUÇÃO

*Existe na cabeça do negro poeta
uma busca de criar o certo
que contenha mais que a pura beleza do verso
e que assimilável seja por um outro negro
que se pendura no trem das seis
e vê nas costas a torre da Central*

*Não como um rasgo indecente
ou como um berro de concreto
que invade os olhos da gente [...]*

*A procura persiste, mistura, verte
verbos tristes para descobrir
que tem muito a aprender
da dialética maior que existe*

*E se esconde toda na placidez das marmitas
que voltam cansadas da vida
todos os dias no trem das seis*

José Carlos Limeira, Cadernos negros 3, p. 91.

Em dezembro de 2021, o projeto Negro Muro¹, que visa produzir arte urbana com o intuito de memorar grandes nomes da cultura negra na cidade do Rio Janeiro, concluiu um grafite em homenagem ao escritor Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922). A pintura foi realizada em um muro situado ao número 20 da rua Major Mascarenhas, no bairro de Todos os Santos, Zona Norte, ao lado da última residência em que o autor viveu com sua família por duas décadas e onde morreu, precocemente, aos 41 anos, em novembro de 1922.

¹ Matéria completa sobre o projeto e imagem dos grafites disponíveis em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/12/25/projeto-negro-muro-homenageia-lima-barreto-com-arte-em-todos-os-santos-zona-norte-do-rio.ghtml>. Acesso em dez. 2023.

Figura 1 - Retrato de Lima Barreto em forma de grafite



Fonte: Negro Muro

O grafite, produzido em um muro de 15 metros de largura, teve como inspiração a casa – chamada carinhosamente por ele de *Vila Quilombo* – e os arredores do subúrbio em que o romancista viveu – que estão presentes em diversas crônicas de sua autoria. Entre os desenhos, destaca-se o retrato de Lima Barreto vestindo o fardão – traje exigido na cerimônia de posse da Academia Brasileira de Letras – ABL, instituição pela qual teve duas candidaturas negadas e uma última retirada pelo próprio autor antes mesmo de receber um parecer, favorável ou não.

Segundo o produtor cultural Pedro Rajão, responsável pelo trabalho de pesquisa para a elaboração do painel, o desenho foi pensado como uma forma de provocação à rejeição do romancista pela ABL: "Ele tentou mais de uma vez em vida, e agora no muro ele é um imortal devidamente reconhecido. Fizemos como forma de denúncia à instituição que ignorou a grandeza desse autor"¹.

Outro fato curioso é a desaprovação de Barreto sobre os seus retratos, conforme afirmou Lilia Schwarcz, autora da mais recente biografia de Lima Barreto, chamada *Triste Visionário* (2017). Em

entrevista de divulgação da obra, ao apresentar o projeto de elaboração da capa, a autora afirmou que, no decorrer da pesquisa, identificou passagens em seus textos nas quais Barreto afirma não gostar dos seus retratos. A começar por sua cor – que ele mesmo caracterizava como um tom de pele “azeitonado” –, mas, também, por serem os retratos, em sua maioria, retirados nos períodos que sucederam as duas internações do autor na *Colônia dos Alienados*, instituição designada aos cuidados de pacientes em tratamento psiquiátrico.

A homenagem conferida ao artista em formato grafite – gênero de arte visual criado no seio dos guetos e da cultura urbana negra – é um reconhecimento póstumo a um dos principais escritores brasileiros que, no decorrer de sua vida, não teve a devida aclamação, mas que vem ganhando a merecida notoriedade na contemporaneidade. Lima Barreto – escritor pobre, negro, alcoólatra – vivenciou eventos fundamentais da história do Brasil: viu de perto, ainda menino, a cerimônia da Abolição no centro da capital fluminense; acompanhou a transição do regime monarquista para o republicano – que trouxe a esperança de expansão do *status* cidadão aos socialmente excluídos – e testemunhou o florescer do subúrbio carioca para além dos trilhos da Central, como consequência da “inserção compulsória do Brasil na Belle Époque” (Sevcenko, 1999).

A obra de Lima Barreto registrou, no campo literário, o cotidiano de um Brasil que pouco aparecia nos livros, jornais e teses científicas. Registrou o modo de vida da gente suburbana, a “arraia-miúda”² – trabalhadores, pobres, negros, migrantes e imigrantes – com a sensibilidade que só quem viveu os dissabores da exclusão social seria capaz de retratar com tamanha humanidade. Todavia, não se contentou em apenas descrever o “outro” (no sentido antropológico atribuído ao termo). Penejou sobre si e sobre as próprias angústias e frustrações que lhe acompanharam por toda a vida – as quais podem ser identificadas nas inúmeras personagens que ganharam forma em seus romances e crônicas.

Em seus textos, escreveu também sobre os estabelecidos: atacou figuras públicas, políticos conservadores, endereçou críticas ferinas à imprensa, aos acadêmicos e à rigidez de seus textos, aos “medalhões”³ do funcionalismo público, à burguesia carioca e seu modo hipócrita de conduzir a vida. Ao lermos suas obras, temos a impressão de que nenhum acontecimento do cotidiano da sociedade carioca do início do século XX escapou-lhe à escrita.

² Expressão popularmente utilizada para referir-se ao povo.

³ A expressão medalhão, muito popular nos séculos XIX e XX, faz referência a homens que ocupavam cargos importantes cuja posição de destaque se dava devido à influência familiar, dos amigos e do dinheiro. Na prática, eram pessoas que não possuíam mérito para os cargos que ocupavam. Machado de Assis publica na Gazeta de Notícias, em 1881, o conto “Teoria do Medalhão”, que narra o diálogo entre um pai e seu filho, aconselhando-o a tornar-se um medalhão e a ocupar um ofício por conveniência e aceitação social.

Figura 2 - Grafite de Lima Barreto em meio aos seus livros



Disponível em <https://negromuro.com.br/>. Acesso em dez. 2023

O artista gráfico Pedro Rojão, na referida entrevista cedida ao “G1” – Portal de notícias do Grupo Globo – conta que o projeto Negro Muro havia homenageado o romancista em outra ocasião, no ano de 2018, na Rua Vilela Tavares, no bairro do Méier, também na zona Norte. Contudo, o grafite foi apagado posteriormente pelo novo proprietário do imóvel. Em defesa do homenageado, o artista reitera:

Dessa vez, ele vai ficar precisamente no local onde ele viveu. E um detalhe importante é o imenso acervo dele, que a gente conseguiu incluir na arte. Incrível pensar que, em um bairro que era rural, com chão de barro ainda, há mais de 100 anos atrás, havia um grande escritor preto que detinha um acervo dessa magnitude (Rojão, 2021).

No ensaio *O direito à literatura*, Antônio Candido (2011[1988]) argumenta em prol da literatura como um direito, ao possibilitar – diante da complexidade de sua natureza – humanização e “integridade espiritual”. O texto traz pertinentes reflexões sobre a importância e a defesa dos direitos humanos como um componente fundamental à expansão da cidadania. O autor infere sobre as contradições históricas de seu tempo, se comparado a outros períodos em que a humanidade⁴ não havia atingido um patamar tão sofisticado de racionalidade e

⁴ Ao abordar o termo “humanidade”, Candido faz referência aos avanços trazidos pelo paradigma moderno de ciência cuja abrangência se deu no Ocidente.

domínio técnico sobre a natureza. Trata-se de um período de barbárie, embora seja uma barbárie fruto da civilização⁵.

O desenvolvimento da indústria, as avançadas técnicas de produção agrícola, as descobertas científicas na área da saúde e as inovações tecnológicas poderiam propiciar níveis inigualáveis de satisfação de necessidades nunca sonhadas pela humanidade. No entanto, conforme destaca, “os mesmos meios capazes de fomentar o progresso de alguns podem provocar a degradação da maioria” (Candido, 2011, p. 169).

As contradições apontadas pelo autor são condizentes às emergências e às tensões sociopolíticas que marcaram a sociedade brasileira no último quartil do século XX. Publicado em 1988, o texto alude à Redemocratização e à promulgação da mais recente Constituição Federal, cunhada como “constituição cidadã” (Rocha, 2008), por tornar formal o combate a injustiças historicamente gestadas na formação social brasileira, destacando-se a criminalização do racismo⁶, a demarcação de terras indígenas e o princípio da função social da terra como norma que deve orientar as atividades agrárias, a regulamentação dos direitos trabalhistas no campo e a proteção ambiental.

Diante desses acontecimentos, a pobreza e a exclusão social deixam de ser vistas como questões insolúveis ou aquém das determinações mundanas – residindo no campo sobrenatural como castigo divino ou destino – e passam, sumariamente, a serem compreendidas como questões emergenciais que podem ser debatidas e mitigadas. Cuidadosamente, Candido (2011, p. 171) frisa que, mesmo que não haja efetivamente um empenho para que tais problemáticas sejam sanadas, a “injustiça social constrange” e a “insensibilidade em face da miséria deve ser pelo menos disfarçada”.

Em um segundo momento, após explanar sobre a importância dos direitos humanos frente ao combate às injustiças, Candido define como literatura “todas as criações de toque poético,

⁵ A relação entre barbárie e civilização é uma temática recorrente nos estudos filosóficos do século XX, mais precisamente no contexto pós-Segunda Guerra. Entre eles, destaca-se “A dialética do Esclarecimento”, publicado em 1947 pelos filósofos alemães Theodore Adorno e Max Horkheimer. O texto aborda as contradições inscritas no projeto iluminista e sua relação com a razão instrumental, cujo comprometimento com o progresso e cientificismo repousa, em muitos aspectos, sobre o utilitarismo e a barbárie, conforme foi observado no processo de ascensão do Nazismo na Europa.

⁶ A luta do Movimento Negro Unificado-MNU, desde a década de 1970, foi fundamental para a tipificação do racismo como crime inafiançável e imprescritível sob legitimidade constitucional. Promulgada em 1988, no centenário da Abolição, a participação do movimento negro possibilitou, para além do âmbito penal, formalizar o compromisso do Estado em combater injustiças sociais e propiciar políticas públicas em prol da população negra no âmbito jurídico. A respeito do tema, destaca-se o trabalho de Natália Nêris “A voz e a palavra do Movimento Negro na Constituinte de 1988”, publicado em 2018 pela Editora Letramento.

ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade” (2011, p. 176). Nessa perspectiva, a literatura é entendida como “manifestação de todos os homens em todos os tempos” e, como tal, é condição imprescindível à formação humana, pois possibilita uma reflexão acerca dos valores preconizados e refutados pela comunidade. Ela confere ao ser social humanidade, ao fornecer a “possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” inscritos na sociabilidade, nas relações pessoais e coletivas, nas dinâmicas simbólicas das representações religiosas e artísticas e na concretude das determinações econômicas, sociais e políticas.

Diante de uma realidade marcada por assimetrias sociais, exclusão de minorias e necessidades materiais tão primárias – como alimentação e moradia –, pensar a literatura como direito imprescindível pode se manifestar ao senso comum como necessidade secundária ou mesmo supérflua a determinados grupos sociais. Desse modo, a literatura não é uma manifestação desinteressada, mas um agir potente, que possibilita enxergar mazelas subjetivas e coletivas e aponta caminhos para a construção de uma identidade nacional autorreferente; ela traz reflexões sobre anseios humanos, alimenta esperanças e, em certos aspectos, denuncia as injustiças e as contradições sociais mais pungentes de um povo.

Antônio Candido encerra sua reflexão sobre a importância da literatura destacando que a luta pelos direitos humanos é a luta em defesa de uma sociedade na qual todos tenham acesso à cultura, sem a diferenciação entre a esfera erudita e popular. Certamente, não significa que o autor esteja destituindo a importância da discussão que o tema exige. Pelo contrário, sua defesa é por uma sociedade justa em que o respeito aos direitos humanos perpassa pela fruição da arte e da literatura em suas múltiplas modalidades.

No contexto das discussões que envolviam o Brasil de 1988 frente ao processo de Redemocratização, a criminalização e o combate ao racismo – agora sancionados como compromisso no âmbito legal – expressam a conquista de décadas de luta do movimento negro brasileiro, tanto em sua perspectiva cultural, quanto militante e acadêmica. Entre diversas personalidades, Abdias do Nascimento (2020), Lélia González (1984), Neusa Santos Souza (2021) e Sueli Carneiro (2005) denunciaram, em seus escritos e na militância, as mazelas do racismo – manifesto no genocídio da população negra – a invisibilidade no mercado de trabalho, o sexismo e a desigualdade no acesso a direitos básicos.

Lima Barreto foi o mais proeminente, entre os autores brasileiros do século XX, a manifestar o ponto de vista dos negros sobre o preconceito racial. Particularmente, abordou a temática sob a perspectiva da mulher – em sua condição racializada e de classe –, mais

especificamente no romance *Clara dos Anjos*, obra que é objeto de estudo desta tese. No romance, o autor esmiúça a complexidade das dinâmicas sócio-históricas ambientadas pelas camadas populares no período da Primeira República. Ao abordar as tensões sociais do país, em especial os imbrólios ocorridos com a inserção compulsória do país na *Belle Époque* – que culminaram em novas dinâmicas socioespaciais na capital fluminense, principalmente nos subúrbios –, os romancistas do período narram, em suas obras, os conflitos marcados pela ambivalência entre as relações sociais do Brasil senhorial e burguês. Nisso, incluem-se os antagonismos de classe e suas implicações no mundo do trabalho, as relações assimétricas de gênero e as tensões raciais potencializadas pelos discursos científicos racistas (Sevcenko, 1999).

A obra, escrita entre 1904 e 1922 – mas publicada postumamente em 1948 –, discorre sobre aspectos sociais com tom de denúncia ao racismo e ao machismo personificados em Clara dos Anjos, personagem-título. Conforme já abordado em muitos trabalhos sobre Lima Barreto (Barbosa, 2002; Bosi, 1982; Leitão, 2006; Holanda, 1978; Resende, 1993; Sevcenko, 1999, Schwarcz, 2017), em *Clara dos Anjos*, há evidências de elementos autobiográficos – considerando a personagem-título como um *alter ego* feminino do autor, pois tanto a protagonista como os demais personagens sofrem com a exclusão e o preconceito racial – problemáticas que atravessam a trajetória pessoal de Barreto.

Na trama, a jovem mulata é uma moça ingênua a qual, com a parca educação que recebera – o comum para moças de seu *status* social – e o excesso de zelo de seus pais, que a inibiram de vivenciar experiências sociais para além do subúrbio em que residia, deixou-se seduzir pelos encantos do violeiro Cassi Jones – “um rapaz de pouco menos de 30 anos, branco, sardento, insignificante, de rosto e de corpo” (Barreto, 2012, p. 28). O que poderia ser mais um típico romance – em que o amor supera todos os desafios de classe e preconceito racial –, sob a escrita de Lima Barreto, transforma-se em uma narrativa de denúncia do racismo, do sexismo e das complexas relações sociais vivenciadas pela população dos subúrbios abandonada à sua própria sorte. Nas palavras do autor, “o subúrbio é o refúgio dos infelizes” (Barreto, 2012, p. 83).

Em diversos trabalhos que se empenham em analisar o romance, o racismo e o preconceito de classe sofridos pela personagem são o mote. Decerto, as intenções de Lima Barreto em escancarar as condições de vida – quase deterministas – das mulheres do estrato social de Clara são evidentes. Porém, elas não se encerram por aí. Desde a primeira leitura do romance, o que nos chamou a atenção foi a forma como o autor aborda as questões raciais sob uma perspectiva efetivamente relacional. Em outras palavras, em *Clara dos Anjos*, há a

problematização não apenas do racismo, mas também de como a branquitude é vivenciada como uma condição que confere às personagens brancas uma posição de privilégio em um contexto de disputas materiais e simbólicas (Bento, 2014, 2022; Cardoso, 2008, 2010; Piza, Rosemberg, 2014; Schucman, 2012).

Diante das condições de vida experimentadas pelas personagens suburbanas do romance, Lima Barreto não apenas problematiza a realidade dos(as) negros(as) e mulatos(as), mas, também, elabora um processo de racialização das personagens brancas, demonstrando as nuances que os discursos racistas em voga, no contexto em que elaborou a obra, por exemplo, a eugenia, inferem tratamentos diferenciados aos indivíduos sob uma perspectiva racializada.

A exemplo, vê-se a personagem Dona Margarida Weber Pestana, estrangeira – mais precisamente de ascendência alemã e russa –, descrita como “uma mulher séria, rigorosa de vontade, visceralmente honesta, corajosa, e não haveria rogos nem choro que a fizessem contribuir para um crime de qualquer natureza” (Barreto, 2011, p. 141). Percebe-se que os atributos conferidos à viúva são inerentes à sua origem estrangeira, “positivamente” determinadas pela sua raça.

Já o antagonista Cassi Jones e seus familiares – “A mãe, nas suas crises de vaidade, dizia-se descendente de um fantástico Lord Jones, que fora cônsul da Inglaterra, em Santa Catarina; e o filho julgou de bom gosto britanizar a firma com o nome do seu problemático e fidalgo avô” (Barreto, 2011, p. 28) – representam os brasileiros brancos que, conforme destaca Guerreiro Ramos (1981), experimentam aquilo que o autor categoriza como “patologia do branco brasileiro”, fundamentado na rejeição dos elementos culturais e biológicos negros em detrimento de uma reivindicação de ancestralidade europeia.

Nessa perspectiva, a relação entre Clara e Cassi, que reverbera entre as demais personagens do romance, é um exemplo de como o elemento racial, em especial a branquitude, manifesta-se como um mecanismo de poder e distinção social que visa estabelecer a manutenção de hierarquias, sobretudo em um espaço de exclusão como era o subúrbio carioca no início do século XX.

De acordo com Brah (2006, p. 344), “Cada racismo tem uma história particular. Surgiu no contexto de um conjunto específico de circunstâncias econômicas, políticas e culturais, foi produzido e reproduzido mediante mecanismos específicos e assumiu diferentes formas em diferentes situações”. A literatura de Lima Barreto exprime as contradições de um país inscrito na ambivalência do Brasil que urge pela elaboração de uma cultura nacional e,

concomitantemente, vivencia o amargor de uma brasilidade experimentada na mestiçagem, vista pela intelectualidade – influenciada por interpretações racialmente deterministas⁷ – como a responsável pelo desequilíbrio moral e intelectual da nação (Ortiz, 2006, p. 21).

Empregando a técnica dos autores realistas, o narrador coloca o leitor em contato direto com os dramas vivenciados pelos protagonistas e as demais personagens. Para isso, utiliza o recurso descritivo das condições do subúrbio carioca e o contexto de exclusão socioespacial em contraste com aspirações modernizadoras que caracterizavam a capital nacional no início do século XX. A partir de tais elementos, o narrador constrói o perfil psicológico das personagens, alinhavado ao *status* social marginalizado conferido à população suburbana. Assim, a compreensão das relações raciais como um ingrediente assimétrico e heterogêneo, disposto sob uma perspectiva relacional, marca a complexidade da obra. Observa-se, desse modo, que a periferia, em sua condição de exclusão, também possui seus centros.

Nesse contexto, é preciso considerar que poucos são os registros históricos que nos permitem identificar como a população incorporou as narrativas racistas difundidas pelos intelectuais no início do século XX. Deste modo, a obra de Lima Barreto nos permite compreender, sob os limites de sua linguagem ficcional, como as ideias produzidas pela *intelligentsia* foram incorporadas e até mesmo rejeitadas, suscitando um profícuo debate acerca da relação dialética entre a produção científica e sua recepção social.

Ademais, o preconceito racial – agudizado por relações assimétricas de gênero – sofrido pelas personagens negras e mulatas continua a ser questão fundamental à análise do romance. Em outras palavras, o racismo é compreendido como um fenômeno que não pode ser visto somente como um “problema de negros”. Pelo contrário, sua abordagem deve ser tratada de forma relacional, ao desenvolver estratégias de diferenciação, hierarquias sociais que se escamoteiam no transcorrer da vida cotidiana.

A **hipótese** levantada consiste em afirmar que Lima Barreto, no início do século XX, desenvolveu, em seu romance, uma análise relacional sobre o racismo, em que o processo de subalternização dos sujeitos racializados se manifesta a partir de um referencial de contraposição identitária. Em outras palavras, o autor apresenta originalidade ao inferir a necessidade de racialização da branquitude como identidade racial normativa, que confere posição de *status* e privilégios simbólicos e materiais em um espaço de disputas sociais marcado

⁷ No decorrer do capítulo II, serão abordadas, em suas especificidades, as teorias raciais que fomentaram um projeto de branqueamento racial da população como solução para o suposto “atraso social”.

pela exclusão, no caso, o subúrbio. Mais precisamente em *Clara dos Anjos*, o romancista destaca a complexidade das relações raciais no Brasil após a Abolição, destacando o quanto a branquitude pode ser identificada como um componente que atribuiu distinção social entre indivíduos pertencentes à classe trabalhadora, promovendo, dessa forma, novas dinâmicas de exclusão e o redirecionamento de assimetrias sociais.

Nessa perspectiva, ao abordar, em sua vasta produção literária – a qual reúne desde romances a crônicas e textos jornalísticos de cunho político –, a complexidade das dinâmicas sociais gestadas no referido contexto histórico, Lima Barreto pode ser caracterizado como um pensador social brasileiro, uma vez que nos possibilita compreender as dinâmicas sociais e as contradições que remontam ao modo de vida e o cotidiano da população que em muito fora preterida dos estudos acadêmicos e da produção literária em voga.

Assim, como destaca Gramsci (1997), Lima Barreto pode ser caracterizado como um *intelectual orgânico*, ao difundir uma literatura potente, comprometida com as demandas sociais de seu tempo, servindo como um porta-voz dos sujeitos oprimidos e relegados aos subúrbios. A invisibilidade da obra de Lima Barreto em muito se atribui à forma como sua escrita era endereçada à denúncia dos interesses da classe dominante, cujo racismo e a exclusão social são condicionantes fundamentais à manutenção de assimetrias sociais na incipiente República.

Diante das discussões apresentadas, o **objetivo geral** da pesquisa consiste em analisar como as relações étnico-raciais são abordadas por Lima Barreto em *Clara dos Anjos*, destacando a noção de branquitude como um marcador simbólico de distinção social experimentado entre as camadas sociais periféricas descritas no romance no Rio de Janeiro no período da Primeira República. Desse modo, defende-se a assertiva de considerar Lima Barreto como um “pensador social” que contribuiu com a descrição do cotidiano das camadas populares e subalternizadas.

Os **objetivos específicos** constituem-se em: **I)** Analisar a trajetória literária de Lima Barreto e a relação entre obra e público, isto é, qual é o propósito de sua literatura, seu destino, sua aceitação e a ação recíproca entre elas; **II)** Identificar a influência do racismo científico na consolidação do branqueamento como solução frente às tensões sociais que emergiram na Primeira República – período de transição entre a ordem social escravagista à ordem social burguesa – e como essas ideias são abordadas no romance; **III)** Abordar como as discussões engendradas a partir dos estudos decoloniais e dos estudos críticos de branquitude são narrativas

epistêmicas fundamentais para os estudos das relações étnico-raciais na contemporaneidade; **IV)** Avaliar como Lima Barreto interpreta a articulação entre o racismo e o sexismo na obra *Clara dos Anjos* como mecanismos de manutenção de assimetrias sociais em um contexto de exclusão socioespacial demarcado pela vivência no subúrbio carioca no início do século XX.

A justificativa da pesquisa manifesta-se pela prerrogativa de que, sociologicamente, a produção literária de Lima Barreto é fundamental para compreender o fenômeno do racismo a partir da experiência social autorreferente do ser negro(a). Nesse sentido, faz-se necessário dar voz às reflexões e à produção intelectual daqueles que majoritariamente foram objeto de pesquisa no campo das ciências sociais e que podem ser deslocados ao protagonismo do *discurso sobre si*. Essa inversão desloca Lima Barreto da condição de *negro tema* (Ramos, 1957) para negro autor – testemunha lúcida das contradições materiais e simbólicas de seu tempo.

Considerando que o fazer científico é, antes de tudo, um saber interessado, ou seja, que fala a partir de uma visão de mundo, destacamos que a escolha do romance, cujo enredo trata de uma mulher negra e invisibilizada, é uma escolha consciente de uma pesquisadora que se identifica enquanto mulher negra e, como tal, presenciou e presencia, em sua formação pessoal e profissional, o racismo – mesmo que velado – que, ademais, se faz presente em minha formação subjetiva, ancorando uma multiplicidade de olhares e interpretações que talvez possa fugir àqueles que não se deparam com tais dinâmicas no curso de suas vidas.

Outrossim, o processo de escolha de um objeto de pesquisa não se manifesta de forma alheia aos interesses particulares do(a) pesquisador(a). Ainda que o fazer científico exija objetividade no rigor da análise dos fenômenos investigados, não se pode descartar a importância da subjetividade, que se manifesta na relação de *identidade entre sujeito e objeto*. Em outras palavras, quando nos propomos a estudar os fenômenos que envolvem a vida social, em última instância, estudamos a nós mesmos ou objetos que, em muito, nos dizem respeito socialmente. Dado este fato, o fazer científico das ciências sociais depara-se com um ingrediente demasiadamente desafiador: a necessidade de apresentarmos a construção científica – desde as motivações que envolvem a escolha do objeto até apresentação dos resultados – com destacado cuidado e clareza na descrição das etapas galgadas no decorrer da pesquisa.

Destarte, o propósito de analisar a obra de Lima Barreto, à luz das influências históricas e sociais que se manifestam em seu fazer literário, em muito sinaliza o interesse de esmiuçar os aspectos biográficos de sua trajetória pessoal e profissional, destacando o quanto a sua alcunha

de autor marginalizado, contraditoriamente, é o elemento que lhe confere originalidade e especificidade entre os autores pré-modernistas, haja vista seu comprometimento em retratar, em suas obras, a realidade periférica e os estigmas do racismo, elementos tão invisibilizados pela literatura e pela produção científica no período em que vivera. Diante dessa prerrogativa, é fundamental apresentar aos(as) leitores(as) deste trabalho os aspectos particulares que envolveram o desenvolvimento da pesquisa, bem como minha identificação com a literatura barretiana.

O ingresso ao doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Faculdade de Letras e Ciências – UNESP/Araraquara-SP –, de imediato, não se deu com a intenção de analisar a obra de Lima Barreto. Inicialmente, o objetivo era dar continuidade ao estudo do Guidismo – instituição de coeducação fundada em 1909 na Inglaterra por Robert Smith Baden-Powell – que se manifesta em sua origem como a vertente feminina do Escotismo. A instituição aporta no Brasil em 1919 e recebe o nome de Movimento Bandeirante, fazendo alusão, sob influência da Pedagogia Nova, ao movimento expansionista das bandeiras no Sudeste brasileiro. O nome escolhido remete à ideia de desbravamento que era bastante associada à prerrogativa da instituição em propiciar “uma participação mais ativa da mulher na sociedade” (FBB, 2008).

Iniciei a pesquisa sobre o Movimento Bandeirante ainda na graduação, durante a iniciação científica, realizando uma investigação sob o viés metodológico da história oral, cujo objetivo consistia em compreender a influência da instituição no processo de formação de mulheres que fizeram parte do Movimento desde a infância, perpassando a vida adulta. A pesquisa resultou em uma monografia de conclusão de curso⁸, em que os resultados apresentados suscitavam novos questionamentos, o mote para dar continuidade ao estudo sobre o tema durante o mestrado⁹. A escolha do Bandeirantismo não se deu ao acaso. Fiz parte do Movimento ininterruptamente, desde a infância até o período em que ingressei na universidade, na Faculdade de Filosofia e Ciência – UNESP/Marília-SP.

Nesta fase da vida acadêmica, dediquei-me a estudar, de forma mais profunda, o processo de organização da instituição desde sua origem na Inglaterra, perpassando sua função

⁸ CARVALHO, Samara dos Santos. A Federação das Bandeirantes no limiar dos anos sessenta: uma proposta de emancipação da mulher? 2013. 84 f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais)** – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2013.

⁹ CARVALHO, Samara dos Santos. O Movimento Bandeirante e as relações de gênero no contexto social brasileiro do século XX. 2014. 191 f. **Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais)**. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

no Brasil, bem como as adaptações às características socioculturais brasileiras até a década de 1970, período em que o Bandeirantismo passou por um Processo de Reformulação Institucional (1969-1974). A pesquisa consistiu em um estudo documental sobre a produção de material institucional como estatutos, periódicos de circulação interna e documentos que apontassem as mudanças ocorridas na instituição no decorrer do século XX até o referido processo de reformulação, por exemplo, a adesão de meninos e a manifestação de novos credos, tendo em vista que um dos pontos centrais que caracterizou o Movimento Bandeirante no país foi sua ação educativa restrita às meninas e moças como também sua estreita aproximação com o Catolicismo.

Após um período afastada da área acadêmica em decorrência de compromissos profissionais como professora da Educação Básica, o projeto inicial do doutoramento visava realizar um estudo de caso, com o intuito de investigar, mediante trabalho de campo, quais os impactos as mudanças institucionais ocorridas no Movimento Bandeirante desde a década de 1990 – período em que a Federação de Bandeirantes do Brasil se autodetermina como organização não governamental – suscitaram no processo de formação educacional dos jovens pertencentes ao Movimento. Portanto, o objetivo geral consistia em investigar como tais mudanças influenciaram a formação coeducativa dos jovens filiados à instituição.

Todavia, o desenrolar da pesquisa foi comprometido pela pandemia. O ingresso no Programa de Pós-Graduação ocorreu no ano de 2020, concomitantemente ao avanço da pandemia de Covid-19. Fato este que resultou na realização todas as disciplinas cursadas, assim como as orientações, em formato remoto a ponto de nunca ter me encontrado presencialmente com o orientador durante todo o curso. Se o ofício da pesquisa é, em grande parte, um processo solitário, diante das especificidades ocasionadas com a pandemia, esse aspecto se agravou ainda mais.

Conforme a pandemia avançava e a possibilidade do retorno do isolamento social se tornava mais longínqua, a execução da pesquisa manifestava-se impraticável. Após o cumprimento das disciplinas no formato remoto, estreitava-se a necessidade de me preparar para o trabalho de campo com os jovens bandeirantes. Os meses foram passando, as exigências do trabalho docente na educação básica – também em formato remoto –, somadas ao cenário de enfrentamento da pandemia no país que se tornava, dia após dia, mais alarmante e desesperador, foram gestando um forte esgotamento emocional que me fizeram desistir do curso, culminando na decisão de cancelar a matrícula.

O processo de reativação do vínculo discente junto ao Programa de Pós-Graduação se deu por insistência do orientador, Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno, que sugeriu a mudança do tema da pesquisa. Neste momento, havia perpassado metade do prazo de realização do curso e me deparei com o desafio de iniciar um novo estudo. Diante da experiência do orientador, especializado na temática de pensamento social e literatura brasileira, com ênfase na obra de Lima Barreto, optei por desenvolver um estudo neste campo epistemológico.

Durante o curso da disciplina “Pensamento Político e Social: debates metodológicos”, ministrada pelo referido orientador, produzi um artigo de conclusão sobre o romance *Clara dos Anjos* e as problematizações acerca das relações raciais e de gênero incutidas na obra. A leitura primária do texto, logo de início, despertou interesse sobre como o autor descrevia, de forma crítica, o cotidiano do subúrbio e as relações interpessoais no decorrer da narrativa, dando destaque às personagens brancas, em especial às mulheres. Diante desse aspecto, o trabalho em questão realizou, de forma primária, uma análise das relações raciais a partir da bibliografia proposta pela disciplina.

A partir do contato com as leituras sobre questões raciais e de gênero desenvolvido no decorrer da pesquisa sobre o Movimento Bandeirante, decidi retomar o trabalho de conclusão da referida disciplina e iniciei a embrionária pesquisa acerca da temática da branquitude. Desde os primeiros contatos com o universo da pesquisa científica, ainda na graduação, intriguei-me com a desproporcionalidade em relação à quantidade de pesquisas que visavam analisar os marcadores sociais subalternizados na dinâmica social, tais quais os(as) negros(as), as mulheres, pessoas homoafetivas, os pobres e os(as) trabalhadores(as), se comparado a grupos sociais hegemônicos como os(as) brancos(as), pessoas heteroafetivas, os homens e a elite. Certamente, esse interesse em muito despertou o interesse em investigar o Movimento Bandeirante, uma vez que, enquanto menina negra e filha de operários, destoava-me dos marcadores comumente experimentados pelas meninas que faziam parte da instituição.

Assim como Lima Barreto, cuja trajetória pessoal percorre um “não lugar” de escritor negro que experimentou um acesso acadêmico restrito às pessoas do seu estrato social, em certa medida, foi essa condição que despertou meu interesse em sua obra e trajetória de vida. Obviamente que uma comparação direta com a trajetória do autor é, no mínimo, incabível e anacrônica. No entanto, muitos também são os sentimentos de “não lugar” que percorrem a minha trajetória pessoal. A começar pela condição racializada de mulher “parda”, “mestiça” pelo senso comum, fruto de um casamento inter-racial de um pai filho de imigrantes portugueses e uma mãe negra, ainda que de pele clara – aspecto fenotípico muito destacado na

obra barretiana –, que nos traz a dimensão do quanto a racialização estampada na cor da pele é um traço fulcral ao debate acerca das relações raciais no Brasil.

Neste aspecto, é interessante pensar o quanto a “clareza” da minha pele “amorenada”, os “traços finos” dos lábios e nariz sempre foram aspectos celebrados em minha família, sobretudo frente aos estigmas experimentados pelo preconceito racial. Nesse caso, entre mulheres negras o casamento inter-racial é compreendido como uma conquista, em que o embranquecimento marital exprime a ideia de ascensão social, mesmo que inconscientemente (Bento, 2014; Fanon, 2022; Memmi, 2007).

Esse “não lugar” do “mestiço, “pardo”, sempre esteve presente em minha vida de forma incômoda. A minha experiência socializadora no âmbito familiar destacava recorrentemente a miscigenação e a ascendência europeia como um aspecto simbólico carregado de positividade. Como se a ancestralidade europeia me conferisse certo trânsito branqueado; de alguém que, embora tivesse a negritude estampada nos cabelos e cor da pele, ao mesmo tempo, era suavizada pelos supostos “traços finos”. Contudo, desde muito cedo me fora despertada a consciência de que eu não era efetivamente branca, assim como não era efetivamente negra. Afinal, como lidar com esse incômodo e reivindicar uma negritude que sempre me fora escamoteada?

Decerto, em nenhum momento, a exposição desses elementos visa homogeneizar ou até mesmo comparar a minha experiência com a de mulheres de pele retinta. Pelo contrário, o objetivo é destacar a complexidade que envolve o processo de autodeterminação racial em um país que passou por distintas manifestações de legitimação do racismo, sobretudo no campo científico, que se inscreve como um dos aspectos centrais de análise dessa tese.

A autoafirmação enquanto mulher negra deu-se efetivamente no decorrer da experiência universitária. O convívio com as discussões típicas das ciências sociais, adicionadas à experiência em uma universidade pública, em concomitância às discussões acaloradas pela implementação recentes das ações afirmativas, sobressaltou-me a consciência desse referido “não lugar”. As diversas leituras, rodas de conversas e experiências no espaço acadêmico – hegemonicamente branco – fizeram-me perceber o quanto a suposta “mestiçagem”, o “ser parda”, em muito se constitui como um mecanismo ideológico de invisibilizar a experiência de sujeitos não brancos. Diante de uma realidade social marcada por um racismo velado, assim como destaca Florestan Fernandes (1972, p. 42): “O brasileiro tem preconceito de ter preconceito”, reivindicar uma negritude enquanto se pode experimentar uma “branquitude miscigenada” requer certos desconfortos.

Contudo, as minhas experiências pessoais demarcadas por episódios de violência simbólica – de quem teve acesso ao ensino superior público e fez parte de uma instituição de coeducação elitizada – fizeram-me observar que a mesma negritude que me fora contestada inúmeras vezes no decorrer da vida se fazia presente no *status* estudante universitária, tanto dentro como fora do espaço acadêmico, o que corrobora a noção de a universidade não ser apenas um espaço insólito àqueles que não a vivenciam, podendo exprimir estranhamento, tanto em relação ao conhecimento produzido e partilhado entre seus pares, como também acerca da realidade daqueles que a frequentam.

Nessas ocasiões, percebi que algumas falas tinham objetivo de desqualificar a minha presença nesse espaço. Diversas vezes, perguntas como “Você entrou na universidade pública por contas, né?”, “Já que você é negra, não deveria estudar um movimento de mulheres negras ao invés das bandeirantes?”, “Ué, mas se você se apresenta como oriunda da classe trabalhadora, por que estudar uma instituição de elite?”, “O que um estudo sobre as bandeirantes pode trazer de contribuição para a luta feminista, afinal, estamos falando de uma instituição majoritariamente frequentada por meninas brancas de elite?” eram feitas como forma de demonstrar o incômodo em uma pessoa suscitar questionamentos e problematizações acerca da história e trajetória de uma instituição de mulheres cujas identidade sociais eram indubitavelmente normativas. Questionamentos como esses demarcam a ambivalência da identidade racial e de gênero no contexto acadêmico.

A experiência no espaço da universidade é também uma experiência elitizada que, somada à experiência profissional enquanto docente de escolas privadas de classe média e elite, fez-me perceber que o racismo e o sexismo podem coexistir de forma velada, sem causar estranhamento ou embates diretos, desde que mulheres negras ocupem espaços naturalizados de subserviência. No entanto, quando se é uma mulher negra no mundo dos brancos(as), a reivindicação do racismo e do sexismo como componentes depreciativos são evocados de forma feroz, como condicionantes que expressam, a partir do olhar do outro – o branco destituído de racialização –, nosso lugar no mundo. Mesmo que se trate de uma experiência de gênero associada à racialidade não retinta, o racismo e o sexismo se manifestam, como se as experiências de “ser negra” fossem homogêneas frente àqueles que são destituídos de racialização.

É a partir dessa experiência, enquanto mulher negra, cujo “não lugar” da negritude em muitas situações ora foi negado e dissimulado, ora foi escancarado, é que me aproximei da literatura de Lima Barreto. Diante disso, a análise de *Clara dos Anjos* sob o viés da branquitude

é uma possibilidade de trazer à superfície dos debates acadêmicos uma discussão fulcral à compreensão das relações raciais no Brasil.

Com base nos aspectos abordados, apresentarei brevemente as problemáticas que se condensaram aos processos de execução da pesquisa, que serão retomadas de forma mais aprofundada no capítulo I. A descrição dos elementos externos que impactaram a elaboração da tese tem por objetivo demonstrar que a dedicação aos estudos acontece em paralelo à vida. É comum lermos textos em que o(a) pesquisador(a) apresenta os resultados obtidos sem elucidar os problemas que emergem no processo da investigação. Como cientista social, destaco que deveríamos ter mais clareza em apresentarmos as dificuldades em insucessos que permeiam o ofício da pesquisa.

Além de humanizar o fazer científico, é também uma forma de aproximarmos a comunidade do universo acadêmico, principalmente das dificuldades que corroboram para que o Brasil seja um terreno hostil àqueles que visam dar seguimento à profissionalização acadêmica. Destarte, esses aspectos dialogam com a alienação do trabalho, dadas muitas situações em que os intelectuais e aspirantes à função não se reconhecem enquanto trabalhadores.

Conforme já fora mencionado, o ingresso no curso de doutoramento se deu simultaneamente à pandemia de Covid-19. Certamente, o aspecto que mais prejudicou a elaboração do trabalho foi a “solidão compulsória”. Para o(a) estudante, estar inserido(a) no espaço de convivência acadêmica, seja nas aulas, grupos de estudos e até mesmo nos locais de convivência no campus, como as lanchonetes, refeitórios e bares faz muita falta, pois, ao trocarmos experiências com os colegas de curso sob uma linguagem mais informal – dividindo as agruras da pesquisa –, o processo de amadurecimento das ideias ocorre de forma oportuna. Contudo, todas essas experiências foram minadas pelo isolamento social. Até mesmo a ida a eventos, que servem como momentos de trocas primorosas, ocorreu em formato remoto. Este aspecto foi, sem dúvida, o mais difícil de me adaptar.

Se a execução de uma pesquisa com dedicação exclusiva e subsídio de agências de fomento não a inibe de dificuldades, fazê-la sem o amparo das bolsas de aperfeiçoamento e trabalhando é ainda mais fatigante. Os valores destinados ao subsídio da pesquisa são incompatíveis com o custo de vida nas grandes cidades brasileiras e, em tese, as bolsas de fomento são destinadas às despesas de execução do calendário da pesquisa e não como recursos

destinados ao sustento do pesquisador que, salvo certas especificidades, não pode acumular vínculo empregatício com as bolsas de fomento.

Sendo assim, não é levada em consideração a possibilidade de que o(a) aluno(a), sem exercer um trabalho remunerado, não tenha recursos próprios para lidar com os gastos indispensáveis às tarefas de manutenção da vida. Aspecto este que é corroborado com o fato de que ser bolsista não é reconhecido como vínculo empregatício e tampouco é contabilizado como modalidade de trabalho e contagem de tempo para a previdência social. Em suma, pleitear uma bolsa era incompatível com a minha realidade material.

No decorrer da pesquisa, conciliei três vínculos empregatícios como professora, lecionando as disciplinas de Sociologia e Iniciação Científica em escolas da rede privada. Ao ingressar no doutorado, pedi afastamento sem proventos do cargo de docente da Educação Básica na rede Estadual de Ensino e, posteriormente, diante da sobrecarga de trabalho, optei por me exonerar da função. Sob esta realidade, somada a troca do tema da pesquisa – o que resultou em um trabalho executado praticamente em 30 meses –, os períodos de elaboração do texto foram feitos em intervalos semestrais durante as férias e os recessos escolares. Ao final do trabalho, pude perceber o quanto esse espaçamento temporal prejudicou a fluidez do texto.

A mudança do tema da pesquisa exigiu contato com um universo de autores de autores da crítica literária que até então era muito superficial. Essa experiência foi fundamental para o amadurecimento da pesquisa e também da minha formação profissional. Nesse contexto, o estudo da literatura como objeto de análise vislumbrou um profícuo campo de discussões teórico-metodológica que resultou em uma expansão de consciência sobre novas possibilidades de investigação nas ciências sociais.

Ao iniciar as leituras, fui apresentada a autores consagrados da crítica literária – como Gyögy Lukács, Lucien Goldmann e Raymond Williams. Tais autores, complexos em suas proposituras analíticas, possibilitaram um novo olhar sobre o fazer literário, mas que pouco dialogavam com os objetivos preliminares do trabalho. Somente após o exame de qualificação, sob sugestão da banca, “me encontrei” e passei a adotar entre os referenciais teórico-metodológicos autores da crítica literária brasileira, como Alfredo Bosi, Antônio Candido e Nicolau Sevcenko. A escolha tardia desses intelectuais em muito pode ser explicada pela influência eurocêntrica da minha formação acadêmica e até mesmo pela insegurança em elaborar um estudo em nível de doutoramento em que não se realizava um diálogo com os cânones da crítica literária.

Lidar com essa contradição é um exercício fundamental àqueles que visam compreender Lima Barreto como um pensador social. À medida que a leitura desses autores avançava, uma lacuna se manifestava. Embora o autor estudado seja um representante das letras nacionais, não faz parte do rol dos escritores consagrados (pelo menos em vida) da literatura brasileira. Sobre esse aspecto, emergiu a necessidade de analisar Lima Barreto e sua obra como expoentes da literatura negra, cujo estilo literário tem um apelo popular e evoca uma linguagem mais próxima daquela comunicada pela gente suburbana, o que é incremento à popularidade e ao resgate de sua obra na contemporaneidade.

Ainda sobre essa perspectiva, busquei utilizar, no decorrer do texto, outras expressões artísticas como a poesia negra, o grafite, a arte digital e também o uso de notícias de veículos de comunicação digital para demonstrar o quanto a produção literária barretiana ainda dialoga com o povo e suscita reflexões sobre a condição da cultura negra na contemporaneidade.

A partir da contextualização apresentada, a análise da obra foi orientada sob duas perspectivas articuladas: na primeira, caracterizamos Lima Barreto como um representante da literatura negra – um segmento que vem ganhando autonomia e especificidade no conjunto das letras nacionais em que o negro é o tema principal, não apenas no plano individual, mas sob uma condição coletiva, que expressa aspectos da dimensão humana, cultural e artística de uma sociedade (Ianni, 1988; Duarte, 2008). Para tanto, “uma literatura cujos valores fundadores repousam sobre a ruptura com contratos de fala e de escritura ditados pelo mundo branco e sobre a busca de novas formas de expressão dentro do contexto literário brasileiro” (Bernd, 1988, p. 22).

Na segunda, tratando-se de um trabalho que visa desenvolver uma análise sociológica da literatura barretiana, adotamos a abordagem – também sociológica – empregada por Antônio Candido (2000), a qual consiste em demonstrar, de forma dialética, as particularidades da obra literária em que os elementos caracterizados como *externos* – os fatores sociais – tornam-se *internos*, ou seja, desempenham papel fundamental na estrutura narrativa, convertendo-se em expressão estética. Consoante a esta perspectiva, adota-se também como referencial Sevcenko (1999) e sua visão da *literatura como missão* e Bosi (1982), que caracteriza a obra de Lima Barreto como *romance social*, em que as condições subjetivas do autor se entrelaçam com a denúncia social presente em sua obra.

A partir do exposto, o trabalho possui quatro capítulos. No primeiro, apresentaremos os aspectos biográficos da vida de Lima Barreto em consonância com os acontecimentos históricos

que atravessaram sua vida e sua obra – em especial a Abolição da escravatura, seguida da transição da ordem monárquica à republicana e as transformações socioespaciais que redimensionaram a paisagem urbana sob influência da *Belle Époque* (Barbosa, 2002; Carvalho, 2012; Resende, 1993; Schwarcz, 2017; Sevcenko, 1999). Em seguida, discutiremos os elementos que fundamentam a obra barretiana como pertencente à literatura negra (Bernd, 1988; Duarte, 2008; Ianni, 1988). Por fim, serão tratados os procedimentos metodológicos que orientaram a análise sociológica do romance *Clara dos Anjos* (Bosi, 1982; Candido, 2000; Sevcenko, 1999).

No segundo capítulo, serão apresentados – na primeira seção – aspectos conceituais sobre o Positivismo, o Evolucionismo e o Darwinismo social, destacando o impacto da perspectiva racial no surgimento das ciências sociais. Na seção seguinte, discutiremos como tais ideias repercutiram entre os intelectuais brasileiros Silvio Romero (1851-1914); Euclides da Cunha (1866-1909) e Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) – empenhados em analisar a formação social do Brasil no contexto caracterizado como pré-sociológico (Ortiz, 2006; Schwarcz, 1993; Seyferth, 1995; Skidmore, 1976). Por fim, a terceira seção visa abordar a aceitação do paradigma eugenista entre os intelectuais brasileiros e como tais ideias são fundamentais na compreensão das contradições que demarcam a emergência da Primeira República e os resquícios da ordem social escravagista.

No terceiro capítulo, localizaremos o surgimento de novas perspectivas epistêmicas no decorrer do século XX, em resposta aos paradigmas hegemônicos das ciências sociais, tendo como elemento principal a crítica ao projeto colonialista. Dessa maneira, apresentaremos quais as principais prerrogativas levantadas pelos estudos Pós-Coloniais (Said, 2007; Miglievich-Ribeiro, 2020), em especial no campo literário, sobre as consequências do pensamento eurocêntrico na formação cultural de países que estiveram sob domínio colonial europeu. Para tanto, é fundamental abordarmos a importância pioneira das obras de W. E. B. Du Bois (2021) e Frantz Fanon (2022) para entendermos as particularidades que envolvem a condição do negro frente a esta condição de subalternização engendrada a partir da perspectiva do branco europeu.

Após isso, apresentaremos a emergência do pensamento decolonial (Grosfoguel, 2008; Quijano, 2005, 2007; Maldonado-Torres, 2007; Oliveira, 2018) no contexto latino-americano e suas contribuições epistemológicas na valorização de saberes até então ignorados pela perspectiva colonizadora. Atentamos que, diante da atualidade e da amplitude que repousa sobre essas discussões, pretendemos avaliar como tais ideias são essenciais para desvelarmos a branquitude (Bento, 2014, 2022; Cardoso, 2008, 2010; Piza, Rosemberg, 2014; Schucman,

2012) – analisada na última seção do capítulo – como categoria social de análise fundamental para a compreensão da obra Barretiana empreendida neste estudo. As discussões realizadas nos capítulos II e III visam demonstrar, a partir da descrição do percurso do pensamento sociológico acerca da temática racial, o pioneirismo de Lima Barreto em abordar tais temáticas em sua literatura.

Por fim, o quarto capítulo tem como proposta a análise do romance em consonância às discussões realizadas nos capítulos anteriores. Desse modo, na primeira seção, faremos uma abordagem do romance tendo como pressuposto que a relação entre as personagens e o subúrbio é fundamental para a construção do enredo. Esses elementos são discutidos em diálogo com as personagens que se manifestam como *alter ego* do autor e algumas críticas tecidas por Lima Barreto, como o esquecimento dos moradores do subúrbio frente às políticas de modernização urbana, o alcoolismo e a crítica à invisibilidade dos artistas marginalizados. No segundo tópico, abordaremos o trânsito das personagens a partir da perspectiva da branquitude e quais relações de poder são manifestadas no romance. Enfim, de forma relacional, analisaremos – a partir da relação de Clara e Cassi – as críticas proferidas pelo autor sobre as hierarquias raciais e de gênero entre as camadas populares no decorrer das primeiras décadas da formação republicana.

1 LIMA BARRETO: O PENSADOR IMPRESCINDÍVEL DO SUBÚRBIO CARIOCA¹⁰

*Há homens que lutam um dia e são bons
Há outros que lutam um ano e são melhores
Há aqueles que lutam muitos anos e são muito bons
Mas há os que lutam por toda vida
Esses são os imprescindíveis (Bertold Brecht)*

Contemporaneamente, a obra de Lima Barreto vem sendo resgatada como literatura fundamental àqueles que pretendem compreender – sob o olhar do escritor negro, pobre e suburbano – quais reminiscências as tensões sociais, que remontam ao processo de transição da ordem escravocrata à republicana, imprimiram à sociedade brasileira na atualidade. Dentre elas, destacam-se o racismo e a exclusão social, que persistem como elementos que conglobam a manutenção das assimetrias sociais na sociedade brasileira.

Em 2017, o consenso celebratório sobre a relevância da obra barretiana nos últimos anos se confirmou em homenagem conferida ao autor no renomado *Festival Literário de Paraty – Flip*, pelas diversas reedições de suas obras mais importantes e, por fim, pela publicação de sua bibliografia mais recente – *Triste visionário* – fruto de uma intensa pesquisa realizada durante mais de uma década pela antropóloga e professora Lilia Moritz Schwarcz.

Mas, afinal, o que caracteriza o resgate de Lima Barreto quase cem anos após sua morte? Para Josias de Paula Jr. (2017, p. 211),

o pressuposto é de que a primeira recepção crítica de Lima Barreto, feita ainda durante sua vida e logo após sua morte, é marcada por uma nódoa infame, a saber: Lima Barreto teria sido injustiçado, esmagado entre uma má-vontade na análise de seus textos e um asfixiante silêncio que o teria impelido a patamar inferior ao merecido no gradiente de honrarias e reconhecimento. O que teria motivado tal recepção a Lima Barreto, ainda segundo a nova percepção crítica, seriam elementos não-literários, isto é, sua condição de negro (mestiço), pobre e suburbano.

¹⁰ O termo *imprescindível* foi tomado por empréstimo do título da obra **Lima Barreto: o rebelde imprescindível**, de Luiz Ricardo Leitão (2006), parte de uma coletânea da Editora Expressão Popular destinada à veiculação de obras que visam dar visibilidade à trajetória de vida de brasileiros e brasileiras que atuaram em diferentes segmentos no campo da política, artes, educação e ciência e que, de forma comum, não tiveram o devido reconhecimento no curso de suas vidas. Sob influência do pensamento de Bertold Brecht, o autor aborda a vida e a obra de Lima Barreto compreendendo-o como um rebelde, cujo percurso pessoal e literário são fundamentais para compreendermos um Brasil que foi negligenciado pela historiografia oficial. Para mais informações da obra consultar: LEITÃO, Luiz Ricardo. **Lima Barreto: o rebelde imprescindível**. São Paulo: Expressão popular, 2006.

Nesse âmbito, o autor afirma que haveria, em torno de Lima Barreto, a necessidade circunscrita de reparação – de aceitação de sua obra pela academia e pela crítica – em relação ao seu *status* marginal em detrimento de sua literatura. Para o autor, a avaliação da obra barretiana perpassa dois aspectos que são inter-relacionados:

Nosso objetivo é questionar esses dois aspectos, a nosso ver inter-relacionados, que conduzem atualmente a avaliação sobre Lima Barreto, ou seja: 1. Sustentaremos que a recepção primeira de Lima Barreto não se caracteriza como tem sido delineada em nossos dias, visto que Lima Barreto não foi de todo ignorado em vida pela crítica, assim como fez escolhas conscientes dos riscos que trariam para si em seu objetivo de alcançar glória e distinção, e por fim, contudo extremamente relevante, algumas críticas negativas de que foi objeto foram acertadas, ou ao menos, coerentes; 2. Argumentaremos que a atual avaliação do autor em questão é um mero trocar de sinais, um valorizar sem questionamento daquilo que teria ocasionado o flagelo da injustiça: a sua condição racial e econômica está a franqueá-lo, agora, um exaltado aplauso condescendente; em resumo, seus condicionantes sociais étnicos e de classe, que outrora o teriam feito padecer uma iníqua apreciação, são então transformados em a *prioris* inquestionáveis de seu talento. Em suma, pensamos que é chegado o momento de uma posição de equilíbrio na crítica a Lima Barreto (Paula Jr., 2017, p. 212).

Não se trata apenas de um olhar condescendente, fruto de simples *modismo*, como muitas vezes são categorizados os estudos que visam dar voz aos subalternos (Spivak, 2010). A emergência de novos paradigmas sinaliza, tanto no campo da linguagem como das ciências humanas, a necessidade de resgatar narrativas e saberes que foram silenciados e combatidos diante de sua possibilidade de desestabilização do *status quo*. Tais paradigmas alinham-se à mobilização dos movimentos sociais (Fraser, 2006)¹¹, em especial do movimento negro, que, em um cenário contemporâneo de exacerbada desigualdade material, questionam saberes até então hegemônicos e possibilitam o surgimento de novos campos de investigação. Nas palavras de Prado (1980, p. 104), “no caso de Lima Barreto, a própria História se encarregou de recuperá-lo, mostrando ao leitor de hoje a extrema coerência de um escritor marginalizado que soube registrar a opressão que o esmagava”.

Nesse sentido, este trabalho não tem a pretensão de realizar uma crítica literária sobre a obra barretiana em sua totalidade. Haja vista as limitações concernentes às ciências sociais, a

¹¹ A filósofa Nancy Fraser chama a atenção para a expressiva desigualdade que se manifesta, em especial nos chamados países emergentes. Em face da globalização, os países que compõem os chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) chamam a atenção para as contradições que se manifestam entre os avanços econômicos e a manutenção de exclusão social oriundas de processos históricos discriminatórios e/ou da economia colonial.

escolha em analisar a obra de Lima Barreto, no campo da sociologia da literatura, dá-se em concebê-lo com um interlocutor de um Brasil, mais precisamente do subúrbio da capital republicana na transição do século XIX ao XX, que, em muitos aspectos, fora negligenciado nos registros oficiais, bem como nas teses que fundamentaram as ciências sociais no país. Em outras palavras, este estudo empenha-se em caracterizá-lo como um pensador social.

Certamente, a obra de Lima Barreto, assim como de outros autores e autoras marginalizados, não está isenta de críticas. Pelo contrário, trata-se de entender, conforme aponta Grada Kilomba, no prefácio da última edição de *Peles negras, máscaras brancas*, de Frantz Fanon (2022, p. 7): “este princípio [da ausência], no qual algo que *existe* é tornado ausente, é uma das bases fundamentais do racismo”. Logo, abordar a obra de Lima Barreto de forma complacente é desconsiderar o registro minucioso da realidade periférica do insipiente processo de urbanização carioca que foge aos registros históricos oficiais e desconsiderar o impacto que sua “linguagem simples” comunicou ao povo (Prado, 1980).

Como forma de responder a essas indagações e localizar os procedimentos teórico-metodológicos que direcionaram a análise do romance *Clara dos Anjos*, neste capítulo apresentaremos os seguintes tópicos: primeiramente, convidamos o leitor à breve contextualização histórica do período vivenciado pelo autor, que foi fundamental para o desenvolvimento de sua literatura – paralelamente à apresentação dos principais aspectos biográficos da vida de Lima Barreto – e como tais acontecimentos incidem em sua literatura de caráter confessional.

Na seção seguinte, abordamos o procedimento empregado por Otávio Ianni (1998), Zilá Bernd (1988) e Eduardo de Assis Duarte (2009) para categorizar a literatura negra, justificando, por consequência, a importância de compreendermos a obra do autor como pertencente a esse conjunto das letras nacionais. Discutimos as contribuições metodológicas de Antônio Candido (2012), Alfredo Bosi (1982) e Nicolau Sevcenko (1999) como autores profícuos à realização de uma obra literária sob a perspectiva das ciências sociais. Por fim, serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na análise do romance.

1.1 A réplica cidadã: a vida de Lima Barreto e as transformações socioespaciais do Rio de Janeiro na ordem republicana

15 de novembro

Escrevo esta no dia seguinte ao do aniversário da proclamação da República. Não fui à cidade e deixei-me ficar pelos arredores da casa em que moro, num subúrbio distante. Não ouvi nem sequer as salvas da pragmática; e, hoje, nem sequer li a notícia das festas comemorativas que se realizam. Entretanto, li com tristeza a morte da princesa Isabel. Embora eu não a julgue com o entusiasmo de panegírico dos jornais, não posso deixar de confessar que simpatizo com essa eminente senhora.

Veio, entretanto, vontade de lembrar-me o estado atual do Brasil, depois de trinta e dois anos de República. [...]

Em seguida, lembrei-me de que o eminente senhor prefeito quer cinco mil contos para reconstrução da avenida Beira-Mar, recentemente esborrachada pelo mar.

Vi em tudo isso a República; e não sei por quê, mas vi.

Não será, pensei de mim para mim, que a República é regime da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de parvenu, tendo como repoussoir a miséria geral? Não posso provar e não seria capaz de fazê-lo.

Saí pelas ruas do meu subúrbio longínquo a ler as folhas diárias. Li-as, conforme o gosto antigo e roceiro, numa “venda” de que minha família é freguesa.

Quase todas elas estavam cheias de artigos e tópicos, tratando das candidaturas presidenciais. Agora o capítulo descomposturas, o mais importante era o de falsidade.

Não se discutia uma questão econômica ou política; mas um título do Código Penal.

Pois é possível que, para a escolha do chefe de uma nação, o mais importante objeto de discussão seja esse?

Voltei melancolicamente para almoçar, em casa, pensando, cá com os meus botões, como deveria qualificar perfeitamente a República.

Entretanto – eu o sei bem – o 15 de novembro é uma data gloriosa, nos fastos da nossa história, marcando um grande passo na evolução política do país.

Marginália, 26-11-1921

O ano de 1881 é marcado por dois grandes acontecimentos na literatura: o escritor carioca Machado de Assis (1839-1908) publica sua obra-prima, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, e o romancista maranhense Aluísio Azevedo (1857-1913) publica *O mulato*. Tais obras demarcam uma nova era na literatura brasileira – o Realismo-Naturalismo, movimento comprometido em desenvolver uma literatura crítica, em diálogo entre a ciência e a realidade – contrapondo-se, em vista disto, ao Romantismo, cujo cerne residia no exercício da individualidade do autor e na exacerbação de manifestações subjetivas como a liberdade e as emoções (Prado, 1980, p. 3).

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu em 13 de maio, sete anos antes da Abolição. Coincidentemente ou não, a data de nascimento do autor, anos mais tarde, torna-se um marco na história brasileira. O Brasil foi o último país do Ocidente a dar fim ao processo escravagista¹² da força de trabalho negra. Sobre tal coincidência, Schwarcz (2017, p. 19-20), em biografia mais recente sobre a vida do autor, afirma que:

a ideia de liberdade significava um divisor de águas não só para a história do país como para o projeto literário que Lima pretendeu realizar. Segundo ele, o fim do cativeiro e a conquista da liberdade eram troféus difíceis de guardar, sobretudo numa nação que admitiu escravos em todo o seu território durante quatro longos séculos. A data de nascimento no caso dele era, portanto, mero acaso; mas quem sabe premonição.

Ao completar 7 anos em 13 de maio de 1888, o pequeno Afonso foi levado por seu pai, o tipógrafo João Henriques, para acompanhar de perto os festejos em celebração da Abolição na capital do país (Barbosa, 2002, p. 6). Anos mais tarde, o autor escreve a crônica *maio*¹³, publicada no livro *Feiras e mafuás*, em 1911, que reúne alguns dos seus principais textos:

Agora mesmo estou a lembrar-me que, em 1888, dias antes da data áurea, meu pai chegou em casa e disse-me: a lei da abolição vai passar no dia dos teus anos. E de fato passou; e nós fomos esperar a assinatura no largo do Paço. Na minha lembrança desses acontecimentos, o edifício do antigo paço, hoje

¹² Segundo Alencastro (2018), o tráfico transatlântico de escravizados para o Brasil foi maior ocorrido durante o período moderno. Sua pesquisa aponta que, entre o século XVI até 1850 – período correspondente aos processos de colonização e império no país –, estima-se que houve cerca de 14.910 viagens, o que resultou em um número aproximado de 4,8 milhões de pessoas. O autor ainda destaca que “uma particularidade marcante nas redes sul-atlânticas é seu percurso bilateral: 95% das viagens que desembarcaram africanos nos portos brasileiros foram iniciadas nestes mesmos portos, sobretudo no Rio de Janeiro, na Bahia e em Recife (nesta ordem). Em razão de correntes e ventos favoráveis no Atlântico Sul, a viagem de ida e volta Brasil-África era, em média, 40% mais curta do que as viagens similares dos portos antilhanos e norte-americanos até a África”. Para mais informações consultar: ALENCASTRO, Luiz Felipe. África, números do tráfico atlântico. In Lília M. Schwarcz e Flávio Gomes, **Dicionário da Escravidão e Liberdade**, Companhia das Letras, São Paulo, 2018, pp. 57-63.

¹³ As crônicas utilizadas no texto foram extraídas de uma publicação realizada pelo Jornal Folha de São Paulo que reuniu os principais textos publicados pelo autor. FOLHA DE SÃO PAULO. **Lima Barreto: crônicas escolhidas**. São Paulo: Ática, 1995.

repartição dos Telégrafos, fica muito alto, um *sky-scraper*; e lá de uma das janelas eu vejo um homem que acena para o povo. Não me recordo se ele falou e não sou capaz de afirmar se era mesmo o grande Patrocínio. Havia uma imensa multidão ansiosa, com o olhar preso às janelas do velho casarão. Afinal, a lei foi assinada e, num segundo, todos aquelas milhares de pessoas o souberam. A princesa veio à janela. Foi uma ovação: palmas, acenos com lenços, vivas...Fazia sol e o dia estava claro. Jamais na minha vida vi tanta alegria. Em geral, era total; e os dias que se seguiram, dias de folganças e satisfação, deram-me uma visão da vida inteiramente festa e harmonia (Barreto, 1995, p. 128).

Ainda sobre a alegria e o sentimento de esperança que tomaram a população, o autor transcorre sobre o quanto a data foi significativa ao povo e como mantivera um espírito de esperança que vislumbrava o futuro do país:

Eu tinha então sete anos e o cativo não me impressionava. Não lhe imaginava o horror; não conhecia a sua injustiça. Eu me recordo, nunca conheci uma pessoa escrava. Criado no Rio de Janeiro, na cidade, onde já os escravos rareavam, faltava-me o conhecimento direto da vexatória instituição, para lhe sentir bem os aspectos hediondos. Era bom saber se alegria que trouxe à cidade a lei da abolição foi geral pelo país. Havia de ser, porque já tinha entrado na consciência de todos a injustiça originária da escravidão. Quando fui para o colégio, um colégio público, à rua do Resende, a alegria entre a criançada era grande. Nós não sabíamos o alcance da lei, mas alegria ambiente nos tinha tomado. A professora, Dona Teresa Pimentel do Amaral, uma senhora muito inteligente, a quem muito devo o meu espírito, creio que nos explicou o significado da coisa; mas com aquele feitio mental de criança, só uma coisa me ficou: livre! livre! Julgávamos que podíamos fazer tudo o que quiséssemos; que dali em diante não havia mais limitações aos propósitos da nossa fantasia (Barreto, 1995, p. 128).

Entretanto, a sensação de liberdade, acompanhada de esperança em um futuro mais inclusivo para a população negra liberta, não se consumou como idealizara o pequeno Afonso. A metáfora que caracteriza o dia seguinte à abolição como o dia mais longo da história do Brasil é comumente abordada por integrantes do movimento negro. Em entrevista, o professor e ativista Hélio Santos desabafa: “o dia 14 de maio de 1888 é o dia mais longo da nossa história, porque nos atinge hoje nas ruas, nas esquinas, nas cadeias e nas 6,5 mil favelas que se tem no Brasil”.¹⁴

¹⁴ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/13/helio-santos-o-dia-14-de-maio-de-1888-e-o-dia-mais-longo-da-nossa-historia>. Acesso em: nov. 2023. Ainda sobre a mesma perspectiva, consultar texto publicado no portal Geledés acerca da condição da mulher negra após abolição, por Deise Benedito: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-no-dia-14-de-maio-de-1888-por-deise-benedito/>. Acesso em: nov. 2023.

Desde cedo, Lima Barreto foi apresentado ao mundo das letras por seus pais, uma condição deveras particular se comparada às pessoas de seu estrato social. Seu pai, João Henriques, “era mulato, quase preto” (Barbosa, 2002, p. 17). Filho de uma mulher escravizada, Carlota Maria dos Anjos, e de um homem português, não teve sua paternidade reconhecida¹⁵ como era comum no período em que vivera¹⁶.

Desde cedo, mostrou-se ambicioso e com facilidade para os estudos. Frequentou o Instituto Comercial da Corte, aprendeu francês e adquiriu substancial preparo para os exames preparatórios para admissão à Faculdade de Medicina. A formação acadêmica era vista por João Henriques como uma oportunidade de ascensão e aceitação social, tão excludentes às pessoas de sua origem racial e de classe. Sob a perspectiva educacional, Schwarcz (2017, p. 25) destaca:

A formação educacional era de fato uma maneira eficaz de distinção. De acordo com o Censo de 1872, a taxa de analfabetismo no país era de 82,3% para as pessoas de cinco anos ou mais, situação que se mantém bastante inalterada até o segundo Censo, realizado em 1890 (82, 6%), já no início da República. Como explica Sérgio Buarque de Holanda, ainda que D. Pedro II julgasse que “a educação, especialmente a instrução primária, sempre parecera, efetivamente a necessidade fundamental do povo”, o panorama da área pouco mudou durante o seu reinado.

João Henriques conheceu Amália Augusta, que viria a ser sua futura esposa e mãe de Lima Barreto, quando ela era ainda uma menina na casa dos Pereira de Carvalho. Segundo Francisco de Assis Barbosa (2002, p. 39), “impossível determinar com exatidão como, quando e por que João Henriques conheceu os Pereira de Carvalho¹⁷”. Em *Clara dos Anjos*, o autor faz referência à “origem da família ilustre, outrora abastada, descendente de um dos alferes de

¹⁵ A temática do abandono parental por um homem branco que não reconheceria a paternidade de seu pai é um dos traços confessionais atribuídos ao romance *Clara do Anjos*. Atribuindo o mesmo sobrenome de sua avó paterna, o autor aborda a temática no romance, conforme será discutido no decorrer do trabalho.

¹⁶ O abandono parental é uma das principais problemáticas que assolam as famílias brasileiras. Segundo os dados divulgados pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil) em seu Portal de Transparência, nos quatro primeiros meses do ano de 2022, foram registradas 56.931 crianças apenas em nome materno, correspondendo a 6,6% do total de nascimentos registrados no período. Dados disponíveis em <https://basedosdados.org/organization/associacao-nacional-de-registradores-de-pessoas-naturais-arpn>. Acesso em: nov. 2022.

¹⁷ Manuel Feliciano Pereira de Carvalho (1806-1867) foi um renomado médico, professor e presidente da Faculdade Imperial de Medicina. De acordo com Francisco Assis Barbosa, em nota referente à infância e origem familiar de Lima Barreto, afirma-se que o médico era de ascendência lusitana e apresentava traços visivelmente negros em sua fisionomia. O autor comenta a proximidade em aparência entre o médico e Lima Barreto, o que possibilita supor possível parentesco entre ambos. Tais afirmações foram extraídas do artigo publicado por Gilberto Freyre **Português, branquidade e documento**. O cruzeiro, Rio de Janeiro, 4-11-1950.

milícia, senhor de terras no estado do Rio, lá para as bandas de São Gonçalo” (Barbosa, 2002, p. 39).

A passagem em questão faz referência à dona Engrácia – mãe da protagonista e personagem-título do romance *Clara dos Anjos* – ao abordar as dificuldades da mãe da moça em administrar as tarefas domésticas que, embora as fizesse com muito zelo e honestidade, era incapaz de agir com eficiência frente a qualquer empecilho ou imprevisto, tendo em vista seu caráter passivo:

Qualquer acontecimento inesperado que lhe surgisse no lar, punha-a tonta e desvairada. Quando ainda tinham a velha preta Babá, que a criara na casa dos seus protetores e antigos senhores de sua avó, talvez um deles, pai dela, ficou Engrácia quase doida, ao ser a velha Babá acometida de um ataque súbito. Não sabia o que fazer. Foi preciso que Dona Margarida interviesse, mandasse chamar o médico, fizesse aviar a receita, tomasse, enfim, as providências que o caso exigia. A velha morreu daí a pouco, de embolia cerebral. Muito Engrácia sofreu com essa morte, pois, não tendo conhecido sua mãe, que lhe morrera aos sete anos, fora Babá que a criara. Os seus protetores tinham sido abastados; eram descendentes de um alferes de milícias, que tinha terras, para as bandas de São Gonçalo, em Cubandê. Pouco depois da Maioridade, com a morte do chefe da casa, filhos e filhas se transportaram para a Corte, procurando aqueles empregaram-se nas repartições do governo. Um dos irmãos já habitava a capital do Império e era cirurgião do Exército, tendo chegado a cirurgião-mor, gozando de grande fama. Para a cidade não trouxeram nenhum escravo. Venderam a maioria e os de estimação libertaram. Com eles, só vieram os libertos que eram como da família. Pelo tempo do nascimento de Engrácia, havia poucos deles e delas em casa. Só a Babá, sua mãe e um preto ainda estavam sob o teto patriarcal dos Teles de Carvalho. Engrácia foi criada com mimo de filha, como os outros rapazes e raparigas, filhos de antigos escravos, nascidos em casa dos Teles. Por isso, corria, de boca em boca, serem filhos dos varões da casa. O cochicho não era destituído de fundamento, naquela família, composta de irmãs e irmãos, ainda abastada, que se comprazia, tanto uns como as outras, em tratar filialmente aquela espécie de ingênuos, que viam a luz do dia, pela primeira vez, em sua casa. As senhoras, então, eram de uma meiguice de verdadeiras mães. Engrácia recebeu boa instrução, para a sua condição e sexo; mas, logo que se casou – como em geral acontece com as nossas moças -, tratou de esquecer o que tinha estudado. O seu consórcio com Joaquim, ela o efetuara na idade de dezoito anos (Barreto, 2011, p. 60-61).

Assim como é evidenciado no trecho acima, no decorrer do romance, há diversas menções autobiográficas ramificadas na trajetória de diversas personagens. Entre os escravizados libertos citados no excerto, encontra-se Geraldina Leocádia da Conceição, sua avó materna que tivera os filhos criados como se fossem netos do médico Manuel Pereira de Carvalho. Diante do tratamento afável com que tratara os filhos da agregada, aumentavam os rumores que as

crianças eram, na verdade, seus netos. Embora tivessem recebido boa educação, nunca obtiveram, efetivamente, o reconhecimento do vínculo familiar (Barbosa, 2002, p. 41).

Amália estava prestes a completar 6 anos quando o médico, e suposto bisavô, faleceu. Em decorrência desse fato, sua mãe Leocádia e seus irmãos foram entregues aos cuidados dos irmãos mais velhos do capitão-mor Manuel Pereira de Carvalho. É interessante destacar que, sob a condição de bastardos e apadrinhados, ainda assim, os filhos de Leocádia foram devidamente instruídos e adotaram o sobrenome *Pereira de Carvalho*¹⁸. Entretanto, destaca-se que a relação entre os filhos de Leocádia e os Pereira de Carvalho exprime o amargor das contradições que permeavam os negros alforriados e seus descendentes. Ainda que a relação de Amália fosse destoante das demais meninas de sua condição de classe e raça, não se pode perder de vista que nesta relação se mantinha a perpetuação das relações senhoriais entre brancos e negros anteriores à Abolição, conforme destaca o excerto a seguir:

A imagem mais forte – na vida e na literatura de Lima – é a sua mãe, que tomou parte dessa engenharia de patronagens que enredou as elites brasileiras e seus serviçais, e que condicionaria o modelo oficial de abolição. Libertação era entendida pelos proprietários de escravos e pelo Estado como uma espécie de presente; desses que se “recebem” e que “impõem” a obrigação de demonstrar gratidão e retribuir. Foi assim com Geraldina – uma escravizada doméstica que ganhou a liberdade, mas ficou atada aos Pereira de Carvalho por laços de fidelidade -, e parecia ser também exemplo de Amália, que fazia parte da família, mas de algum modo alcançou posição social distinta: formou-se professora e chegou à diretora de escola. Casos como o de Amália mostram a importância da educação para o acesso à liberdade não só jurídica como social. Amália sabia ler e escrever com perfeição, e por isso diferenciava-se das gerações de sua mãe e avós, mas também nos recém-libertos com quem devia conviver (Schwarcz, 2017, p. 42).

João Henriques e Amália Augusta casaram-se em dezembro de 1878, na cidade do Rio de Janeiro. Neste período, João Henriques nunca tinha se imaginado tão feliz. Amália inaugurara um pequeno colégio para moças - o *Santa Rosa* - na residência da família. Amparado pelo apoio da esposa, João Henriques continuava a se preparar para os exames admissionais em vista de ingressar na Faculdade de Medicina. O progenitor de Lima Barreto via a possibilidade de conquistar a tão desejada ascensão social pela educação, já que não a tivera por nascimento ou fortuna. Somado aos estudos, dedicava-se ao emprego público na Imprensa Nacional, sob a função de operário de primeira classe, e ao trabalho no jornal na função de tipógrafo (Barbosa, 2002, p. 48).

¹⁸ A mãe de Lima Barreto, enquanto solteira, chamava-se *Amália Augusta Pereira de Carvalho* (Barbosa, 2002, p. 42).

Todavia, a felicidade do casal não duraria muito tempo. A saúde de Amália Augusta ficou seriamente debilitada após o parto do seu primeiro filho¹⁹. Mesmo convalescida, teve, ao todo, quatro filhos: Nicomedes, Afonso, Evangelina e o caçula, Eliéser. Conforme os anos se passavam, a saúde de Amália Augusta piorava e, com isso, o ingresso de João Henriques na Faculdade de Medicina já não era mais uma possibilidade. Trabalhando noite e dia, João Henriques precisava dedicar-se com mais empenho ao sustento da esposa doente e de seus filhos. Com o intuito de cortar gastos e possibilitar maior qualidade de vida, a família muda-se do bairro das Laranjeiras para a região montanhosa de Paula Matos.

De nada adiantaria o novo sacrifício. A pobre Amália morreu poucos meses depois (dezembro de 1887), vítima de uma tuberculose galopante. Aos 35 anos de idade, o tipógrafo João Henriques de Lima Barreto estava viúvo, com quatro filhos pequenos. O maiorzinho, Afonso, não havia completado 7 anos. E o menor, Eliéser, nem fizera 2. A morte de Amália há de descer como uma sombra no coração do filho mais velho. Sombra que nunca mais se dissipará (Barbosa, 2002, p. 50).

A morte da mãe causou danos irreparáveis às emoções do pequeno Afonso. A ausência do carinho materno transformou-o de criança alegre e brincalhona a uma figura “taciturna, reservada e tímida” (Barbosa, 2002, p. 61). Em passagem no *Diário íntimo* – texto elaborado no período em que esteve recluso no hospício – o autor confessa que, logo após a morte de sua mãe, aos 7 anos, foi acusado de furto e teve vontade de se matar. Provavelmente, este episódio foi a primeira experiência de violência e injustiça que ele passou em sua vida. Neste percurso, sem a presença de Amália, sentia-se “abandonado e sem defesa” (Barbosa, 2002, p. 61). Ainda sobre a perda da mãe, o autor narra um dos episódios mais dolorosos de sua vida:

Só me lembro dela no caixão quando meu pai, chorando, me carregou para aspergir água benta sobre o seu cadáver. Durante toda a minha vida, fez-me muita falta. Talvez fosse menos rebelde, menos sombrio e desconfiado, mais contente com a vida, se ela vivesse. Deixando-me ainda na primeira infância, bem cedo firmou-se o meu caráter; mas, em contrapeso, bem cedo me vieram o desgosto de viver, o retraimento, por desconfiar de todos, a capacidade de ruminar mágoas sem comunicá-las a ninguém – o que é um alívio sempre; enfim, muito antes do que era natural, chegaram-me o tédio, o cansaço da vida e uma certa misantropia (Barreto, 1997).

Amália morreu em dezembro de 1887, antes da Abolição e do advento da República. Se ambos os eventos, mesmo sem a iniciativa popular, traziam esperanças de uma sociedade mais justa à família Barreto, na prática, não significaram transformações tão significativas conforme

¹⁹ O primeiro filho do casal, Nicomedes, nasceu em setembro de 1879 e morreu apenas oito dias após o nascimento.

o esperado. José Murilo de Carvalho (2012, p. 29) destaca que a euforia inicial ocasionada pela abolição não gerou o mesmo contentamento sobre o advento do novo regime entre as camadas populares²⁰. Para o historiador, a Monarquia caiu justo no momento em que obteve a pior popularidade entre as camadas populares, em partes, como consequência do fim do regime escravagista. Sobretudo, a implementação do novo regime foi simbolicamente marcada por diversos decretos de caráter antipopular.

A exemplo dos diversos eventos que exprimem as medidas de exclusão e higienização na capital nacional, tem-se a perseguição aos capoeiras, por Sampaio Ferraz, a coibição das bancas de jogo do bicho e a retaliação aos cortiços – o mais famoso conhecido como *Cabeça de Porco* – em 1892, pelo prefeito Barata Ribeiro. Diante deste e de outros acontecimentos, tornou-se factual a insatisfação e a desaprovação do governo republicano entre as camadas populares, sobretudo os negros, conforme aponta o trecho a seguir:

A simpatia dos negros pela Monarquia reflete-se na conhecida ojeriza que Lima Barreto, o mais popular romancista do Rio, alimentava pela República. Neto de escravos, filho de um protegido do Visconde de Ouro Preto, o romancista assistira, emocionado, aos sete anos, às comemorações da abolição e às festas promovidas por ocasião do regresso do imperador de sua viagem à Europa, também, em 1888. Em contraste, vira, no ano seguinte, seu pai, operário da Tipografia Nacional, ser demitido pela política republicana. Irritava-o particularmente, a postura do barão do Rio Branco, a quem acusava de renegar a parcela negra da população brasileira (Carvalho, 2012, p. 30).

As mudanças advindas da abolição da escravatura e o novo regime impulsionaram ainda mais os antagonismos de classe na capital fluminense. Se para a burguesia nacional a República resultou na acumulação de capital e na maior possibilidade de influência política, entre as camadas populares, assistia-se a incontáveis estratégias de segregação e a emergência de novas dinâmicas de exploração no mundo do trabalho, ocasionando, desse modo, alterações na disposição demográfica da cidade em termos numéricos de habitantes, de composição étnica e de ocupações (Carvalho, 2012, p. 16; Resende, 1993, p. 32; Sevcenko, 1999, p. 51). Sobre as transformações demográficas, observa-se que

²⁰ A esse aspecto vale destacar a ação da Guarda Negra da Redentora liderada por José do Patrocínio. O movimento de livre associação e sem pretensões hierárquicas tinha por finalidade proteger a monarquia. Embora a abolição tenha sido fruto de um longo e intenso processo de organização popular de cunho abolicionista, o advento da República foi visto por muitos grupos abolicionistas como uma possível ameaça à liberdade. Os membros da guarda atuavam em defesa da Princesa Isabel, que exprimia o símbolo da monarquia no país, e posicionavam-se ferrenhamente contra os republicanos. Para mais informações sobre o tema, consultar: KRAAY, Hendrik. Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra: Reflexões sobre o monarquismo popular no Brasil oitocentista. *Varia História*, v. 35, p. 141-175, 2019.

a década que precedeu a República apresenta o maior crescimento populacional relativo. Em termos absolutos, tem-se que a população quase dobrou entre 1872 e 1890, passando de 266 mil a 522 mil. A cidade teve ainda de absorver uns 200 mil novos habitantes na última década do século. Só no ano de 1891, entraram 166 321 imigrantes, tendo saído para os estados 71 264. Este enorme influxo populacional fazia com que, em 1890, 28,7% da população fosse nascida no exterior e 26% dela proviesse de outras regiões do Brasil. Assim, apenas 45% da população era nascida na cidade (Carvalho, 2012, p. 16-17).

Outro aspecto relevante apontado pelas pesquisas historiográficas sobre o período (Abreu, 2003; Carvalho, 2012; Sevckenko, 1999) é a aparente distribuição assimétrica entre os sexos. No conjunto de estrangeiros, em especial os portugueses, a população masculina era o dobro da população feminina. Entre a população geral, os homens correspondiam a 56% do total de habitantes. Este desequilíbrio refletia-se no nível de nupcialidade, que “era apenas de 26% entre os homens brancos e caía para 12,5% entre os negros em 1890”. Em outras palavras, esses dados demonstram os baixos índices de famílias regularizadas (Carvalho, 2012, p. 17).

No âmbito do trabalho, o rápido e desestruturado crescimento urbano ocasionou um aumento expressivo de ofícios informais e precarizados. Em *Trabalho, lar e botequim*, Sidney Chalhoub (1986) aponta que o fim do trabalho escravagista e os movimentos migratórios – de estrangeiros europeus²¹ e de brasileiros advindos de regiões interioranas – forjaram o chamado “homem livre”, em que trabalhadores de diversas categorias deveriam se submeter ao assalariamento: “Domésticas, jornaleiros, trabalhadores em ocupação mal definidas chegavam a mais de 100 mil pessoas em 1890 e a mais de 200 mil em 1906” (Carvalho, 2012, p. 17).

O impacto do crescimento populacional acarretava, por conseguinte, condições insalubres de moradia e saneamento. Nessa diretriz, o incremento das atividades portuárias e as atividades dos setores de serviços corroboraram para o surgimento de ocupações precárias. Muitas vezes, essas instalações conciliavam a função de habitação e de local de atividades comerciais. O “projeto” comum era o do sobrado longilíneo, com um armazém funcionando no andar térreo e com os andares superiores ocupados por moradias dos mais diversos tipos (Oliveira, 2003, p. 156). Torna-se corriqueira a ocupação dos casarões coloniais que abrigavam muitas famílias e trabalhadores pobres, em sua maioria ex-escravizados e imigrantes.

²¹ Sobre a imigração portuguesa e sua dinâmica de ocupação urbana no Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX, consultar: OLIVEIRA, Carla Mary O. O Rio de Janeiro da Primeira República e a imigração portuguesa: panorama histórico. *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*. n.3, 2009, p. 149-168.

Os problemas de saneamento e abastecimento de água que perduravam desde o antigo regime agudizavam-se em conformidade com o crescimento exponencial da população. Mais precisamente no ano de 1891, a cidade do Rio de Janeiro sofreu a mais intensa crise sanitária da sua história. De forma trágica, coincidiram epidemias de varíola, febre-amarela, malária e tuberculose. José Murilo de Carvalho (2012, p. 19) sublinha que “nesse ano, a taxa de mortalidade atingiu seu mais alto nível, matando 52 pessoas a cada mil habitantes”.

Tensões e contradições sociais desta magnitude demandavam mudanças na estrutura e na organização das cidades, que não condiziam mais com as velhas amarras da estrutura urbana do período imperial. Era necessário, portanto, acompanhar os anseios das elites nacionais, o que correspondia a transformar a capital em signo de cosmopolitismo e modernização. A modernização em questão visava à ampliação das vias urbanas e à construção de novos edifícios, assegurando, desse modo, a segregação socioespacial entre as elites e os grupos operários. Pressionado pela burguesia local, o Prefeito Pereira Passos, nomeado durante o governo de Rodrigues Alves (1902-1906), realizou, em quatro anos, o maior conjunto de obras públicas vistas até o momento (Abreu, 2003; Carvalho, 2012; Sevcenko, 1999):

a “modernização” da economia urbana não condizia com uma área central ainda tipicamente colonial, com suas ruas estreitas e sombrias, onde se misturavam usos e classes sociais diversos; onde o capitalista se misturava com o operário, onde os edifícios públicos e empresariais eram vizinhos dos cortiços. Não condizia também com a ausência das obras suntuosas que proporcionavam *status* à rival platina. Era preciso acabar com a imagem de que o Rio era sinônimo de epidemias, de insalubridade, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do novo Brasil (Abreu, 2003, p. 220).

O Rio de Janeiro abre-se para o século XX com perspectivas promissoras de crescimento econômico. A capital concentrava os lucros da economia cafeeira, sediava as principais instituições administrativas e políticas do Estado. Concentrando o maior núcleo ferroviário do Brasil, o desenvolvimento do parque industrial consolidou a cidade como o maior centro comercial do país. Dessa forma, Sevcenko (1999, p. 28) enfatiza que a “mudança da natureza das atividades econômicas do Rio foi de monta, portanto, a transformá-lo no maior centro cosmopolita da nação”. Frente ao entusiasmo do cosmopolitismo,

o novo grupo social hegemônico poderá exibir os primeiros monumentos voltados à segregação do seu trunfo e de seus ideais. O primeiro dele se revela em 1904 com a inauguração da Avenida Central e a promulgação da lei da vacina obrigatória. Tais atos são o marco inicial da transfiguração urbana da cidade do Rio de Janeiro. Era a “regeneração” da cidade e, portanto, do país, na linguagem dos cronistas da época. Nela são demolidos os imensos casarões coloniais e imperiais do centro da cidade, transformados, que estavam em

pardieiros em que se abarrotava grande parte da população pobre, a fim de que as ruelas acanhadas se transformassem em grandes avenidas, praças e jardins, decorados com palácios de mármore e cristal pontilhados de estátuas importantes da Europa. A nova classe conservadora ergue um *decor* urbano à altura da sua empáfia (Sevcenko, 199, p. 30).

No clássico *O direito à cidade*, Henri Lefebvre (2011) aponta que as cidades sempre tiveram relação com a sociedade em seu entorno. Assim, ela tende a mudar conforme as estruturas sociais se modificam no processo histórico. No entanto, o autor alerta que não podemos entender as mudanças ocasionadas na cidade como uma mera reprodução passiva da “globalidade social”. A cidade se situa no âmbito daquilo que o autor caracteriza como o “meio-termo” entre aquilo que caracteriza como *ordem próxima* – que consiste na relação entre indivíduos e grupos sociais mais ou menos organizados – e a *ordem distante* – a organização da sociedade, que se manifesta sob a égide de grandes e poderosas instituições como o Estado, a Igreja, o conjunto de normas jurídicas formalizadas ou não e da cultura e suas manifestações simbólicas. A *ordem distante*, por finalidade, é efetivamente poderosa e superior; se sobrepõe à aparência e não se reproduz fora do campo ideológico. Já a *ordem próxima* se projeta na realidade prático-sensível, nas manifestações cotidianas.

A cidade, para o autor, realiza o papel de mediadora das *mediações*. As dinâmicas da ordem distante incidem sobre o campo material, nas relações de produção e nos mecanismos de coerção. Em síntese, a cidade é o local em que as mediações entre as relações de poder da “ordem distante” se manifestam na “ordem próxima”, transformando o curso de vida no plano imediato. As relações sociais que ocorrem nas cidades são oriundas de “uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos” (Lefebvre, 2011, p. 52).

Domesticada aos interesses políticos das oligarquias, a cidade pôs-se ao plano de cartão-postal dos interesses e espírito moderno e cosmopolita da República. No plano cultural, a cidade imprimia seus anseios de progresso, cientificismo e requinte sob a influência da *Belle-Époque* francesa (Carvalho, 2012, p. 39). O ímpeto da elite republicana foi capaz de transformar o Brasil de uma condição colonial a um país de anseios capitalistas modernos. Se o projeto consistia em transformar o país em um Estado-nação, o que se pôde observar foi o surgimento de novas dinâmicas de opressão, provenientes de um capitalismo dependente que não foi capaz de conceder o *status* de cidadania à maioria da população: “No caso do Rio de Janeiro, ajudado pela geografia que favorece sua divisão em suas cidades a sul e norte, os processos de coerção, da violência, buscam, com frequência, contemplar-se pela exclusão” (Resende, 1993, p. 43).

Para Abreu (2003, p. 222), a Reforma empreendida pelo governo Pereira Passos representa “o primeiro grande exemplo de intervenção direta, maciça e abrangente do Estado sobre o espaço urbano carioca. Tais medidas intervencionistas tiveram dois pilares: o controle da circulação da população e o controle urbanístico. É a partir destes dois eixos que o processo de transformação e modernização da cidade se propaga e seu significado higienizador e segregador podem ser identificados com mais objetividade.

As reformas, que tinham por objetivo reduzir a suposta promiscuidade social que vivia a população das regiões centrais, resultou em processos cada vez mais violentos de coibição dos modos de vida e lazer da população pobre e das formas de organização do trabalho e levantes operários. As áreas afetadas pelas políticas de higienização empreendidas pelo governo Pereira Passos resultaram em deslocamentos em massa para as regiões periféricas dos morros e subúrbios. Nessa diretriz, Maurício Abreu (2003, p. 227) enfatiza que a abertura do subúrbio ao operariado não apenas mitigou as tensões sociais que ocorriam nas áreas centrais, como também instituiu outros tipos de hierarquias sociais na cidade:

E essa transferência teve efeitos muito mais profundos do que se imagina. Em primeiro lugar, permitiu uma exploração ampliada da força de trabalho, já que à exploração realizada pelo capital aliou-se agora aquela feita pelo Estado, através de programas de melhoramentos que, embora financiados por todos os contribuintes da cidade, beneficiavam apenas os habitats (bairros) burgueses. Em segundo lugar, disseminando a força de trabalho por subúrbios longínquos, carentes, e isolados uns dos outros, não só reduziu a sua vida a uma luta pelo cotidiano (luta pela melhoria de transporte, pela instalação de infraestrutura etc.), como diluiu bastante a capacidade de mobilização popular, diminuindo, por conseguinte, o potencial de conflito urbano (Abreu, 2003, p. 229).

É voltando-se para o subúrbio carioca, após breves apresentações de alguns dos principais tópicos que demarcaram a transição da ordem monárquica à republicana, que retomaremos aos eventos biográficos da família Barreto. Se as lembranças do pequeno Afonso sobre o 13 de maio eram rodeadas de imagens felizes, o mesmo não acontecia com as memórias do 15 de novembro. Após a mudança do regime político, seu pai demite-se da Imprensa Nacional e desliga-se do emprego na *Tribuna Liberal*. Posteriormente ao incidente, João Henriques foi nomeado escriturário das Colônias dos Alienados da Ilha do Governador²². O

²² As Colônias dos Alienados tinham sido recém-criadas pelo governo republicano com o objetivo de suprir o problema de superlotação dos hospícios. Nas colônias, os internos eram responsáveis por desenvolver atividades agrícolas e trabalhos artesanais como forma de compensar a falta de recursos das famílias para o tratamento dos

pequeno Afonso manteve-se no Rio de Janeiro para dar continuidade aos estudos e visitava a família na Ilha do Governador apenas aos finais de semana. Seu pai, sempre vigilante, acompanhava orgulhoso o desenvolvimento acadêmico do filho.

Os anos foram passando e, em 1897, Lima Barreto entra para a Escola Politécnica. O seu desempenho como estudante de engenharia não seguia o brilhantismo que demonstrou em seus estudos como secundarista. A carreira de engenheiro nunca lhe encantou. Queria apenas satisfazer o desejo do pai em vê-lo formado como doutor. “Ia pouco às aulas. Era incapaz de se interessar pelas coisas que não amava. Conjugados...Momentos...Teoria do pêndulo...Teorema das áreas...Preferia esconder-se na biblioteca, devorando Kant, Spencer, Comte, Condillac, Condorcet, Le Blon” (Barbosa, 2002, p. 102).

Enquanto criança, nem no Liceu Popular Niteroiense e nem no Paula Freitas sentiu as diferenças de classe. Não se via, até então, como diferente. Foi nos anos da Politécnica que Afonso Henriques de Lima Barreto começou a sentir as asperezas do preconceito racial. O jovem – aspirante a engenheiro, negro, com a sensibilidade dos romancistas –, viu-se rodeado de estudantes e professores que se distinguiam dele pela origem social e pela cor da pele:

COMEÇA A CAVAR-SE o abismo. O estudante, pobre, mas orgulhoso, era prevenido contra tudo e contra todos. O ambiente da Escola asfixiava. Sofria com a convivência obrigatória dos colegas ricos, de outra condição social que não a sua. Começou então a ver que a origem humilde o tornava diferente dos outros rapazes de sua idade, felizes e despreocupados, que passavam tranquilamente pela Politécnica sem maiores problemas que os de estudar e prestar exames, tirar o diploma e engenheiro civil e ostentar no indicador vistoso anel de grau azul-safira. Para estes, filhos de pais ricos, as coisas corriam decentemente, deslizavam. Não tinham preocupações de ordem material, não precisavam economizar, vestiam-se nos melhores alfaiates, podiam comprar os livros que quisessem. E, mesmo que não levassem os estudos muito a sério, isso não teria a maior importância. Contavam com as relações de família, os empenhos, os “pistolões”, que lhes abriam todas as portas, como num passe de mágica (Barbosa, 2002, p. 111).

Seria injusto dizer, porém, que os anos em que estivera na Politécnica foram marcados apenas por dissabores. Neste mesmo período, Lima Barreto passa a ter contato com a imprensa. É neste contexto que começa a colaborar com o periódico estudantil *A Lanterna*²³ – que reunia

familiares internos. Para mais informações sobre o assunto, consultar: CLAPER, Jeanine Ribeiro et al. **Colônia agrícola para alienados no Rio de Janeiro (1890-1924): discursos, projetos e práticas na assistência ao alienado**. Tese de Doutorado. 2020.

²³ Na época que colabora para o jornal *A Lanterna*, Lima Barreto utilizava o pseudônimo *Alfa Z*. Tempos depois, quando já possuía sua própria coluna, assinava como Momento de Inércia, fazendo alusão ao princípio da inércia,

crônicas de autoria dos alunos - e filia-se à Federação dos Estudantes Brasileiros, sendo eleito para o cargo de diretor da instituição em 1902 (Schwarcz, 2017, p. 124-125).

Desde então, a sua veia jornalística começa a despontar e a ganhar conhecimento entre os estudantes. A vida acadêmica, embora não fosse fortuita – era levada sem grandes aspirações ao sucesso. Mantinha-se na Politécnica apenas para atender ao desejo de seu pai e a vida acadêmica trazia-lhe uma intensa sociabilidade nos cafés do centro da cidade, como os cafés *Java* e *Papagaio*. O período de efervescência intelectual da vida do autor é também marcado pelo intenso contato com a bebida.

Em meio à vida de estudante universitário, amargando novamente a reprovação na cadeira de mecânica, a loucura atravessa brutalmente a família Barreto e, conseqüentemente, a vida do jovem estudante. No ano de 1902, João Henriques apresenta episódios constantes de alucinações. Em seu último exame médico, foi decretada a sua inaptidão para o serviço público, o que somente piorou seu quadro de saúde psíquica. Os surtos tornaram-se cada vez mais frequentes, dominados pela mania de perseguição.

A essa altura, com 21 anos, sendo o mais velho entre os irmãos, Lima Barreto assume as responsabilidades pela saúde do pai e pelo sustento da família. Ao todo, eram 8 pessoas que compunham sua família estendida: os três irmãos, Prisciliana – que era considerada companheira de Henriques –, os três filhos dela e Manuel de Oliveira, agregado da família (Schwarcz, 2017, p. 131; Barbosa, 2002, p. 130).

O período universitário, cercado de estudantes e da vida boêmia que levava enquanto morava na pensão, parecia cada vez mais próximo do fim. Após o incidente com seu pai, a família mudou-se para o bairro do Engenho Novo, deixando para trás a vida na Ilha do Governador e o trabalho na Colônia dos Alienados. Nesse contexto, um fato muito delicado viria a complicar ainda mais o estado de saúde de João Henriques. Em 13 de janeiro de 1903, foi publicada uma denúncia anônima, que colocaria a honestidade de João Henriques à prova, com rumores de que havia inconsistência nos registros administrativos e financeiros durante a sua gestão de almoxarife e administrador na Colônia dos Alienados.

A auditoria realizada confirmou que não havia nenhum tipo de irregularidade nos livros da instituição. Muito provavelmente, a denúncia deve ter sido feita por algum funcionário que almejava o cargo. Diante das condições econômicas do período, a função desempenhada na Ilha

expresso na Primeira Lei de Newton. A principal característica de sua coluna era o caráter voraz de suas críticas acompanhada de muito escárnio endereçado a seus amigos e a ele próprio.

do Governador trazia certos benefícios, como moradia, salário fixo e algum prestígio social. Porém, mesmo tendo sido inocentado, o incidente piorou ainda mais o estado de saúde do progenitor da família Barreto. Em 12 de fevereiro de 1903, cerca de um ano após o ocorrido, João Henriques é definitivamente aposentado por invalidez e, junto à reclusão, o sonho de ver seu filho doutor estava efetivamente findado.

Quem sabe, por linhas tortas, a alienação de João Henriques não tenha ajudado na decisão, tantas vezes adiada, do filho. Sem a rédea curta do pai, Lima perdia a última motivação para prosseguir no curso. Ele ia também tomando consciência das privações que passara por lá, ou, ao menos, ia se permitindo levá-las a sério, assim como registrá-las, e por escrito. Era dessa maneira que ele explicava sua situação familiar e íntima: “Vivia eu nesse conflito moral desde os meus dezenove anos, quando, aos vinte e um, meu pai adoeceu sem remédio, até hoje. Estava livre, mas por qual preço, meu Deus! [...] Não seria mais doutor em coisa alguma [...] ia me fazer por mim mesmo, em campo muito mais vasto e mais geral!” (Schwarcz, 2017, p. 142).

O ingresso de Lima Barreto na vida literária foi marcado por uma variedade de caminhos possíveis, mas que nem sempre eram definitivamente concluídos. Tomado pela vontade de produzir, começava duas ou três obras ao mesmo tempo e, abruptamente, as deixava de lado. A exemplo, tem-se a iniciativa de elaborar um texto que seria um tipo de “Germinal negro”, fazendo alusão à obra naturalista do francês Émile Zola, escrita em 1885. O romance narra o cotidiano de operários de uma mina de carvão no interior da França em meio a uma greve por melhores condições de trabalho. Até hoje, o romance é uma referência no campo literário ao narrar as mazelas das condições de vida da classe trabalhadora e as mobilizações sindicalistas que se expandiriam na segunda metade do século XIX, sob influência anarquista e socialista.

A futura narrativa do *Germinal negro* – em que afirmava ser a sua pretensa obra-prima – visava denunciar as atrocidades ocasionadas pelo escravagismo no país, ao descrever as condições de vida e trabalho dos negros cativos em uma fazenda. O autor chegou até mesmo a afirmar que a obra seria o marco de uma nova escola literária, o *negrismo* (Barbosa, 2002, p. 163; Schwarcz, 2017, p. 190).

Outro exemplo das expressivas ambições literárias de Lima Barreto, mas que eram logo abandonadas, é o romance *Clara dos Anjos*²⁴, iniciado em 1904. A novela, a princípio, teve dois ou três capítulos esboçados e só foi retomada anos mais tarde. O intuito era abordar, de

²⁴ As informações que aludem à publicação do romance – desde sua ideia inicial, passando pelas adaptações e mudanças realizadas até seu término inacabado em 1922 até sua publicação póstuma em 1948 – serão retomadas no Capítulo IV da tese, em que são feitas com mais profundidade as análises do enredo e de suas personagens.

forma mais assertiva, as questões raciais após a Abolição. No contexto em questão, do que escrevera em *Clara dos Anjos* Lima Barreto aproveitou apenas as páginas iniciais, em que faz uma descrição da paisagem suburbana descrita em um dos capítulos do romance *Vida e morte de JM Gonzaga de Sá*.

A vida de escritor de Lima Barreto se dividia entre a escrita política – ao gosto da burguesia –, no *Correio da Manhã*, e a colaboração entre folhetins e revistas menores, como a *Floreal* –, de sua autoria e de outros hebdomadários menores, como o *Novo rumo*, em que circulavam ideias em defesa das causas operárias. Embora tenha deixado explícita sua inclinação à escrita política e sua simpatia à causa anarquista, não teve nenhuma vinculação partidária em sua trajetória, tanto por questões de ímpeto como, também, por não achar coerente filiar-se a algum grupo, tendo em vista seu ofício como funcionário público (Barbosa, 2002, p. 173).

Os seus principais biógrafos, Francisco de Assis Barbosa (2002) e Lilia Moritz Schwarcz (2017), em diversas passagens, abordam o quanto Lima Barreto era fiel aos seus princípios. Orgulhoso e crítico das elites, colecionou desafetos e obstáculos que o impediram de viver exclusivamente de sua escrita. E assim sucedem – entre azedumes e uma revolta cada vez mais imoderada – as experiências de vida do autor, que se mesclam a suas obras as quais serão brevemente apresentadas a seguir²⁵.

Os anos seguintes são de intensa produção literária. Em 1909, publica seu romance de estreia – *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* – em Portugal. No momento, Lima Barreto também tinha por completo o manuscrito de *Vida e morte de JM Gonzaga de Sá*. Contudo, a escolha de *Isaías Caminha*, como apresenta Francisco de Assis Barbosa (2002, p. 184)²⁶, foi feita com o intuito de escandalizar:

Era um tanto cerebrino, *Gonzaga de Sá*, muito calmo e solene, pouco acessível, portanto. Mandeí as *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, um livro desigual, propositalmente malfeito, brutal por vezes, mas sincero sempre. Espero muito nele para escandalizar e desagradar, e temo, não que ele te escandalize, mas que te desagrade. Como contigo, eu terei grande desgosto que isso aconteça a outros amigos.

²⁵ A vida privada de Lima Barreto, suas obras literárias em diversos gêneros textuais e suas inúmeras contribuições jornalísticas são de uma amplitude que fogem às limitações desta tese. Sendo assim, serão apresentadas, no decorrer dos textos, as principais informações que foram reunidas e selecionadas para o desenvolvimento da pesquisa.

²⁶ Trecho extraído de carta a Gonzaga Duque, 7-2-1909. V. *Correspondência*, I, pp. 169-170.

O romance narra a trajetória do protagonista Isaías Caminha, jovem pobre e negro vindo do interior, que migra para a capital nacional com o desejo de tornar-se “doutor” e, conseqüentemente, conquistar a elevação do seu *status social*. Mesmo com uma carta de recomendação, ele encontra vários obstáculos relacionados à sua origem social e raça. Os revezes se somam e o protagonista não consegue iniciar seus estudos, não conquista trabalho e, diante desses infelizes acontecimentos, passa a morar nas ruas, experimentando os sabores da exclusão social tão comum no período em que o autor vivera.

Após ser tomado pela desesperança, é convidado por um homem que conhecera quando chegou ao Rio de Janeiro para trabalhar em um grande jornal. A partir daí, Isaías Caminha passa a escrever críticas ferinas à imprensa, denunciando os jogos de interesses, a parcialidade com que os fatos políticos e sociais são narrados, o sensacionalismo da cobertura jornalística e, sobretudo, o despreparo dos jornalistas, o que vai gerar uma repercussão negativa do livro entre a imprensa. Vejamos como o autor traça sua crítica à imprensa em trecho extraído do romance:

Demais eram as banalidades, os conceitos familiares sobre o crime e os criminosos que ele desenvolvia com a convicção de quem estivesse fazendo um estudo profundamente psicológico e social. Oh! A vaidade dos desconhecidos da imprensa é imensa! Todos eles se julgam com funções excepcionais, proprietários da arte de escrever, acima de todo o mundo. Não reconhecem que são como um empregado qualquer, funcionando automaticamente, burocraticamente, e que uma notícia é feita com chavões, chavões tão evidentes como os da redação oficial. Quase todos os repórteres e burocratas dos jornais desprezam a literatura e os literatos. Não os grandes nomes vitoriosos que eles veneram e acumulam de elogios; mas os pequenos, os que principiam. Estranha ignorância de quem, por intermédio dos artigos dos que sabem, copia os processos dos romancistas, as frases dos poetas e deturpa os conceitos dos historiadores, imitando-lhes o estilo com uma habilidade simiesca... (Barreto, 1997, 164).

O texto não foi um sucesso imediato da crítica como imaginava Lima Barreto (Schwarcz, 2017, p. 211). Com forte apelo confessional, o romance buscava, para além das críticas aos romancistas e jornalistas, apresentar uma análise crítica sobre um Brasil inserido em uma ordem democrática que não se realizava e que mantinha, sob novas roupagens, o mesmo cenário de exclusão e negação do *status* cidadão à população pobre, em especial, os negros desassistidos após a Abolição. Na época, o insucesso do romance foi atribuído ao seu gênero, visto pela crítica como demasiadamente autobiográfico. Contudo, Barbosa (2002, p. 201) e Schwarcz (2017, p. 213) destacam que o romance foi efetivamente rechaçado por seu caráter incisivo de crítica à imprensa.

Em 1911, o *Jornal do Comércio* inicia a publicação fracionada, no formato de folhetins, do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, escrito no breve período de 3 meses em “uma arrancada só, o mais bem composto e equilibrado de seus romances” (Barbosa, 2002, p. 219). O texto narra a saga do Major Policarpo Quaresma, um ingênuo patriota que visa exageradamente valorizar os aspectos culturais, históricos e naturais de seu país. A exemplo, tem-se a defesa do tupi-guarani como língua pátria, oficializada em um requerimento endereçado à Câmara.

Após vir a público a iniciativa do Major Quaresma, chamado por seus amigos da repartição de Ubirajara, apelido que ganha pelo seu intenso interesse sobre os tupinambás, a população passa a zombá-lo insistentemente, levando-o ao recolhimento em um hospício. Após ser aposentado, Major Quaresma deixa a capital para viver em um sítio, adquirindo um novo tema de expressivo interesse: a agricultura. Nesta seção do romance, o protagonista narra as dificuldades vivenciadas pela população do campo, imersa em um contexto de miséria, adversidades naturais e a perseguição dos grandes proprietários de terra, o que rompe com a ideia de romantização da vida no campo cristalizada pelo senso comum.

De volta ao Rio de Janeiro, Major Quaresma insere-se na luta armada em apoio ao presidente Floriano Peixoto. Quando capturado pelas forças governamentais, recebe tratamento desumano e o denuncia às autoridades, o que o leva à prisão. Este episódio é marcado por certa ironia, pois Policarpo Quaresma, o maior patriota brasileiro, é acusado de traição por denunciar sua insatisfação com o governo vigente. Tomado por tamanha desilusão, a idealização sobre o Brasil esvaiu-se, cedendo espaço a uma percepção realista e, conseqüentemente, lúcida sobre o seu triste fim.

Triste fim de Policarpo Quaresma é a obra mais popular de Lima Barreto. A originalidade do texto ganhou notoriedade pela crítica contundente ao nacionalismo exacerbado, e até mesmo ingênuo, sobre a realidade ditatorial que o país atravessava sob o poder dos militares; e pela denúncia sobre as condições de vida da população do campo que, cerceada pela concentração fundiária das oligarquias ruralistas, mantinha-se esquecida e ausente dos projetos de inclusão cidadã tão fomentada pelo discurso progressista na ordem republicana.

Lima Barreto experimenta um breve período de contentamento. Entusiasmado pela boa recepção do seu Major Quaresma pela crítica portuguesa, o autor passa a colaborar diariamente na *Gazeta da Tarde* e escreve alguns folhetins como *O chamisco*, *As aventuras do Dr. Bogolóff*

e *Entra Senhor*. A fase de muito trabalho é também demarcada pelos desgostos familiares e pela penúria. Em meio a tantas adversidades em sua vida pessoal, em 1914 Lima Barreto é internado pela primeira vez no hospício, mantendo-se em recolhimento por quase dois meses.

Após retornar à sua casa, “que era também um hospício, mas em miniatura, todavia mais triste e sombrio, que o velho e solene casarão da praia da Saudade” (Barbosa, 2002, p. 251), Lima Barreto debruça-se intensamente à escrita do romance *Numa e a Ninfa*, publicado em 1915 em formato de folhetim no jornal *A noite*.

O romance, de caráter satírico, faz uma crítica às instituições políticas do Brasil em meio ao governo do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). O protagonista, Numa Pompílio de Castro – de origem pobre – forma-se, sob muitos esforços, bacharel em Direito. Tendo pouca habilidade para a função e muito interesse no *status* que a carreira lhe traria, casa-se com Edgarda Cogominho, oriunda de uma família da elite oligárquica.

Graças à influência do sogro, elege-se deputado federal. No entanto, no período de um ano e meio, Numa Pompílio não aparece nenhuma vez na Câmara. Edgarda encontra-se imersa em leituras e elabora seus discursos, o que aumenta seu descontentamento com o casamento devido à modéstia intelectual de seu marido e a sua total dependência do talento intelectual da esposa. O romance possui um desfecho inusitado de reconciliação do casal.

Numa e a Ninfa, ao endereçar uma crítica à hipocrisia das convenções sociais, à classe política e às instituições jurídicas, demarca uma nova fase na vida do escritor. O romance de encomenda, escrito com o intuito de ganhar dinheiro, não representa o ideal estético e crítico que a literatura de Lima Barreto estampara em suas publicações anteriores. Sendo assim, o autor foi o primeiro a tecer críticas e a reconhecer os defeitos da obra.

Anos mais tarde, em 1915, o romance *Triste fim e Policarpo Quaresma* é publicado integralmente no Rio de Janeiro e, em pouco tempo, torna-se notório entre os críticos, chegando até mesmo a ser comparado com Machado de Assis²⁷, o que lhe gerava certo descontentamento. Mas a trajetória do escritor é, mais uma vez, atravessada pela sua fragilidade de sua saúde. No ano seguinte, Lima Barreto é afastado dos seus afazeres literários para tratar a anemia. No período em que esteve sob tratamento médico, não deixou de participar das ações militantes de

²⁷ Segundo Francisco de Assis Barbosa (2002, p. 259), Lima Barreto não gostava de ser comparado a Machado de Assis, pois compreendia que a literatura machadiana como insensível. Na única vez em que veio a público para discutir a obra do “bruxo de Cosme Velho”, afirmou que “Um escritor, cuja grandeza consistisse em abstrair fortemente das circunstâncias da realidade ambiente, não poderia ser – creio eu – um grande autor. Fabricaria fantoches e não almas, personagens vivos”.

esquerda, contribuindo com publicações de caráter libertário como o *Manifesto Maximalista* (Prado, 1980, p.5).

Conforme os anos se seguem, os problemas de saúde também se agravam. Mesmo muito doente, o autor de escrita sarcástica e empenhada em problematizar as mazelas sociais ainda escreve *Os Bruzundangas*. Nesse contexto, a popularidade da sua obra não lhe confere o conforto que sempre almejava como escritor. Em 1918, é aposentado compulsoriamente da Secretaria de Guerra por ser considerado inválido para o serviço público, assim como seu pai.

Neste trânsito, ainda publica, no ano de 1919, *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, cujo manuscrito permaneceu guardado desde os anos em que publicou seu primeiro romance, *Isaias Caminha*. Para muitos críticos, essa é considerada a sua melhor obra:

Trata-se de um dos livros menos conhecidos do autor de Clara dos Anjos e, conseqüentemente, pouco lido e estudado, apesar de ser um dos romances mais importantes da literatura brasileira do início do século XX, se considerarmos o caráter inovador de sua narrativa, que rompe inteiramente com os padrões convencionais do realismo do século XIX, ainda dominantes na prosa brasileira do período, inclusive em algumas obras do próprio Lima Barreto (Freire, 2018, p. 253).

O romance é composto por capítulos independentes entre si, apresentando o enredo a partir das reflexões das personagens. O texto narra a trajetória de vida de Gonzaga Sá, a partir dos dados de sua vida em alternância com as lembranças do narrador e amigo Augusto Machado. O livro, diferente dos romances anteriores – cujas problematizações centrais são de caráter exterior às personagens –, traz uma escrita focalizada em reflexões sobre temas filosóficos, colocando em pauta questionamentos sobre a existência humana.

O protagonista, Gonzaga de Sá, bacharel em Letras, vê-se em negação de tornar-se doutor com o intuito de fugir das solenidades que acompanham o título. Exercendo a função monótona de funcionário público, dedicou-se intensamente à leitura. De personalidade calculista e pessimista, nunca se interessara em casar-se e constituir uma família.

No decorrer de sua vida, sempre próximo das causas dos desfavorecidos socialmente, o protagonista encontra-se cada vez mais descrente sobre a humanidade e passa a ver a morte como sua única saída. O romance – que faz críticas à aristocracia, ao racismo e à política – traz profundas reflexões sobre certa contradição que em muito se assemelha à vida de Lima Barreto: o seu sofrimento era oriundo da consciência que a educação recebida lhe fez ter sobre a vida e a realidade.

Aproximam-se os últimos anos da vida de Lima Barreto. Novamente, é recolhido ao hospício em 1919, permanecendo recluso até fevereiro de 1920. Nos últimos meses de sua vida, mesmo sob a condição de paciente assistido, mantém-se em exercício literário. Neste período, candidata-se duas vezes à Academia Brasileira de Letras – ABL, sendo-lhe negado o ingresso três vezes²⁸. Em 1920, a Academia lhe confere menção honrosa pelo livro *Vida e Morte de J. M. Gonzaga de Sá* (Gileno, 2001, p. 132).

O romance inacabado *Clara dos Anjos* e o texto autobiográfico *Cemitério dos Vivos*, em que narra as suas experiências do período em que esteve internado, são as últimas publicações do autor e ainda trazem, em seu escopo, as reminiscências das “manifestações de sua rebeldia intelectual” (Prado, 1980, p. 5). A doença, o alcoolismo, o descontentamento frente à recepção da sua literatura, acompanhados pelos ataques de loucura do pai, agravaram ainda mais os problemas de saúde do poeta do subúrbio.

Era dia de Todos os Santos. Chovia muito. Uma chuva miúda e persistente, chuvinha criadeira, escorrendo sem parar pela Rua Major de Mascarenhas abaixo. No centro da sala de visitas da Vila Quilombo, armaram o serviço fúnebre. O enterro sairia no dia seguinte para o Cemitério São João Batista. O escritor pedira para que não o enterrassem no Cemitério de Inhaúma. Achava-o feio. [...] A noite, começou a chegar gente para o velório. Gente desconhecida dos subúrbios. Amigos humildes, que participavam do “clabê”, formado nas mesas do botequim do “Seu” ventura. Os compadres e os afilhados do romancista vinham até sua casa humilde, patinando na lama da lateira suburbana, para prestar-lhe a última homenagem (Barbosa, 2002, p. 358).

Afonso Henriques de Lima Barreto morre em sua casa, localizada no subúrbio, no dia primeiro de novembro de 1922 – dia de *Todos os Santos*. Foi encontrado por sua irmã, Evangelina, em seu quarto, sentado sobre a cama e abraçado a um livro, o volume de *Revue des Deux Mondes*. A vida do romancista foi repleta de muitos sabores e frustrações. Mas, decerto, sua vida também foi vivida de forma intensa, possibilitando, como nos fala Florestan

²⁸ Segundo Gileno (2011, p. 132), em agosto de 1917, Lima Barreto tentou, pela primeira vez, ingressar na Academia Brasileira de Letras, candidatando-se à cadeira deixada por Sousa Aguiar. Em 1919 e 1921, tentou novamente fazer parte da Academia, candidatando-se às vagas de Emílio de Meneses e Paulo Barreto (João do Rio). Em carta a Monteiro Lobato – cópia cedida à Francisco de Assis Barbosa pelo escritor Edgar cavalheiro -, Lima Barreto explica por que se candidatou a uma cadeira na prestigiada instituição: “Nunca fui sinceramente candidato. A primeira vez que o fui, não sinceramente – é bem de ver – foi quanto o Hélio [Lobo] se apresentou. Só para lhe fazer mal, porque eu o atrapalhava e me vingava das desfeitas que me fizera, tendo-me tratado antes, a modos de pessoa poderosa. A carta que enviei, embora registrada, desapareceu e Hélio, apesar de Gustavo barroso, foi eleito maciamente. Sei bem que não dou para a Academia e a reputação da minha vida urbana não se coaduna com a sua respeitabilidade. De *motu próprio*, até eu deixei de frequentar casas de mais ou menos cerimônia – como é que eu podia pretender a Academia? Decerto não” (Barbosa, 2002, p. 289).

Fernandes (1994, p, 123), a penetrar “pelas vias da experiência concreta, no conhecimento do que é a convivência humana e a sociedade”.

Em *Morte e vida de M. J. Gonzaga Sá*, o narrador e biógrafo do protagonista escreve, ao narrar a morte de seu amigo, que “para se compreender bem um homem não procure saber como oficialmente viveu. É preciso saber como ele morreu; como ele teve o doce prazer de abraçar a Morte e como Ela o abraçou” (Barreto, 1919, p. 19). Se aqui há, mais uma vez, o explícito traço autobiográfico do autor em suas personagens, Gonzaga Sá nos traz, mesmo que por viés de premonição, elementos que nos ajudam a compreender – a partir de sua morte – aquilo que Lima Barreto foi em vida.

O autor se despede da vida em seu quarto, local que, durante dias e noites a fio, fez aquilo que mais gostava: escrever. Morreu envolto pela leitura, sua mais fiel companheira de vida. A cerimônia de seu velório, modesta, não contou com os renomados representantes da literatura e imprensa consagradas, mas teve a participação daqueles por quem escreveu e para quem escreveu: o povo do subúrbio. Lima Barreto despede-se da vida no subúrbio, lugar esquecido pelos governantes, mas que pulsa vivazmente entre o povo. Seu pai, João Henriques, morreu dois dias após o filho. “Foi enterrado na mesma campa. E no túmulo humilde, eles repousam pra sempre, novamente unidos, na morte como na vida” (Barbosa, 2002, p. 360).

1.2 A literatura negra de Lima Barreto

Um dos principais desafios que surgiram no decorrer da pesquisa foi como categorizar e analisar a obra de Lima Barreto diante da amplitude de suas abordagens e problematizações possíveis, no que tange à possibilidade de diálogo entre a literatura e a sociedade brasileira. De início, ao nos familiarizarmos com os consagrados cânones da sociologia da literatura, de imediato nos apareceram os renomados estudos de linhagem marxista como György Lukács, Antônio Gramsci, Theodor Adorno, Terry Eagleton; os estudos culturais de Raymond Williams e Richard Hoggart; assim como a teoria praxiológica de Pierre Bourdieu e o interacionismo simbólico de Howard Becker.

Contudo, conforme a pesquisa avançava, observávamos uma lacuna que tornava a análise da obra barretiana cada vez mais distante daquela pretendida. Se a sociologia da literatura se dedica ao “fazer literário como fazer social” (Sapiro, 2019, p. 11) – e a este aspecto implica-se

compreendê-la como fenômeno social produzido por uma multiplicidade de indivíduos inscritos na reprodução das mentalidades e valores de uma época –, como pensar, então, o fazer literário de Lima Barreto, cuja temática racial e a inscrição na ordem social brasileira foram indispensáveis em sua literatura?

De acordo com Eduardo de Assis Duarte (2008), a literatura negra²⁹, no despontar do século XXI, vem passando por um período de profícua produção, que se estende tanto na prosa como na poesia, em paralelo ao debate em prol de sua consolidação acadêmica enquanto campo específico da produção literária. Neste intercuro, reúne uma gama de autores de diversas localidades, estilos e narrativas, e que trazem, em suas obras, um ponto em comum: a possibilidade de narrarem suas próprias experiências. Em outras palavras, assumir esta nomeação pode ser interpretado como um sinal de que “negros estão querendo *criar* a si mesmos e uma das etapas desse processo seria justamente particularizar a sua escrita” (Bernd, 1988, p. 21).

A este aspecto surge, indissociavelmente, o questionamento: quais os elementos que conferem especificidade à literatura afro-brasileira quando comparada à literatura brasileira em sua totalidade? Para o autor, a literatura afro-brasileira possui, em seu escopo, as seguintes características: I) a *temática*; II) a *autoria*; III) o *ponto de vista*; IV) a *linguagem*; e V) a formação de um *público leitor*. Esses aspectos serão abordados à luz da obra de Lima Barreto.

Conforme salienta Ianni (1988, p. 92), “O negro é o tema principal da literatura negra”. Essa afirmação pode, à primeira vista, ser tratada como dotada de certa obviedade. Entretanto, é necessário destacar que tal assertiva pode resultar em uma armadilha conceitual se não for compreendida na amplitude que suscita. Não basta que um texto explore, em seu arco narrativo, a temática negra para que a obra seja categorizada como pertencente a este campo literário.

Neste sentido, é preciso sublinhar que o conceito de literatura negra não se atrela nem à cor da pele do autor nem apenas à temática por ele utilizada, mas emerge da própria evidência textual cuja consistência é dada pelo surgimento de um eu enunciativo que se quer negro. Assumir a condição negra e enunciar o discurso em primeira pessoa parece ser o aporte maior trazido por essa

²⁹ O termo literatura “afro-brasileira” é tomado por Duarte (2008) para abordar a literatura negra (Bernd, 1988; Ianni). Não pretendemos efetuar uma problematização conceitual sobre a escolha do termo “afro-brasileira” pelo autor. Nesta pesquisa, utilizaremos o termo literatura negra por caracterizarmos que este termo seja o mais coerente à proposta teórico-metodológica da pesquisa, bem como a perspectiva literária empregada por Lima Barreto, o autor de referência analítica neste estudo. Tendo em vista o amplo debate que o uso da categoria tem no campo das ciências sociais, indica-se a leitura de MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 4, n. 8, p. 06-14, 2012.

literatura, constituindo-se em um de seus marcadores estilísticos mais expressivos (Bernd, 1988, p. 22).

Nesta perspectiva, a *temática* é empregada com o intuito de destacar as narrativas que visam abordar discussões que são concernentes às experiências vivenciadas por pessoas negras, bem como “o universo humano, social, cultural e artístico”, que atravessam as suas existências, inscritas na coletividade (Ianni, 1988, p. 92). A literatura negra aborda, desse modo, sob diferentes pontos de vistas, temáticas que são indissociáveis do passado escravagista – suas histórias de resistência e crítica ao projeto colonial –, perpassando a esfera da religiosidade, ancestralidade, produção cultural, manifestações políticas, entre outros elementos comuns à vivência de indivíduos negros no processo histórico.

Assim, a temática – embora central – não é, isoladamente, o componente fundamental dessa literatura, pois fundamenta-se na possibilidade de pessoas negras poderem narrar suas trajetórias de vida e de seus antepassados de forma autônoma, sem recair em visões estereotipadas que cristalizem sua experiência à subjugação de narrativas brancas (Bernd, 1988, p. 22).

A crítica ao racismo é o pilar da produção literária do escritor pré-modernista Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922). Mais precisamente em *Clara dos Anjos* – romance analisado na presente tese –, a temática racial expressa-se na tenuidade entre o caráter ficcional e o confessional. O autor esmiúça a complexidade das dinâmicas sócio-históricas ambientadas pelas camadas populares no período da Primeira República ao abordar as tensões sociais do país: os imbróglis ocorridos com a inserção compulsória do país na *Belle Époque*; as novas dinâmicas de classe e as determinações do mundo do trabalho; as relações de gênero; e as tensões raciais potencializadas pelos discursos científicos racistas. Segundo Sevcenko (1999), os romancistas do período, em especial Lima Barreto, narram em suas obras os conflitos marcados pela ambivalência entre as relações sociais do Brasil senhorial e burguês.

O romance – escrito entre 1904 e 1922³⁰ –, discorre, com tom de denúncia, sobre o racismo e o machismo personificados em Clara dos Anjos, personagem-título. Conforme já foi abordado em muitos trabalhos sobre Lima Barreto (Bosi, 1982; Leitão, 2006; Holanda, 1978; Morais, 1983; Sevcenko, 1999), é possível afirmar que em *Clara dos Anjos* há evidências de

³⁰ Conforme abordado na introdução do texto, o romance *Clara dos Anjos* foi publicado inicialmente em formato de conto na revista *Histórias e sonhos* em 1904. O texto foi alterado diversas vezes até sua versão final – considerada inacabada –, publicada em fevereiro de 1922, poucos meses antes do falecimento do autor. A obra foi editada e publicada em formato de romance em 1948, anos após a morte do autor.

elementos autobiográficos, pois tanto a protagonista como os demais personagens sofrem com a exclusão e o preconceito racial que são problemáticas que atravessam a trajetória pessoal do autor. Pode-se dizer que Clara dos Anjos é um *alter ego* feminino do autor (Barbosa, 2002; Schwarcz, 2017).

Na trama, a jovem mulata³¹ se deixa seduzir pelos encantos de Cassi Jones de Azevedo, personagem de caráter oblíquo descrito pelo narrador como “um rapaz de pouco menos de 30 anos, branco, sardento, insignificante, de rosto e de corpo” (Barreto, 2012, p. 28). O autor descreve a protagonista como possuidora de “uma natureza amorfa, pastosa, que precisava de mãos fortes que a modelassem e fixassem” (Barreto, 2012, p. 100). Em Clara, observa-se uma postura alienada (Gileno, 2001) sobre seu *status* social:

Cada um de nós, por mais humilde que seja, tem que meditar, durante a sua vida, sobre o angustioso mistério da Morte, para poder responder cabalmente, se o tivermos que o fazer, sobre o emprego que demos a nossa existência. Não havia, em Clara, a representação, já não exata, mas aproximada, de sua individualidade social; e, concomitantemente, nenhum desejo de elevar-se, de reagir contra essa representação. A filha do carteiro, sem ser leviana, era, entretanto, de um poder reduzido de pensar, que não lhe permitia meditar um instante sobre o destino, observar os fatos e tirar ilações e conclusões. A idade, o sexo e a falsa educação que recebera tinham muita culpa nisso tudo; mas a sua falta de individualidade não corrigia a sua obliquada visão da vida (p. 100).

Ainda sobre a temática racial, pode-se destacar o romance *Úrsula*, que nos últimos anos vem ganhando notoriedade no âmbito acadêmico e escolar, ao abordar a trajetória da protagonista-título, mulher negra e livre que luta por igualdade em uma sociedade marcada pelo escravagismo e invisibilidade feminina (Oliveira, 2007). O romance, escrito em 1859, é considerado o primeiro de autoria feminina negra e de caráter abolicionista. A autora, Maria

³¹ A princípio, será mantido o termo “mulato (a)” para referir-se à população mestiça, buscando preservar a expressão utilizada por Lima Barreto em sua obra. Posteriormente, no decorrer do capítulo III, em que serão apresentadas as discussões mais recentes sobre questões étnico-raciais, o conceito em questão será retomado para fins analíticos.

Firmina Reis³², antecipa, no campo literário, ideias humanistas em defesa da Abolição muito antes de figuras notáveis como o poeta Castro Alves³³.

A estrutura da obra esquadra-se tipicamente nas características do Romantismo – publicada em formato de folhetins – e, posteriormente, veiculada em formato de livro. O texto apresenta um arco narrativo típico dos romances do período. Com construção de personagens maniqueístas – cristalizadas entre o bem o mal –, aborda o triângulo amoroso vivenciado pela desafortunada protagonista, Tancredo e o Comendador Fernando P.. A importância da obra se concretiza na forma como Maria Firmina Reis explora a temática abolicionista a partir da subjetividade dos personagens negros: Susana, Túlio e Antero. Em um contexto social sublinhado pela desumanização da população negra, a construção de uma narrativa ancorada em reflexões sofisticadas e humanizadas acerca de sua condição racial e social é de extrema relevância.

No prólogo do romance, mesmo reconhecendo a substancial possibilidade de rechaço e esquecimento da obra, suas intenções são explicitadas diante da necessidade de denúncia ao racismo, das consequências socioeconômicas da escravidão e, principalmente, da defesa do abolicionismo e da importância do negro na formação sociocultural do Brasil em um contexto literário em que os negros foram negligenciados como intelectuais:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor-próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem; com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (Reis, 2018, p. 11).

³² Maria Firmina dos Reis (1825-1917), professora, escritora e musicista maranhense. Em sua obra mais famosa, o romance *Úrsula*, de caráter abolicionista, aborda as relações de gênero e raça. A originalidade do romance se dá na forma positiva dos negros, sem os estereótipos comumente difundidos no contexto histórico do século XIX. Sobre a produção literária de Maria Firmina Reis: DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina e os primórdios da ficção afro-brasileira. In: **Úrsula, A escrava**. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004; LOBO, Luiza. Autorretrato de uma pioneira abolicionista. In: **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993, P. 222-238; MUZART, Zahidé Lupinacci. Resgates e ressonâncias: uma *beauvoir* tupiniquim. In: BRANDÃO, Isabel; MUZART, Zahidé L. (Orgs.). **Refazendo nós**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, P. 137-145;

³³ Castro Alves (1847-1871) foi um poeta baiano, mestiço, que ficou conhecido como um dos maiores expoentes do Romantismo e caracterizado como “o poeta dos escravos”, tema central em suas obras que defendiam a abolição e denunciava as condições opressivas vivenciadas pelos negros escravizados. Embora tenha falecido precocemente aos 24 anos de tuberculose, em sua breve vida, desenvolveu uma profícua produção textual, sendo até hoje estudado como uma referência no campo literário e pelo movimento negro por sua escrita combativa e comprometida com liberdade e justiça da população negra.

No Romantismo brasileiro, o papel de representação e de construção de identidade nacional foi dado à população indígena sob uma perspectiva idealizada e ufanista dos povos originários sob uma docilidade que contribuiu para a perpetuação da invisibilidade das condições de violência e epistemicídio³⁴ – estendendo-se, também, à população negra – desde a formação colonial do Brasil.

Em *O mulato*, a crítica ao racismo é feita de forma contundente por Aluísio Azevedo. Escrita em 1881, a obra é caracterizada como marco da literatura Naturalista³⁵ no país. Ambientado no Maranhão, assim como *Úrsula*, o romance é protagonizado por Raimundo, um jovem mestiço, filho de uma mulher negra escravizada e de um pai branco. Descrito como portador de inteligência, talento e grande beleza, tais atributos não o livram de ocupar uma posição de marginalidade e ambivalência por sua condição mestiça.

A crítica ao racismo ganha escopo na obra ao narrar o relacionamento entre Raimundo e Rosa, moça branca de uma família da elite. A condição de mestiço impede que o protagonista viva o amor, escancarando a hipocrisia e o preconceito racial latente no país no final do século XIX. O romance, de cunho satírico, critica comportamentos sociais provincianos alicerçados na religiosidade, na moral conservadora e na crueldade do tratamento dado aos escravizados. Segundo Precioso (2010, p. 5), o autor “pinta um quadro da sociedade maranhense das últimas décadas da escravidão, desnudando os vícios torpes escondidos pelas batinas e a perenidade de valores ligados à pureza de sangue, enfim, todo um orbe de costumes e tradições provincianas”.

Assim como em Lima Barreto, as duas referidas obras são exemplos de produções em que a literatura se manifesta para além de um esboço acerca das condições sociais de seu tempo, ao possibilitar o “estudo da relação entre a obra e o seu público – isto é, o seu destino, a sua aceitação, a ação recíproca entre ambos.” (Candido, 2000, p. 11). Pela denúncia do racismo e

³⁴ O conceito de epistemicídio foi desenvolvido com o intuito de problematizar ações de extermínio, silenciamento e negação tanto no acesso como no reconhecimento de conhecimentos e perspectivas de mundo de grupos sociais historicamente subalternizados e marginalizados. Tal prática está relacionada em contexto sociais marcados pelo colonialismo. No campo da produção das ciências sociais, o conceito foi difundido pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos ao abordar sua teoria epistemológica do Sul em que o autor critica a imposição de saberes eurocêntricos a países colonizados, em especial na África e na América Latina. No Brasil, o conceito de epistemicídio foi abordado pela filósofa Sueli Carneiro em sua tese de doutorado para compreender e analisar as dinâmicas das relações raciais no Brasil. CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, 339p.

³⁵ Aluísio Azevedo é considerado um dos principais romancistas brasileiros. Em *O Mulato* (1881) e *O Cortiço* (1890), o autor escreve sobre a questão do preconceito racial em um período de profundas transformações sociais ancoradas na Abolição e na Proclamação da República. De caráter naturalista, sua literatura é marcada por uma linguagem objetivista, fortes críticas sociais e determinismo, que, sob grande influência cientificista, restringe as personagens a um desfêcho condicionado pela raça, meio social e contexto histórico.

das condições de marginalização do negro, *Úrsula* e *O Mulato* são obras literárias que permitem compreender, de forma localizada, as contradições intrínsecas à sociedade brasileira no decorrer do século XIX, sob um contexto de efusiva produção de denúncia ao escravagismo e seus desdobramentos no período que antecede a Abolição.

Retomando o escopo analítico proposto por Duarte (2008), a *autoria* é um dos pilares que fundamentam a literatura negra. Para o autor, este tópico é um dos mais controversos, pois não se restringe a uma categorização pautada em traços fenotípicos ou da própria biografia do escritor. Sobre esse aspecto, acompanhamos um intenso debate sobre o que é ser negro no Brasil – discussão que transcende os interesses do campo literário e ramifica-se, sobretudo, em outros campos epistemológicos como as ciências sociais. O autor ainda discorre sobre o erro de reduzir a literatura negra ao *negrismo*, em que há uma mera utilização da temática sem o efetivo aprofundamento que sua abordagem exige. Ainda no intercurso dessa perspectiva,

Interessa-nos observar de que modo, na poesia negra, esse *sujeito-de-enunciação*, eu lírico ou eu enunciador pode ser interpretado como um elemento portador de uma intencionalidade nova no âmbito da literatura brasileira. Esse eu lírico em busca de uma identidade negra instaura um novo discurso — uma *semântica do protesto* — ao inverter um esquema onde ele era o Outro: aquele de quem se condoíam ou a quem criticavam. Passando de outro a eu, o negro assume na poesia sua própria fala e conta a história de seu ponto de vista. Em outras palavras: esse *eu* representa uma tentativa de dar voz ao marginal, de contrapor-se aos estereótipos (negativos e positivos) de uma literatura brasileira legitimada pelas instâncias de consagração (Bernd, 1988, p. 50).

Assim, surge a necessidade de evitarmos as armadilhas, caracterizadas como “sociológicas”, que nos levariam a interpretar o texto apenas por seus elementos externos³⁶, como a cor de pele ou origem social do autor. Indubitavelmente, “é preciso compreender a autoria não apenas como um dado exterior, mas na condição de traduzida em *constante discursiva* integrada à materialidade da construção literária” (Duarte, 2008, p. 15). Esse erro crasso não pode ser atribuído à obra barretiana, conforme destaca Ianni (1988, p. 97):

Ele vive momentos decisivos da revolução burguesa em curso no Brasil. Está verificando, vivenciando e sofrendo os impactos de uma revolução pelo alto, autoritária. Essa revolução se iniciara principalmente com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Mas tinha continuidade no massacre de Canudos, na revolta da vacina, na revolta da chibata, no massacre de Contestado e em muitas outras manifestações da repressão contra os movimentos populares do campo e da cidade, compreendendo negros e

³⁶ Este aspecto será tratado com mais profundidade na seção seguinte ao apresentar as contribuições de Antônio Candido e seu método de análise literária.

brancos. Essa é a época em que a problemática do negro parece revelar-se mais nítida: lumpenizado em lugar de livre; proletariado em condições adversas, em face das vantagens e dos favores concedidos por fazendeiros e governantes aos imigrantes; discriminado em termos sociais, econômicos, políticos e culturais; considerado inferior pelos ideólogos dos setores dominantes armados das “hipóteses” do darwinismo social, do europeísmo arianista. A Primeira República “frustrara decisivamente as esperanças de renovação democrática vivida pelos melhores representantes da geração de 70”.

Como apresentado, em suas obras, Lima Barreto imprime uma análise sofisticada, rica em detalhes, que foi capaz de problematizar as contradições sociais do momento em que vivera. Sendo assim, mesmo que sua literatura seja incluída no rol dos autores da referida literatura negra, sua análise transcende à temática racial. Tomando as palavras de Beatriz Resende (1993, p. 23), “a tarefa da crítica contemporânea é sobretudo de resgate de uma obra cuja importância nem os ociosos senhores de cartola de seu tempo conseguiram perceber”.

A obra de Lima Barreto, para além da consideração sobre a condição da população cativa recém-liberta, é uma escrita perspicaz e cortante, endereçada à denúncia de um projeto republicano que suscitou esperanças, no que compete à propagação da cidadania, mas que, de fato, pouco entregou ao povo. Não se restringe, portanto, à causa negra, mas é, sem dúvida, o olhar privilegiado pelo talento literário de um negro que, como poucos intelectuais de seu tempo, conseguiu captar, sob a subjetividade do suburbano, o Rio de Janeiro que repousava para além dos trilhos da Central.

O terceiro tópico abordado é sobre o *ponto de vista* que tem por intuito apontar “não apenas a visão de mundo autoral, mas também o universo axiológico vigente no texto, ou seja, o conjunto de valores morais e ideológicos” (Duarte, 2008, p. 15-16). Lima Barreto posiciona-se como um intelectual independente que não poupou críticas aos intelectuais e políticos do seu tempo. Sobre o estilo de seu texto, o cronista brasileiro se opunha à literatura de contemplação e sentimentalismo à militante, comprometida com o “destino da humanidade” (Schwarcz, 2017, p. 372).

Lima Barreto foi um dos poucos, em sua época, que soube reconhecer a importância política da Revolução Russa de 1917 – que se justifica em seu manifesto maximalista – assim como visualizava com clareza os problemas sociais do contexto do pós-guerra. Não chegou efetivamente a filiar-se a nenhum partido de esquerda, deixando-se influenciar por algumas ideias do liberalismo de Spencer como também pelo anarquismo de Kropotkine. Flertando com

as ideias políticas de diferentes vertentes ideológicas, sempre manifestou a intenção sincera de ver as massas libertas (Prado, 1980, p. 103).

No campo político brasileiro, detectou entre a burguesia nacional a força reacionária que impedia a ocorrência das reformas sociais inadiáveis que o novo regime exigia. No âmbito agrário, criticou as aristocracias rurais e manifestou apoio à revolução no estatuto da terra. Amplo era o alcance das reflexões feitas pelo escritor, manifestando-se contra as teorias raciais que ganhavam visibilidade tanto no Brasil como os Estados Unidos. Os “pretos”, na literatura do poeta de Todos os Santos, eram sempre os mais “humildes” – aqueles que mais sofriam na pele a exclusão social. Em seus textos, em linhas gerais, utilizava a expressão “preto” quando fazia menção aos “personagens mais passivos e marcados pelo medo do retorno ao cativo” (Schwarcz, 2017, p. 418). Ainda sobre esses aspectos,

Outra palavra que aparece com frequência na obra de Lima é “mulato”. Por certo, o escritor não desconhecia toda sorte de associações desqualificadoras vinculadas ao termo e parecia empregá-lo intencionalmente, até para melhor retratar a sociedade que o usava e de forma perversa (Schwarcz, 2017, p. 422).

Beatriz Resende (1993), em robusto trabalho de análise da produção literária de Lima Barreto em diálogo com os impasses conferidos à extensão da cidadania no Brasil após a instauração do novo regime, destaca que:

O tema da cidadania, fica visto, não é um tema fluente na Primeira República. Por isso mesmo, investigá-lo em textos desse momento aponta para o aspecto antecipador e modernizante de sua literatura e traz, inevitavelmente embutida, uma reflexão sobre o presente, sobre a sociedade e a cultura brasileira, e o papel que nela cabe ao escritor/intelectual (Resende, 1993, p. 48).

A discussão sobre a efetivação da cidadania no Brasil permanece na agenda de muitos intelectuais e dos movimentos sociais. Para Duarte (2008, p. 17), a assunção de um ponto de vista negro na produção literária ganha notoriedade com a série *Cadernos Negros*, do coletivo paulista *Quilombhoje*³⁷ que, desde 1978, destaca-se pela promoção de visibilidade e diálogo da produção literária de escritores negros. Reunidos em mais de 40 exemplares, as produções

³⁷ Desde 1978, a criação da série *Cadernos Negros* visa incentivar a produção e a divulgação de contos e poemas de autoria negra no país. Além de contribuir para a democratização da produção literária negra no país, o coletivo vem se tornando um profícuo espaço de incentivo à lei 10.639/03 fundamentada no desenvolvimento de uma educação antirracista no país. Para mais informações, consultar o site da instituição: <https://www.quilombhoje.com.br/site/>. Acesso em: dez. 2023.

visam – ao superar a perspectiva colonizadora e unívoca – manifestar um discurso pautado na diferença, dando visibilidade discursiva à literatura negra no país.

A *linguagem* é o quarto elemento tipificado entre os aspectos que conferem *status* singular à produção literária negra. Como forma de demarcar as diferenças impressas no texto, a linguagem manifesta-se a partir de uma “discursividade que ressalta ritmos, entonações, opções vocabulares e, mesmo, toda uma semântica própria, empenhada muitas vezes num trabalho de ressignificação que contraria sentidos hegemônicos na língua” (Duarte, 2008, p. 18). Dentre as características que atestam a singularidade de Lima Barreto no campo literário brasileiro, a linguagem é, sem dúvidas, um dos seus traços mais proeminentes.

Para Beatriz Resende (1993, p. 93), a determinação pelo uso da crônica como um espaço peculiar de propagação da palavra por Lima Barreto é atribuída à distância entre o povo e as instâncias de poder na Primeira República: “é como se o escritor se instalasse ao lado do cidadão comum, no bonde, nos cafés, nas esquinas, e, após uma troca de ideias, tornasse pública essa opinião que será partilhada com o leitor”. A escrita de Lima Barreto imortalizou – a partir da expressão literária atenta aos pequenos acontecimentos do dia a dia, das ruas e das pessoas comuns – impressões da capital fluminense para além das idealizações circunscritas em seu projeto de modernização e higienismo.

O jornalismo empreendido por Lima Barreto é uma exemplificação do que Gramsci (1978, p. 96) viria a categorizar como ‘jornalismo integral’, ou seja, o escritor capaz de não apenas satisfazer as necessidades do leitor, como, também, de criar e desenvolver um espírito crítico, valorizando, dessa forma, o jornalista ‘tecnicamente preparado para compreender e analisar a vida orgânica de uma grande cidade’.

Os aspectos literários das crônicas de Lima Barreto modelam-se em estilo próprio – pela utilização de uma linguagem que recusa o elitismo, mas sem perder de vista a qualidade do texto, mesmo que, em diversas situações, sua escrita tivesse sido tomada por uma linguagem agressiva e repleta de erros ortográficos. Amparado pelo recurso da ironia, sua escrita popular foi acusada de incorreta, de mau gosto. Certamente, muitos críticos de seu tempo não compreenderam que o uso rebelde das palavras e os efeitos estéticos de seu texto estavam em alinhamento à irreverência de suas ideias, haja vista seu compromisso com a sua literatura confessional.

Na verdade, poucos, neste país, pagaram tão caro como ele por terem se atrevido a falar em nome do oprimido com a mesma ferocidade do opressor. Afirmou-se dele que era um escritor cheio de ressentimentos pessoais devido

à sua condição de mulato e particularmente alcoólatra, e chegou-se ao extremo de supor que escrevia por vingança, apenas para chamar atenção da sociedade que o marginalizava. Um negro que fala dos negros – era como pensavam –, estando sociologicamente na mesma situação deles, pois era incapaz de tornar-se “branco” para efeitos práticos e imediatos (Prado, 1980, p. 101).

Por fim, Duarte (2008, p. 21) destaca, entre os elementos que compõem a literatura negra, a formação de um *público específico*, sublinhado pelo anseio de “afirmação identitária”. Contemporaneamente, o comprometimento político de propagação dos valores e da estética negra e sua democratização levam ao incremento de novos espaços de mediação entre o texto e o público – como os saraus nas periferias, batalhas de *slam*³⁸, rodas de rap – sempre dimensionando a importância de trazer a estes espaços discussões voltadas à reflexão das experiências negras e seus enfrentamentos coletivos. O autor ainda destaca que:

o sujeito que escreve o faz não apenas com vistas a atingir um determinado segmento da população, mas o faz também a partir de uma compreensão do papel do escritor como porta-voz de uma determinada coletividade. Isto explica a reversão de valores e o combate aos estereótipos, que enfatizam o papel social da literatura na construção da autoestima dos afrodescendentes (Duarte, 2008, p. 21).

A exemplo, entre os artistas contemporâneos que vêm quebrando as barreiras existentes entre a literatura e os espaços periféricos, tem-se o escritor e agitador cultural Sérgio Vaz³⁹. Morador da periferia de São Paulo, é também o idealizador da Semana de Arte Moderna da Periferia e fundador da Cooperifa (Cooperativa Cultural da Periferia). Outro trabalho de visibilidade é o projeto *Poesia contra violência*, em que percorre as escolas da periferia e fala sobre a importância da educação pública junto aos alunos. Ao todo, tem oito livros publicados. Ao afirmar que a “poesia pra mim é quando ela desce o pedestal e beija os pés da comunidade”, Sérgio Vaz, assim como outros poetas de sua geração, visa democratizar o acesso à literatura.

Sobre a literatura de Lima Barreto, seria um equívoco reduzir seu público-alvo somente à população negra. Pelo contrário, a leitura de suas obras permite compreender que sua

³⁸ O *Slam* é o nome dado a batalhas de poesia que surgiram nos Estados Unidos na década de 1980. O termo advém de uma expressão onomatopeia utilizada no inglês para referir-se a “bater palmas”. A prática chegou ao Brasil em 2008 e rapidamente se espalhou pelo país. Em levantamento realizado em 2018, estima-se que atualmente no Brasil haja cerca de 150 grupos ramificados em diversos estados. A prática do *Slam*, embora possa ser confundida como o sarau, possui algumas especificidades como a permissão somente de poesias autorais de rápida duração, a proibição de figurino e instrumentos musicais e a escolha de membros da plateia como jurados para avaliar os concorrentes ao duelo. Para mais informações, consultar: D’ALVA, Roberta Estrela. **SLAM: a voz do levante**. Rebento, São Paulo, n. 10, p. 268-286, junho 2019.

³⁹ Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2021/11/10/sergio-vaz-poesia-para-mim-e-quando-ela-desce-do-pedestal-e-beija-os-pes-da-comunidade>. Acesso em nov. 2023.

dimensão não se manifestava apenas entre os moradores do subúrbio, como tampouco pertenceu aos grandes círculos de erudição literária frequentados pela elite. Conforme destaca Ianni (1988, p. 97): “sua literatura instituiu uma visão crítica da sociedade, do mundo social dominado pelo branco. Vê a cidade a partir do subúrbio, do refúgio dos infelizes, de baixo para cima. Lança um protesto gritado, vasto, indignado. Inaugura o realismo crítico”.

Em síntese, Eduardo Duarte (2008, p. 22) infere que a junção sistêmica desses cinco fatores – *temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público* – comprovam a existência de uma literatura negra que, durante muito tempo, esteve “condenada a ocupar sempre os espaços da penumbra e do esquecimento” (Bernd, 1988, p. 99). Dando sequência a este argumento, a literatura negra faz parte da literatura brasileira – pois utiliza-se das mesmas formas e gêneros. Mas, ao mesmo tempo, está fora, por não se adequar à missão romântica atribuída à literatura de instituir o espírito de pertença nacional.

Para Fanon (2022, p. 32): “Todo povo colonizado vê-se confrontado com a linguagem da nação civilizadora”. Nessa diretriz, cabe compreender que a literatura negra é, em sua expressividade, um exercício de sabotagem à tradição, de inversão de um *status* de invisibilidade. Mais do que falar por si sobre suas experiências, angústias e projetos, a literatura negra – em especial em um país fortemente marcado pelo racismo – imputa-se a questionar como esse processo de racialização deu-se a partir da perspectiva do outro, o branco. “Daí seu caráter muitas vezes marginal, porque fundado na diferença que questiona e abala a trajetória progressiva e linear da historiografia literária canônica” (Duarte, 2008, p. 22).

1.3 A obra literária em foco: considerações metodológicas sobre a análise sociológica do romance Clara dos Anjos

O que difere a ciência de outras formas de compreensão a realidade é o emprego de um *método* – um caminho que reúne estratégias de análise que orientam a abordagem crítica sobre um determinado objeto de estudo. Deste modo, ao elegermos elementos para fundamentarmos certa averiguação sobre os fenômenos que compõem a realidade, fazemos escolhas em detrimento de outras. Para as ciências humanas – concebidas muitas vezes pelo senso comum como *ideológicas* –, o exercício da pesquisa se depara com questões ainda mais instigantes, pois mesmo que o fazer científico seja realizado a partir de um complexo conjunto de referenciais teórico-metodológicos, as manifestações subjetivas do pesquisador não podem ser

vistas como questões de segunda ordem ou menos importantes. E isso incorre em todas as áreas do conhecimento, não sendo, portanto, um particularismo científico das humanidades. Sob a ótica de Nancy Stepan (2005, p. 150), “Nenhuma ciência escapa aos conflitos políticos da sociedade em que é produzida”. Nesta perspectiva, partimos da prerrogativa que todo fazer científico é, em última instância, *ideológico*, inclusive as abordagens que, ingenuamente, se declarem imparciais.

Para Terry Eagleton (2006), a literatura pode ter diferentes significados em contextos sociais variados, não havendo, portanto, uma característica a ela inerente. A definição do que é literatura não é o elemento central de averiguação da *sociologia da literatura*, mas quais contornos e significados são a ela atribuídos em determinado contexto social (Soares, 2014, p. 85). Ao tratarmos a sociologia da literatura como o estudo do fazer literário como fazer social, a abordagem sociológica da literatura manifesta-se como o “estudo das mediações entre as obras e suas condições sociais de produção” (Sapiro, 2019, p. 11).

A assertiva “Embora lidando com literatura, você está fazendo sociologia”⁴⁰, citada por Eliane Soares (2014) em artigo que propõe reflexões metodológicas sobre o tema, a autora reúne pertinentes considerações ao questionar se teria a literatura alguma especificidade, se comparada a outros objetos de estudo de interesse sociológico:

Assumindo este pressuposto, temos que perguntar o que é literatura para a nossa sociedade. Assim, as concepções de “cânone literário”, de “tradição da literatura nacional”, por exemplo, podem ser facilmente compreendidas como construtos, isto é, como o resultado de práticas que elegem em dado momento os critérios para definir o valor de uma obra [...] Essa reflexão ainda não é suficiente para responder a minha pergunta sobre o que a literatura tem (ou não tem) de diferente quando comparada a outros objetos que se prestam à análise sociológica. Afinal, o que é considerado crime em uma sociedade pode não ser considerado em outra, o que foi considerado crime no passado pode não ser no presente etc. E todas estas definições estarão intrinsecamente relacionadas às disputas entre os grupos sociais. A questão para mim está na noção difusa em nossa sociedade a respeito do que é literatura. Parece que o problema está de algum modo ligado à ideia de literatura como escrita imaginativa, como ficção, como contrária aos fatos da “vida real” (Soares, 2014, p. 85).

⁴⁰ Segundo Eliane Soares, a expressão “Embora lidando com literatura, você está fazendo sociologia” abriu o comentário de Heraldo Pessoa Souto em fala referente à arguição da pesquisa da doutoranda Paula Manuella Silva de Santana intitulada *Marcas do grotesco na prosa-poética de Washington Cucurto, Ondjaki e Marcelino Freire: alegorias de uma modernidade periférica*. Em nota de rodapé, a autora explica por qual razão a leitura do título do seu artigo deve ser feito entre aspas. SOARES, Eliane Veras. “Embora lidando com literatura, você está fazendo sociologia”. *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 81-92, jan.-abr. 2014.

A compreensão da literatura como “escrita imaginativa”, que lhe confere caráter ficcional, entendido como elemento que a configura para além do real, foi um dos argumentos utilizados pela crítica literária para inviabilizar a consagração da produção literária de Lima Barreto. Para além das escolhas pessoais do autor – em proferir julgamentos a pessoas públicas, bem como a escolha de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* como seu livro de estreia – sua produção literária sempre esteve à mira da crítica especializada por ser avaliada como demasiadamente personalista, o que era visto como uma característica que reduzia a qualidade literária de seus textos⁴¹. Sobre esses aspectos, Alfredo Bosi (1982, p. 359) destaca que aquilo que parece apenas espontâneo e instintivo é, no fundo, consciente e, conseqüentemente, estilístico. Em concordância, Nicolau Sevcenko, ao abordar a amplitude do alcance crítico da obra de Lima Barreto, salienta:

A galeria dos seus personagens é uma das mais vastas e variadas da literatura brasileira. Destacam-se nelas, e particular, os tipos escusos e execrados – Mas mesmo esses se perdem dentre uma legião de figuras representativas dos mais diversos meios [...] é praticamente todo o Rio de Janeiro do seu tempo que nos aparece agitado e tenso, condensado mais nos seus vícios do que nas suas virtudes. Todas as personagens trazem a marca do seu meio e constituem o objeto privilegiado da crítica social do autor. Nenhum aparece de forma inócua ou decorativa, todos concorrem para consagrar o destino “militante” de sua literatura. [...] Sua atenção escapa do cenário de mármore e cristal montado no centro da cidade e reservado para a convivência e sociabilidade dos beneficiados com as recentes transformações históricas, para deter-se – demoradamente – na realidade enfermeira que se oculta por detrás daquela fachada imponente. É novamente o efeito chocante e a instigação ao leitor que o escritor encanta (Sevcenko, 1999, 162-163).

Tratando-se de uma análise sociológica sobre a vida de Lima Barreto – que visa compreendê-lo como pensador social atento às manifestações do racismo na sociedade brasileira no início do século XX frente às reminiscências do escravagismo, somado ao trato científico que a temática adquiriu pela *intelligentsia* nacional – a escolha da proposta teórico-metodológica de Antônio Cândido (1918-2017), sistematizada na obra “Literatura e Sociedade” (2000 [1965]), deu-se justamente pela tentativa de abordar a obra literária em sua estrutura estética em consonância à análise das estruturas sociais que permeiam sua produção.

O autor infere sobre a ocorrência de certa insatisfação que a análise sociológica da obra literária adquiriu em seu processo de formulação enquanto gênero de estudo em decorrência da

⁴¹ Durante décadas, a obra de Lima Barreto (2002) permaneceu esquecida pela crítica especializada. O resgate de sua obra em muito se deve à biografia escrita por Francisco de Assis Barbosa em exímio trabalho de coleta, seleção e análise crítica sobre a vida e a obra de Lima Barreto publicada originalmente em 1952.

ausência de um sistema coerente de referência, isto é, “o conjunto de formulações e conceitos que permitam limitar objetivamente o campo de análise, e escapar, tanto quanto possível, ao arbítrio do ponto de vista” (Candido, 2000, p. 17). A este aspecto, vemos a necessidade de abordar metodologicamente a obra literária dentro de um sistema em que os elementos sociais (*externos*) sejam trabalhados como condicionantes inerentes à obra (*internos*), sem que se manifestem apenas como meras perspectivas ilustrativas ou que sirvam somente como objeto de contextualização dentro de um panorama histórico. O sistema literário esboçado pelo autor propõe a investigação da obra em três momentos indissociáveis na produção literária: *autor*, *obra e público*, conforme a explana no excerto:

Assim, a primeira tarefa é investigar as influências concretas exercida pelos fatores socioculturais. É difícil discriminá-los, na sua quantidade e variedade, mas pode-se dizer que os mais decisivos se ligam à estrutura social, aos valores e ideologias, às técnicas de comunicação. Ou grau e maneira por que influem estes três grupos de fatores variam, conforme o aspecto considerado no processo artístico. Assim, os primeiros se manifestam mais visivelmente na definição da posição social do artista, ou na configuração de grupos receptores; os segundos, na forma e conteúdo da obra; os terceiros, na sua fatura e transmissão. Eles marcam, em todo o caso, os quatro momentos da produção, pois: a) o artista, sob o impulso de uma necessidade interior, orienta-o segundo os padrões de sua época, b) escolhe certos temas, c) usa certas formas e d) a síntese resultante age sobre o meio (Candido, 2000, p. 20).

Tomemos o romance *Clara dos Anjos* – objeto deste estudo. Qual é a influência que o ambiente externo exerce na manifestação da escrita de Lima Barreto? O romance aborda, em seu enredo, a história de “amor” – e as aspas aqui são empregadas justamente por sabermos que as intenções de Clara em envolver-se com Cassi Jones são muito diferentes daquelas manifestadas pelo rapaz – entre dois jovens que são interpelados por barreiras sociais de classe e de raça. Clara é uma moça mestiça que, sob os contornos que a mestiçagem adquire na sociedade, possui uma alienação perante sua identidade racial, que é confirmada nas últimas páginas do romance em que protagonista destaca: “nós não somos nada nessa vida” (Barreto, 2011, p. 146)

A condição racializada de Clara é acrescida por sua posição de classe, como filha de um casal assalariado que vive em uma modesta casa no subúrbio carioca no início do século XX. Já Cassi Jones é um rapaz jovem branco, porém mais velho, que, mesmo sem emprego, com baixa instrução e pouca sofisticação intelectual, está em uma posição de classe socialmente caracterizada como superior, ainda que seja, também, morador do subúrbio.

As intenções de Cassi Jones em relação à Clara – de desposá-la apenas para satisfazer um desejo, destituindo toda sua humanidade e reduzindo-a à objetificação, como a condição dos negros escravizados – são as próprias barreiras que surgem ao romance. Nessa diretriz, a assimetria de classe e raça não são elementos externos que são empregados por Lima Barreto apenas como componentes que visam trazer o ponto de tensão ao romance. Pelo contrário, são esses elementos que se correspondem como marcadores sociais demonstrativos da condição de subalternidade que mulheres – em especial negras e pobres – possuíam no contexto de elaboração da obra.

Sobre o segundo aspecto dessa relação, qual seria a influência exercida pela obra de arte sobre o meio em que se insere? Tomando Clara como um *alter ego* feminino de Lima Barreto, o romance possui tom de denúncia sobre como as condições de raça e gênero. Ainda que ocorram em contexto de exclusão, exteriorizam-se como marcadores sociais que são reivindicados a criar novas condições de subalternização ainda mais agudizadas dentro de uma esfera em que as relações de classe já poderiam ser tomadas como homogêneas.

Frente a esse aspecto, o autor demonstra com riqueza de detalhes a multiplicidade de realidades e relações de poder que envolvem as personagens do subúrbio, sem recorrer ao erro crasso de fazer uma leitura generalizadora do subúrbio e de sua gente somente como sujeitos excluídos no processo de inserção do Brasil republicano à ordem capitalista. Este exercício dialético, de considerar como os elementos sociais (*externos*) manifestam-se na obra literária como *internos*, permite a superação de uma abordagem sociológica fundamentalmente mecanicista (Candido, 2000, p. 18).

Ao ser concebido como um escritor negro, pobre e suburbano, cuja obra foi excluída frente à literatura consagrada no período em que viveram por seu viés militante e popular, sua escrita age pontualmente no meio em que esteve inserido. Como intelectual do seu tempo, conseguiu manifestar, em seus romances, as contradições da época em que viveu, muito além de suas impressões pessoais, e aqui reside a grandeza de sua literatura. Se hoje Lima Barreto é caracterizado como expoente da literatura negra, sua obra transborda a temática racial. Transborda não apenas por tratar de tantos outros assuntos de cunho social, mas por ter conseguido enxergar como a questão racial é fator estrutural e estruturante da sociedade brasileira – desde seu processo de formação colonial estendendo-se à contemporaneidade –, penetrando, sob múltiplos aspectos e facetas, a realidade social.

O racismo não é somente um problema de negros. É componente fundamental à análise das relações sociais na ordem capitalista e Lima Barreto, como pensador social, conseguiu imprimir, em suas obras, que a compreensão do racismo como manifestação ideológica é fundamental. Por isso, o fenômeno deve ser debatido para além do campo intelectual como elemento que, historicamente, condiciona, ainda nos dias hoje, o que é ser brasileiro. O alcance de sua literatura supera as barreiras temporais de sua época e deve-se a isso o resgate, mais do justo, do reconhecimento do autor e sua obra como um dos grandes escritores nacionais.

1.4. Procedimento metodológico: etapas da análise do Romance

Nesta seção, são apresentadas **as etapas** que fundamentaram a elaboração da tese e, por conseguinte, a análise da obra. Ao todo, desde o primeiro contato com o romance, na elaboração do artigo referente à conclusão da disciplina “Pensamento Político e Social: debates metodológicos”, foram feitas quatro leituras de *Clara dos Anjos*. A primeira, que antecedeu a elaboração da tese, foi realizada de forma mais abrangente, pois, no período em questão, não havia a pretensão de analisar o romance de modo aprofundado concernente ao trabalho de elaboração de uma tese.

Sendo assim, a primeira leitura teve como objetivo compreender o romance à luz do contexto histórico em que foi elaborado: o primeiro quartil do século XX e as implicações sociais e políticas da Primeira República, bem como as impressões culturais sob a influência da *Belle Époque* francesa na capital do país. O procedimento analítico teve como enfoque pensar as relações raciais e de gênero, em específico, as personagens femininas. Nesse momento, analisou-se apenas o aspecto relacional entre as personagens Margarida Pestana Weber – de ascendência europeia e caracterizada como detentora de uma “branquitude pura”; Dona Salustiana Baeta de Azevedo, mãe de Cassi Jones – compreendida a partir de uma “branquitude brasileira”, reivindicada por sua suposta ancestralidade inglesa; e, por fim, Clara dos Anjos, personagem-título cuja identidade racial, demarcada pela ambivalência do status de “mulata”, a posicionara de forma subordinada às demais personagens supracitadas.

Após o romance tornar-se o objeto de análise da presente tese, foram realizadas três releituras em períodos distintos, sob diferentes perspectivas. É válido sublinhar, conforme o exposto, que, diante da condição de trabalhadora e doutoranda, agudizada pela troca de tema, a

escrita da tese, desde a definição do tema até a execução, foi elaborada em cerca de dois anos. Deste modo, no decorrer do semestre, era feita a leitura e o fichamento das obras e no período das férias escolares a escrita dos capítulos. Para a melhor compreensão acerca dos procedimentos adotados na análise, a execução do trabalho foi dividida em três etapas concomitantes às releituras do romance que serão descritas a seguir:

Na **primeira etapa**, foi realizada a leitura das obras referentes à emergência das teorias raciais – evolucionismo, darwinismo social e eugenia – visando compreender a influência dessas correntes no surgimento da *intelligentsia* nacional, incumbida de analisar as particularidades que envolviam a formação social brasileira. Verificou-se, conforme fora destacado no decorrer do capítulo (II), elaborado nesse período, que o surgimento do incipiente pensamento social brasileiro se deu a partir da influência da literatura e crítica especializada, cuja formação racial da população teve destaque central na obra dos intelectuais no contexto que remonta ao final do século XIX e início do século XX.

Paralelamente a esse processo, a leitura do romance foi orientada a fim de compreender a manifestação das relações raciais entre as personagens sob uma perspectiva relacional, dando destaque ao desvelamento da branquitude como marcador simbólico de distinção. A partir dessa premissa, assomou-se a necessidade de aprofundar a análise sob a orientação dos Estudos Críticos de Branquitude, sob o viés dos autores pertencentes ao campo da psicologia social no Brasil, pois foi observada, entre essas obras, maior discussão acerca das implicações subjetivas do racismo da formação psíquica dos indivíduos, traço fundamental para a elaboração da análise das personagens.

A leitura dos autores da psicologia social despertou a necessidade de pontuar, de forma mais detalhada, o percurso tracejado pela emergência dos estudos críticos de branquitude. Para tal, a **segunda etapa** da pesquisa incumbiu-se de analisar o processo de desenvolvimento de um pensamento social contra hegemônico fundamentado na interpretação das questões raciais a partir da produção intelectual de pensadores negros. A apresentação das ideias de um pensamento crítico ao racismo desde a contribuição de autores como Fanon, Du Bois e Guerreiro Ramos, passando pela crítica pós-colonial e decolonial teve por finalidade demonstrar algumas mudanças epistemológicas fundamentais no campo das ciências sociais até a emergência dos Estudos Críticos de Branquitude nos anos 1990.

Em paralelo, em relação à elaboração do capítulo (III), a leitura do romance visou destacar os aspectos socioculturais que envolveram a produção do romance, dando destaque à

formação dos subúrbios, aos hábitos culturais da população e à influência que os acontecimentos históricos pós-Abolição suscitaram na capital fluminense. O intuito era perceber como a trama nos permitiu, sob a linguagem ficcional, perceber o quanto os acontecimentos sociais (externos) transformaram-se em estéticos (*internos*) ao servirem de escopo para a compreensão da formação subjetiva das personagens bem como das assimetrias e conflitos existentes na realidade suburbana. Nesse sentido, a leitura do romance nessa etapa visava compreender as hierarquias sociais apresentadas no romance como forma de destacar a complexidade e a heterogeneidade de relações sociais presentes no subúrbio que fora muito tratado de forma homogeneizada e superficial pela produção literária e jornalística do período que remonta à produção da obra.

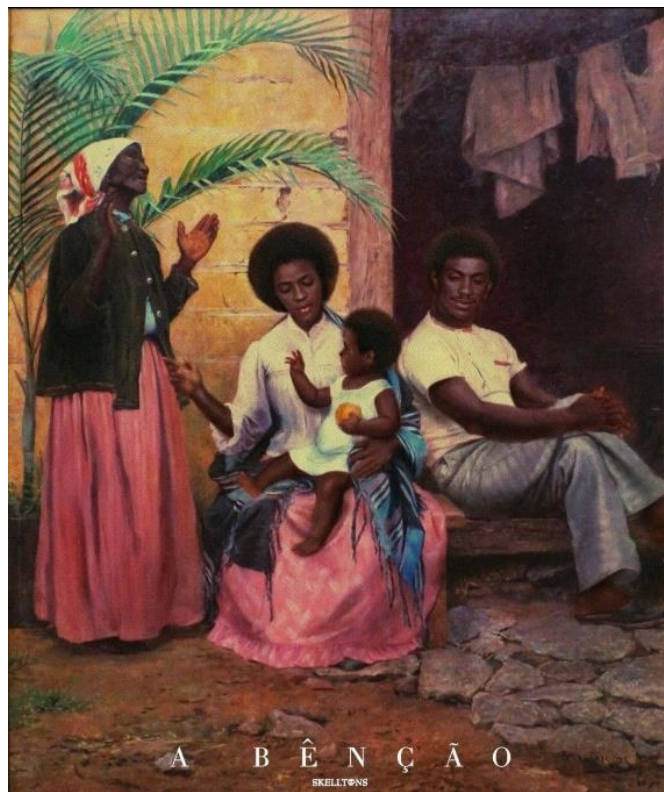
Por fim, a última leitura de *Clara dos Anjos* foi feita concomitantemente à principal e mais complexa etapa da pesquisa: analisar os elementos autobiográficos de Lima Barreto decompostos nas personagens do romance; desde os personagens masculinos – como Marrameque, Leonardo Flores e Meneses –, até mesmo Engrácia e Clara dos Anjos, cuja leitura mais aprofundada da biografia de Lima Barreto, como representante da literatura negra, permitiu compreender como as passagens que remontam à vida do autor são fundamentais para a análise das personagens do romance, em especial aquelas que possuem *status* marginalizado. Deste modo, a **terceira etapa** da pesquisa correspondeu à elaboração dos capítulos (I) e (IV), quem foram escritos simultaneamente, com o intuito de preservar na análise a influência dos traços autobiográficos do autor na composição do romance.

2 A BUSCA PELA COMPREENSÃO DE SI: CIÊNCIA E RACISMO NO SÉCULO XIX

2.1 A Redenção de Cam

No primeiro semestre de 2022, *A Bênção*, do designer gráfico Skelltons, destacou-se nas plataformas digitais que veiculam a temática racial. Essa obra faz uma releitura da tela *A Redenção de Cam* (1895), do pintor espanhol Modesto Brocos y Garcia (1852-1936), que obteve evidência no meio acadêmico não apenas por sua qualidade técnica, mas por se tratar de referência no campo das artes em contexto histórico marcado pela influência de teorias raciais que conquistavam notoriedade após a abolição da escravatura (Schwarcz, 1993; Lotierzo, 2017; Teixeira, 1988).

Figura 3 - *A Bênção*

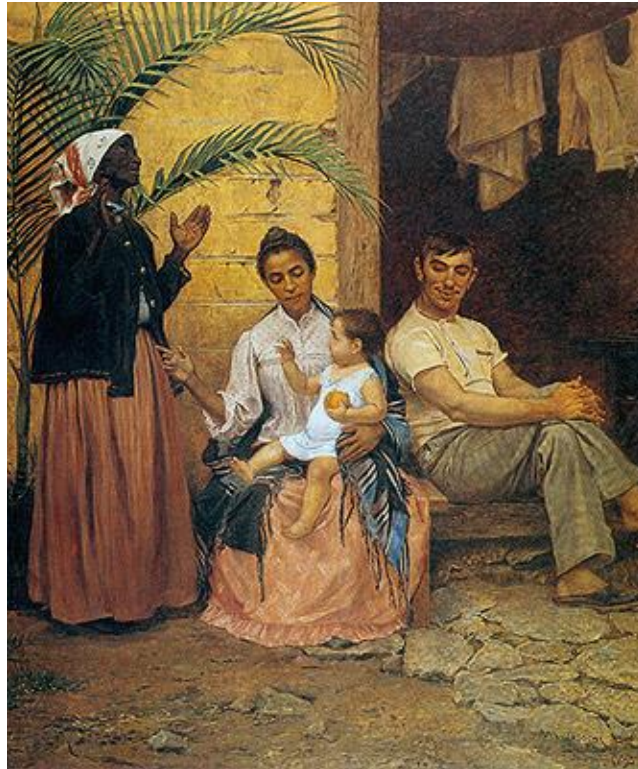


Fonte: Skelltons. *A Bênção* (2022).

A reinterpretação de *A Bênção* traz consigo os dizeres: “Olhai para os céus e agradeça suas raízes”. A frase pretende criticar a ideia central da pintura de Brocos y Garcia, que presumivelmente realizava apologia ao branqueamento como uma dádiva capaz de livrar o Brasil do atraso social e conduzi-lo à civilidade partilhada entre os europeus ocidentais. Ao contrário, *A Bênção* intenta exaltar a ancestralidade negra, aspecto central para compreender a

cultura e a tradição daqueles que descendem da diáspora africana e que foram “[...] deslocados em termos culturais, psicológicos, econômicos e históricos [...]” das suas origens (Asanti, 2009, p. 39).

Figura 4 - A Redenção de Cam



Modesto Brocos. **A Redenção de Cam**. Óleo sobre tela, 166,00 cm x 199,00 cm. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes. 1895.

Os pouco mais de cento e vinte anos que separam esses *Brasis* permitem compreender aspectos das mudanças intelectuais⁴² e socioeconômicas que conduzem as disputas por espaços de representação política e produção acadêmica que os negros conquistaram no decorrer desse período. O Brasil do século XXI assiste ao embate de novos paradigmas explicativos do pensamento no campo da intelectualidade – como o pensamento decolonial e os estudos críticos sobre branquitude –, os quais buscam redimensionar o papel do negro na sociedade brasileira, ao analisar a historicidade da produção de conhecimento dos descendentes de africanos sob uma perspectiva relacional, em que a branquitude é pensada de forma racializada.

Em *A Redenção de Cam*, nota-se, à esquerda, uma senhora negra agradecendo a Deus ao lado de uma palmeira. Os pés descalços da idosa remetem à escravização, em que somente a

⁴² Em especial das ciências sociais e da sua e inegável proximidade com as teorias raciais do século XIX embasadas no evolucionismo, no darwinismo social e na eugenia.

população livre vestia sapatos. Esse fato perdurou após a abolição, pois muitos libertos tinham dificuldades em calçar sapatos em decorrência da condição socioeconômica e do histórico de insalubridade do trabalho, que acarretava machucados e escoriações permanentes nos pés outrora escravizados.

Naquela tela, a menção aos céus glorifica o casamento inter-racial contraído pela sua filha – mulher que apresenta traços mais “finos” e branqueados – com um homem de ascendência europeia, provavelmente imigrante português, que observa com orgulho a sua família. Ao centro do quadro, encontra-se uma criança de pele alva a vestir bata em tom cândido, projetando-se como ponto que incide maior luminosidade na obra.

[...] o quadro alude às natividades e demais imagens da Sagrada Família, incorporando também referências emprestadas de outros motivos canônicos da iconografia cristã e/ou brasileira. Aqui a laranja parece fazer as vezes da velha maçã que inaugura o pecado original, impondo caráter tropical a esta alegoria e convertendo o fruto proibido em coisa distinta, autorizada, ao mesmo tempo que aclimatada ao meio natural (Lotierzo, 2013, p. 22).

Fruto da união inter-racial entre mulher mestiça e imigrante europeu, a criança representa o ideal de superação do atraso incutido na noção de raça. O quadro sintetiza conclusões dos autores naturalistas que foram incorporadas ao imaginário social da época. A pintura ganha repercussão ao ser utilizada pelo diretor do Museu Nacional – o médico e cientista João Batista de Lacerda (1846-1915) – para ilustrar suas hipóteses acadêmicas defendidas no *I Congresso Universal das Raças*, promovido em junho de 1911, na cidade de Londres.

Na ocasião, a tese *Sur les métis au Brésil* propugnava que a mestiçagem, impulsionada pela expansão migratória dos europeus, era instrumento cultural e social que poderia mitigar os conflitos sociais advindos das relações étnico-raciais (Schwarcz, 1993, p. 141). De acordo com Seyferth (1985, p. 83), “[...] as ideias de Lacerda são delineadas com precisão, ainda que contraditórias, numa ampla justificação de colonialismo em todos os níveis”.

Ao investigar aspectos da cultura e da identidade nacional, Renato Ortiz (2006) destaca que as inclinações da *intelligentsia* brasileira às teorias raciais do século XIX sinalizam a influência daquelas correntes “científicas” e a tentativa de bricolagem à brasileira daqueles postulados teóricos. Mais do que isso, elas salientam elemento mais significativo na história da cultura brasileira: a problemática da identidade nacional e a necessidade de explicar o atraso brasileiro diante das nações europeias, caracterizadas como a expressão de civilidade e o ponto de chegada na marcha evolutiva rumo ao progresso.

O objetivo deste capítulo é apresentar a influência das vertentes raciais do século XIX na formação do pensamento social no Brasil, tornando-se necessário identificar a preponderância do evolucionismo, do darwinismo e do positivismo na consolidação da antropologia e da sociologia enquanto campo científico autônomo.

Essas ideias foram difundidas entre os precursores das ciências sociais no Brasil. Tomaremos como referências as produções literárias de Sílvio Romero (1851-1914) e Euclides da Cunha (1866-1909) e a então incipiente antropologia criminalista de Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Ao estudar a formação do nosso pensamento social, o brasilianista Thomas Skidmore (1976) traçou pertinente recorte temporal entre 1888 e 1914⁴³, intervalo que definia o “espírito da época”. Esse período correspondia ao fim da escravização do negro e à publicação da *História da Literatura no Brasil*, de Sílvio Romero, permitindo compreender como aqueles autores, cada um a seu modo, centralizavam as suas respectivas análises da questão racial (Ortiz, 2006; Seyferth, 1985, 1995; Schwarcz, 1993; Sevcenko, 1999).

Por fim, abordaremos a eugenia e a teoria do branqueamento como propostas de superação das desigualdades sociais. Essas propostas implicaram mudanças significativas na política de imigração e nas novas dinâmicas das relações econômicas ocasionadas pela formação do parque operário dos imigrantes, que constituiriam a classe operária nacional, em especial no eixo Rio de Janeiro e São Paulo. Outrossim, novos processos de socializações possibilitaram experiências raciais unívocas, que podem ser observadas a partir das relações sociais experimentadas entre as personagens retratadas por Lima Barreto em *Clara dos Anjos*.

2.2 Positivismo, evolucionismo e darwinismo social: o impacto da perspectiva da raça no surgimento das ciências sociais

“Se a feição, o peso, a forma do crânio nada denota quanto a inteligência e vigor mental entre indivíduos da raça branca, porque excomungará o negro? [...] A ciência é um preconceito grego; é ideologia; não passa de uma forma acumulada de instinto de uma raça, de um povo e mesmo de um homem”

(Lima Barreto, Diário Íntimo, 1903).

⁴³ É importante destacar que, no ano de 1914, teve início a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Os motivos que impulsionaram o conflito eram as disputas imperialistas nas colônias africanas e asiáticas. A questão racial e sua fundamentação científica foram fundamentais para a compreensão do primeiro conflito que impactou a dinâmica geopolítica do Ocidente na primeira metade do século XX. HOBBSAWN, Eric. *A Era dos impérios: (1875 - 1914)*. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

A curiosidade sobre o *outro* – hábitos e perspectivas de estar no mundo – sempre despertou interesse e narrativas sobre a sua existência. Em alguns momentos históricos, o contato com o *outro* resultou em conflitos, trocas comerciais e intercâmbios culturais. Não se pode estabelecer compreensão homogênea sobre esses processos. Contudo, a curiosidade sobre as diferentes manifestações da condição humana resultou em histórias orais ou que foram sistematizadas pelas escrituras.

Embora o exercício de compreensão do *outro* em sua complexidade tenha gerado registros históricos pautados na observação e na interação, a antropologia e a sociologia só conseguiram autonomia epistemológica na segunda metade do século XIX, ao estabelecer critérios analíticos de investigação científica pautados na aplicação metodológica rigorosa. Diante das diversas polêmicas, em especial no campo da antropologia, é quase unânime entre os especialistas o conceito de que as ciências humanas surgiram no Ocidente europeu. Em outras palavras, “[...] historicamente falando, a antropologia é uma ciência europeia, e seus praticantes, como os de todas as ciências europeias, gostam de atribuir suas origens aos antigos gregos” (Eriksen; Nielsen, 2010, p. 9).

Na antiguidade, a civilização grega estabeleceu contato com diversos povos. Em Heródoto, há os primeiros registros historiográficos reconhecidamente minuciosos de viagens que apontavam a existência do fenômeno do etnocentrismo, no qual cada povo, ao comparar-se com o *outro*, caracteriza seu modo de viver como o mais virtuoso. Os critérios utilizados pelos gregos em seus registros classificatórios destacavam aspectos da organização social e política e a especificidade climática. Nessa perspectiva, bárbaros e etíopes eram, por exemplo, identificados pelos gregos como inferiores pela inexistência de uma estrutura política similar à da *pólis*.

Entretanto, mesmo havendo traços hierarquicamente sistematizados na forma de compreender essas civilizações, não havia menção à raça como elemento que estabelecia hierarquias entre as diferentes etnias. Os gregos não se compreendiam como brancos e não atribuíam critérios fenotípicos ao diferenciar-se de outros povos. As assimetrias sociais eram pautadas no critério de liberdade. Os escravos eram discriminados por sua condição de subserviência, não havendo associação com a raça. Os termos *sclavus* (escravos) e *servus* (servos) fazem referência à dominação dos eslavos pelos gregos. Em consonância, tem-se a difusão da “maldição de Cam”⁴⁴ – ideia reiterada entre os séculos XVI e XIX, que faz menção

⁴⁴ “O destino do povo africano, cumprido através dos milênios, depende de um evento único, remoto, mas irreversível: a maldição de Cam, de seu filho Canaã e de todos os seus descendentes. O povo africano será negro

à escravidão em passagem bíblica no livro do *Gênesis*. No texto em questão⁴⁵, Noé condenou um de seus netos à escravidão e, por zombar da sua nudez, procurou explicar de certa forma a escravidão dos africanos. A parábola em questão foi difundida no Ocidente como justificativa à escravidão (Oliveira, 2022).

A associação da escravidão aos negros surge somente entre os séculos V e VI, mas não havia o mesmo sentido fenotípico que surge na modernidade. Há diversas interpretações sobre a origem histórica do conceito de raça. Neste trabalho, foi adotada uma abordagem predominante entre historiadores da ciência que apontam o surgimento da noção de raça no século XVIII.

No contexto medieval, registros históricos descrevem que os muçulmanos foram os primeiros a organizar elaborada rede de transporte para o tráfego de pessoas escravizadas. Essa prática está associada a um princípio cultural: na religião islâmica, o muçulmano não pode escravizar um irmão de fé.

Entre os pensadores do mundo árabe, destacou-se Ibn Khaldún (1332-1406). Sua obra é conhecida por abordar as diferenças entre os seres humanos e analisar o apogeu e a queda dos impérios da antiguidade. Entre suas principais ideias está a de que o calor é mais nocivo aos seres humanos do que as temperaturas mais baixas. Essa proposição de caráter determinista relaciona raça ao meio. Tal assertiva será posteriormente retomada no século XIX pelos cientistas deterministas, entre eles o naturalista inglês Henry Thomas Buckle (1821-1862)⁴⁶ e o historiador positivista francês Hippolyte Adolphe Taine (1828-1873)⁴⁷. As grandes descobertas tecnológicas e científicas, a formação dos Estados Nacionais e o advento do capitalismo moderno inauguraram uma era de transformações irreversíveis na organização social do Ocidente europeu.

[...] a experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos

e será escravo: eis tudo”. Para mais informações, consultar: BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992, p. 256.

⁴⁵ Embora façamos menção ao texto como forma de parábola, é válido destacar que registros históricos sobre diversas inundações e enchentes semelhantes à descrita no Gênesis, portanto, não se trata de uma parábola.

⁴⁶ Entre as principais obras do autor, destacam-se: *History of Civilization in England*. Vol. I. London: J. W. Parker and son, 1857; *History of Civilization in England*. Vol. II. London: D. Appleton and company, 1865; *História da Civilização na Inglaterra*. 2 vols. São Paulo: Tipografia da Casa Eclética, 1899-1900.

⁴⁷ *La Fontaine et ses Fables* (1853–1861, Taine's doctoral thesis); *Les Philosophes Classiques du XIXe Siècle en France* (1857–1868); *Nouveaux Essais de Critique et d'Histoire* (1865–1901).

num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia (Berman, 1986, p. 15).

Acontecimentos de envergadura global como as expansões marítimas modernas representam um processo de desconstrução da compreensão hegemônica do sujeito histórico pautado no eurocentrismo. A proximidade com esse *outro* resultou em novos paradigmas explicativos sobre a multiplicidade de manifestações acerca do fenômeno da cultura e das formas de vida. Contraditoriamente, essas novas perspectivas sobre o *outro* intensificaram processos etnocêntricos e assimétricos fundamentais à consolidação do capitalismo, os quais estavam fundados na acumulação primitiva de capital apoiada na exploração territorial da América, da África e da Ásia (Todorov, 1999; Wolf, 2009).

Os Estados modernos estruturam projetos políticos de formação de comunidades nacionais pela unificação linguística com propósito de forjar novo sentimento de pertencimento identitário que se sobrepusesse às formas comunitárias anteriores. Os fundadores da sociologia, Auguste Comte (1798-1857), Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920), sob diferentes contornos teórico-metodológicos, abordaram, em suas obras, que a modernidade estabelece laços de solidariedade étnicos, religiosos, raciais, regionais, etc. ou os inscreve e os delimita em novas formas de sociabilidade (Ortiz, 2006, p. 32).

Os séculos XVIII e XIX – fortemente marcados pelas transformações políticas e econômicas decorrentes da Revolução Francesa – foram cruciais para a sistematização metodológica das ciências sociais. O paradigma iluminista concebia o indivíduo como medida de todas as coisas. A autoridade do pensamento teológico e o suposto poder absoluto dos monarcas europeus se defrontaram com o conceito da primazia da razão como elemento fundamental para a compreensão dos fenômenos naturais e sociais. O pensamento liberal se consolidava na economia e na política como a doutrina mais relevante na consolidação do capitalismo.

O contato dos europeus ocidentais com povos considerados “primitivos”, durante a expansão colonial, instaurou entre os iluministas um denso debate sobre questões universais como a igualdade e a liberdade do gênero humano. O filósofo francês Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) – ao enunciar o princípio do “bom selvagem” – entende a bondade como atributo difuso entre os autóctones americanos, a qual seria corrompida pelo convívio com determinadas culturas europeias. Em contrapartida, o naturalista francês Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788), aponta que nada há de escandaloso na mestiçagem diante da unidade do

gênero humano. Para o naturalista, a variabilidade da espécie humana deve ser compreendida por fatores climáticos e culturais.

No entanto, a posição do conde de Buffon em relação à mestiçagem não significa que não haja uma leitura assimétrica sobre os não brancos (Schwarcz, 1993, p. 61). Em sua tese sobre “a infantilidade do continente”⁴⁸, ao explicar acerca da importância de critérios climáticos e culturais como os elementos proponentes da variabilidade no quadro da universalidade entre o gênero humano, diferentemente de Rousseau, o naturalista francês observa na população americana uma condição inata à selvageria e à maldade. Surgiu, em contrapartida, outra perspectiva naturalista de hierarquizações condicionadas não pela dinâmica racial, mas pelo princípio da cultura.

A hegemonia do capitalismo e suas contradições mostravam-se mais evidentes com os levantes operários na Europa e com o avanço imperialista na África e na Ásia, que suscitaram profundas transformações na ordem social ao engendrar necessidades de novas explicações sobre a realidade pautadas na racionalidade do método científico. A antropologia se desenvolveu a partir do imperialismo e a sociologia resultou da mudança das relações de classe produzida pela industrialização na Europa, com os fundadores da sociologia debatendo o significado da “modernidade” em contraposição às condições “pré-modernas” (Eriksen; Nielsen, 2010, p. 28).

As diversas correntes de pensamento da época buscavam compreender as organizações sociais para fornecer novas formas de pensar de acordo com o estado da ciência de seu tempo. *A origem das Espécies* (1859) – publicada pelo naturalista britânico Charles Robert Darwin (1809-1882) – enunciou modelos explicativos sobre a natureza que reverberaram na produção intelectual no campo da filosofia e das ciências humanas ao lançar novas reflexões sobre os processos sociais.

É importante sublinhar que a aceitação do darwinismo como paradigma do processo de evolução biológica “não ocorreu de forma imediata e/ou unânime”, como é apresentada nos livros didáticos e internalizada pelo senso comum (Santos, 1996, p. 126). No contexto do século XIX, a diversidade de teorias explicativas do processo evolutivo invisibilizaram, em um primeiro momento, a teoria darwiniana, que só viria a se consolidar após sua morte. Outro ponto fundamental a ser enfatizado é a existência de teorias anteriores ao darwinismo no campo epistemológico das teorias da evolução, como a hipótese de Jean-Baptiste Lamarck (1749-1824) sobre a herança dos caracteres adquiridos. A impossibilidade de Darwin completar seu

⁴⁸ BUFFON, George-Luis Leclerc. **Histoire Naturelle, Générale et Particulière, avec la Description du Cabinet du Roy**. Paris: Imprimerie Royale, 1749.

esquema teórico sobre a transmissão da herança evolutiva no contexto intelectual em que viveu foi somente superada a partir da determinação dos aspectos da hereditariedade, com as descobertas na área dos estudos genéticos durante o século XX.

No campo da filosofia, o positivismo contrapunha-se ao pensamento dos socialistas Claude-Henri de Rouvroy, conde de Saint-Simon (1750-1825) e François Marie Charles Fourier (1772-1837), que defendiam proposições mais práticas na reforma das instituições e das estruturas sociais. Auguste Comte objetivava a subordinação da imaginação e da argumentação à observação. A “lei dos três estados” empregada pelo filósofo francês elegia a sociologia como saber autônomo e imprescindível ao alcance do estado positivo. Esse sociólogo era visto como uma espécie de “super-historiador”, capaz de estabelecer conexões causais entre os diversos fatos que incidiam sobre a vida social e os processos históricos. Para os positivistas, “[...] o processo histórico era idêntico – na espécie – ao processo natural”, o que permitia ao método de análise aplicado às ciências naturais aplicabilidade à história e, conseqüentemente, às ciências do homem (Collingwood, 1994, p. 166)⁴⁹.

Ainda sob o escopo de correntes inaugurais da sociologia no século XIX, há o evolucionismo e o darwinismo social, cujas interpretações acerca da diversidade do gênero humano, sob uma perspectiva racializada, estendeu-se à antropologia. Para compreendermos os referenciais teóricos que sustentam ambas as correntes de pensamento, é fundamental retornarmos com mais precisão à tese empreendida por Charles Darwin. A obra do naturalista ratifica a perspectiva da monogênese sobre uma dinâmica evolutiva.

Para o autor, no meio ambiente, existe um processo unívoco que regula as leis naturais, caracterizado pelo estudioso como “seleção natural”, segundo o qual somente os seres mais adaptados ao meio são capazes de sobreviver. É imprescindível dizer que Darwin não associou a sua tese aos seres humanos e à sua diversidade e, concomitantemente, não mencionou a noção de “progresso” em seu trabalho preliminar. Dessa maneira, o darwinismo social e o evolucionismo inauguram uma propositura científica no campo das ciências sociais que destacava aspectos da diversidade como mecanismos que legitimam a desigualdade (Ortiz, 2006; Seyferth, 1995).

⁴⁹ Segundo Francisco de Assis Barbosa (2002), Lima Barreto teve contato com a doutrina positivista no período em que cursava o ensino secundário, durante a adolescência. **Em Recordações do escrivão Isaiás Caminha** – romance de cunho confessional – há passagens em que verificamos menções a essas experiências: “...eu achava toda aquela dissertação tão intelectual, tão balda de comunicação, tão incapaz de erguer dentro de mim o devotamento, o altruísmo, ‘o esforço sobre mim mesmo em favor dos outros’, como dizia o apóstolo, que me quedava a indagar até que ponto o auditório respeitoso estava convencido e até que ponto fingia a convicção” (Barreto, 1997, p. 112).

O evolucionismo buscava estabelecer um nexos causal entre diferentes grupos humanos ao especificar a existência de um quadro evolutivo comum que estabelecia uma escalada linear do estágio mais simples de organização social ao mais complexo. Buscava, nessa perspectiva, a propositura de leis que conduziriam ao progresso das civilizações. Para os cientistas evolucionistas, a historicidade se secundarizava, uma vez que, sob a égide de uma mesma linha processual, todos os grupos humanos atingiriam, em períodos e condições distintas, o mesmo estágio civilizatório.

Entre os evolucionistas do período, destacam-se os trabalhos de Henry Morgan (1818-1881). Em seu estudo sobre os iroqueses, o antropólogo estadunidense observou a estrutura de parentesco desse grupo e o comparou – em pesquisas posteriores mais amplas – com outros povos nativos da América do Norte. O parentesco era visto como o elemento introdutório para a compreensão da evolução humana. Observou que, mesmo havendo terminologias diferentes entre os nativos americanos, era possível constatar uma correção entre parentesco e as variações na estrutura social. A partir dessa prerrogativa, categorizava as sociedades humanas em três estágios de desenvolvimento cultural determinados pela produção material⁵⁰: selvageria (caçadores e coletores), barbárie (agricultura) e civilização (formação do Estado e urbanização).

Posteriormente, Edward Burnett Tylor (1832-1917) consolida a importância do evolucionismo na antropologia a partir da sua definição de cultura publicada na obra *Primitive Culture* (1871), caracterizando-a como “[...] todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (Tylor, 1958[1871], p. 1). Ao associar a cultura à civilização, a obra do antropólogo britânico propugnou, mesmo que de forma implícita, a noção de cultura como um elemento quantificável e passível de comparação. Ao compararmos um elemento, estabelecemos sempre, mesmo que de forma involuntária, um referencial teórico que ocasiona hierarquizações sumárias.

Sob outra perspectiva, o darwinismo social, tendo o naturalista britânico Herbert Spencer (1820-1903) como seu principal expoente, faz uso instrumentalizado da tese de Darwin ao aplicá-la a à realidade social e ao afirmar que, em um processo natural de seleção, os seres mais adaptáveis sobrevivem. Essa interpretação “biologiza” os fenômenos tipicamente sociais,

⁵⁰ Os estudos de Morgan tinham uma base materialista assim como a obra de Marx e Engels. Embora tenham perspectivas e objetos de análise distintos, o destaque à produção material das civilizações é fundamental entre esses autores. Observa-se uma influência das discussões propostas por Morgan na obra *A origem da Família, da Propriedade e do Estado*, publicado por Engels em 1884, posterior à morte de Marx. Nesse trabalho, Engels busca, por meio do método dialético, compreender o desenvolvimento dessas instituições e as relações de exploração na história das civilizações.

naturalizando assimetrias e invisibilizando os processos de dominação pautados na exploração colonial e no racismo. Ao abordar tais perspectivas teóricas, é válido destacar que, embora ambas sejam racistas, destacam proposituras distintas em relação à miscigenação. Se para os evolucionistas a miscigenação é um processo inevitável na marcha unívoca ao progresso, para os deterministas, a miscigenação possui conotação negativa e a extinção dos menos adaptáveis, ou seja, povos colonizados, sendo um processo natural inevitável.

Do ponto de vista político, essas correntes científicas possibilitaram à elite ocidental europeia uma tomada de consciência do seu poderio político que se consolidou com a expansão mundial do capitalismo (Ortiz, 2006, p. 15). Essas nações europeias possuíam uma missão civilizatória hegemônica frente a outros povos por manifestarem sua suposta condição natural de superioridade racial. A ciência no século XIX era o elemento fundamental que conferia, no campo ideológico, autoridade ao expansionismo territorial e processos de dominação sociocultural pautadas na noção de raça (Schwarcz, 1993, p. 35).

As doutrinas raciais produzidas no decorrer da modernidade possuem diversas proposituras. Somente nos séculos XVIII e XIX transformaram-se efetivamente em ideologia ao aglutinar diferentes perspectivas em um discurso unívoco. A ciência possibilitou que a noção de raça conquistasse pretensão *status* científico. A questão racial ultrapassou o campo da ciência e manifestou-se como ideologia política ao atribuir aos Estados-nacionais um dever civilizatório que debelasse o perigo da degeneração racial da humanidade (Arendt, 1989).

O conceito de raça surgiu na literatura de forma sistematizada no início do século XIX, na obra do naturalista Georges Cuvier (1769-1832), que classificou a espécie humana em três subespécies – caucasiana, etiópica e mongólica – e, posteriormente, subdividiu-as em agrupamentos por critérios mistos, físicos e culturais (Seyferth, 1995). Embora essas categorizações não colocassem em dúvida a unidade da espécie, elas cederam espaço para o desenvolvimento de teorias deterministas que buscaram explicações nos fenômenos humanísticos a partir dos postulados metodológicos empreendidos pelas ciências naturais.

Na esfera dos estudos antropológicos, surgiam – em interface com as ciências naturais – modelos explicativos antropométricos e criminológicos, que buscavam compreender as diversidades de comportamentos e padrões culturais. Para Paul Broca (1824-1880), os traços distintos entre o gênero humano são ocasionados pelas diferenças presentes na estrutura racial. A partir do exame do crânio e de proporções anatômicas, seria possível comprovar interdependências entre inferioridade física e intelectual. Ainda sob influência determinista, a antropologia criminalista do italiano Cesare Lombroso (1835-1909) – que era influente entre os cientistas brasileiros, notabilizando-se Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) e João Batista

de Lacerda (1846-1915) – enuncia que há componente hereditário na criminalidade que possibilitaria identificar a *priori* tendência infratora a partir da condição racial do indivíduo (Schwarcz, 1993).

A propagação dessas ideias suscitou a necessidade de explicar as especificidades nacionais e o atraso socioeconômico diante das potências europeias. Alguns importantes intelectuais brasileiros – na transição do século XIX para o século XX – defenderam duas noções particulares, porém complementares, para elucidar aquelas particularidades: “o meio” e “a raça”. Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914), Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha (1866-1909) e Raimundo Nina Rodrigues podem ser caracterizados como “[...] produtores de um discurso paradigmático do período que escrevem”. Tomando suas obras como referenciais científicos da época, observa-se a origem de uma produção acadêmica que se fundamenta como o prelúdio das Ciências Sociais no Brasil (Ortiz, 2006, p. 14).

2.3 Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues: considerações sobre os precursores da sociologia no Brasil

Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira. (Silvio Romero, **História da literatura brasileira**, 1953, p. 2).

Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca. Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social (Euclides da Cunha, **Os Sertões**, 1984, p. 30).

Esta desigualdade, entre os mestiços, da influência das duas raças que se cruzam é um fato sancionado pela prática mais distanciada da especulação científica. Nossos antropólogos já observaram que os mestiços brasileiros não são igualmente dotados de boas qualidades (Nina Rodrigues, **Mestiçagem, degenerância e crime**, 2008, p. 1163)⁵¹.

A década de 1870 e as primeiras décadas do século XX foram marcadas por intensas transformações na organização política, social e econômica do país. A Monarquia Constitucional Parlamentar e a abolição da escravatura foram temáticas de destaque na crítica

⁵¹ Tradução de Mariza Corrêa do artigo *Métissage, dégénérescence et crime*, publicado nos *Archives d'Anthropologie Criminelle*, v. 14, n. 83, 1899.

dos intelectuais do período. A decadência açucareira cedia espaço ao avanço da produção cafeeicultora que deslocava a concentração de capital e do poder político para a região Sudeste. Nesse contexto, começava a despontar uma incipiente classe média urbana que ansiava por modernizações nos padrões de vida e consumo importados da Europa frente a uma sociedade notoriamente rural (Schneider, 2011, p. 164).

Com os adventos da Lei Áurea, em 1888, e da Proclamação República, no ano seguinte, surgiu a necessidade de rápidas mudanças modernizadoras institucionais, políticas e econômicas, que careciam de modernização frente às novas determinações da ordem liberal pautada no trabalho assalariado e nas inovações da produção industrial. Contraditoriamente, no Brasil do final do século XIX, o impulso às novas ideias contrapunha-se à elite, que mantinha seu poder político sob as amarras do antigo regime pautado na segregação e na exploração escravagista: “O mesmo se passa no plano das instituições, por exemplo com burocracia e justiça, que embora regidas pelo clientelismo, proclamavam as formas e teorias do estado burguês moderno” (Schwarz, 1992, p. 6). Esse novo cenário resultou na efervescência de intelectuais, em sua maioria liberais e abolicionistas, que pretendiam difundir novas ideias importadas da Europa ocidental.

Os tópicos que esses intelectuais enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram: a atualização da sociedade como o modo de vida promanado da Europa, a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população. Os caminhos para se alcançar esses horizontes seriam a aceleração da atividade nacional, a liberalização das iniciativas – soltas ao sabor da ação corretiva da concorrência – e a democratização, entendida como a ampliação da participação política (Sevcenko, 1999, p. 79).

Se os ares republicanos culminaram em representações esperançosas sobre os rumos que delineavam o futuro do país, suscitaram, por outro lado, diagnósticos pessimistas da origem tropical do povo que não coincidiam com as ideias que aportavam com a *Belle Époque*. A adesão dos intelectuais e políticos aos valores da modernização oriundos do Velho Mundo – pautada no cientificismo – compreendia de forma determinista o futuro do Brasil, o qual estaria fadado à animosidade da sua gente. Diante da herança colonial e escravagista, associada à ávida leitura dos intelectuais europeus, a hereditariedade negra e mestiça foi concebida como o elemento responsável pelo atraso nacional.

Se é certo que o conhecimento e a aceitação desses modelos evolucionistas e darwinistas sociais por parte das elites intelectuais e políticas brasileiras traziam a sensação de proximidade com o mundo europeu e de confiança na

inevitabilidade do progresso e da civilização, isso implicava, no entanto, certo mal-estar quando se tratava aplicar tais teorias em suas considerações sobre as raças. Paradoxalmente, a introdução desse novo ideário científico expunha, também, as fragilidades e especificidades de um país já tão miscigenado (Schwarcz, 1993, p. 46).

Diversos intelectuais, sob diferentes perspectivas teóricas, questionavam-se se o Brasil poderia efetivamente alcançar a “ordem e progresso” pretendida pelo projeto republicano tendo um contingente populacional predominantemente mestiço. Nesse sentido, “raça”, “mestiçagem” e “imigração” foram temas recorrentes na produção acadêmica do período. Com a abolição escravagista, a expansão cafeeira e a industrialização no Sudeste do país, somadas à efervescência dessas ideias entre os intelectuais, o estímulo à imigração europeia serviu de respaldo para suprir a carência de força de trabalho no mercado ao mesmo tempo em que ofereceu escopo às teorias que visualizavam na ocidentalização do modo de vida e no branqueamento da população estratégias de desenvolvimento da organização social e econômica.

No campo literário, as obras de Lima Barreto, em destaque *Recordações do escrivo Isaias Caminha*, *Triste fim de Policarpo Quaresma* e *Clara dos Anjos* nos permitem compreender, sob os limites da linguagem ficcional, de que forma as ideias relativas à noção de raça – em especial a mestiçagem – repercutiram na vida cotidiana e implicaram processos de hierarquização na vida cotidiana. Deste modo, a produção literária barretiana transpôs à assertiva mais tradicional concernente à crítica literária – que consiste em uma literatura limitada a “relacionar o conjunto de uma literatura, um período, um gênero, com as condições sociais” (Candido, 2000, p. 10) – ao emergir como produção literária esteticamente genuína, que não se limita à perspectiva ideológica sedimentada em reproduzir “representações de espírito crítico” (Bosi, 1982, p. 359).

Se a primeira leitura de Lima Barreto nos faz saltar aos olhos a espontaneidade e a subjetividade do autor decomposta em suas personagens – o que para muitos é condição depreciativa da qualidade de seus romances –, é em sua perspectiva estética que Lima Barreto, enquanto testemunha lúcida das contradições de seu tempo, posiciona-se, a partir de sua própria existência como escritor, como antítese, sobre a inscrita condição de inaptidão intelectual atribuída aos negros e mestiços pela *intelligentsia* brasileira.

Sob a alcunha de escritor “mestiço” e detentor de uma escrita “desleixada” pela crítica especializada de seu tempo, Lima Barreto produz uma das análises mais críticas sobre a própria produção intelectual que, escamoteada pela presunçosa neutralidade de “fazer ciência”, revelou-se, na ponta de sua pena, ideologicamente compromissada com a manutenção das

assimetrias sociais fundamentada pela exclusão racial. Penetrando nas vias subjetivas da composição de suas personagens, Lima Barreto escancara tamanha lucidez e riqueza de detalhes acerca da realidade sob olhar atento dos socialmente excluídos. Este fato demonstra a contradição existente à prerrogativa de intelectuais como Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues – sob diferentes pontos de vista – mas que se reúnem, sob o lugar comum, acerca da inferioridade intelectual atribuída aos negros e mestiços.

A origem de Silvio Romero repercutiu em sua obra ao escrever sobre um Brasil do interior ignorado pelos intelectuais do seu tempo (Abreu, 1998). Oriundo de uma família de produtores rurais decadente do interior de Sergipe, buscou manter sua posição de destaque entre a elite dos centros urbanos do país por intermédio do seu capital cultural. Reconhecido pelo teor polêmico dos seus pronunciamentos, o autor vê-se e define-se como “[...] defensor da província e de seus valores culturais, esquecidos pela Corte” (Souza, 2004, p. 11). A trajetória de vida de Silvio Romero é fundamental para compreendermos a dinâmica da sua produção literária e folclórica voltadas para a análise das raízes da formação cultural do Brasil.

Silvio Romero posicionou-se frente a esse debate, em especial no que diz respeito ao “povo brasileiro”. Membro fundador da Academia Brasileira de Letras, juntamente com Machado de Assis, em 1897, tem como obra máxima a *História da Literatura Brasileira* (1888), na qual é possível verificar um viés nacionalista na sua interpretação da sociedade brasileira, sendo “[...] o primeiro esforço sistemático e abrangente de historiar a literatura do país ao vê-la como fruto da sociedade que a produziu” (Schneider, 2011, p. 166).

Neste terreno buscará permanecer este livro, por mais lacunoso que ele possa vir a ser. Seu fíto é encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter do povo brasileiro. Para tanto, é antes de tudo mister mostrar as relações de nossa vida intelectual com a história política, social e econômica da nação; será preciso deixar ver como o descobridor, o colonizador, o implantador da nova ordem de cousas, o português em suma, foi-se transformando ao contato do índio, do negro, da natureza americana, e como, ajudado por tudo isso e pelo concurso de ideias estrangeiras, se foi aparelhando o *brasileiro*, tal qual ele é desde já e ainda mais característico se tornará no futuro (Romero, 1953, p. 2).

Destacam-se três premissas na análise realizada por Romero: I) A literatura como expressão indissociável dos aspectos naturais e sociais; II) O progresso da humanidade como o processo evolutivo dos fatores históricos; e III) O caráter necessariamente genético da crítica literária (Bosi, 1982, p. 280). A partir da sistematização desses pressupostos, Silvio Romero posicionou-se enquanto crítico literário que colocou a análise do conteúdo puramente formal da literatura em segundo plano. Em sua obra, a tônica sociológica é muito mais presente. Mesmo adotando a trilha literária como forma de analisar os aspectos genuinamente culturais

da formação do Brasil, sua escrita sinalizava a tentativa de forjar símbolos de uma nacionalidade que definiria o povo brasileiro com a intenção de elaborar projetos de futuro (Candido, 1978).

A importância de Silvio Romero enquanto precursor da sociologia brasileira pode ser observada no destaque dado pelo autor à mestiçagem e aos aspectos mesológicos do país, uma vez que “[...] o evolucionismo é a chave de sua obra” (Souza, 2004, p. 17). A perspectiva do autor sobre a crítica literária segue as mesmas leis da organização biológica. Assim como os seres vivos, as letras lutam pela sua existência em um terreno onde as ideias mais frágeis são superadas pelas mais fortes.

Pretendo escrever um trabalho *naturalista* sobre a história da literatura brasileira. Munido do critério popular e étnico para explicar o nosso caráter nacional, não esquecerei o critério positivo e evolucionista da nova filosofia social, quando tratar de notar as relações do Brasil com a humanidade em geral (Romero, 1953, p. 3).

De acordo com Silvio Romero⁵², “meio”, “raça” e “cultura” são os elementos primordiais para explicar a formação de uma nação e, por conseguinte, a sua literatura. A respeito do meio, o autor dedica vasto espaço em sua obra para criticar as análises feitas pelo historiador Henry Thomas Buckle (1821-1862). Ao analisar comparativamente a realidade brasileira em relação à europeia, o inglês aborda a importância do meio físico na formação social de um povo. Tomando a relação entre abundância de recursos hídricos, fauna e flora exuberantes e o clima tropical, Buckle evidencia que o atraso nacional é resultante dos “ventos alísios”⁵³. Para Ortiz (2006, p. 18), “[...] resulta dessa interpretação acentuadamente pessimista do Brasil, onde natureza suplanta o homem, a cultura europeia tem dificuldades em se enraizar, o que determinaria o estágio ainda bárbaro em que permanece o conjunto da população brasileira”.

A perspectiva de “atraso nacional” associada à população brasileira em *Clara dos Anjos* é agudizada pela condição periférica das personagens. Em meio às condições insalubres experimentadas pelas personagens, é possível observar, a partir da descrição da personagem Margarida Weber – de ascendência europeia –, a investida do narrador em descrevê-la como personagem “com temperamento de heroína doméstica” (Barreto, 2012, p. 51), detentora de

⁵² Conforme Schwarcz (2017, p. 138-139), a inserção do Brasil no século XX ocorre em meio a um diversificado debate sobre as mazelas nacionais, que culminou em diferentes abordagens analíticas sobre o futuro do país e sua gente. Lima Barreto teceu críticas ao comparar a obra de José Veríssimo e Sílvio Romero: “enquanto o primeiro seria o grande crítico literário – aquele que, como vimos, ele conhecera em curso ministrado na Politécnica –, o segundo ficaria conectado a certo racismo científico que condenava a mestiçagem existente no país”.

⁵³ O fenômeno dos ventos alísios corresponde ao deslocamento de massas de ar, sejam quentes ou úmidas, que se concentram de forma mais evidente nas áreas de menor pressão atmosférica como nas zonas equatoriais do globo.

caráter honesto e impenetrável de desvios em justificativa à sua origem europeia. Esse aspecto também é reforçado pelo narrador a partir do apelo racional dado à personagem em contraposição às personagens femininas negras e mestiças, como Clara dos Anjos e sua mãe Engrácia, tomadas de apatia e imediatismo ao lidarem com os dramas de seu cotidiano. Em síntese, a racionalidade tipicamente atribuída aos povos europeus é valorizada em detrimento de um comportamento emotivo atribuído à irracionalidade dos trópicos.

Assim como Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, autores que serão abordados mais adiante, Silvio Romero criticara a teoria de Buckle em relação ao seu exagero e ao pouco conhecimento que tinha sobre a realidade do país. Entretanto, os precursores das ciências sociais no Brasil não tecem críticas aos argumentos do historiador inglês ao incorporarem a tese de que o meio se fundamenta como elemento determinante das características de um povo. Seriam as condições ambientais circundantes o aspecto manifestador da diversidade populacional de uma nação?

Para bem compreender a posição presente do povo brasileiro e o seu desenvolvimento histórico, à luz das ideias científicas que reinam na atualidade, é mister lançar um olhar sobre a moderna concepção da história, e insistir sobre a de Buckle especialmente. Este autor mais de perto nos toca a nós brasileiros, porquanto, dos modernos reformadores da história, é o que mais se ocupa com o Brasil, e terei, por necessidade, de apreciar as palavras duras, porém no fundo exatas, que escreveu a nosso respeito. [...] é certo que os primitivos habitantes do país não ultrapassaram os últimos degraus da selvageria; é exato ainda que a nossa atual civilização é toda impregnada de barbarismo. Só os patriotas desajuizados poderão contestá-lo. Buckle, porém pelo menos incompleto quando faz depender as civilizações antigas do calor e umidade, ou da fertilidade da terra e de um vasto sistema fluvial. A filosofia da história, sempre que maneja um princípio único, expõe-se a equívocos (Romero, 1953, p. 8).

Nessa citação, observam-se determinadas incongruências no pensamento de Silvio Romero. O autor critica a propositura unívoca sobre as condições mesológicas e defende uma interpretação evolucionista referente à formação do povo brasileiro, a qual está explícita no seu enfoque da mestiçagem. A relevância teórica da mestiçagem como elemento essencial na formação nacional é um dos traços marcantes da obra romeriana (Schneider, 2011, p. 169). Influenciado pelo paradigma evolucionista, o autor reforçou a ideia de desigualdade natural entre as raças. A sua tese, que exalta a superioridade cultural do europeu ocidental, foi amplamente aceita pelo círculo de intelectuais da sua época.

Em seu pensamento, ao problematizar a questão da identidade brasileira, fundamentada sobre a noção de cruzamento racial entre as três raças – branca, negra e índia –, argumentava que a hibridização entre esses grupos tão distintos poderia fornecer ao país uma feição original,

propriamente nacional. Porém, contraditoriamente, este processo de mestiçagem implicaria a dissolução da diversidade racial e cultural, acarretando, gradativamente, a homogeneização da sociedade brasileira ocasionada pela predominância dos traços biológicos e culturais brancos e a eliminação sucessiva dos elementos não brancos. Kabenguele Munanga (2004, p. 55) afirma que a mestiçagem, na concepção de Romero, “representa apenas uma fase transitória e intermediária no pavimento da estrada que levaria a uma nação brasileira presumidamente branca”.

O tema da miscigenação era um dilema para os intelectuais que compunham o contexto intelectual de Sílvio Romero (Ortiz, 2006, p. 32). A miscigenação seria formativa da particularidade da nossa identidade nacional perante outras nações, contudo, poderia ser responsável pelo atraso socioeconômico do país. O mestiço é considerado a personificação dos problemas ocasionados no campo biológico, visto que o cruzamento entre raças desiguais geraria seres degenerados e inaptos aos anseios do progresso que se desenvolve com a modernidade. A hierarquização do africano ou afrodescendente em relação ao europeu ocidental fica explícita em algumas passagens da *História da Literatura Brasileira*.

Resta-me falar dos povos negros que entraram em nossa população. Eram quase todos do grupo *banto*. São gentes ainda no período do fetichismo, brutais, submissas e robustas, as mais próprias para os árduos trabalhos de nossa lavoura rudimentar. O negro é adaptável ao meio americano; é suscetível de aprender; não tem as desconfianças do índio; pode viver ao lado do branco, aliar-se a ele. Temos hoje muitos pretos que sabem ler e escrever; alguns formados em Direito, Medicina ou Engenharia; alguns comerciantes e ricos; outros jornalistas e oradores. Ao negro devemos muito mais do que ao índio; ele entra em larga parte em todas as manifestações de nossa atividade. Cruzou muito mais com o branco (Romero, 1953, p. 28).

A perspectiva da mestiçagem na obra de Sílvio Romero é contraditória (Munanga, 2004, p. 56), assim como para alguns intelectuais do seu período histórico. Nos estudos do pensador sergipano, frequentemente a mestiçagem é abordada como fator capital para a formação histórica do Brasil. Entrementes, a incorporação das teorias raciais não ocasionou interpretação da miscigenação enquanto elemento degenerativo, prerrogativa comum entre autores como Joseph de Arthur de Gobineau (1866-1882), autor do *Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas* (1853).

Uma população toda mulata, com sangue viciado, espírito viciado e feia de meter medo... [...] Nenhum brasileiro é de sangue puro; as combinações dos casamentos entre brancos, indígenas e negros multiplicaram-se a tal ponto que os matizes da carnação são inúmeros, e tudo isso produziu, nas classes baixas e

nas altas, uma degenerescência do mais triste aspecto [...] Agora você entenderá tudo, quando eu lhe disser que, excetuando a família imperial, todos aqui são mais ou menos mulatos e passam a vida com um palito nos cabelos e um cigarro atrás da orelha. O Rio [de Janeiro] é uma cidade grande e bonita, mas são os estrangeiros que fazem tudo por aqui. Os brasileiros evitam mover uma palha para fazer qualquer coisa útil, até mesmo para se afogarem (Gobineau, 2021, p. 25).

A escrita de Silvio Romero oscilava entre a influência do cientificismo europeu – que responsabilizava a miscigenação pelo atraso e incivilidade – e a sua militância nacionalista, que conferia à miscigenação função primordial na formação da identidade nacional e na civilização das raças consideradas inferiores pelos ideólogos do racismo científico.

Os sertões (1902), publicado pelo escritor e jornalista Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha (1866-1909), é outra obra influenciada pelo determinismo oriundo do evolucionismo. A sua perspectiva sociológica preconiza as características geográficas que – atreladas ao clima tropical – adquirem preeminência sobre a distribuição e as origens dos agrupamentos sociais. A noção de raça é determinante na configuração da estrutura psicológica e no comportamento dos indivíduos. Em outras palavras, “[...] o meio físico age com predominância sobre a evolução do grupo; a raça, sobre o comportamento coletivo. Não se julgue, porém, que isole um do outro os dois grandes fatores” (Candido, 1999, p. 22).

Euclides da Cunha foi herdeiro da mestiçagem indígena. Filho do poeta Manoel Rodrigues Pimenta da Cunha (1841-1909) – o qual era guarda-livros e proprietário da fazenda Trindade no município fluminense de Cantagalo –, Euclides nasceu na região rural do Rio de Janeiro e tornou-se órfão de mãe muito cedo. Intentou, como Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), cursar Engenharia na Escola Politécnica, mas seus estudos foram interrompidos por falta de condições financeiras para arcar com as despesas. Posteriormente, ingressou na Escola Militar e seguiu carreira como membro do Exército Brasileiro.

A influência do positivismo na formação acadêmica de Euclides da Cunha reafirmava a sua crença inabalável no humanismo. Diante da herança distante do Iluminismo reavivado pelo progressismo positivista e evolucionista, a complexa concepção humanista euclidiana era traduzida “[...] na prática pela elevação da humanidade em conjunto, sem distinções nacionais, à condição de referência última como padrão de solidariedade ideal ao ser alcançado pelos homens da terra” (Sevcenko, 1999, p. 121). O objetivo de sua trajetória intelectual era contribuir para a construção da “Pátria Humana”, pautada na harmonia social, desconsiderando as contradições oriundas da disputa material e da exploração do trabalho na ordem capitalista, conforme o trecho a seguir:

Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca. Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos. A afirmativa é segura (Cunha, 1984, p. 30).

Em *Os sertões*, nota-se a erudição da escrita euclidiana empenhada na compreensão do fenômeno político e social constante na Guerra de Canudos (1896-1897), ocorrida no Sertão Baiano. O eixo central da sua obra narra o comportamento fanático dos devotos na presença do perfil carismático do líder religioso Antônio Vicente Mendes Maciel (1896-1897), mais conhecido como Antônio Conselheiro. Ao exercer a função de correspondente de guerra, foi enviado pelo *jornal O Estado de São Paulo* para reportar durante 16 dias o final da Guerra de Canudos.

A comunidade de Canudos era considerada deletéria pela Igreja Católica, pelos latifundiários e pelo Governo Federal. A organização social de Canudos previa estrutura comunitária que privilegiava a partilha equitativa da produção agrícola aos seus membros. Outro elemento que gerava desconfiança nas autoridades políticas era a relação que a comunidade de Canudos estabelecia com os cangaceiros, responsáveis pela segurança do local. Canudos foi divulgada pela imprensa como movimento messiânico de caráter monarquista, circunstância que fomentou incômodo nos republicanos, militares e latifundiários que procuravam consolidar as instituições administrativas e políticas da Primeira República (1889-1930) (Abreu, 1998, *apud* Souza, 2010, p. 2).

A obra *Os sertões* é dividida em três partes: I) Terra - minuciosa descrição sobre as características físicas da região; II) Homem - representação sob influência naturalista do sertanejo; III) Luta - aborda detalhadamente o conflito no Arraial de Canudos. Para interpretar a complexidade das relações sociais e políticas contidas na Guerra de Canudos, Euclides da Cunha procurou revelar aspectos da psicologia dos protagonistas conforme teorias que perscrutam os influxos da raça e do meio no comportamento humano.

Os sertões carrega traços comuns às diversas interpretações de caráter evolucionista. Os sistemas naturais e sociais seriam regidos pelas leis do progresso orgânico que desenvolveriam um processo evolutivo do organismo mais simples ao mais complexo, apresentando, ao mesmo tempo, crescente diferenciação de órgãos e funções. É observado o desencadeamento dessa interpretação evolutiva pela organização sistemática da obra de Euclides da Cunha, em que a relação entre esses elementos naturalistas é abordada em prol da luta pela sobrevivência.

A influência das ideias de Hippolyte Adolphe Taine (1828-1896)⁵⁴ é relevante na organização da obra euclidiana. Para o historiador francês, a tríade “raça-meio-momento” é fundamental para classificar as qualidades que determinam as características de um grupo racial. Esse traço pode ser contemplado no empenho de Euclides da Cunha para identificar e categorizar o processo evolutivo do sertanejo e a sua indissociável dependência com o meio físico.

Diferentemente de Silvio Romero, Euclides da Cunha defendia a existência de heterogeneidade racial resultante do cruzamento racial, do meio físico à variabilidade histórica. Argumentava que o mestiço é, de forma geral, um desequilibrado, destituído da força dos ancestrais selvagens e sem o rigor intelectual dos ancestrais superiores. Euclides retoma ao argumento atavista para argumentar em defesa da instabilidade do mestiço, que consiste na ideia de que “a mestiçagem entre raças superiores e inferiores apaga as qualidades das primeiras e faz reaparecer as duas últimas” (Munanga, 2004, p. 61).

Em *Os sertões*, “[...] as características biológicas, a compleição física, os caracteres morais e intelectuais e os atavismos dos sertanejos, assim como a formação de uma raça singular que erigia à margem da nação e da República” (Souza, 2010, p. 6). Esses elementos podem ser verificados no excerto a seguir,

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-quasímodo reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente (Cunha, 1984, p. 47).

A interpretação euclidiana pode conter a tradição do “mito das três raças” registrada em certas vertentes teóricas do pensamento político e social no Brasil (Damatta, 1981). A classificação dos três tipos de agrupamentos sertanejos contribuiria para a formação histórica do Brasil: I) A sociedade bandeirante da cabeceira do rio São Francisco; II) A sociedade missioneira do seu curso final; III) A sociedade pastoril das regiões médias. Esses agrupamentos dispunham da mesma base étnica composta pela mestiçagem do europeu com o indígena. Euclides da Cunha afirmava que o meio físico era determinante na diferenciação cultural entre

⁵⁴ Segundo Barbosa (2002) e Schwarcz (2017), Hippolyte Adolphe Taine é um dos autores de maior predileção de Lima Barreto. Em diversas passagens de suas referidas biografias, encontram-se menções à influência do historiador francês na formação intelectual do romancista carioca desde sua mocidade.

esses grupos. Haveria uma origem uniforme entre a população que, por intermédio do meio físico, desdobrou-se em sociedades que apresentam distinções nas suas formas de organização social, econômica e psíquica.

Nas obras de Sílvio Romero e Euclides da Cunha, o debate sobre a questão racial é um dos pontos mais polêmicos. Possivelmente, as concepções naturalistas de Euclides da Cunha teceram classificações raciais do sertanejo. Em muitos aspectos da obra euclidiana, a miscigenação acarretaria retrocessos culturais e sociais, visto que as características “inferiores” no processo de miscigenação poderiam gerar um ser híbrido, no qual o “mestiço” é conceitualizado por Euclides da Cunha não como um intermediário, mas como um “decaído” (Souza, 2010, p. 17).

A imaginária incapacidade intelectual das “raças inferiores” é um artifício utilizado por Euclides da Cunha para compreender o fanatismo religioso do sertanejo e a sua adoração ao líder carismático Antônio Conselheiro. A sua interpretação da realidade social de Canudos encontrou no naturalismo o ingrediente capaz de justificar as mazelas de uma nação marcada pelo poder de mando oligárquico dos grandes latifundiários, o qual materializava a segregação do sertanejo na modernidade prometida pelo advento da República.

Por fim, Raimundo Nina Rodrigues está entre os precursores das ciências sociais no Brasil destacados nesse capítulo pela imanente relação com as abordagens raciais do primeiro quartel do século XX. De acordo com Sílvio Romero e Euclides da Cunha, o antropólogo e etnólogo maranhense procurou interpretar as especificidades da nossa identidade nacional. Nina Rodrigues é considerado um autor maldito por ser “[...] reconhecido como aquele que tratou de defender – e teorizar – as diferenças ontológicas existentes entre as diversas raças no Brasil e, em especial, por considerar a mestiçagem como sinal de degenerescência” (Schwarcz, 2006, p. 47).

Aos vinte anos, Nina Rodrigues foi residir na Bahia para dar continuidade aos seus estudos, local em que consolidou sua carreira como médico. Sua extensa produção acadêmica concentrou-se nas investigações sobre a higiene e a antropologia criminal, cujo recorte principal de sua obra – influenciada pelo darwinismo social – intentava demarcar as hierarquias internas presentes nos diversos tipos raciais, bem como a sua propensão à criminalidade. Todavia, um traço peculiar na produção acadêmica de Nina Rodrigues é a sua profícua produção etnográfica. Os estudos pioneiros de Nina Rodrigues relatam a contribuição cultural dos afrodescendentes na formação da identidade nacional, defendendo a descriminalização dos cultos no país.

Um traço fundamental da sua obra é a negação do evolucionismo social e a defesa radical do darwinismo social e da criminologia de Cesare Lombroso (1835-1909)⁵⁵. Em seu esquema teórico, Nina Rodrigues critica o princípio de “perfectibilidade” presente em todas as raças (Schwarcz, 2006). Em outras palavras, criticava a prerrogativa de que negros e mestiços atingiriam, em outro momento histórico, um grau de civilidade congênere à europeia. O seu discurso – galgado na ontologia das raças – defendia a ideia de que a mestiçagem levava à degeneração. O projeto de futuro promissor para o Brasil estaria ameaçado, uma vez que a inferioridade do negro e do mestiço era irrefutável e irrecuperável:

é verdade biológica bem conhecida que nos cruzamentos de espécies diferentes o êxito é tanto menos favorável quanto mais afastada na hierarquia zoológica estão entre si as espécies que se cruzam. Nestes casos o cruzamento acaba sempre por dar nascimento a produtos evidentemente anormais, impróprios para a reprodução e representando na esterilidade de que são feridos, estreitas analogias com a esterilidade terminal da degeneração psíquica (Rodrigues, 2011, p. 53).

A acentuada influência das ciências naturais pode ser verificada em sua posição diante do corpo de juristas responsáveis pela implementação do Código Penal de 1894, primeiro após a Proclamação da República. Para Nina Rodrigues, o princípio do jusnaturalismo era ultrapassado por estar impregnado por um discurso humanista pautado no livre arbítrio e na igualdade de direitos. Esses princípios tornavam a jurisprudência inapta para tipografar crimes, pois somente a área médica – devido as suas atribuições científicas de análise das corporalidades – poderia estabelecer julgamento assertivo acerca da responsabilidade penal. Como solução a esse impasse, Nina Rodrigues propôs o princípio da imputabilidade, que consiste em responsabilizar determinadas raças pela sua incapacidade de discernimento e racionalidade.

Sendo dadas as desigualdades entre as raças, seriam necessárias modificações na responsabilidade penal. A regra do contrato na sociedade brasileira, que considera todos os indivíduos iguais perante a lei, que é uma medida de defesa social, converte-se em pura repressão: índios, negros e mestiços não têm a mesma consciência do direito e do dever que a raça branca civilizada porque ainda não atingiram o nível de desenvolvimento psíquico, seja pra discernir seus atos, seja pra exercer o livre arbítrio (Munanga, 2004, p. 57).

⁵⁵ O médico italiano foi o principal fundador da Escola Positiva, ao lado Enrico Ferri e Raffaele Garófalo, responsáveis pelo incremento cientificista ao estudo da Criminologia. Em sua teoria – descrita no livro *Tratado antropológico experimental do homem delinquente*, publicado em 1876 – constatou, mediante pesquisa empírica realizada com homens sob detenção e a autópsia em cadáveres, que haveria características físicas e psicológicas comum entre ambos os grupos, o que o levou a deduzir uma predisposição à criminalidade. Esta tese atavista durante muitos anos foi compartilhada entre intelectuais, sobretudo os europeus, que condicionaram as ideias de médico italiano a outras interpretações deterministas de cunho racistas. No Brasil, o comportamento delinquente traçado por Lombroso influenciou a obra de muitos intelectuais, principalmente Raimundo Nina Rodrigues (LOMBROSO, 2010).

A partir da detectável inferioridade do mestiço enquanto ser degenerado e de uma certa “originalidade” criminal nas práticas desse grupo social, propôs a elaboração de códigos penais diferenciados que possibilitassem penas atenuadas aos mestiços inaptos (Munanga, 2004, p. 57; Schwarcz, 2006, p. 48). Sua proposta era fruto de supostos estudos etnográficos rigorosos, presunção que lhe poderia conferir a qualidade de cientista ao defender como método a impessoalidade da análise.

Em *As raças humanas e a responsabilidade penal*, Nina Rodrigues dividiu os mestiços em três grupos. No primeiro grupo, encontravam-se os “mestiços superiores”, que detinham características culturais da raça civilizada. Em outras palavras, aqueles que possuíam ascendência europeia, que “[...] devem ser julgados perfeitamente equilibrados e plenamente responsáveis” (Rodrigues, 2011, p. 71); o segundo é composto pelos mestiços, “evidentemente degenerados”, que possuem “anomalias de sua organização física, bem como suas faculdades intelectuais e morais”. Rodrigues ressalta que “dentre eles, uns devem ser totais, outros parcialmente irresponsáveis”. Mesmo não evidenciando explicitamente, é possível compreender que se trata dos indígenas e negros retintos que não foram beneficiados pela ancestralidade da cultura superior da Europa ocidental. O terceiro grupo é composto pelos mestiços comuns, vistos como “[...] produto socialmente aproveitável e superiores às raças de que provieram”. Esses, em decorrência da influência da herança das raças inferiores, são propensos a “cometerem ações antissociais de que não podem ser plenamente responsáveis”. Esses casos devem ter sua responsabilidade penal atenuada (Rodrigues, 2011, p. 72-73).

A análise de Nina Rodrigues parece indicar que os estados psíquicos dos indivíduos são transmitidos pela herança racial (Neves, 2008, p. 22), em contraposição a Silvio Romero, que proferia uma predominância futura da raça branca entre a população. O médico maranhense compreendia o futuro do Brasil sob a perspectiva da unidade de uma branquitude conquistada evolutivamente. De outra maneira, Nina Rodrigues destacava com pessimismo a diversidade racial brasileira, nesse âmbito, a inviabilidade civilizatória do mestiço impediria a consolidação do projeto republicano pautado nos princípios liberais e no ideário de igualdade social (Schwarcz, 2006, p. 50).

Ainda sobre os aspectos divergentes entre as abordagens de Nina Rodrigues e Silvio Romero, o criminalista ressalta – em face à diversidade dos componentes antropológicos – a variabilidade dos condicionantes raciais no interior do território brasileiro a partir dos distintos processos de ocupação em face ao processo colonial. A importação de força de trabalho negra, a dizimação dos povos originários e o processo de imigração europeia, acrescido dos condicionantes climáticos e geográficos, são elementos que ratificam sua divergência em

relação a Romero sobre a existência de um tipo étnico brasileiro resultado da mestiçagem (Munanga, 2004, p. 58).

Nesta seção, buscamos apresentar sinteticamente as principais ideias sobre a mestiçagem defendidas por Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues. Refletir sobre a realidade brasileira do século XIX é uma tarefa que exige inevitavelmente a compreensão da questão racial. Observamos que, sob diferentes proposituras, esses autores debruçaram-se sobre a temática da identidade nacional, fator determinante para as aspirações republicanas em marcha que, sob o respaldo intelectual desta gama de autores, propagou no imaginário social a naturalização de um senso de cidadania restritiva, em que as condições históricas vão desaparecendo e cedendo espaço a outras narrativas, como destaca Carneiro (2011, p. 101): “então, os excluídos, de vítimas, se tornam réus”. A seguir, abordaremos a questão da eugenia no século XX e o impacto na noção de identidade nacional.

2.4 A eugenia no Brasil

O encontro do português e do negro nas possessões do Novo Mundo tomou um caráter bem diferente daquele que os anglo-saxões souberam manter na presença da mesma raça. Enquanto o português não temia se misturar com o negro e constituir uma descendência, o anglo-saxão, mais zeloso da pureza de sua linhagem, manteve o negro à distância, e serviu-se dele apenas como um instrumento de trabalho. E é um fato curioso e notável que nem a ação do tempo nem outros fatores jamais puderam fazer mudar essa atitude primeira dos americanos do norte, que mantêm até a atualidade a raça negra separada da população branca. Para a desgraça do Brasil, é justamente o inverso que aqui tomou lugar; o branco se misturou ao negro com tão pouca discrição que se constituiu uma raça de mestiços, hoje dispersa por uma grande parte do país (Lacerda *apud* Schwarcz, 2011, p. 237).

Um dos aspectos mais surpreendentes de nossa sociedade é o fato de a ausência de identidade racial ou confusão racial reinante ser aceita como dado de nossa natureza. Quando muito, à guisa de explicação, atribui-se à larga miscigenação aqui ocorrida a incapacidade que demonstramos de nos autotransclassificar racialmente. É como se a indefinição estivesse na essência do nosso ser. É assim para o senso comum, é assim para a maioria dos intelectuais. Diferentemente de outros lugares, a nossa identidade se definiria pela impossibilidade de defini-la (Carneiro, 2011, p. 63).

A eugenia pode ser caracterizada como uma vertente mais agudizada dos fundamentos darwinistas. O termo significa “bom nascimento” e tinha como propósito o aperfeiçoamento genético da população por meio da eliminação de certos grupos raciais caracterizados como inferiores. As ideias eugenistas ganharam notoriedade no campo científico a partir da publicação da obra *Hereditary genius* (1869), do naturalista britânico Francis Galton (1822-

1911). Parente de Charles Darwin, a influência de *A origem das espécies* é notável na obra em questão, que ainda hoje é caracterizada como a precursora do eugenismo na Europa.

De acordo com Del Cont (2008, p. 207), em seu estudo, Galton empenha-se em categorizar uma lista com informações abundantes sobre a genealogia dos indivíduos ao defender que “tantos as melhores qualidades humanas quanto as piores seriam o resultado de um processo natural”. Em outras palavras, Galton defendia o estímulo ao casamento entre pessoas de linhagem considerada superior e a criação de mecanismos restritivos à reprodução de indivíduos considerados inaptos. Tais mecanismos eram compreendidos como estratégias comprometidas com a melhoria efetiva das características hereditárias da população.

Diferentemente do que aconteceu nos países anglo-saxões, que priorizavam as questões ligadas à hereditariedade, nos países latinos ocorreu o desenvolvimento de uma “eugenia preventiva”, associada a reformas sociais e ao aperfeiçoamento da identidade nacional. A história da eugenia na América Latina, conforme sublinha Stepan (2005), subverte o entendimento do significado da eugenia de forma generalizada, ao afirmar que o movimento eugênico internacional não foi unitário e não pode ser indiscriminadamente apreendido. A este aspecto, soma-se o apagamento da eugenia do debate público, em decorrência da coerente condenação da prática entre os nazistas após a Segunda Guerra:

No entanto, equiparar a eugenia à Alemanha fascista é problemático por dois motivos. Primeiro, ao fazê-lo ocultam-se continuidades na eugenia entre os períodos fascistas e pré-fascistas. Segundo, os historiadores ficam tentando evitar uma discussão sobre o envolvimento de muitas outras nações no experimento eugênico. A prática intelectual incentiva ainda mais esta fuga. Os historiadores da ciência, especialmente, têm forte tendência a desprezar, considerando-as “pseudocientíficas”, ideias que posteriormente parecem obviamente tendenciosas ou irremediavelmente ultrapassadas. Chamar a eugenia de pseudocientífica é uma forma conveniente de deixar de lado o envolvimento de muitos cientistas proeminentes em sua elaboração, e de ignorar questões difíceis sobre a natureza política de boa parte das ciências biológicas e humanas (Stepan, 2005, p. 12).

Nas duas primeiras décadas do século XX, o Brasil – mesmo com um longo caminho a trilhar rumo à democratização da saúde e do saneamento básico⁵⁶ – era referência na América

⁵⁶ Ao lado de nomes como Renato Kehl, Arthur Neiva e Belisário Pena, Monteiro Lobato se destaca no cenário literário como divulgador de ideias de caráter eugênico e higienista mediante sua colaboração em veículos de imprensa de massa como o jornal *Estado de São Paulo*. Segundo Silveira (2005, p. 185): “A cura do Brasil, proposta por Lobato, será tratada como a ideia de uma “integração biológica” dos brasileiros, diagnosticados como doentes por Lobato, integração esta que é por ele vista como *condicio sine qua non* da entrada do Brasil na marcha do progresso. SILVEIRA, Eder. Sanear para integrar: a cruzada higienista de Monteiro Lobato. **Revista de Estudos Ibero-Americanos**, vol. XXXI, núm. 1, junho, 2005, pp. 181-200. Além da sua intensa participação nos círculos da *intelligentsia* eugênica, Monteiro Lobato publica em 1915 *Urupês*, que narra a o cotidiano do Jeca, personagem que simboliza, sob tom de denúncia, a população do campo entregue à “doença” e à “ignorância”, aspectos atribuídos por Lobato como entraves ao progresso. O termo “urupês” faz menção a um cogumelo parasitário que

Latina em ciência biomédica e sanitarismo, sendo o primeiro país a organizar oficialmente uma sociedade eugênica em 1918. Para Nancy Stepan (2005, p. 45), há dois elementos que são fundamentais para entendermos as especificidades que o discurso eugenista adquiriu na América Latina, em especial no Brasil.

O primeiro fator foi a Primeira Guerra Mundial e o simbolismo que o conflito adquiriu entre os latino-americanos. O Brasil foi único país do continente a participar do conflito ao lado dos aliados. Porém, os impactos econômicos e intelectuais do conflito repercutiram por todo o globo, inclusive na América Latina. Se antes as nações europeias eram tidas como símbolos do progresso – atrelado à noção de cientificismo e industrialismo –, a Primeira Guerra, nas palavras de Hobsbawn, “assinalou o colapso da civilização (ocidental) do século XIX”.

Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral; e profundamente convencida da centralidade da Europa, berço das revoluções da ciência, das artes, da política e da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo, que seus soldados haviam conquistado e subjugado; uma Europa cujas populações (incluindo-se o vasto e crescente fluxo de emigrantes europeus e seus descendentes) haviam crescido até somar um terço da raça humana; e cujos maiores Estados constituíam o sistema da política mundial (Hobsbawn, 2012, p. 14).

A perda da primazia europeia frente ao barbarismo do conflito contribuiu para o surgimento de um novo nacionalismo entre os países latino-americanos que tentava projetar os Estados Nacionais do continente para o cenário mundial. Se na Europa a guerra insuflava o medo frente à degeneração nacional, no contexto latino-americano, ampliavam-se as discussões no âmbito político e intelectual sobre narrativas epistêmicas que corroborassem com a regeneração social. Para Stepan (2005, p. 21), “havia potencial para um movimento extremista de raça-higiene; mas havia também espaço político para definições menos extremadas do sentido da eugenia para a nação”. Todavia, a maior expressividade da eugenia se deu a partir da defesa do branqueamento da população como estratégia nacionalista e desenvolvimentista.

Em consonância com esses pontos, Stepan atenta ao segundo aspecto que conferiu particularidade à propagação do discurso eugenista na América Latina: a crise de subdesenvolvimento. Em termos sociais, a ausência de um projeto de integração da população escravizada ao mundo do trabalho após a Abolição, intensificada pela imigração europeia,

destrói a madeira. A obra é considerada um referencial à literatura engajada em propagar as mazelas do campo e a falta de uma política nacional de modernização do campo. Diante das controversas que atravessa a produção literária de Monteiro Lobato, que fogem às pretensões do trabalho, é válido destacar que a obra suscita um profícuo debate sobre as relações sociais no campo e a permanência dos problemas nacionais atribuídos à ruralidade.

colidiu-se com contradições intensificadas com o advento da República. Se no cenário externo houve crescente participação econômica do Brasil no sistema capitalista mundial – sob a condição periférica de dependência, como fornecedor de matéria-prima –, no cenário interno, o fortalecimento da burguesia nacional potencializou ainda mais o arrocho salarial, a perseguição aos levantes operários e o crescimento da pobreza, em especial, entre a população negra e mestiça.

Sob esse prisma – de ascendente protagonismo na economia externa atrelado à intensificação de crises sociais internas –, as ideias eugenistas foram recebidas com entusiasmo entre médicos e reformadores sociais que há muito se preocupavam com a questão identitária e sanitária, haja vista que a população brasileira era racialmente mestiça⁵⁷, majoritariamente analfabeta⁵⁸ e pobre (Ortiz, 2006; Sevcenko, 1999).

A teoria do branqueamento demonstra, mais uma vez, a ambiguidade que os intelectuais deterministas possuíam em relação à condição da mestiçagem: ao mesmo tempo que era vista como a principal causa do atraso nacional, concomitantemente, foi concebida como a solução para atingirmos o *status* de nação civilizada. Frente a esta contrastante realidade, a formulação teórica de João Batista de Lacerda é compreendida como um exemplo ímpar da tentativa dos intelectuais brasileiros em promover, sob a validação do discurso científico, uma solução para o caso nacional.

A formação do pensamento antropológico no Brasil ocorreu em proximidade com as ciências naturais, em especial a biologia. João Batista de Lacerda (1846-1915) é um dos principais expoentes da chamada Antropologia Física no país, que possui forte influência das correntes evolucionistas e deterministas em voga na Europa. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, exerceu com destaque as funções de Ministro da Agricultura, Chefe do Museu Nacional e Presidente da Academia Nacional de Medicina, realizando

⁵⁷ No período analisado, a pesquisa censitária no Brasil era realizada pelo Diretoria Geral de Estatística, órgão ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Segundo Piza e Rosemberg (1999), nas primeiras décadas do século XX, não foram coletadas pelo censo informações sobre cor/raça em sua coleta. As pesquisadoras apontam que no contexto se utilizava uma forma mista de classificação. Outro aspecto é em relação à dificuldade da população em se identificar e até mesmo ser identificada por critérios fenotípicos. Somente a partir da década de 1940 é que a pesquisa passa ser realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o primeiro entre os censos modernos realizados em período decenal e estabelece os critérios: branco, preto, amarelo, pardo e indígena para categorizar o perfil racial da população. Para mais informações a respeito das mudanças ocorridas nas pesquisas censitárias em relação ao perfil racial da população, consultar: PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. Cor nos censos brasileiros. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 40, p. 122-137, dezembro/fevereiro 1998-99. Para mais informações sobre a evolução da pesquisa censitária no Brasil, ver: OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de; SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. O IBGE e as pesquisas populacionais. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 291-302, jul./dez. 2005

⁵⁸ De acordo com o censo realizado na década de 1920, 35,1% da população com idade superior a 15 anos sabia ler e escrever, número que salta para 54,4% quando analisanda somente a população das capitais. Diretoria Geral de Estatística, órgão ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1929).

reconhecidos estudos na área da fisiologia. A exemplo, tem-se como um dos principais campos de investigação científica de Lacerda o estudo da morfologia craniana. Para o autor, as características físicas do crânio eram elementos capazes de determinar uma predisposição a um comportamento criminoso.

Sob a função de Diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda representou o Brasil no 1º Congresso Universal de Raça realizada em Londres em 1911. A participação de Lacerda como representante oficial no evento é simbólica ao exprimir a relevância que a questão racial tinha no período, uma vez que o Brasil foi único país latino-americano a ser convidado para o evento. Em linhas gerais, as produções acadêmicas sobre eugenia eram predominantes entre os países europeus centrais que, coincidentemente, partilharam territórios durante a expansão imperialista.

No evento, Lacerda defende a tese do branqueamento da raça por meio da mestiçagem como solução efetiva dos problemas sociais locais como, também, para atingir o tão estimado estado de civilidade compartilhado entre os europeus. De acordo com Seyferth (1985, p. 83), inicialmente o autor atesta a igualdade entre as raças e faz elogios aos representantes de países “não brancos”. Contudo, utiliza, em sua explanação, expressões como “atrasado”, “selvagem” e “incivilizado” como forma de ratificar seu posicionamento, que defende a inferioridade desses grupos sociais “não brancos” fortemente marcados pela mestiçagem.

Os conceitos de “raça” e “civilização” são utilizados de forma confusa, como elementos complementares que ratificam a posição de dominação dos países europeus frente às sociedades não brancas. Para Lacerda, a ocidentalização e o aperfeiçoamento da raça estão relacionados ao cristianismo. Diante da inegável condição de inferioridade, a moralidade do colonizador cristão é compreendida como uma solução irrefreável. Respeitando as leis gerais da natureza que incidiram sobre as configurações sociais, caberia aos europeus brancos a missão civilizatória de guiar os grupos inferiores ao estágio do progresso.

São diversas as passagens de Clara dos Anjos nas quais se observa o empenho de Lima Barreto em problematizar a forma como o discurso racista penetrou no imaginário da população. Entre elas, tem-se a descrição do narrador em destacar predileção do carteiro Joaquim dos Anjos, pai de Clara, em trabalhar com indivíduos que julgava não serem brasileiros a partir das características fenóticas:

Chegou à repartição, assinou o ponto, cumprimentou os colegas e chefes; e, à hora certa, tomou a correspondência a distribuir e lá correu para escritórios, casas de comércio, entregando cartas e pacotes. Vinha tudo isto com nomes arrevesados: franceses, ingleses, alemães, italianos, etc.; mas, como eram sempre os mesmos, acabara decorando-os e pronunciando-os mais ou menos corretamente. Gostava de lidar com aqueles homens louros, rubicundos,

robustos, de olhos cor do mar, entre os quais ele não distinguia os chefes e os subalternos. Quando havia brasileiros, no meio deles, logo adivinhava que não eram chefes. Almoçava frugalmente e até às cinco executava o serviço, isto é, as várias distribuições de correspondência (Barreto, 2011, p. 104).

Outro aspecto interessante a ser analisado é a racialização do corpo negro e mestiço. Os traços de inteligência e rigor moral são observados entre os mestiços em que a herança branca é mais preponderante. Ao referir-se aos negros e aos mestiços cujos traços fenotípicos da negritude são mais evidentes, a corporificação e a sexualidade, em particular das mulheres, são recursos utilizados para demarcar a diferença e a maior proximidade ao estado de incivilidade, tomado pela sobreposição do instinto em detrimento da racionalidade.

Porém, ainda que não se possa dizer que pelas suas formas e traços os mestiços sejam exemplo de beleza, é bem verdade que, sobretudo no sexo feminino, encontram-se tipos de formas graciosas e bem proporcionais. Os instintos voluptuosos são muito desenvolvidos na maioria, e eles se revelam no olhar lânguido, nos lábios espessos, no tom indolente, ligeiramente arrastado da voz. Geralmente eles são pouco musculosos e parecem oferecer pouca resistência às doenças. [...] Como trabalhadores do campo, os mestiços são visivelmente inferiores aos negros, de quem não herdaram nem a robustez física, nem a força muscular. Eles mostraram poucas aptidões para a vida comercial ou para a vida industrial; em geral dissipam suas posses, têm uma inclinação irrefreável para a ostentação, e são pouco práticos em seus negócios, volúveis, sem perseverança em seus empreendimentos (Lacerda *apud* Schwarcz, 2011, p. 237-238).

A participação do Brasil no evento contribuiu, também, para a reprodução do discurso partilhado no imaginário social de que não há preconceito racial no país. “Os preconceitos de raça e de cor, que nunca foram muito enraizados no Brasil, como sempre vimos entre as populações da América do Norte, perderam ainda mais força desde a Proclamação da República”. A comparação entre o processo de colonização entre Brasil e Estados Unidos da América foi tema recorrente em alguns estudos no período (Seyferth, 1985, p. 84-85).

O elemento tomado como fator fundamental da diferenciação entre ambos os países, no que diz respeito à sua formação social, foi a miscigenação. Entre os estadunidenses, a segregação socioespacial contribuiu para a diminuição do contato entre esses dois grupos. Em contrapartida, no Brasil, o cruzamento racial e a própria relação mais estreita entre os colonizadores portugueses e a população negra foram caracterizados como os elementos que impulsionaram a miscigenação e determinaram a condição do atraso social⁵⁹.

⁵⁹ As especificidades do processo de colonização do Brasil serão temas recorrentes na obra dos autores que fizeram parte da chamada geração de 30. Em especial, Gilberto Freyre em “Casa Grande e senzala” (1933) e Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil” (1936), sob influência de Weber e Boas, abordarão as especificidades culturais e históricas da colonização portuguesas e sua influência na formação social do Brasil.

Em um estudo mais aprofundado sobre o processo de imigração europeia para o Brasil, Seyferth (1996) afirma que a miscigenação tomou lugar privilegiado e nacionalista no país desde 1850. A produção intelectual do período, substancialmente organizada em torno da identidade nacional, e a propositura de estratégias de superar o suposto atraso social, somadas ao incentivo do branqueamento, transformam-se em pauta obrigatória para se pensar as políticas de imigração. Para além da questão racial, estava em jogo outro elemento fundamental para a nação: a “ocupação do território”. Ademais, o incentivo à imigração resolveria também a problemática da carência de força de trabalho especializada frente à industrialização.

Nós já dissemos que o completo desabrochar das raças superiores, formadas por elementos imigrados de países europeus, deveria, no espaço de um século, dar um aspecto bem diferente do atual à população total do Brasil; quando isso se realizar, os mestiços e o negro terão desaparecido, deixando lugar ao branco; os indígenas terão submergido como aqueles da Austrália, consecutivamente à invasão dos anglo-saxões; os descendentes de portugueses, cruzados com italianos e alemães, formarão uma população de aparência toda europeia, modificada pela ação do clima tropical: população vigorosa, inteligente, amiga do progresso, plena de ardor ao trabalho, que sabe se utilizar de todas as conquistas da civilização para melhorar as condições de sua existência. No Brasil, a população encontrar-se-á então vis-à-vis aos povos latinos da Europa, nas mesmas condições que os Estados Unidos da América do Norte vis-à-vis aos povos anglo-saxões do Velho Continente (Lacerda *apud* Schwarcz, 2011, p. 237-238).

Fazendo referência mais uma vez à pintura de Modesto Brocos, concluída em 1895, observa-se que o estímulo ao branqueamento e a necessidade de extirpação da herança negra e da miscigenação são ideias que habitavam o imaginário social há algumas décadas. O esforço de Lacerda em sua tese do branqueamento exprime a importância que a legitimação do discurso científico teve em confluência com os interesses da elite. Nesse âmbito, embora a produção de Lacerda não seja a mais contundente expressão do racismo científico no Brasil, a importância de sua obra se dá pelo otimismo com que o autor celebra o branqueamento como forma de superação da mestiçagem, bem como pela legitimidade que confere à antropologia enquanto campo autônomo do saber.

A seleção sexual contínua aperfeiçoa sempre ao subjugar o atavismo e purga os descendentes de mestiços de todos os traços característicos do negro. Graças a este procedimento de redução étnica, é lógico supor que, no espaço de um novo século, os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós. Depois da abolição, o negro entregue a ele próprio começou por sair dos grandes centros civilizados, sem procurar melhorar, no entanto, sua posição social, fugindo do movimento e do progresso ao qual não poderia se adaptar. Vivendo uma existência quase selvagem, sujeito a todas as causas de destruição, sem recursos suficientes para se manter, refratário a qualquer disciplina que seja, o negro se propaga pelas regiões pouco povoadas e tende a desaparecer de nosso território, como

uma raça destinada à vida selvagem e rebelde à civilização (Lacerda *apud* Schwarcz, 2011, p. 239).

No decorrer deste capítulo, buscou-se apresentar brevemente as principais ideias que circundavam os intelectuais caracterizados como os precursores do pensamento social brasileiro e de que forma a compreensão de tais discussões se deu de forma indissociável à influência das correntes científicas do século XIX, como o darwinismo social, o evolucionismo e o positivismo. Tais correntes também são capitais para o entendimento da consolidação da Antropologia e da Sociologia como áreas autônomas do conhecimento. Foi destacada a obra de Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues por seu esforço em delinear as premissas de uma ciência social brasileira.

O destaque dado à produção de João Batista de Lacerda e sua teoria eugenista de branqueamento se deu diante do efetivo impacto que ela obteve enquanto elemento que influenciou a instauração de uma política nacional de imigração, o que contribuiu para acentuar as contradições sociais no que diz respeito às determinações do mundo do trabalho e à luta pela expansão da cidadania. Tal influência evidencia ainda mais as assimetrias entre brancos, mestiços e negros no Brasil, tema até hoje privilegiado na produção acadêmica por abordar um dos mais delicados problemas nacionais (Ortiz, 2006; Sevcenko, 1999; Seyferth, 1996).

Diante das discussões apresentadas, é inegável o caráter racista das ideias defendidas pelos intelectuais precursores do pensamento sociológico (Schwarcz, 1993). No entanto, mesmo que as ideias de nosso tempo histórico nos causem indignação ao pensarmos no *status* científico conferido a essas teses, a importância de tais produções enquanto reflexos de sua época é inegável. Segundo Skinner (1996), os sentidos e os valores expressos em uma obra literária precisam ser observados com base nas especificidades do contexto em que o texto foi produzido. Nesse sentido, a compreensão do pensamento social brasileiro produzido pela *intelligentsia* do século XIX é o que nos permite analisar com maior rigorosidade a nossa produção intelectual e o impacto que ela incide sobre a sua comunidade de falantes e como tais ideias repercutem ainda hoje no imaginário social.

Em suma, torna-se necessário retomar a reflexão de Ortiz (2006, p. 33) acerca do empenho dos intelectuais do século XIX em responder às questões inerentes à identidade nacional. Para o autor, “o pensamento dos nossos cientistas está mais próximo da ideologia”. O ideal nacional é “uma utopia”, um vir a ser que se consolidará em um futuro próximo. Para a elite brasileira, cabia ao branqueamento da população a função de livrar o país do atraso social

e das amarras do antigo regime. Nesse sentido, “a construção do Estado nacional se coloca como meta e não como realidade presente”.

A assertiva de Ortiz vai ao encontro das críticas endereçadas por Lima Barreto em seus romances e crônicas atribuídas aos intelectuais. Conforme destaca Resende (1993), o romancista carioca surge como escritor independente em um contexto de forte cooptação dos intelectuais pelo poder hegemônico endereçado em propagar os valores sedimentados pela elite que se manifesta muito na culpabilização da constituição racial da população e pela inferiorização da cultura popular. Isso em recusa a qualquer associação com a elite intelectual de seu tempo. Para a autora,

O academicismo recusado significa uma aproximação entre o escritor e o público, com a busca do elemento popular no autenticamente nacional, na construção de uma literatura que reflete um “ideal” num autor que tenta “executar esse ideal em uma língua inteligível a todos, para que todos possam chegar facilmente à compreensão daquilo a que cheguei, através de tantas angústias”⁶⁰ (Resende, 1993, p. 25).

Nessa perspectiva, a obra de Lima Barreto assina o antagonismo salientado por Ortiz acerca do Estado nacional brasileiro, que se manifesta nas contradições socioespaciais entre os bairros aristocráticos – que manifestavam, em seu estilo arquitetônico e modo de vida, os valores cientificistas e higienizados fomentados pelas ideias importadas do modo de vida europeu – frente à realidade do subúrbio composta pela pequena classe média e operariado – espaço negligenciado pela aspirações progressistas apregoadas nos valores partilhados pelos intelectuais do período acerca dos rumos atribuídos à nação brasileira.

Como forma de demonstrar as mudanças ocorridas no campo intelectual brasileiro acerca da noção de raça, no próximo capítulo, abordaremos o surgimento de novas perspectivas epistêmicas sobre a colonialidade e sua estreita relação com o racismo, visando destacar quais as contribuições desses referenciais para a análise da obra barretiana como pensamento insurgente de crítica ao racismo no Brasil na Primeira República.

⁶⁰ Barreto, Lima. **Histórias e sonhos**: contos. Rio de Janeiro: Gian Lorenzo Schettino, 1920.

3 EPISTEMOLOGIAS INSURGENTES DO SÉCULO XX-XXI: PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE A COLONIALIDADE E O RACISMO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

O presente capítulo visa abordar as contribuições analíticas que surgiram nas ciências humanas no decorrer do século XX, em que o cerne do debate se estabeleceu na reflexão e na tomada de consciência sobre os efeitos da colonização e os desdobramentos desse projeto no decorrer da Modernidade (Santos, C., 2018, p. 163). Tal perspectiva propiciou o desenvolvimento de uma pluralidade de narrativas epistêmicas como os Estudos Pós-Coloniais, o Pensamento Decolonial e os Estudos Críticos sobre Branquitude – abordagem central da pesquisa em questão.

Sendo assim, na primeira seção, será abordado o surgimento do pensamento pós-colonialista, centralizado na produção de intelectuais que visam identificar a relação antagônica entre colonizador e colonizado, mais precisamente no contexto de lutas por independência colonial na África e na Ásia. Os esforços dessas abordagens centralizam-se na tentativa de problematizar e transcender os cânones ocidentais dessa área de conhecimento (Grosfoguel, 2008)⁶¹, fundamentados em uma noção europeia de civilização inerente ao projeto Iluminista que, ao gerar uma categorização universal de humanidade, produziu narrativas que subalternizaram diversos povos e culturas no processo de colonização desses territórios.

Ainda na mesma seção, serão apresentados os aspectos centrais dos Estudos Decoloniais que, em consonância ao pensamento pós-colonial, surge entre pesquisadores latino-americanos como uma interpretação mais radicalizada sobre os efeitos da colonização e, posteriormente, consolida-se como uma crítica à teoria pós-colonial desenvolvida na Ásia e na África a partir da noção de colonialidade (Grosfoguel, 2008; Quijano, 2005, 2007; Maldonado-Torres, 2007; Oliveira, 2018; Santos, V. 2018).

O tópico seguinte reúne as problematizações apresentadas por autores que foram pioneiros em problematizar os impactos do discurso colonizador nas concepções epistêmicas, políticas e subjetivas atribuídas ao negro, como W. E. B. Du Bois e Frantz Fanon. Ademais, abordaremos como tais produções contribuíram para um novo olhar sobre os estudos endereçados em compreender os impactos da colonialidade sobre a produção epistemológica

⁶¹ Para o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2008), a dicotomia que reside entre ‘economia x cultura’, agência x estrutura’, que se desdobra para a fragmentação das ciências humanas em subdivisões, é um produto da perspectiva ocidental acerca do conhecimento, que se assentou em um dualismo cartesiano. Esses elementos são abordados pelo autor como um dos dilemas do pensamento liberal do século XIX que estabeleceu uma perspectiva dualista entre cultura e economia.

das ciências humanas. Ainda nesta seção, será apresentada a emergência dos Estudos Críticos sobre a Branquitude no país e o impacto dessas discussões para a problematização do branco enquanto identidade racializada, fundamental para a compreensão da crítica ao racismo endereçada por Lima Barreto no romance *Clara dos Anjos* e seus impactos na sociedade brasileira na Primeira República, bem como seus desdobramentos recentes.

3.1 A emergência dos Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais

No decorrer do século XX, ocorreram dezenas de processos de independência colonial em países em África e Ásia. Tais processos culminaram em transformações geopolíticas e diaspóricas que contribuíram para a eclosão de abordagens críticas sobre as narrativas eurocêntricas que fundamentaram geograficamente a Europa e a difusão de seus valores como parâmetro de civilidade e desenvolvimento. O conjunto de tais abordagens epistêmicas foi cunhado como Estudos Pós-Coloniais, cujo objetivo é a valorização de saberes e narrativas até então invisibilizados pelo discurso colonizador. Nessa perspectiva, os Estudos Pós-Coloniais sublinham um posicionamento político ao propor uma ruptura com o paradigma hegemônico centrado na noção de universalidade, basilar à concepção de indivíduo na Modernidade⁶². De acordo com Miglievich-Ribeiro (2020, p. 27), a virada pós-colonial

subverte as teorias consagradas de uma modernidade pseudo-monolítica, colocando em primeiro plano da análise o colonialismo que entrelaçou mundos diversos, tendo a partir do século XVI redefinido as fronteiras no planeta, drástica e irreversivelmente, ao imiscuir povos, histórias e culturas, redefinindo centros e periferias. Sobretudo, a virada pós-colonial concentra-se em explicitar a “missão civilizatória” como a pior das barbáries, que desumanizou dois terços da população mundial, moldando a desigual divisão internacional do trabalho e das riquezas.

A perspectiva pós-colonial inseriu-se primeiramente no campo dos estudos literários⁶³, mais especificamente nos Estados Unidos, entre as décadas de 1970 e 1980. A publicação de *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*, pelo palestino Edward Said (2007[1978]), pode ser considerada como um “manifesto de fundação do pós-colonialismo”

⁶² É válido destacar que a noção de universalidade empreendida pelo pensamento eurocêntrico culminou em diversas abordagens científicas de cunho racista e deterministas como o evolucionismo, darwinismo social e eugenia que foram abordados de forma mais aprofundada no segundo capítulo desta tese.

⁶³ A obra de Said, assim como a de Lima Barreto demonstram como a literatura se manifesta como campo de análise sobre os fenômenos sociais, possibilitando, deste modo, um profícuo debate entre literatura e sociedade.

(Costa, 2006). Em diálogo com o pós-estruturalismo⁶⁴ de Michel Foucault, Said evidencia o Orientalismo como um discurso, ou seja, como um constructo que, mediante um vocabulário e um uso de imagens e símbolos, institucionalizou-se como “conhecimento sobre os orientais e conhecimento dos orientais, sua raça, caráter, cultura, história, tradições, sociedade e possibilidades” (Said, 2007[1978], p. 70). Ainda sobre este processo, o autor enfatiza que:

não só o Orientalismo é acomodado às exigências morais do cristianismo ocidental; é também circunscrito por uma série de atitudes e julgamentos que não enviam a mente ocidental em primeiro lugar às fontes de orientais para correção de verificação, mas antes a outras obras orientalistas. O palco orientalista, como venho chamando, torna-se um sistema de rigor moral e epistemológico [...], pois o Oriente (“lá fora” na direção do Leste) é corrigido, até penalizado por se encontrar fora dos limites da sociedade europeia, o “nosso” mundo (Said, (2007[1978], p. 107).

Após sua profícua difusão entre o campo literário, a perspectiva pós-colonial expande-se tanto geograficamente como, também, entre outras disciplinas, resultando em obras referências para as ciências humanas. Para Miglievich-Ribeiro (2020), “a crítica pós-colonial vem desnudar, pois, os discursos, pretensa e fracassadamente assépticos da ciência dita moderna”, propugnando seu o “conhecimento-testemunho” como legítimo. Nesse sentido, a virada epistemológica empreendida pela crítica pós-colonial adiciona novos saberes e perspectivas analíticas às ciências humanas e sociais que, ao ressaír diferentes lugares de fala⁶⁵,

⁶⁴ A corrente epistemológica pós-estruturalista surge como alternativa crítica ao estruturalismo, uma das principais correntes teóricas da linguística e ciências humanas na primeira metade do século XX. O estruturalismo, mais precisamente no campo da Antropologia, busca compreender as características da realidade social a partir de estruturas subjacentes, ocultas e inconscientes que influenciam as dinâmicas sociais. O antropólogo belga Claude Lévi-Strauss (1908-2009) é o principal expoente do estruturalismo no campo da Antropologia. Para o autor, as estruturas são produtos da racionalidade humana e funcionam como normas profundas sobre as quais se assentam modos de pensar e agir compartilhados coletivamente pela sociedade. Deste modo, não haveria estágios progressivos de desenvolvimento sociocultural como foi amplamente defendido pela corrente evolucionista. Já o pós-estruturalismo é um termo que reúne uma multiplicidade de correntes teóricas no campo da filosofia que surgiram em meados do século XX, tendo destaque na França. Dentre os pensadores pós-estruturalistas, destaca-se o trabalho de Michel Foucault (1926-1984), Jacques Derrida (1930-2004) e Gilles Deleuze (1925-1995), os quais caracterizam que o conhecimento e a manifestação dos saberes ocorrem em campos limitados de possibilidades, impedindo a capacidade de compreensão totalitária sobre os fatos. Portanto, para os filósofos pós-estruturalistas, diante da instabilidade das estruturas e da transitoriedade dos saberes, a busca pela verdade é questionada e insurge a necessidade de perspectivas alternativas de pensamento e crítica aos discursos, saberes e poderes hegemônicos. Para uma abordagem mais aprofundada sobre o assunto, consultar: JAMES, William. **Pós-estruturalismo**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

⁶⁵ Para Foucault, toda produção discursiva implica, no âmbito da subjetivação, uma ânsia em conhecer as verdades do discurso (Noto, 2010). Esses discursos traduzem-se em regras e práticas que moldam os lugares de fala em disputa. Nesse sentido, lugar de fala é evocado como lugar de resistência em insurgência que se colide com as narrativas hegemônicas. Para Collins (1997) e Ribeiro (2017), “lugar de fala” significa pensar nas condições específicas das posições sociais que orientam e especificam as relações de poder entre diferentes grupos sociais. Sobre tais discussões, ver: COLLINS, P. H. Comentário sobre o artigo de Hekman Thuth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited: Onde está o poder? *Signs*, 22(2), 375-380, 1997; NOTO, C. de S. Vontade e verdade em Foucault. *Philosophos - Revista de Filosofia*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 11–27, 2010. DOI:

“inserem nesse compêndio as existências, experiências e sensibilidades de corpos outros e suas relações”. A centralidade da raça e a manifestação do racismo intensificam experiências à corporificação de sujeitos não brancos.

Embora a obra de Said seja considerada um marco do pensamento pós-colonial, surge, no período entre guerras, em Paris, um movimento cultural organizado por estudantes negros advindos de países sob domínio colonial que, ao terem contato com a produção intelectual nas universidades europeias, particularmente na Inglaterra e França, concluíram que a civilização europeia não caracterizava um modelo universal nem tampouco superior de civilização como era propagado nas colônias. Esse processo de tomada de consciência sobre a identidade racial negra e a crítica aos valores eurocêntricos deu origem ao *Movimento da Negritude* (Domingues, 2005).

O *Movimento da Negritude* foi de suma importância como organização intelectual e artística no início do século XX, ao propor uma ruptura com os valores eurocêntricos vigentes. Para Guarienti (2021, p. 62), “a negritude – como movimento intelectual e literário – serviu como base para a tomada de consciência racial, para organização e integração dos estudantes das colônias”. Posteriormente, a negritude consolida-se como um movimento histórico que propiciou uma transformação do pensamento.

Entre os autores do *Movimento da Negritude*, destaca-se a produção intelectual do martinicano Aimé Césaire. Seu trabalho ganhou notoriedade ao abordar, em suas publicações literárias, o conceito de *negritude*⁶⁶. No contexto colonial em que se insere sua obra – como um martinicano que aporta em França sob o estereótipo depreciativo difundido sobre os povos diaspóricos –, a história, a ancestralidade e os saberes produzidos pelos povos africanos foram negados como uma forma de manutenção de uma missão civilizadora do projeto colonial europeu. A noção de negritude tem por intuito demarcar a consciência do ser negro como um processo de aceitação, resgate e valorização de uma identidade coletiva herdada da cultura africana (Domingues, 2005; Fonseca, 2023; Guarienti, 2021).

Entre colonizador e colonizado só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. Nenhum contato humano, mas relação de dominação e de submissão que transformam o homem colonizador em criado, ajudante, comitê, chicote e o

10.5216/phi.v15i2.9084. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/philosophos/article/view/9084>. Acesso em: out. 2023; RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

⁶⁶ O conceito de negritude foi desenvolvido por Aimé Césaire em parceria com Léopold Sédar Senghor, político e escritor senegalês que, posteriormente, entre as décadas de 1960 e 1980, foi presidente do Senegal.

homem indígena em instrumento de produção. É a minha vez de enunciar uma equação: *colonização = coisificação* (Cesaire, 1978, p. 25).

Em sua obra literária, com reconhecido destaque à produção poética, Cesaire frisava como o discurso de dominação é sustentado por narrativas que legitimam a hierarquização entre povos colonizados e suprimem a diversidade cultural e a escrita poética desenvolvida por autores diaspóricos. Assim, Cesaire “se inscreve em uma experiência colonial que tem como intuito pensar novas formas de resistência, de luta e de emancipação individual e coletiva” (Guarienti, 2010, p. 15).

Embora faça uma contundente crítica ao eurocentrismo, a concepções dominantes da modernidade e a essencialismos, o pensamento pós-colonial é formado por uma multiplicidade de matrizes teóricas e enfoques narrativos⁶⁷ distintos, como o jamaicano Stuart Hall (1932-2014) e sua perspectiva analítica sobre *hibridização cultural*, em que o foco reside em analisar as intersecções, fusões e conflitos entre as culturas na modernidade; indianos como Hommi Bhabha (1949-), um dos mais influentes autores que critica de forma enfática as narrativas em torno de uma cultura nacional hegemônica herdada do sistema colonial; Gayatri Spivak (1942-), ao abordar a subalternização de determinados saberes como uma *violência epistêmica*; e Ranajit Guha (1923-2023), o idealizador do Grupo de Estudos Subalternos, que produziu obras referenciais para a análise dos impactos da colonização britânica na Índia e suas implicações ao avultar a condição estanca de subalternidade entre os indianos que não pertenciam à elite (Costa, 2006; Grosfoguel, 2008, Oliveira, 2018).

As publicações de tais autores, envolvidos em uma abordagem teórica endereçada ao fim da dominação colonial, possibilitaram a elaboração de conhecimentos que contribuíram para a reflexão sobre as consequências políticas imperialistas eurocentradas sobre povos dominados, resultando em uma produção epistemológica do Sul para o Sul, compromissada em desvelar a inferiorização e a naturalização de narrativas hegemônicas⁶⁸ e racializadas sobre povos não europeus (Santos, B., 2010, p. 13; Santos, C., 2018, p. 163).

⁶⁷ O trabalho pioneiro dos autores negros como Aimé Cesaire, W.E.B. Du Bois e Frantz Fanon será abordado de forma mais aprofundada na seção posterior desse capítulo.

⁶⁸ O conceito de hegemonia para Gramsci influi sobre a dominação ideológica de uma classe sobre a outra, mais precisamente, a dominação da burguesia sobre a classe trabalhadora que ultrapassa as determinações econômicas e se manifesta no âmbito cultural. Em diálogo com Gramsci, Raymon Willians afirma que a hegemonia se configura como “um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente” (Willians, 1979, p. 13). A respeito das contribuições de Gramsci e Willians sobre hegemonia e cultura, ver: MARTINS, Â. M. S.; NEVES, L. M. W. Cultura, educação, dominação: Gramsci, Thompson e Willians. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 55, p. 73-93, mar. 2014. ISSN: 1676-2584.

No decorrer da década de 1990, uma associação de pesquisadores latino-americanos que residia nos Estados Unidos fundou o *Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos*, sob influência dos debates pós-coloniais que ganharam visibilidade nos centros universitários do país nas décadas anteriores. De acordo com Grosfoguel (2008, p. 1), “Salvo raras exceções, optaram por fazer estudos sobre a perspectiva subalterna, em vez de os produzir com essa perspectiva e a partir dela”. Os pensadores estadunidenses priorizaram, em suas discussões sobre perspectivas étnico-raciais, as contribuições epistemológicas de autores europeus. “Ao preferirem pensadores ocidentais como principal instrumento teórico, traíram o seu objetivo de produzir estudos subalternos.”

É nesse contexto que surgem os chamados Estudos Decoloniais⁶⁹. Enquanto os estudiosos pós-coloniais aproximavam-se de uma abordagem epistemológica alinhada a correntes pós-modernas⁷⁰ e pós-estruturalistas, os autores decoloniais voltaram-se a uma abordagem semelhante aos teóricos da esquerda. Isto significa que tais narrativas visavam analisar os sistemas de exploração-opressão do capitalismo a partir de uma perspectiva interdisciplinar entre a economia, a política e a cultura, que privilegia a análise sobre a dinâmica entre classes sociais.

⁶⁹ A diferenciação entre os termos “decolonial” e “descolonial” fundamenta-se como um posicionamento teórico político com o intuito de sinalizar a diferença entre os processos coloniais e sua repercussão sistêmica e simbólica. O termo “decolonial” possui um sentido contraposto à noção de colonialidade, que se fundamenta na permanência de resquícios de padrões de poder e comportamento oriundos da experiência moderna da colonização. Já o termo “descolonial” é contrário a “colonialismo”, que pode ser relacionado à demarcação temporal que vigorou o processo de colonização. Para os autores Castro Gómez e Grosfoguel (2007), descolonial está em conformidade ao termo *descolonización*, utilizado para balizar a emergência histórica da formação dos Estados-Nacionais após os processos de independência colonial.

⁷⁰ Segundo Rosa e Rosa (2019, p. 50), o prefixo “pós” no termo “pós-modernidade” não pode ser entendido como uma crise, como é comumente associado, mas uma sensibilidade. O termo “modernidade” pode designar uma “radicalização ou um sentido de extenuação de seus preceitos com a racionalidade”. Em outras palavras, “pós-modernidade” propõe uma superação da dualidade empregada pelo modelo cartesiano e Iluminista. Esse pressuposto alinha-se às narrativas “pós-coloniais” ao posicionar-se como uma “fuga às antinomias que opuseram países colonialistas e colonizados e suas características sempre destacáveis nos primeiros e sempre símbolos de atraso no segundo”. É válido destacar que a problematização sobre “pós-modernidade” vai além das pretensões desse trabalho. Contudo, é fundamental destacar que o paradigma pós-moderno não é consensual no campo das ciências sociais. Sobre tal perspectiva, Zygmunt Bauman (2004) destaca que “Ser um pós-modernista significa ter uma ideologia, uma percepção do mundo, uma determinada hierarquia de valores que, entre outras coisas, descarta a ideia de um tipo de regulamentação normativa da comunidade humana e assume que todos os tipos de vida humana se equivalem, que todas as sociedades são igualmente boas ou más; enfim, uma ideologia que se recusa a fazer julgamentos e a debater seriamente questões relativas a modos de vida viciosos e virtuosos, pois, no limite, acredita que não há nada a ser debatido. Isso é pós-modernismo”. ROSA, F. S.; ROSA, B. Pós-modernidade e pós-colonialidade na literatura latino-americana: o trágico na Crônica de uma morte anunciada, de Gabriel García Márquez. **Caligrama: Revista de Estudos Românicos**, v. 24, n. 1, p. 47-64, 2019. PALLARES-BURKE, M. L. Entrevista com Zygmunt Bauman. **Revista Tempo Social**. São Paulo, v. 16, n. 1, p. 21, jun. 2004. [Fragmento].

A “opção Descolonial”, para o argentino Walter Mignolo (2008), é uma postura insurgente fundada a partir do questionamento sobre uma suposta incoerência epistemológica que, mesmo posicionando-se criticamente aos efeitos da colonização eurocêntrica, adotou uma abordagem epistemológica fundamentada sobre bases europeias, uma vez que a categorização do *subalterno* é oriunda das contribuições gramscianas⁷¹. A respeito desse aspecto, o autor enfatiza que a propositura decolonial reside na valorização de saberes até então ignorados pela perspectiva colonizadora. Consequentemente,

a opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento. Por desvinculamento epistêmico não quero dizer abandono ou ignorância do que já foi institucionalizado por todo o planeta [...]. Pretendo substituir a geo - e a política de Estado de conhecimento de seu fundamento na história imperial do Ocidente dos últimos cinco séculos, pela geopolítica e apolítica de Estado de pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, subjetividades etc., que foram racializadas (ou seja, sua óbvia humanidade foi negada). Dessa maneira, por “Ocidente” eu não quero me referir à geografia por si só, mas à geopolítica do conhecimento. Consequentemente, a opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender (Mignolo, 2008, p. 290).

Outros dois aspectos fundamentais que sinalizam a divergência de abordagens entre o pensamento pós-colonial e decolonial residem na forma como ambas as correntes compreendem o colonialismo e a vivência de diferentes experiências resultantes desse processo. A elaboração teórica dos autores pós-coloniais, sob diferentes enfoques analíticos, indica que o colonialismo teria terminado. Já para os autores latino-americanos, “as estruturas subjetivas, os imaginários e a colonização epistemológica ainda estão presentes” (Oliveira, 2018, p. 47). Ressaltando as diferenças entre ambas as perspectivas teórico-metodológicas, enquanto a dinâmica colonial entre asiáticos e africanos residiu no domínio anglo-saxão e francês, a colonização latino-americana deu-se sob domínio espanhol e português. Sobre esse sistema, os teóricos destacam os efeitos da subjugação e do extermínio dos povos originários (Grosfoguel, 2008; Santos, C., 2018).

Sobre a importância da crítica à colonialidade, Oliveira (2018) enfatiza que as questões levantadas pelos autores latino-americanos⁷² filiados a essa perspectiva analítica residem na

⁷¹ A respeito das contribuições de Antônio Gramsci, ver: DEL ROIO, M. T. Gramsci e a emancipação do subalterno. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, 29, p. 63-78, nov. 2007.

⁷² Entre os autores da crítica decolonial na América Latina, destacam-se o filósofo argentino Enrique Dussel, o sociólogo peruano Aníbal Quijano, o semiólogo e teórico cultural argentino Walter Mignolo, o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel, a linguista estadunidense radicada no Equador Catherine Walsh, o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres e o antropólogo colombiano Arturo Escobar.

possibilidade de desenvolvimento de um pensamento crítico por parte de grupos subalternizados pela modernidade capitalista por uma abordagem teórica redimensionada ao “repensamento crítico e transdisciplinar”. Para Maldonado-Torres (2007), esse posicionamento se manifesta, também, como uma postura política frente às tendências acadêmicas hegemônicas.

O postulado defendido por esse grupo de autores reside na assertiva de que “a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivada” (Mignolo, 2005, p. 75). Ou seja, “modernidade” e “colonialidade” são elementos constitutivos do mesmo projeto, que produziu um parâmetro único e universal de compreender as manifestações e fenômenos atrelados à condição do humano e, conseqüentemente, uma perspectiva unívoca na produção de conhecimento.

Em Lima Barreto, pode-se observar a compreensão atenta do autor em atribuir protagonismo à população marginalizada dos subúrbios – em especial operários e artistas – como os verdadeiros atores da modernidade que, embora tenham tido sua identidade invisibilizada enquanto personagens da sociedade civil, foram protagonizados em seus romances, apresentando, mesmo sem o emprego das categorias comumente utilizadas pela crítica decolonial, crítica ao modelo hegemônico de conhecimento fundamentado nos valores inerentes à perspectiva eurocêntrica de sujeito e civilidade (Resende, 1993; Leitão, 2006).

Colonialismo e colonialidade são conceitos relacionados, porém manifestam fenômenos distintos. Para Quijano (2007, p. 93), o colonialismo refere-se a uma forma de dominação e exploração sob “o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada possuir uma diferente identidade e suas sedes centrais estão, além disso, em outra jurisdição territorial”. Contudo, nem sempre essa relação de dominação implica relações de poder sedimentadas pelo racismo.

Acerca dessa diferenciação, Maldonado-Torres (2007, p. 31) pontua que:

Colonialismo denota uma relação política e econômica na qual a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação e que constitui tal nação num império. Diferente desta ideia, colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, porém, ao invés de estar limitado a uma relação formal de poder entre os povos ou nações, refere-se à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e das ideias de raça.

A colonialidade pode ser interpretada, sob a perspectiva decolonial, como um processo que ultrapassa a dimensão de uma imposição política, militar, jurídica e administrativa de um território. A colonialidade consolidou-se sob o imaginário social, as estruturas subjetivas e as epistemologias. O colonialismo sobrevive e se ressignifica, mesmo após os processos de descolonização e emancipação das colônias na América Latina, na África e na Ásia. (Maldonado-Torres, 2007; Oliveira 2018).

Como forma de interpretação desse processo de exploração-dominação que se perpetua em territórios colonizados, Quijano (2005) desenvolve o conceito de “colonialidade do poder”. Esse termo refere-se à forma como a colonialidade se manifesta na ocidentalização do outro, na forma como esse outro interpreta o mundo e a si, “inviabilizando-o, subalternizando-o, enquanto reafirma o próprio imaginário” (Oliveira, 2018, p. 47). Ainda sobre os mecanismos de subjetivação,

A colonialidade se mantém viva nos manuais de aprendizagem, nos critérios dos trabalhos acadêmicos, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em tantos outros aspectos da nossa experiência moderna. Em suma, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).

A compreensão das potencialidades que residem sobre a perspectiva da colonialidade remete a reflexões mais aprofundadas sobre o papel que a ciência, em especial as ciências humanas, desempenhou na manutenção das dinâmicas de subalternização dos povos colonizados – ao reprimir e dissuadir o colonizado sobre sua condição de inferioridade, seus modos de produção de conhecimento e a naturalização do processo de invasão e dominação do europeu. Para Oliveira (2018, p. 47): “o eurocentrismo, portanto, não é apenas a perspectiva cognitiva somente dos europeus, mas também daqueles educados sob sua hegemonia”. Também sobre esse aspecto, Grosfoguel (2008, p. 4) destaca:

O que defendo é o seguinte: todo o conhecimento se situa, epistemicamente, ou no lado dominante, ou no lado subalterno das relações de poder, e isto tem a ver com a geopolítica e a corpo-política do conhecimento. A neutralidade e a objetividade desinserida e não-situada da geopolítica do conhecimento são um mito ocidental. René Descartes, fundador da filosofia ocidental moderna, inaugura um novo momento na história do pensamento do Ocidente. Descartes substitui Deus, fundamento do conhecimento na teopolítica do conhecimento da Europa da Idade Média, pelo Homem (ocidental), fundamento do conhecimento na Europa dos tempos modernos. Todos os atributos de Deus são agora extrapolados para o Homem (ocidental). Essa Verdade universal que está para além do tempo e do espaço, o acesso privilegiado às leis do universo, e a capacidade de produzir

conhecimento e teorias científicas, tudo isto está agora situado na mente do Homem ocidental.

A ciência teve papel fundamental na disseminação de uma perspectiva etnocêntrica – mais especificamente em sua modalidade eurocêntrica. As teorias raciais, como o evolucionismo em sua perspectiva linear e unívoca de desenvolvimento histórico, o darwinismo e sua adaptação determinista sobre a organização das sociedades não europeias e a eugenia enquanto proposta de viabilizar civilidade e desenvolvimento por meio do branqueamento, contribuíram para a manutenção da colonialidade. As ciências humanas, legitimadas pelo Estado, cumpriram um papel fundamental “na invenção do outro” (Mignolo, 2005).

Nessa perspectiva, a crítica à colonialidade exige pensar historicamente a noção de raça. Quijano (2007, p. 93) sublinha que “a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Fundou na imposição de uma classificação racial /étnica da população mundial como pedra angular deste padrão de poder”. A esse aspecto é atribuída a categorização de *racismo epistêmico*, no curso em que a epistemologia eurocêntrica, nas palavras de Grosfoguel (2007, p. 35), “não admite nenhuma outra epistemologia como espaço de produção de pensamento crítico nem científico”.

A rejeição de uma epistemologia para além da Europa incide, também, em uma propositura de negação do *status* de humanidade de africanos, asiáticos e latinos. Esse aspecto reside na perspectiva de não existência. Negar a humanidade do ‘outro’ a partir de um princípio de tornar ausente algo que existe é, como destacou Fanon (2020), um dos elementos constitutivos da colonialidade. Esse aspecto corrobora para a manutenção da exploração do trabalho. Ao indivíduo indígena e negro a desumanização da sua potência intelectual resultou na sua coisificação. Esse aspecto da economia colonial foi fundamental para a acumulação capitalista e a exploração do trabalho. Sobre esse aspecto, pode-se relacionar que:

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo (Quijano, 2005, p. 120).

Nesta seção, foram brevemente apresentadas as contribuições teóricas dos Estudos Pós-Coloniais e dos Estudos Decoloniais, com o intuito de demonstrar a produção de epistemes que vão além das categorias e análises desenvolvidas pelo pensamento hegemônico europeu. Avaliar as dissidências entre ambas as perspectivas de forma mais profunda foge às pretensões desse trabalho. Pelo contrário, o intuito é demonstrar que o aumento significativo do interesse pelos estudos endereçados à crítica da branquitude no campo das ciências sociais, como será discutido no decorrer desse capítulo, possui, em certa medida, influência de tais correntes de pensamento.

Embora os Estudos Pós-Coloniais sejam caracterizados como emergentes nas décadas de 1970 e 1980 e os Decoloniais a partir da década de 1990, é fulcral salientar a pioneira contribuição de alguns autores em problematizar o racismo como um componente fundamental ao projeto de expansão colonial. A seguir, serão apresentadas as contribuições de W. E. B. Du Bois e Frantz Fanon. Cada um desses intelectuais – dadas as especificidades de suas trajetórias de vida – foram atravessados pela racialização e experimentaram o lugar de ausência e submissão engendradas na lógica colonial. A crítica realizada por tais autores será fundamental para a posterior problematização da branquitude ganhar escopo e visibilidade entre os decoloniais.

3.2 W. E. B. Du Bois e Frantz Fanon: reflexos da intelectualidade negra no mundo de brancos

As primeiras evidências sobre a problematização da branquitude como objeto de investigação entre os estudos sobre raça e racismo datam da década de 1990. Nesse contexto, observou-se a tendência do deslocamento epistemológico em que a posição do “outro”, tradicionalmente fixada no indivíduo negro, socialmente racializado, passa a ser ocupada pelo branco (Schucman, 2012, p. 17). O redimensionamento do branco, agora como “o outro” a ser analisado pelas ciências sociais, deu origem a um fortuito campo de investigação caracterizado como estudos críticos sobre a branquitude⁷³.

⁷³ Tais estudos são originalmente classificados como *critical whiteness studies*.

Entre os estudos pioneiros realizados pelos *critical whiteness studies*, destaca-se *The Wages of Whiteness: Race and the Making of the American Working Class*, de David Roediger. A pesquisa analisou como a identidade racial branca foi construída historicamente nos Estados Unidos desde o processo de colonização britânica e como a branquitude atuou como um marcador simbólico, que conferiu aos trabalhadores brancos uma identidade distintiva, privilegiada e segmentada em relação aos trabalhadores negros.

Conforme sublinha Cardoso (2010, p. 609), embora a produção estadunidense desse período seja um referencial sobre os estudos críticos sobre a branquitude, há importantes publicações acadêmicas sobre o tema em outras regiões como Inglaterra, África do Sul, Austrália e Brasil. A exemplo, destaca-se o trabalho da socióloga ugandense-britânica Avtar Brah (2006), uma das pioneiras nos estudos diaspóricos, em que investiga a interseccionalidade entre gênero, raça e sexualidade. Ao abordar os problemas advindos do essencialismo – uma noção última que cristalizaria experiências sociais de forma estanque, sem considerar as múltiplas variáveis históricas e culturais que possibilitam diversas manifestações de racismo –, a autora afirma que:

Há uma tendência na Grã-Bretanha de considerar o racismo como “algo que tem a ver com a presença de pessoas negras”. Mas é importante salientar que tanto negros como brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da “raça”. A racialização da subjetividade branca não é muitas vezes manifestamente clara para os grupos brancos, porque “branco” é um significante de dominância, mas isso não torna o processo de racialização menos significativo. É necessário, portanto, analisar que nos constroem como, digamos, “mulher branca” ou “mulher negra”, como “homem branco” ou “homem negro”. Tal desconstrução é necessária se quisermos decifrar como e por que os significados dessas palavras mudam de simples descrições a categorias hierarquicamente organizadas em certas circunstâncias econômicas, políticas e culturais (Brah, 2006, p. 345-346).

Em consonância à afirmação de Avtar Brah sobre a importância de avaliar como os indivíduos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da raça em contextos demarcados por especificidades econômicas, políticas e culturais, Suzana Maia (2012), em *Identificando a branquitude inominada: corpo, raça e nação nas representações sobre Gisele Bündchen na Mídia Transnacional*, examina como o discurso midiático brasileiro e transnacional associou a modelo gaúcho à representação do corpo da nação brasileira. Ao interrogar este constructo gerado pela mídia nos anos 2000, a autora contribui com a intencionalidade epistemológica de disseminar uma abordagem em que a problematização recai sobre a identidade branca estrategicamente silenciada:

Na maior parte dos estudos de “relações” ou “formações” raciais, o foco recai sobre o negro como um problema. Extensa é a literatura produzida nos Estados Unidos e no Brasil, retratando minuciosamente as práticas religiosas e formação de identidade negra, o índice de desigualdade socioeconômica e política entre negros e brancos, assim como, posteriormente, o movimento negro e, correntemente, os efeitos das ações afirmativas sob a realidade do estudante e profissional negro. Nessa literatura, mesmo que invariavelmente presente, o branco se constitui num sujeito quase invisível, não questionado, não “desmascarado” na sua hegemonia pretensa e silenciosa de si mesmo como um problema (Maia, 2012, p. 312).

Embora as abordagens que problematizam a branquitude enquanto marcador simbólico tenham ganhado mais visibilidade e, efetivamente, tenham ganhado mais destaque entre os tópicos investigados nas ciências sociais nas últimas décadas, Cardoso (2008) afirma ser fundamental pontuar o pioneirismo de W. E. B. Du Bois⁷⁴ e Frantz Fanon como percussores da problematização da branquitude como identidade social racializada. Ambos os autores, em suas trajetórias pessoais, experienciaram os efeitos do racismo e, mais do que isso, revelaram a centralidade da raça como questão fulcral à compreensão das dinâmicas sociais na modernidade, forjadas pela colonização e pela escravização, processos estes que estão ocultos entre a produção sociológica clássica⁷⁵.

A respeito da amplitude da obra de W. E. B. Du Bois, Rabaka, Costa e Martins Jr (2020, p. 591) afirmam que:

o que fica notável sobre suas contribuições não tem nada a ver com sua raça, gênero ou classe, mas sim com o fato (negligenciado) de que, diferentemente de Marx, Weber ou Durkheim, a preocupação sociológica primordial de Du Bois foi de desenvolver uma ciência social específica para as necessidades especiais dos Estados Unidos da América. [...] Du Bois possivelmente desenvolveu os primeiros grandes estudos, empíricos ou não, na história da sociologia americana.

William Edward Burghardt Du Bois nasceu em 1868 em Massachusetts, três anos após o fim da Guerra Civil nos Estados Unidos, em um contexto posterior à abolição, caracterizado

⁷⁴ Em triste visionário, Lilia Schwarcz (2017, p. 213-214) atenta para o conhecimento de Liam Barreto sobre a produção teórica de intelectuais negros como Paul Cuffee, Martin Delany, J.A. Horton, Edward Blyden, Marcus Garvey e W.E.B. Du Bois, que discutiam o racismo e o processo de subalternização da população negra no contexto estadunidense pós-abolição.

⁷⁵ Em entrevista concedida ao Nexo Jornal, o sociólogo Matheus Gato, docente da UNICAMP e membro do Afro-CEBRAP (Núcleo de pesquisa em Formação de Raça, Gênero e Justiça Racial), discute a importância da obra de W.E.B. Du Bois como um dos pilares da sociologia clássica. Para o pesquisador, a importância de reconhecer o pensador estadunidense como uma referência na formação da sociologia é importante ao trazer para o centro do debate epistemológico uma discussão pouco evidenciada entre os cânones como Marx, Weber e Durkheim. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-GDKMVe9xxE>. Acesso em: out. 2023.

como o período da Reconstrução Americana (Melo; Souza, 2020, p. 541). Criado exclusivamente por sua mãe, cresceu em “um meio circunscrito pela miséria, demência e deformidade” (Lewis, 1993, p. 29 *apud* Rabaka; Costa; Martins Jr., 2020, p. 588). Com o auxílio de bolsas de estudo, graduou-se nas Universidades de Fisk e Havard, tornando-se o primeiro negro a concluir um doutorado na renomada instituição em 1894.

A atuação intelectual de W. E. B. Du Bois não se restringiu ao campo historiográfico. O intelectual é reconhecido como um dos principais fundadores da sociologia estadunidense. Entre seus feitos, destaca-se a fundação da primeira escola científica de sociologia na Universidade de Atlanta, em 1895 (Martins Jr., 2020, p. 651). No âmbito político, foi um dos fundadores da *National Association for the Advancement of Colored People* – NAACP, uma das principais organizações em prol dos direitos civis da comunidade negra no país, e da *American Black Academy*, cujo objetivo era estimular a formação e a produção acadêmica por pesquisadores negros.

Como um dos pioneiros do pensamento sociológico estadunidense e um autor clássico da sociologia, sua obra exprime o esforço de investigação empírica baseada em métodos quantitativos e qualitativos. Entre eles, destaca-se o uso de estatística, de entrevistas e o desenvolvimento de mapas com intuito de problematizar a condição histórica do negro e a permanência do racismo nos Estados Unidos na transição entre os séculos XIX e XX. De acordo com Melo e Souza (2020, p. 546), *The Philadelphia Negro* (1899) é o primeiro estudo científico que aborda a condição da população negra americana a partir da utilização de técnicas estatísticas modernas⁷⁶.

O filósofo britânico de origem ganesa Kwame Anthony Appiah⁷⁷ discute a importância da obra de W. E. B. Dubois para os Estudos Culturais e Pós-Coloniais em *Lines of Descent: W. E. Dubois and the Emergence of Identity* (2014). Para o autor, a obra do pensador estadunidense é a primeira de um intelectual nascido no século XIX a compreender a raça como um constructo social em um período em que o pensamento eugenista se destacava como referencial no campo de investigação das insipientes ciências sociais. Nesse sentido, a obra de W. E. B. Du Bois

⁷⁶ No prefácio da edição brasileira da obra *As almas do povo negro*, Silvio Almeida (2021) atenta para o perigo de denominar Du Bois como um intelectual negro e não apreender a amplitude de sua obra. Ao abordar as condições da população negra após abolição nos Estados Unidos, Du Bois consegue penetrar pelas vias concretas da constituição da sociedade da subjetividade humana.

⁷⁷ No Brasil, há apenas três obras do referido autor traduzidas, a saber: *Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura* (1992), *Introdução à Filosofia Contemporânea* (2006) e *O código de honra: como ocorrem as revoluções morais* (2012).

contribuiu para a consolidação da sociologia como campo investigativo, pautado na análise das ações e das relações sociais em seu âmbito histórico. Tal perspectiva opõe-se a interpretações de outra ordem, como as propagadas pelas teorias racistas, cujo cerne das interpretações residia em fundamentos inatistas de base biológica que cristalizavam interpretações deterministas sobre a população negra e sua condição de exclusão social.

Em *Black Reconstruction in the United States*, publicada em 1935, W. E. B. Du Bois faz uma análise comparativa entre a classe trabalhadora negra e branca nos Estados Unidos do século XIX. Ao trabalhar com a interseccionalidade entre as categorias de classe, raça e *status*, o autor revela que a difusão do racismo entre a classe trabalhadora branca serviu como elemento distintivo entre o grupo de trabalhadores, possibilitando aos brancos o acesso a bens simbólicos que eram restritos aos negros. Nessa perspectiva, o racismo fortaleceu o sentimento de unidade, conciliando trabalhadores de diferentes estratos sociais que, ao compartilharem os mesmos espaços, direitos e *status* conferidos à branquitude, aplacou as contradições de classe.

A manifestação do racismo como componente que garante tratamento diferenciado em uma condição de subalternização generalizada na periferia pode ser observada em Clara dos Anjos, em especial, no comportamento de Dona Salustiana, mãe do antagonista Cassi Jones, que se utiliza de diferentes subterfúgios para divergir do tratamento atribuído aos moradores do subúrbio. Em Cassi, tal comportamento é ainda mais evidente se observarmos a distintiva forma como o antagonista transita entre o espaço do subúrbio e no centro. Protegido pelos trilhos da central – que funciona como uma representação fronteira – Cassi manifesta-se soberbamente como branco superior. Em contrapartida, nas passagens do romance em que são narradas as andanças do personagem pelo centro da capital, frente à branquitude experimentada por figurantes das áreas centrais da capital, vê-se a inaptidão de Cassi em adequar-se às normas sociais manifestadas pela inadequação de seus trajes, comportamentos e ausência de refinamento em sua oralidade.

Na "cidade", como se diz, ele percebia toda a sua inferioridade de inteligência, de educação; a sua rusticidade, diante daqueles rapazes a conversar sobre coisas de que ele não entendia e a trocar pilhérias; em face da sofreguidão com que liam os placares dos jornais, tratando de assuntos cuja importância ele não avaliava, Cassi vexava-se de não suportar a leitura; comparando o desembaraço com que os fregueses pediam bebidas variadas e esquisitas, lembrava-se que nem mesmo o nome delas sabia pronunciar; olhando aquelas senhoras e moças que lhe pareciam rainhas e princesas, tal e qual o bárbaro que viu, no Senado de Roma, só reis, sentia-se humilde; enfim, todo aquele conjunto de coisas finas, de atitudes apuradas, de hábitos de polidez e urbanidade, de franqueza no gastar, reduziam-lhe a personalidade de medíocre

suburbano, de vagabundo doméstico, a quase coisa algum. (Barreto, 2012, p. 125).

Para Schucman (2012, p. 19), “o racismo dos brancos aparece no trabalho de Du Bois como uma forma de o trabalhador branco buscar posições de *status* que não conseguiria, caso reconhecesse todos os trabalhadores como iguais”. Deste modo, a branquitude pode ser compreendida como uma manifestação ideológica que, ao evocar a concepção de igualdade, reforçou a alienação às condições de exploração do trabalho experimentadas por esses indivíduos. A potencialização de um discurso de caráter racista permitiu que as condições materiais⁷⁸ e de trabalho fossem minimizadas e deslocadas a ponto de não serem difundidas como a síntese histórica de um processo de exploração e exclusão social. Posto isso, a raça, fortemente endossada pelas teorias raciais no período vivenciado por W. E. B. Du Bois como elemento responsável pela degeneração social, ganha escopo entre os trabalhadores estadunidenses.

Em síntese, a obra de Du Bois pode ser caracterizada como uma guinada epistemológica ao contribuir ineditamente com a teorização acerca do *status* social do branco, dando os primeiros passos para o que, futuramente nos anos 1990, será caracterizado como estudos críticos sobre branquitude. Mais do que isso, W. E. B. Du Bois inaugura uma tendência no campo dos estudos raciais ao lançar um olhar analítico sobre condição de “ser branco”⁷⁹ por um intelectual negro, o que destoa do paradigma dominante das ciências sociais em que a condição do negro é comumente problematizada por pesquisadores brancos (Cardoso, 2008; Schucman, 2012).

Outro autor fundamental para os estudos raciais é o psicanalista Frantz Fanon, nascido no ano de 1925, em Fort-de-France, capital da Martinica, na época sob domínio colonial francês. Foi aluno do renomado pensador, também martinicano, Aimé Césaire. Fanon foi um

⁷⁸ Em W. E. B. Du Bois, tem-se a expressão ‘*the public and psychological wage*’, traduzida para o português como ‘salário público e psicológico’, a qual faz menção às recompensas materiais e simbólicas que os trabalhadores brancos recebiam em detrimento dos negros como ao acesso a melhores instituições públicas de ensino e saúde e também o reconhecimento e valorização, que podem ser compreendidas como gratificações emocionais fortalecedoras do sentimento de pertencimento, da importância e do *status* desses trabalhadores em relação aos negros.

⁷⁹ W. E. B. Du Bois é um importante crítico ao imperialismo. Nas obras *As raízes africanas da guerra* (1915) e *As almas do povo branco* (1920), ele faz uma contundente crítica ao fracasso da democracia racial estadunidense e da noção de progresso compartilhada no continente europeu. Em 1919, organizou o Primeiro Congresso Pan-Africano em Paris. No evento, lideranças de nações colonizadas manifestaram-se em repúdio às investidas imperialistas que culminaram na Primeira Guerra Mundial.

produto do sistema colonial francês, condição que será determinante para sua atuação como intelectual crítico ao colonialismo. Como membro militar das Forças Francesas Livres, Fanon experimenta a condição de servir à pátria que mantivera seu povo racializado e colonizado.

Em entrevista⁸⁰ concedida à Christian Filostrate, na Howard University, Nova York, em 1978, Josie Fanon, viúva do psicanalista, descreve o processo de esclarecimento do autor em relação ao racismo e ao colonialismo:

Quando conheci Frantz, ele já estava na França há cerca de quatro anos. Entenda que ele era da Martinica; nascido em uma colônia francesa, havia assimilado todos os valores culturais da França. Esta patologia é comum ao povo das Antilhas de língua francesa. Ainda hoje, essas colônias são os territórios onde o colonialismo francês foi mais enfatizado, mais perverso e mais nocivo. Na primeira fase da vida de Frantz, ainda muito jovem, ingressou nas Forças Francesas Livres durante a Segunda Guerra Mundial. Isso significou que, por um tempo, ele se identificou com a França. No entanto, quando foi para a França e enfrentou o racismo da sociedade francesa, começou a compreender e analisar suas experiências pessoais e de seus conterrâneos. O resultado dessa análise está em *Pele negra, máscaras brancas*, publicado em 1952. Ele tinha 25 anos na época.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, mudou-se para Paris e formou-se em medicina pela Universidade de Lyon. Especializando em psiquiatria, no ano de 1953 é convidado para dirigir o maior hospital psiquiátrico da Argélia, também sob domínio colonial francês. Atuou como um importante crítico ao projeto colonial, em que contribuiu como escritor e como médico, prestando cuidados aos revolucionários feridos em combate. Em 1960, foi diagnosticado com leucemia.

No ano seguinte, escreve em apenas seis semanas um dos seus principais livros, *Os condenados da terra*, antes de viajar à Bethesda, Estados Unidos, para realizar tratamentos médicos. Em decorrência do avançado estágio da doença, morre dois meses depois, em 1961, aos 36 anos. A pedido da Força de Libertação Nacional (FLN), é sepultado na Argélia, que conquista sua independência em 1962.

Conforme salienta Deivison Faustino, no posfácio de *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2020[1952]), a leitura da obra não é fácil. O texto transita entre a vulnerabilidade e o desamparo do autor em problematizar as vicissitudes que acompanharam sua trajetória pessoal como intelectual, psicanalista e revolucionário da luta anticolonial e a corajosa denúncia sobre o racismo e a desumanização do negro e a subjetivação desse processo como um dos elementos

⁸⁰ Disponível em: <https://traduagindo.com/2023/03/16/entrevista-com-josie-fanon-os-intelectuais-ocidentais-nao-entenderam-frantz-fanon/>. Acesso em: out. 2023.

fulcrais do projeto colonial. De acordo com Cruz (2023), na referida obra, Fanon estabelece uma similitude entre as relações estabelecidas pela dinâmica da colonialidade e as práticas emergentes no mundo pós-colonial. Em ambas as dinâmicas, há a negação da humanidade do negro que, sob a égide da invisibilidade, possui um corpo e uma realidade, ambos rejeitados pelo coletivo.

O conceito de *sociogenia*⁸¹ é citado por Fanon apenas na Introdução de *Peles Negras, Máscaras Brancas*, mas sua difusão pode ser compreendida em todo o decorrer do texto, em que o autor afirma que “a alienação do negro não é uma questão individual” (Fanon, 2020, p. 25). Nesse sentido, o autor defende a necessidade de compreender a realidade econômica e social em que o negro está inserido.

A análise que realizamos é psicológica. Continua a nos parecer evidente, contudo, que a verdadeira desalienação do negro requer um reconhecimento imediato das realidades econômicas e sociais. Se há um complexo de inferioridade, ela resulta de um duplo processo: – econômico em primeiro lugar; – e, em seguida, por interiorização, ou melhor, por epidermização dessa inferioridade. [...] A realidade, ao menos desta vez, exige compreensão total. Uma solução deve ser apresentada tanto no nível objetivo quanto no subjetivo (Fanon, 2020[1952], p. 25).

O conceito de sociogenia consiste em compreender como a condição do negro é inscrita na modernidade de forma opressiva e racista a partir de processos históricos, sociais e econômicos. Para o pensador martinicano, a violência se manifesta por estratégias que visam imprimir ao corpo e à subjetividade de sujeitos negros, em todas as instâncias sociais, imagens abstratas que fixam o corpo negro “na ideia irracional de coisa, de modo que a realidade corpórea é impedida de se humanizar” (Cruz, 2023, p. 10; Faustino, 2015, p. 58). Nesse aspecto, a prática de negar a humanidade do negro não se restringiu aos territórios dominados pelo projeto colonial, mas se configurou como elemento estruturante da própria modernidade.

Para Fanon (2020, p. 105), “sim, a civilização europeia e seus representantes mais qualificados são os responsáveis pelo racismo colonial”. De forma atenta e crítica, a análise do intelectual martinicano sobre os impactos da colonialidade e os efeitos desse projeto na constituição subjetiva do sujeito colonizado atravessa diversos aspectos, como o campo da linguagem, as relações de gênero, que se manifestam sob dimensões particulares entre homens

⁸¹ O conceito de sociogenia é abordado em outras seções do trabalho com o intuito de analisar as críticas ao racismo conferidas por Lima Barreto tanto em sua trajetória pessoal como no decorrer de sua obra.

e mulheres negras, os complexos advindos da dependência colonial⁸² e as múltiplas facetas da experiencial social e subjetiva vivenciada pelo povo negro.

Grada Kilomba (2020), no prefácio de *Peles Negras, Máscaras Brancas*, ao expor de forma sensível seu processo de transformação pessoal e intelectual oportunizados pelo contato com a obra de Fanon, exprime uma das principais faces em que o racismo opera como elemento fundamental de manutenção epistemológica da colonialidade: o princípio da “ausência”. A ausência – o processo de tornar algo que *existe* como algo *inexistente* – manifesta-se para o povo negro como uma demarcação da sua invisibilidade e desumanização, pautadas pela perspectiva de sua inexistência como sujeito racional, incapaz de refletir e insurgir sob sua condição de existência escravizada e racializada.

Em contrapartida, o mesmo princípio – de ausência – ocorre no tocante à branquitude, mas sob outro enfoque: o de demarcar a racialização ‘do outro’, trazendo-a à arena de debates no que diz respeito às relações raciais sublinhadas pelo racismo. A identidade racial branca em contextos demarcados pela experiência colonial é, em muitos aspectos, homogeneizada sob sua condição de “epidermização referencial”. Ou seja, a experiência social de ser branco, nesse contexto, é manifestada como identidade normativa, referencial de progresso, integridade e racionalidade.

Nessa perspectiva, a ausência da problematização da identidade branca como constructo silenciado e isento de problematizações deve ser compreendida como uma das facetas que contribuem para a manutenção do racismo. Diante desses aspectos, ao desvelar a branquitude, Lima Barreto não o faz apenas como um componente narrativo entre as personagens. Como pensador social, o romancista efetua um deslocamento epistemológico, ao destacar um dos subterfúgios fundamentais de perpetuação do racismo. É sobre esse aspecto que em *Clara dos Anjos* observa-se, para além da crítica convencional de suas obras, a manifestação estilística de uma literatura endereçada em esmiuçar a complexidade das relações em contextos sociais negligenciados pelos intelectuais do período em que vivera. Na seção seguinte, serão discutidas

⁸² O escritor franco-tunisiano Albert Memmi, ao lado de Du Bois e Fanon, é também considerado uma referência sobre a crítica ao colonialismo. Em *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador* (2007 [1987]) problematiza a relação entre colonizado e colonizador, este que se apropria do discurso colonizador manifestando-o por práticas de opressão frente aos indivíduos subalternizados sob a condição de colonizados. Por meio de exemplificações de práticas cotidianas vivenciadas por sujeitos em territórios sob domínio colonial, Memmi defende que a noção de superioridade do sujeito europeu é internalizada tanto pelo colonizador como também pelo colonizado e, a partir dessas relações assimétricas e desiguais, surgem processos de subjetivação de tais discursos. Nessa perspectiva, a obra de Albert Memmi contribui para compreender as estratégias cotidianas de manutenção do racismo que se mantém de forma relacional entre brancos colonizadores e negros colonizados.

as abordagens decoloniais que visam à problematização da branquitude como um dos campos de discussão fundamentados pela episteme decolonial.

3.3 Os estudos críticos da branquitude aportam no Brasil

De acordo com Schucman (2012), Guerreiro Ramos é o primeiro sociólogo a problematizar a produção sociológica e antropológica brasileira dedicada a compreender a questão do negro no país. Em *O problema do negro na sociedade brasileira (1954)*, a partir de uma prerrogativa humanista, argumenta em prol da ideia de que toda forma de identificação do homem mediante uma característica essencialista é uma forma, mesmo que sutil, de desumanizá-lo. Para Ramos, a gênese do problema consistia no fato de que o negro foi estudado no Brasil a partir de categorias e de valores importados do continente europeu.

Na verdade, entre nós, a antropologia não chega a constituir uma ciência nacional. Uma coleção de obras não faz necessariamente uma ciência. O que faz uma ciência é um espírito, uma atitude militante de compreensão de uma circunstância historicamente concreta. E a antropologia, no Brasil, está fortemente alienada do meio brasileiro, já por suas categorias, já pela sua temática. Com efeito, as categorias de nossa antropologia têm sido literalmente transplantadas de países europeus e dos Estados Unidos. Ora, de todas as chamadas ciências sociais, a antropologia, naqueles centros, é a que se tem menos depurado de ingredientes ideológicos. De modo geral, a antropologia europeia e norte-americana tem sido, em larga margem, uma racionalização ou despistamento da espoliação colonial. Este fato marca nitidamente o seu início, pois ela começou fazendo dos povos "primitivos" o seu material de estudo (Ramos, 1981[1954], p. 3).

Consoante a seu ponto de vista, o autor afirma que as análises sociológicas brasileiras buscariam analisar uma suposta ‘especificidade’ do negro e as decorrências psicológicas oriundas de sua cor diante de uma sociedade que reconhece a si própria a partir de referências europeias. Em diálogo com a obra de Guerreiro Ramos, Barbosa (2006) destaca que, na perspectiva de Ramos, o ‘negro’ só existiria no Brasil em detrimento do ‘branco’. Essa condição revela que o ‘problema do negro’ é uma construção essencialista a partir da significação e da perspectiva social do branco. Em outras palavras,

poder-se-ia dizer que, para Guerreiro, só existiria o “negro” no Brasil porque o “branco” o vê como racialmente diferente de si, mesmo quando perfeitamente identificado com aquele pela cultura, religião, território, etc. É nesse sentido que, para Guerreiro, a partir do momento que se passasse a considerar o negro como elemento “normal” da população brasileira, não

haveria por que falar em “problema do negro”, visto que, para o autor, no Brasil, o negro é povo, para além de sua condição étnica produzida pelo “branco” brasileiro (Barbosa, 2006, p. 221).

No artigo *Patologia social do branco brasileiro*, publicado em 1955, Guerreiro Ramos argumenta que o racismo no Brasil é decorrente de uma visão alienada sobre sua própria composição racial. Para o autor, em decorrência do racismo, aliado a um ideário estético que identifica ser branco como referencial de beleza, a população conferiu significados positivos à branquitude e relativamente à negritude associou referenciais negativos e depreciativos. Diante desse aspecto, a patologia do ‘branco brasileiro’⁸³ surge como um dilema: apesar da maioria da população ter ascendência negra ou miscigenada e compartilhar traços culturais oriundos de matrizes africanas, tais traços são fortemente rejeitados pela população. Sobre esse aspecto, dialogando com o autor, Schucman (2012, p. 21) salienta que:

Como consequência, devido à ideia de superioridade da identidade branca no imaginário brasileiro, para o autor, a classificação racial do País tenderia a se branquear. Dessa forma, o brasileiro pardo tenderia a se classificar como branco, o negro como pardo-moreno; e o branco tende a recusar qualquer mistura biológica ou cultural com o negro, pois, assim, todos fugiriam dos estereótipos negativos relacionados ao negro em nossa cultura.

Para o autor, a produção antropológica e sociológica no país é também impactada pela patologia social do ‘branco’. O modo como foram estudadas as relações raciais⁸⁴ no Brasil exprime elementos desse processo patológico, ao tratar o negro apenas como objeto de estudos e não produtor de conhecimento sobre suas próprias condições e perspectivas acerca da realidade social. Esse aspecto é um componente sistêmico da colonialidade – traduzido como *racismo epistêmico* – que consiste na permanência de um paradigma hegemônico em que povos não brancos são destituídos de sua intelectualidade (Quijano, 2005; Mignolo, 2005; Grosfoguel, 2007).

Para Guerreiro Ramos, a superação desta condição implicaria a aceitação étnica e estética da negritude. As mudanças reivindicadas pelo autor como fundamentais à ascensão e ao reconhecimento da importância da negritude na formação sociocultural do Brasil são

⁸³ O termo ‘branco’ é expresso propositalmente entre aspas pelo autor devido ao fato de Guerreiro Ramos defender que raramente no Brasil existem indivíduos puramente brancos e/ou que não tenham nenhum referencial cultural negro em seu cotidiano.

⁸⁴ A discussão proposta por Guerreiro Ramos acerca da relação entre ‘negro-tema e negro-vida’ foi abordada com mais profundidade no capítulo I dedicado à vida pessoal e intelectual de Lima Barreto.

elementos condizentes às transformações trazidas pelo contexto global e local na década de 1950. Transformações advindas de lutas por reconhecimento travadas nas sociedades fundadas na condição colonial e de capitalismo dependente contra a dominação imposta pelos países colonizadores do centro capitalista. Para o autor, o reconhecimento da negritude é compreendido como um fenômeno global resultante de lutas de libertação de sociedades gestadas na dependência colonial como forma de tornarem-se comunidades autônomas e protagonistas de sua própria história (Barbosa, 2006, 223).

Em síntese, as contribuições de Guerreiro Ramos ao pensar as contradições raciais existentes no Brasil junto à crítica endereçada à produção antropológica e sociológica no país foram fundamentais para a emergência, décadas mais tarde, de um conjunto de pesquisas envolvidas em compreender a branquitude como fenômeno social inscrito no imaginário social, mas que não é reconhecido coletivamente. Nesse sentido, a branquitude é um componente fundamental da dominação colonial, ao possibilitar a apropriação simbólica e material do ‘outro’, destituído de sua humanidade.

A respeito do processo de manutenção da exclusão social e da violência vivenciada pela comunidade negra no Brasil hodierno, Bento (2022) argumenta que tal realidade é vinculada ao passado escravagista. Entretanto, o ‘branco’, como grupo social que se beneficiou da exploração da força de trabalho negra, desaparece dessa narrativa. No artigo *Branqueamento e branquitude no Brasil*, Cida Bento (2014, p. 27) infere que:

A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim, o jargão repetitivo é que o problema se limita à classe social. Com certeza esse dado é importante, mas não é só isso. Na verdade, o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta e extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e simbólicos em que se evita caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo. Possa razão, políticas compensatórias ou de ação afirmativa são taxadas de protecionista, cuja meta é premiar a incompetência negra.

A escravização, mesmo compreendida como uma chaga, não é problematizada como um fenômeno dialético, composto por um ‘senhor’ e um ‘escravizado’, conforme é amplamente

abordado pelo paradigma hegeliano⁸⁵. Pelo contrário, a invisibilidade do branco como grupo social amplamente beneficiado pela economia escravagista corrobora para a permanência de um debate contemporâneo amparado pela meritocracia, que deposita sobre a população negra a culpabilização por sua condição desigual⁸⁶ frente à parcela branca da população. Deste modo, os esforços em categorizar a branquitude e reconhecê-la enquanto fenômeno sociopolítico e pertinente de investigação pelas ciências humanas no Brasil são fundamentais para a análise e compreensão das relações raciais no país.

3.3.1 A branquitude enquanto categoria de análise

Segundo Schucman (2012), a definição do conceito de branquitude e a identificação dos sujeitos que ocupam espaços sociais e de subjetivação ancorados na identidade branca é o ponto central que agrega diversos pesquisadores que compõem o que vem sendo caracterizado contemporaneamente nas ciências humanas como *Estudos críticos sobre branquitude* (Cardoso, 2008). A definição de branquitude⁸⁷ exige compreendê-la por meio da transposição de cor, do pertencimento étnico, de elementos culturais que se interseccionam com outros marcadores como classe e gênero, que se inscrevem em contextos locais e regionais sob uma determinação histórica. Sendo assim, a branquitude precisa ser identificada “como a posição do sujeito

⁸⁵ Para uma discussão mais aprofundada sobre a obra de Hegel e a contribuição dialética para a formação das ciências humanas, ver: RASKIN, H. A dialética do senhor e do escravo como fundamento da sociologia enquanto ciência humana. *Kalagatos*, v. 13, n. 25, p. 71–81, 2021. DOI: 10.23845/kalagatos.v13i25.6182. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/6182>. Acesso em : nov. 2023.

⁸⁶ Em *O pacto da branquitude* (2022), Cida Bento discorre sobre fenômenos ocorridos no período escravagista que contribuíram para a retificação da assimetria social entre brancos e negros na sociedade brasileira. Em diálogo com o abolicionista Luiz Gama, a autora argumenta sobre projetos como a Lei do Ventre Livre de 1871 – que libertava as crianças nascidas de ventre negro, mas as colocava sob custódia do senhor de escravos sob condição de lhes garantir indenização por parte do Estado. No âmbito agrário, a Lei de Terras de 1850 impulsionou a formação de latifúndios em detrimento da conservação de pequenas propriedades rurais. Ambos os casos são exemplos, entre muitos meandros amparados juridicamente, de medidas tomadas pelo Estado brasileiro que exprimem aspectos de um modelo de colonização europeia fundamentado sobre um sistema de exploração do trabalho fundamentado na discriminação racial e na concentração agrária que isentou o Estado de promover políticas de indenização e redistribuição de recursos. Segundo dados do Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE (2017), “A questão agrária permanece absolutamente importante para a compreensão das diversas dimensões estruturantes do País: ambiental, econômica, social e territorial”. Para informações mais detalhadas sobre os resultados da pesquisa, consultar o documento na íntegra. Disponível em CENSO agropecuário 2017. In: IBGE. *Sidra*: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: nov. 2023.

⁸⁷ É fundamental sublinhar que neste capítulo serão apresentados brevemente alguns tópicos principais sobre a branquitude como fenômeno analítico. Posteriormente, as obras citadas nesta seção serão retomadas com mais precisão no capítulo IV, correspondente à análise do Romance Clara dos Anjos, objeto central desta tese.

surgida na confluência de eventos políticos e históricos determináveis” (Steyn, 2004, p. 121 *apud* Schucman, 2012, p. 23).

Em conformidade com esses apontamentos, pode-se afirmar que a identidade racial branca não pode ser entendida como uma identidade homogênea e estática (2010, p. 611), pois está submetida a múltiplas determinações. Sob uma classificação genérica, cujo objetivo é contribuir para a análise da branquitude como fenômeno de interesse investigativo atrelado às particularidades locais, pode-se definir a branquitude como um complexo sistema que articula privilégios simbólicos e materiais. Isso acarreta construções subjetivas que corroboram para a construção e a reprodução de relações assimétricas entre brancos e negros, imputando a estes indivíduos, de forma relacional, processos de manutenção e reprodução de discriminação racial e manifestações estruturais de racismo (Bento, 2014, 2022; Cardoso, 2008, 2010; Piza, Rosemberg, 2014; Schucman, 2012).

A branquitude opera como fenômeno identitário estrutural e normativo, pois os indivíduos que compartilham dessa identidade compreendem a si próprios como sujeitos não racializados, cuja estética e posição social são vistas como uma referência para categorizar a realidade e como instância reguladora de valores a serem galgados. Como destaca Brah (2006), o branco é visto como o sujeito que não possui raça⁸⁸. Nessa perspectiva, compartilham valores e reconhecem a si como humanos, ou seja, ‘nós’, enquanto sujeitos detentores de direitos face à sua humanidade em rejeição ao ‘outro’, grupo heterogêneo de sujeitos não brancos que reside em uma eterna busca de humanização que pode ser conquistada pelo branqueamento e pela assimilação de valores e práticas culturais experimentada por indivíduos brancos.

A transmissão de valores, no decorrer de gerações, associada a estratégias institucionais de manutenção das assimetrias sociais em sociedades colonizadas, resultou no fenômeno da

⁸⁸ Em mais de uma década de experiência profissional como professora de Sociologia na educação básica em instituições privadas, pude perceber, muito antes de ter contato com as referidas obras que reúnem os estudos críticos de branquitude, a manifestação desse fenômeno de forma prática no cotidiano escolar. Em diversas aulas, cuja temática era sobre *questão racial*, diversas vezes, iniciava o debate referente à aula com a seguinte pergunta: “Quem são os sujeitos protagonistas da aula?” Imediatamente, as respostas eram: “negros e indígenas”. Insistindo, refazia a pergunta. Em seguida respondiam: “ciganos, judeus, asiáticos, árabes”. Porém, em raras oportunidades, para não dizer nenhuma, a resposta incluía os brancos. Quando eu lhes perguntava: E por que não os brancos?”, havia a expressão explícita em seus rostos de estranhamento. Muitos mantinham-se sisudos com ar de reprovação. Já outros diziam: “Nossa! Nunca pensei nisso”. Outro exemplo de ‘pacto narcísico da branquitude’ que pude observar em minhas experiências profissionais como professora negra em um espaço majoritariamente branco é em relação à abordagem do racismo no ambiente escolar. Diversas vezes, há a manifestação verbal do compromisso em discutir racismo na escola. Porém, quando se coloca a necessidade desse debate discutir o modo como pessoas brancas se beneficiam do racismo estrutural, há um silêncio ou até mesmo negacionismo em relação a esse fato. Como se as condições de injustiça social, violência estatal e racismo fossem uma chaga oriunda da escravidão, mas que sua superação não fosse entendida de forma relacional. Em síntese, se os negros foram escravizados, logo, cabe somente a eles sair dessa condição de subalternidade material e simbólica.

branquitude. Mas a questão que emerge desse processo é a seguinte: de que forma esses processos de manutenção de privilégios se mantêm em sociedades altamente miscigenadas, cuja presença negra, seja no âmbito estatístico, cultural e histórico, é tão expressiva? Esse aspecto é categorizado por Cida Bento (2014, 2022) como *pacto narcísico da branquitude*, que se constitui como um processo de legitimação das hierarquias sociais manifestadas em relações de raça e gênero que incidem sobre as dinâmicas de redistribuição de recursos e relações de trabalho:

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se fosse assim: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto de branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele (Bento, 2022, p. 18).

Assim como Bento (2014, 2022), Piza (2014) afirma que o elemento característico da identidade racial branca é a sua invisibilidade, observável pela falta de percepção e de aceitação do indivíduo branco como um sujeito racializado, pois reconhece a sua própria identidade como ‘natural’ e ‘normal’. Piza (2014) enfatiza que, se a construção da identidade racial branca perpassa um ideal de neutralidade e ‘transparência’, o discurso sobre alteridade, no bojo dos estudos sobre relações raciais, precisa ser reavaliado. Em sua pesquisa intitulada *Percepção de mulheres negras por mulheres brancas, no espaço da escola e do lazer, durante os anos de 1960 e 1970*⁸⁹, realizado em Itapetininga, interior de São Paulo, o processo de alteridade, segundo os depoimentos coletados, não se evidencia, como se pode verificar a partir do trecho a seguir:

⁸⁹ Edith Piza inicia a referida pesquisa no final dos anos 1990. As perguntas que orientaram a investigação buscavam identificar ‘o que significa ser branco?’, ‘Como era construída essa identidade?’, ‘De onde vinham os sinais dessa suposta superioridade?’ (2014). Segundo a autora, no decorrer da pesquisa, pôde observar que majoritariamente os estudos sobre questão negra e racismo eram majoritariamente realizados por pessoas brancas, inclusive ela mesma. Porém, “o *eu* narrador destes estudos, o *eu* não mencionado, não era nem mesmo branco. Era neutro, incolor, transparente; vidraças e portas tão polidas que nem mesmo se podia vê-las” (2014, p. 61). A partir desta constatação, a autora utilizou a metáfora da porta de vidro para expressar suas conclusões sobre o tema, incluindo-se como sujeito racializado: “bater contra uma porta de vidro aparentemente inexistente é um impacto fortíssimo e, depois do susto e da dor, a surpresa de não ter percebido o contorno do vidro, a fechadura, os gonzos de metal que mantinham a porta de vidro. Isso resume, em partes, o descobrir-se racializado, quando tudo o que se fez, leu ou informou (e formou) atitudes e comportamentos diante das experiências sociais, públicas e principalmente privadas, não incluiu explicitamente nem a mínima parcela da própria racialidade, diante da imensa racialidade atribuída ao outro. Tudo parece acessível, mas, na realidade, há uma fronteira invisível que se impõe entre o muito que se sabe sobre o outro e o quase nada que se sabe sobre si mesmo” (Ibid., 2014, p. 61).

A constituição da alteridade é o reconhecimento de um *outro*, a partir de um *nós*. Exige processos cognitivos de comparação, classificação, constituição de semelhanças e de diferenciação, além de reciprocidade – eu sou o outro para ele; ele é outro para mim. Porém, nos depoimentos, esses processos não se evidenciam. Não há com quem se comparar, a não ser consigo mesmo. Só existem semelhanças e é com estas que eu construo um universo possível de ser compreendido e nomeado. A não percepção de si é condição para a não percepção do outro (Piza, 2014, p. 86).

A ausência da alteridade explicitada por Piza exprime o processo de desumanização que ocorre nas relações raciais entre brancos e negros no Brasil. Ao afirmar que não há o reconhecimento do outro, em outras palavras, há a negação da sua humanidade. Se a branquitude opera, mesmo que equivocadamente, como um sistema que oferece coesão e pertencimento a indivíduos brancos que compreendem a si como identidade normativa, a incapacidade de enxergar o outro não branco é uma negação da sua similaridade enquanto indivíduo.

Somando-se a esse aspecto, há também indícios da ineficiência em olhar a si próprio como sujeito atravessado pela alteridade implicada em uma posição alienada sobre si e sobre os espaços sociais em que está inserido. Piza (2014) caracteriza que a construção de uma identidade construída e partilhada como normativa gerou um processo de invisibilidade racial dos brancos em contraposição aos negros, que possuem visibilidade da raça. Esse fenômeno é compreendido pela autora ao demonstrar que a branquitude só existe de modo relacional (Cardoso, 2010; Piza, 2014; Schucman, 2012).

Ainda sobre a questão da invisibilidade, Frankenberg (2004) afirma que tal assertiva necessita de um exame mais cuidadoso. A autora reitera que não se trata de compreender a identidade branca como invisível, mas de compreendê-la como uma característica que ora é invocada – a partir dos interesses e condicionantes sociais – e ora é invisibilizada.

Em *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, publicado em 2012, Sueli Carneiro reúne uma coletânea de artigos que publicou durante os 7 anos em que fora colunista do jornal *Correio Brasiliense*. Entre os artigos, a autora destaca a ação conservadora frente à possibilidade de aprovação da Lei de Cotas 12.711/12⁹⁰, no início dos anos 2000, período

⁹⁰ A Lei de Cotas 12.711/12, que universaliza a política de reserva de vagas em universidades federais no país, é fruto de décadas de mobilização do movimento negro, sociedade civil e organizações jurídicas. A política de cotas no Brasil teve como referência, mesmo que tardiamente, a experiência estadunidense, que ocorreu na década de 1960 como resultado dos movimentos em prol dos direitos civis da comunidade negra do país. O primeiro projeto de lei de reserva de vagas no Brasil ocorreu no Rio de Janeiro. O vestibular de 2004 da Universidade Estadual do

anterior à universalização da lei no país. No contexto em questão, foram endereçados ao Congresso Nacional pedidos de recusa aos projetos PL 73/19999 (PL das Cotas) e o PL 3.198/2000 (PL do Estatuto da Igualdade Racial), alegando que ambos os projetos ameaçavam o princípio da igualdade, pilar dos ideais republicanos e da democracia:

Como vimos em diferentes artigos, e aqui cabe novamente reiterar, as políticas de ação afirmativa têm sido implementadas na diversidade enorme de países. Elas têm sido praticadas para atender a diferentes segmentos da população que por questões históricas, culturais ou de racismo e discriminação foram prejudicados em sua inserção social e participação igualitária no desenvolvimento desses países. Além dos Estados Unidos, há exemplos na Inglaterra, no Canadá (indígenas, mulheres e negros), na Índia (desde a Constituição de 1948 foram previstas medidas especiais de promoção dos *dalits*, os intocáveis), Colômbia (indígenas), Austrália, Nova Zelândia, Malásia (o grupo étnico majoritário, bumiputra), União Soviética (94% das vagas da Universidade de Moscou par habitantes da Sibéria), Israel (*falashas*, judeus de origem etíope), Alemanha (mulheres), Nigéria (mulheres), Sri Lanka, África do Sul, Noruega, Bélgica (imigrantes), Líbano (participação política das diferentes seitas religiosas), China e Peru. [...] Em nenhum país que as cotas foram aplicadas, como nos casos mencionados, há notícias de que tenham provocado tamanha hecatombe, mas curiosamente, esses intelectuais temem que isso possa ocorrer precisamente no país da ‘democracia racial’. Segundo intelectuais contemporâneos contrários ao Estatuto, ‘se entrar em vigor, representará uma mudança essencial nos fundamentos políticos e jurídicos que sustentam a nação brasileira’⁹¹ (Carneiro, 2012, p. 27-29).

Para Carneiro (2012), a reação negativa à Lei de Cotas no Brasil, se comparado às várias iniciativas de ações afirmativas implementadas em diversos países, representa a manutenção de um debate escapista que, ao fundamentar-se sob a defesa da meritocracia, dissimula o desejo de permanência do *status quo*, que se assenta historicamente no Brasil pela permanência de privilégios e pela reprodução de assimetrias sociais.

No que tange ao debate acerca da identidade racial, Cardoso (2008) sinaliza o perigo de compreendê-la como invisível, pois determiná-la como tal pode contribuir para a perpetuação e o favorecimento do ponto de vista defendido pelos brancos em evocar o discurso meritocrático como solução para a superação das desigualdades raciais no país, isentando, desse modo, o processo de autoconsciência de sua condição racializada. Nesse sentido, o autor sustenta que a

Rio de Janeiro (UERJ) foi o primeiro no país a adotar um sistema de cotas raciais. No mesmo ano, a política foi também sancionada pela Universidade de Brasília (UnB), a primeira instituição federal a aderir ao sistema de reserva de vagas. A Lei de Cotas sancionada em 2012 determinou que todas as instituições federais do país deveriam, obrigatoriamente, reservar parte das vagas para alunos oriundos de escolas públicas, de baixa renda, pardos, negros e indígenas. Atualmente, a política de cotas estendeu-se entre instituições públicas estaduais.

⁹¹ MAGNOLI, Demétrio. **Constituição do racismo**. Filha de São Paulo, São Paulo, 12 já. 2006, p. A2.

branquitude, além de ser efetivamente visível entre os brancos, pode conferir a este grupo vantagens engendradas pela consciência de sua brancura (Schucman, 2012, p. 24).

Ainda sobre o debate sobre a branquitude, Lourenço Cardoso (2010, p. 611-612) analisa a existência de dois tipos do fenômeno, que para o autor podem ser caracterizados como distintos e divergentes: a *branquitude crítica* – que desaprova o racismo de forma explícita, publicamente; e a *branquitude acrítica* – que não se manifesta em desaprovação do racismo, não admitindo seu preconceito racial, sustentando, dessa forma, a ideia de que ser branco é uma “condição especial, uma hierarquia obviamente superior a todos não brancos”. Ainda sobre essa diferenciação conceitual, o autor adverte:

Quando me refiro à aprovação e desaprovação pública, pretendo chamar a atenção para a seguinte ocorrência: nem sempre aquilo que é aprovado publicamente é ratificado no espaço privado. Por vezes, é desmentido, ironizado, minimizado, principalmente, quando se trata de questões referentes ao conflito racial brasileiro (Cardoso, 2010, p. 612).

Ciente da complexa tarefa de desvelar a dissimulação do racismo, para o autor, só é possível caracterizar efetivamente como branquitude crítica aquela que se posiciona publicamente de forma crítica ao racismo. A conceitualização empreendida por Cardoso, somada às contribuições teóricas dos autores que compõem as correntes dos estudos críticos sobre branquitude no Brasil, evidencia que abordar o fenômeno da branquitude e suas vicissitudes é uma tarefa complexa que exige uma profunda imersão sobre as dinâmicas que estruturam as relações raciais cotidianamente experimentadas no Brasil. Deste modo, pensar a branquitude como um fenômeno que posiciona sujeitos em condições de privilégio material e simbólico exige compreendê-los em condições sociais e historicamente determinadas.

Diante da complexidade que envolve o tema, o presente trabalho visa compreender, por meio das contribuições da obra literária de Lima Barreto, como tais relações raciais, em particular, a branquitude, operaram como uma ideologia que corroborou para a manutenção de assimetrias sociais no início do século XX, período fortemente influenciado pelas teorias raciais. Nesse sentido, sob o auxílio das discussões epistemológicas apresentadas nesse capítulo, o fenômeno da branquitude é o tema central que orienta a análise do romance *Clara dos Anjos*, de modo a compreender como tais ideias impactaram a subjetividade e as dinâmicas sociais que envolvem as personagens do subúrbio. Tais discussões serão realizadas no capítulo a seguir.

4 **CLARA DOS ANJOS E AS DINÂMICAS SOCIAIS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: RELAÇÃO DE RAÇA E GÊNERO NO SUBÚRBIO CARIOCA**

Conforme as discussões realizadas no decorrer do trabalho, o mote do romance *Clara dos Anjos* é a denúncia sobre as condições de racismo e machismo vivenciadas pelas mulheres negras e mestiças no contexto da Primeira República. Fundamentalmente, a hipótese que orienta a presente tese tem como finalidade demonstrar que, diante das complexas relações sociais ambientadas no cotiando suburbano, afere-se que no romance *Clara dos Anjos* a branquitude emerge como um marcador simbólico de distinção – ora explicitada pelas intervenções do narrador, ora manifestada no diálogo entre as personagens – capaz de conferir privilégios simbólicos e redimensionamento das relações de poder frente à realidade, sublinhada por condições de precariedade material inerentes às hierarquias de classe (Cardoso, 2008; Schucman, 2012).

Outrossim, defendemos o argumento de que a branquitude – mesmo que não haja propriamente nenhuma menção à categoria no romance – é manifestada na trama como o componente que contribuiu para legitimar a assertiva de Cassi de envolver-se com Clara e abandoná-la à própria sorte sem sofrer nenhuma responsabilização perante sua família e a sociedade ao seu entorno.

É fundamental destacarmos que as discussões suscitadas pela leitura de *Clara dos Anjos* não se reduzem à problematização exclusiva das relações de gênero e raça. O romance é, sobretudo, um registro ficcional sobre a realidade social no contexto de inserção da capital nacional à ordem republicana, envolto pela descrição da vida cotidiana no subúrbio a partir das impressões e experiências pessoais de Lima Barreto.

Diante destes aspectos, as discussões serão apresentadas em cinco seções: a primeira pretende apresentar, brevemente, as informações referentes à elaboração do romance. Em seguida, abordaremos a contextualização do subúrbio – sua gente e seus costumes. No terceiro tópico, abordaremos a representação da masculinidade marginal na encruzilhada entre a perspectiva ficcional e os aspectos biográficos da vida do autor. Na quarta seção, abordaremos a branquitude como fenômeno em destaque, com o intuito de problematizar as relações de distinção manifestada entre as personagens femininas do romance. Por fim, na última seção, ainda sobre o enfoque da branquitude, analisaremos como as relações raciais e de gênero se manifestam enquanto constructos interseccionais de hierarquias sociais no contexto analisado a partir da trama de envolvimento e abandono entre Clara e Cassi Jones.

4.1 A elaboração do romance *Clara dos Anjos*

Não há como afirmarmos com exatidão a data em que Lima Barreto começou a escrever o romance *Clara dos Anjos*. A partir dos documentos e manuscritos deixados pelo autor, seu biógrafo Francisco de Assis Barbosa (2002, p. 167) especula que o esboço original foi iniciado em 1904. Primeiramente, Barreto pretendia desenvolver um romance de maior envergadura à vista de realizar uma crítica mais contundente à condição da população negra após a Abolição, trazendo-lhe, deste modo, a tão almejada consagração como escritor. Segundo Afrânio Coutinho (1969, p. 205), em seu diário, Lima Barreto confessa que a temática do romance “com o qual esperava escrever a história da escravidão negra no Brasil, perseguiu-o sempre, não tendo podido jamais dominá-lo a contento”.

Coutinho ainda sublinha que a confecção do romance passou por três momentos distintos. A primeira, supostamente iniciada em 1904, resume-se a quatro capítulos. Posteriormente, em 1919, o autor retoma a escrita da obra em formato de conto e a publica no ano seguinte sob o mesmo título na revista *Histórias e sonhos*. Nesta publicação, o autor mantém alguns personagens da primeira versão e insere outros. Somente em 1921, a pedido da diretoria da *Revista Souza Cruz*, Barreto retoma a escrita daquela que seria a versão completa de *Clara dos Anjos*. Maria Lucia Pereira (1988) destaca a insistência na elaboração do romance que, na perspectiva do autor, seria a obra mais compromissada em problematizar as condições sociais do negro após a Abolição,

[...] desde o início de sua atividade literária, cuidava desta história, ou melhor, de uma história parecida com esta. Os vários rascunhos encontrados entre seus papéis mostram que, no plano primitivo, a obra seria muito mais vasta, e talvez abrangesse alguns aspectos da história da escravidão que pensou em fazer. Infelizmente, não se sabe por quê, abandonou Lima Barreto os primeiros esboços, sem, contudo, desprezar o assunto; tornou-o apenas mais restrito e lhe deu quadro mais moderno; as circunstâncias e as personagens secundárias são outras, mas a heroína é sempre a mesma, e com o mesmo nome (Pereira, 1988, p. 298).

A história de *Clara dos Anjos* seguiria o mesmo feitio, tanto na versão inicial, em formato de conto, como a posterior, terminada – de forma inacabada – entre dezembro de 1921 e janeiro de 1922 e publicada após a morte do autor em 16 fascículos entre janeiro de 1923 e maio de 1924 (Cabral, 2015; Silva, 2010). Em ambas as versões, o enredo narra a história da

mulatinha⁹² Clara, a ingênua filha do carteiro Joaquim dos Anjos e sua esposa Engrácia, moradores do bairro Todos os Santos, no subúrbio carioca.

Na trama, a jovem, que, desde cedo foi criada com demasiado zelo pelos pais – resultando, em certa medida, em uma postura alienada sobre seu *status* social (Gileno, 2001) e os acontecimentos à sua volta –, é seduzida pelo tocador de modinhas Cassi Jones Azevedo, rapaz branco, também morador do subúrbio e possuidor de caráter oblíquo. Tomado por forte desejo e sem nenhuma intenção em constituir um relacionamento com a moça, o rapaz a seduz e a abandona grávida. Ao procurar a família de Cassi com a intenção de responsabilizá-lo pelo “mau feito”, Clara é tratada com hostilidade pela mãe do rapaz, Salustiana, que, sem nenhum escrúpulo, culpabiliza-lhe pelo envolvimento com Cassi, alegando ainda que não compactuaria com o casamento entre seu filho “branco” e uma negra.

Contudo, na primeira versão, o romance não acaba com o abandono de Clara envolto à constatação sobre sua condição de exclusão com a assertiva “Não somos nada nessa vida” (Barreto, 2011, p. 146). A trama se inicia antes da Abolição e se estende até o período republicano, por volta de 1904 e 1905. Neste período, Clara teria outras experiências amorosas em que a sina do abandono persiste:

Novos amantes aparecem, inclusive um português, futuro visconde, que lhe dá uma filha e 50 contos de réis, desaparecendo depois. A vida continua. E Clara dos Anjos acaba se casando, por amor, com um jogador. Vão-se os 50 contos. O marido morre. A viúva, de novo pobre, junta-se a um pedreiro. É quando a filha repete o mau passo da mãe, fugindo de casa com um cabo da polícia, prostituindo-se em seguida, para morrer na Santa Casa de Misericórdia, como indigente. O pedreiro já velho não pode mais trabalhar. Clara dos Anjos – diz por fim o roteiro – “lava e engoma para sustentá-lo, e no terreiro da estalagem em que moram ela canta uma trova qualquer em um belo dia de sol” (Barbosa, 2002, p. 164).

⁹² Optamos por manter o termo “mulatinha” como forma de preservar a linguagem utilizada originalmente no romance. Destacamos que, nas passagens que visam à análise da obra, optamos por utilizar a categoria “negro (a)” por defendermos que a expressão é mais condizente com as discussões contemporâneas que aludem à temática racial. Assim como destacado por Munanga (2004) e Guimarães (2002), o uso da categoria negro (a) em detrimento do uso das categorias “pardo” e suas múltiplas variações é uma forma de destacar os problemas oriundos da ideologia do branqueamento e a invisibilidade racial gerada a partir desse processo. Deste modo, o conceito “negro” está mais próximo da noção atribuída à negritude, como constructo que visa a sua valorização cultural, política e intelectual.

Ao destacar as pretensões do autor sobre a elaboração do romance, Francisco de Assis Barbosa transcreve⁹³, a partir das anotações do romancista, a cronologia da trajetória da protagonista, tal como planejara Lima Barreto:

Quadro 1 - Cronologia de Clara dos Anjos conforme os esboços de Lima Barreto

Clara	Anos
Nasceu	1868
Morte do pai	1887
Deflorada	1888 (12 ou 13 de maio)
Dá à luz	1889
Deixada	1892
Casada	1894
Viúva	1899
Amigada de novo	1900

Fonte: Francisco de Assis Barbosa (2002).

Com base nas informações apresentadas por Barbosa, observa-se que Clara é deflorada após a morte de seu pai, Joaquim dos Anjos, o que não ocorre no romance inacabado, de 1922. O defloramento ocorre justamente na data da Abolição, como forma de sublinhar a crítica feita ironicamente pelo autor sobre a manutenção das condições de exclusão e racismo experimentadas pela população negra. O fruto do “mau passo”, coincidentemente, nasce no ano da Proclamação da República, fortemente criticado por Lima Barreto em diversas crônicas (Barbosa, 2002; Schwarcz, 2017).

A relação das datas e o percurso biográfico de Clara podem ser interpretados como elementos que representem a intencionalidade do autor em destacar a manutenção das condições de exclusão social sofridas pela população, em especial as mulheres negras e pobres, que, após a Abolição, não conquistaram a igualdade cidadã esperada pelo novo regime. Ainda sobre este aspecto, para Pereira (1988), a persistência de Lima Barreto em torno do romance não se resume à intenção de abordar um fato isolado, cujo sentido se restringiria à abordagem de uma fatalidade individual, mas em discorrer sobre as condições de vida de uma

⁹³ Na biografia, o percurso de Clara é apresentado de forma esquemática. Optamos por apresentar os registros em forma de tabela para otimizar a compreensão do leitor.

parcela significativa da população, em especial as mulheres, que se encontravam à margem da sociedade e cujo destino era determinado pela pobreza e pela cor da pele.

Segundo Barbosa (2002, p. 165), da primeira versão de *Clara dos Anjos* foi aproveitada somente a parte inicial do texto, em que é feita a descrição do Rio Janeiro que foi posteriormente utilizada no romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga Sá*. Ao retomar a escrita do romance, após dezesseis anos, Lima Barreto não reutiliza os velhos manuscritos, que foram achados amarrados juntamente ao texto original, também esquecido, que viria a ser encontrado e dado vida à primeira publicação do romance em formato de livro somente em 1948.

Acerca da estética, *Clara dos Anjos* é uma das obras que mais recebeu críticas negativas justificadas pelo suposto desleixo do escritor com a escrita. Ao analisar a perspectiva estética da obra barretiana, Cristiano Oliveira aponta que,

Na verdade, as páginas de Clara dos Anjos são escritas de maneira criativa e ao mesmo tempo despojadas, ousando um vocabulário que atinge um público de leitor menos informado com as técnicas do romance da época ou moderno. Lima buscou atingir um retrato quase fidedigno daquilo que observava nas ruas enquanto cidadão carioca, cheio de imaginação e frescor nas ideias. O leitor menos familiarizado com o perfil do povo carioca, assim como a cidade do Rio de Janeiro, talvez estranhe um pouco a condição do cenário e do próprio vocabulário, tendo em vista que o espaço urbano exige certa interpretação, assim como algumas características do jargão e das gírias que o povo utilizava naquela época (Oliveira, 2011, p. 78-79).

Entre aqueles que se debruçam ao estudo da obra barretiana, torna-se evidente que o não reconhecimento de seus romances pela crítica especializada do período em muito se justifica, para além dos condicionantes biográficos do autor, por sua escrita caracterizada como “desleixada” e “popular”. Mais do que isso, se considerarmos o contexto histórico da Primeira República e o projeto de modernização nacional em conformidade às ideias compartilhadas pela *intelligentsia* brasileira, Lima Barreto, por intermédio de suas personagens de apelo popular, redimensionou o trato dado à população do subúrbio e escancarou suas angústias como narrativas integradas às condições socioculturais do período.

É sob o tom de denúncia das contradições inerentes ao Brasil da transição da ordem escravagista à republicana que a obra de Lima Barreto é caracterizada como romance social (Bosi, 1982). Nesse sentido, Gileno (2001, p. 143-144) atesta que Lima Barreto “transcendeu a sua época, pois demonstrou os elementos essenciais que comandam a sociedade brasileira, do passado e do presente”.’

4.2 Muito além dos trilhos da central: a formação do subúrbio carioca na perspectiva ficcional de Lima Barreto

Ao abordar a banalização que ocorre em torno da definição de periferia e subúrbio, de modo a dificultar uma definição consensual acerca desses conceitos, Domingos (1994, p. 5) destaca que, em geral, o subúrbio corresponde a uma “representação social estigmatizada”, sendo-lhe associada à concepção de espaço de exclusão, anomia, marginalização e segregação social. Diante desses aspectos, desenvolve-se a interpretação de que não há, no subúrbio, a existência de pertencimento e cidadania, o que lhe destitui, na perspectiva geográfica, da concepção de lugar⁹⁴.

A distância do centro – caracterizada como um dos elementos fundamentais à classificação de subúrbio – deve ser entendida, segundo o Domingos (1994, p. 5), como uma distância sociológica a um centro referencial, que é definido a partir da “densidade das relações sociais, pela intensidade da vida cívica, pelo acesso à informação, aglomeração de recursos culturais, políticos e econômicos”. Sobre tais aspectos, o autor reitera que

A identificação de um subúrbio, qualquer que ele seja, independentemente do tempo ou do lugar, implica uma ideia de fragmentação do espaço urbano. A cidade compacta, de limites precisos, estilhaça-se num conjunto de fragmentos distintos onde os efeitos de coesão, de continuidade e de legibilidade urbanística, dão lugar a formação territoriais urbanas complexas, territorialmente descontínuas e ocupando territórios cada vez mais alargados. Nessa concepção, o subúrbio é a margem, o extramuros, o território impreciso e não consolidado do ponto de vista urbanístico (Domingos, 1994, p. 6).

Frente à complexidade que envolve a formação do subúrbio carioca, Leonardo Santos (2011) destaca que a palavra “subúrbio”, no contexto do século XIX, faz menção a localidades que reuniam moradias de classe média e elite, situadas em bairros como Botafogo, Laranjeiras e Catete. A referência ao subúrbio como área nobre foi se esfacelando com o parcelamento de terras e a ampliação das áreas residenciais que atualmente reúnem os bairros da Tijuca, Piedade, Vila Isabel e São Cristóvão. Somente a partir de 1890, com a explosão demográfica na cidade,

⁹⁴ A noção de lugar é polissêmica e envolve uma multiplicidade de contornos teóricos entre os geógrafos. De forma geral, a noção de lugar é caracterizada é o espaço vivido e compartilhado entre os indivíduos que lhe atribuiu sentimento de pertença, envolvendo memórias e afetos. Para maior compreensão acerca do debate em torno da concepção de lugar na geografia, consultar: HOLZER, Walter. Conceitos fundamentais da geografia: lugar. **GEOgraphia**. Niterói, Universidade Federal Fluminense ISSN: 2674-8126 Vol.21, No 47, 2019: set./dez.

é que o processo de expansão do subúrbio atingiu áreas como Méier, Madureira, Engenho Novo e Inhaúma.

Ainda sobre a realidade que compunha o subúrbio carioca no final do século XIX, Schwarcz (2017) destaca que o termo “subúrbio” era frequentemente usado no plural em face à sua diversidade. Formando um território longilíneo, os subúrbios foram se modelando às margens da linha férrea da Central, resultando em um desenho distinto da maioria das periferias urbanas, que normalmente se espalham à borda dos núcleos centrais, como um cordão. Já os subúrbios cariocas “distribuíram-se numa faixa estreita e contínua, que seguia para o lado oeste da cidade, recebendo designações sucessivas”. Como consequência desse processo,

Paralelamente, foi se instituindo uma clara hierarquia interna, na qual alguns bairros eram considerados menos providos de infraestrutura – como Cascadura – e outros definidos localmente como mais chiques e elegantes. Esse foi o caso de Boca do Mato – conhecido em virtude do seu clima serrano como Suíça Suburbana ou Europa dos Pobres –, Jacarepaguá, Tijuca e, em certo sentido, do amplo distrito do Méier. Os bairros menos equipados eram, não por acaso, os mais distantes do centro e aqueles ocupados basicamente por uma população pobre e imigrante, que sai do Rio com a Reforma Passos e com o fim da escravidão. Já as vizinhanças “mais aristocráticas” – segundo os termos da época – foram habitadas pela elite que optavam por viver mais afastadas da “cidade grande” – em chácaras e propriedades ajardinadas – e por um vasto funcionalismo público, resultado da grande oferta de empregos administrativos providos pelo capital do país (Schwarcz, 2017, p. 167).

Se a imagem do subúrbio é cristalizada no imaginário social como um local marginal, homogêneo e não integrado aos acontecimentos das regiões centrais, há, nas crônicas e romances de Lima Barreto, a captura da complexidade que envolve as dinâmicas sociais do subúrbio. Assim, em *Clara dos Anjos*, diante de um cenário heterogêneo de pertencimento de classe, que se esfacela diante do lugar comum de subalternidade partilhado pelo discurso dominante – em especial da imprensa, tão criticada por Lima Barreto por restringir-se aos modos de vida e consumo das elites –, as relações de gênero e raça servem como marcadores simbólicos de distinção, reforçando hierarquias sociais internas existentes e criando novas e ressignificadas manifestações de diferenciação.

Este aspecto assemelha-se às considerações levantadas por Du Bois em *As almas do povo branco*, ao investigar a formação da classe trabalhadora branca e sulista nos Estados Unidos no decorrer do século XIX. Para o autor, a branquitude e o racismo manifestam-se como uma forma do trabalhador buscar *status* e tratamento diferenciado que não conseguiria, caso se reconhecessem somente como trabalhadores, cuja clivagem referente à posição de classe os

condiciona igualmente como indivíduos que ocupam a mesma posição na estrutura produtiva. Em conformidade com este aspecto, tem-se, em *Peles Negras Máscaras Brancas*, a assertiva de Fanon (2020) ao afirmar que a relação subjetiva entre negros e brancos foi construída em oposição a partir da distinção entre colonizador e colonizados.

O processo de modernização urbana – impulsionada pelos valores cosmopolitas e sanitaristas inspirados pela já referida *Belle Époque* francesa – atingiu seu ápice com a implementação do conjunto de reformas urbanísticas idealizadas pelo prefeito do Rio Janeiro, Francisco Pereira Passos, entre os anos de 1902 e 1906. Popularmente chamada de “bota-fora”, as medidas de modernização urbanística tinham como objetivo a remoção dos cortiços, a fim de impulsionar a construção de novos edifícios e o alargamento das vias públicas, visando melhorias na circulação de pessoas e o alinhamento aos padrões estéticos apreciados pela incipiente burguesia urbana (Benchimol, 1992; Carvalho, 2012; Sevcenko, 1999).

Os grupos sociais que residiam nas regiões centrais da capital eram constituídos por trabalhadores – negros libertos, migrantes oriundos de regiões industrializadas e imigrantes europeus – e pequenos proprietários que não tinham condições de permanecer na região renovada frente ao aumento da especulação imobiliária resultante das obras de infraestrutura e modernização das vias públicas e da rede de comércio. Para Benchimol (1992), as reformas empreendidas pelo bota-fora de Pereira Passos desarticularam uma trama “complexa de relações sociais”.

Com as políticas de modernização urbana em curso, a remoção dos cortiços e a demolição das áreas habitadas pela população mais pobre resultaram na realocação forçada de comunidades inteiras, que se agruparam nos morros e nas regiões periféricas que cresciam à margem dos trilhos da linha férrea da Central. A remodelagem da cidade “definiu precisamente os espaços de produção e os espaços de consumo da cidade, separando definitivamente os locais de trabalho dos locais de residência, agora ligados por modernos, eficientes e controláveis espaços de circulação” (Abreu, 2003, p. 225).

Em *A era das demolições*, Oswaldo Porto Rocha (1986) analisou os motivos que objetivaram as políticas de reestruturação urbana lideradas por Pereira Passos e seus impactos na formação dos subúrbios. O autor destaca que foi necessário recorrer a fontes não oficiais como a literatura, documentos pessoais e produções musicais da época, capazes de revelar “outra cidade”, que permaneceu invisibilizada pelos registros oficiais e pela produção historiográfica especializada.

Luana Machado (2018, p. 36), em estudo sobre a representação do subúrbio na obra barretiana, também conclui que o aumento demográfico, aliado às políticas de higienização empreendidas por Pereira Passos, saturou tanto as regiões anteriormente caracterizadas como de residência da classe média como os morros da cidade, o que culminou na ocupação urbana das áreas situadas próximas à linha Férrea da Central. A linha facilitava o deslocamento dos trabalhadores residentes dessa nova reorganização suburbana às áreas centrais em que se concentravam as redes de comércios, serviços públicos e indústria.

Machado ainda destaca que uma das grandes contribuições de Lima Barreto como cronista é revelar a pluralidade de pessoas e realidades presentes no subúrbio, o que destoa da maneira pejorativa com que os jornais da época retratavam o subúrbio como espaço homogêneo. Em *Clara dos Anjos*, “o escritor suburbano traz à tona um espaço diversificado, no qual seria possível muito bem declarar a presença tanto do subúrbio enquanto ‘refúgio dos infelizes’ como o ‘subúrbio elegante’” (Machado, 2018, p. 59).

Em conformidade com a afirmação da autora, a obra literária de Lima Barreto apresenta com detalhes o cotidiano e as condições de vida que se desenvolveram com a ocupação dos subúrbios:

O subúrbio propriamente dito é uma longa faixa de terra que se alonga, desde o Rocha ou São Francisco Xavier, até Sapopemba, tendo para eixo a linha férrea da Central.

Para os lados, não se aprofunda muito, sobretudo quando encontra colinas e montanhas que tenham a sua expansão; mas, assim mesmo, o subúrbio continua invadindo, com as suas azinhagas e trilhos, charnecas e morrotes. Passamos por um lugar que supomos deserto, e olhamos, por acaso, o fundo de uma grota, donde brotam ainda árvores de capoeira, lá damos com um casebre tosco, que, para ser alcançado, torna-se preciso descer uma ladeira quase a prumo; andamos mais e levantamos o olhar para um canto do horizonte e lá vemos, em cima de uma elevação, um ou mais barracões, para os quais não topamos logo da primeira vista com a ladeira de acesso.

Há casas, casinhas, casebres, barracões, choças, por toda a parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. Todo o material para essas construções serve: são latas de fósforos distendidas, telhas velhas, folhas de zinco, e, para as nervuras das paredes de taipa, o bambu, que não é barato.

Há verdadeiros aldeamentos dessas barracas, nas coroas dos morros, que as árvores e os bambuais escondem aos olhos dos transeuntes. Nelas, há quase sempre uma bica para todos os habitantes e nenhuma espécie de esgoto. Toda essa população, pobríssima, vive sob a ameaça constante da varíola e, quando ela dá para aquelas bandas, é um verdadeiro flagelo.

Afastando-nos do eixo da zona suburbana, logo o aspecto das ruas muda. Não há mais gradis de ferros, nem casas com tendências aristocráticas: há o barracão, a choça e uma ou outra casa que tal. Tudo isto muito espaçado e separado; entretanto, encontram-se, por vezes, "correrres" de pequenas casas, de duas janelas e porta ao centro, formando o que chamamos "avenida".

As ruas distantes da linha da Central vivem cheias de tabuleiros de grama e de capim, que são aproveitados pelas famílias para coradouro. De manhã até à noite, ficam povoadas de toda a espécie de pequenos animais domésticos: galinhas, patos, marreco, cabritos, carneiros e porcos, sem esquecer os cães, que, com todos aqueles, fraternizam (Barreto, 2011, p. 80-81).

As realidades sociais descritas na obra barretiana, elaboradas e reunidas sob o ponto de vista afetivo e militante, não parecem, segundo Bosi (1982), “forçadas a ilustrar inclinações puramente subjetivas”. Sua literatura manifesta-se a partir de um estilo “realista e intencional”, delineado por personagens, em especial, as de apelo popular, que se sobrepõem ao caráter autobiográfico atribuído às suas obras. Ainda sobre esse aspecto, Cabral (2015) e Silveira (2006) apontam que em *Clara dos Anjos* se nota a representação de minorias cujas vozes e os dilemas eram secundarizados pelo discurso hegemônico. Abordaremos esse aspecto na próxima seção a partir da análise dos personagens masculinos.

4.3 Masculinidade marginal: personagens masculinas e os alter egos de Lima Barreto

A denúncia à exclusão social não se restringe às personagens femininas, conforme a sinopse da obra apresentada previamente ao leitor. Lima Barreto constrói uma trama em que aos homens não lhes são dadas condições de viver dignamente. Os personagens masculinos de má índole orbitam em torno de Cassi Jones. Entre eles, o mulato claro Ataliba Timbó, que havia sido operário em uma oficina do Estado e, sob influência de Cassi, abandona, aos poucos, o emprego e a mãe, de quem era arrimo de família, para viver de pequenos delitos. “Foi infeliz. Arranjou uma complicação policial e matrimonial de donzelas” (Barreto, 2011, p. 37).

Zezé Matheus – o “cabeça de mamão-macho” – é descrito pelo narrador como “um verdadeiro imbecil”, incapaz de dimensionar qualquer evento à sua volta. Era branco, “com uma fisionomia empastada, cheia de rugas precoces, sem dentes, todo mole, bambo”. Descrito pelo narrador como o mais ingênuo entre os amigos, era

totalmente inofensivo, quase inválido pela sua imbecilidade nativa e pela bebida, uma família a quem lhe prestava pequenos serviços – ir às compras,

ao açougue, lavar a casa – dava-lhe um barracão na chácara, onde dormia, e comida, se estivesse presente às refeições. Encontrava-se nessa ruína humana o melhor da turma e o único que não tinha maldade no coração. Era um ex-homem e mais nada (Barreto, 2011, p. 38).

Franco Souza é um tipo de malandro “mais apurado” que, esporadicamente, juntava-se ao bando de Cassi. Intitulava-se como advogado e ganhava a vida enganando seus humildes clientes sem ganhar efetivamente nenhuma ação, uma vez que

Todos sabiam que ele não tratava de coisa alguma, pois não podia absolutamente tratar, já por não saber coisa alguma das tricas forenses, já por não ser, de verdade advogado. Assim mesmo, sempre apareciam ingênuos roceiros, simplórias viúvas, que, no pressuposto de que os seus serviços na justiça, sobre a demarcação de terras litigiosas ou despejos de inquilinos relapsos, fossem mais baratos, procuravam-no. Ele recebia os adiantamentos e, em seguida, mais algum dinheiro, conforme a ingenuidade e a falta de experiência do cliente, e não fazia nada. Entretanto, vivia muito decentemente com a mulher, filhos e filhas. Cassi não lhe pisava em casa, e, aos poucos, foi se afastando do violeiro, a conselho da mulher, que zelava extremamente pela reputação das filhas, que se faziam moças (Barreto, 2011, p. 38).

O último dos asseclas, porém não menos ardiloso, era Arnaldo. O narrador o apresenta como um tipo tão ou até mais ignóbil que Cassi. Sua profissão era furtar pequenos objetos dos passageiros dos trens e, posteriormente, vendê-los sem o menor escrúpulo. Quando se tratava de alimentos, furtava-os, levava-os para os filhos e contava à esposa que conseguira o dinheiro para as guloseimas de forma honesta. Não possuía boa fama entre seus vizinhos, que alegavam que “ele tinha o habito de arrebatar as notas do Tesouro das mãos das crianças, quando as encontra sós também a caminho das vendas” (Barreto, 2011, p. 39).

As personagens masculinas do romance, no entanto, não se reduzem apenas ao bando de Cassi, que ganhava a vida cometendo pequenos delitos entre a sua própria gente. A descrição dos asseclas de Cassi cumpre a função de reforçar o desvio de caráter do antagonista e sua predileção por levar a vida de forma desonesta, mesmo tendo, diferente de seus amigos menos afortunados, estrutura familiar e material capazes de lhe conferir condições para viver de forma honesta.

A denúncia sobre as condições de precariedade que assolavam a masculinidade não hegemônica se manifesta entre os personagens Marramaque, Meneses e Leonardo Flores. A partir da descrição de traços físicos, psicológicos e das relações pessoais e locais destes habitantes do subúrbio, o narrador os apresenta como personagens que dão *corpus* aos dramas que acompanharam a própria trajetória de vida de Lima Barreto. Entre os diversos autores que

se debruçaram em analisar a literatura barretiana, é consenso que *Clara dos Anjos*, assim como *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, são os romances que mais manifestam as personas do próprio autor (Barbosa, 2002; Bosi, 1982; Schwarcz, 2017; Sevcenko, 1999).

Antônio da Silva Marramaque é um dos personagens secundários mais importantes no desenvolvimento da trama. Além de padrinho de Clara e grande amigo de Joaquim dos Anjos, sua presença era rotineira na casa da família dos Anjos. Apreciador de poesia e modinha, em sua juventude teve proximidade com os círculos da boemia literária e colaborou como redator de alguns jornais:

Embora atualmente fosse um simples contínuo de ministério, em que não fazia o serviço respectivo, nem outro qualquer, devido a seu estado de invalidez, de semi-aleijado e semiparalítico do lado esquerdo, tinha, entretanto, pertencido a uma modesta roda de boêmios literatos e poetas, na qual, a par da poesia e de coisas de literatura, se discutia muita política, hábito que lhe ficou (Barreto, 2011, p. 24).

A predileção de Marramaque pela ilustração e pela educação, somadas aos marcadores que atravessam sua caracterização como homem envelhecido, negro e deficiente físico⁹⁵, compõe-no como o personagem que manifesta a condição de exclusão social e a negação cidadã comumente vivenciada pela população dos subúrbios. Se as personagens ambientadas no romance experimentam a exclusão sedimentada pela pobreza e pela racialização, em Marramaque, que também pertence a esse estrato, a condição de exclusão é agudizada pelo envelhecimento e a deficiência⁹⁶.

Em seu estudo sobre memória e velhice, Ecléa Bosi afirma que a velhice, além de um destino lançado ao indivíduo, é uma categoria social. Por sua vez, a partir de diferentes manifestações, cada sociedade vivencia de forma distinta “o declínio biológico do homem”. A sociedade industrial, segundo a autora, é maléfica para a velhice. Engendrada pela dinâmica da produtividade do capital, a sociedade rejeita o velho e não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. “Quando se vive o primado da mercadoria sobre o homem, a idade engendra desvalorização” (Bosi, 1995, p. 78).

⁹⁵ No romance, Marramaque é acometido por dois ataques de apoplexia, também popularmente conhecido como derrame cerebral.

⁹⁶ Para uma compreensão mais abrangente sobre a história da deficiência e sua abordagem frente às técnicas de biopoder oriundas das sociedades disciplinares, consultar: LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2008.

Contudo, os contornos dados ao personagem na trama não se limitam à denúncia da exclusão acometida pelo envelhecimento e a deficiência. Tomado por um aguçado senso de justiça e predileção pelos assuntos de natureza política, “o espectro da escravidão, com todo seu cortejo de infâmias, causava-lhes secretas revoltas” (Barreto, 2011, p. 43). Marramaque é o personagem que manifesta a consciência política frente aos processos eleitorais e à expansão da igualdade cidadã:

Marramaque, apesar de tudo, do seu estado de saúde, da sua dificuldade de locomover-se, não deixava a mania inócua da política e ia votar, com risco de se ver envolvido num barulho de sufrágio universal, puxado a navalha, rabo-de-arraia, cabeçadas, tiros de revólver e outras eloquentes manifestações eleitorais, das quais, em razão do seu precário estado de pernas, não poderia fugir com segurança e a necessária rapidez (Barreto, 2011, p. 25).

No tocante aos acontecimentos que envolvem a trama principal do romance – o envolvimento de Clara e Cassi Jones –, melancólico e contemplativo, Marramaque sempre demonstrou antipatia pela figurado antagonista e tocador de modinhas por seu envolvimento em dezenas de casos de defloração, em especial de mulheres casadas e de moças ingênuas e pobres como sua afilhada Clara.

Na sua vida, tão agitada e tão variada, ele sempre observou a atmosfera de corrupção que cerca as raparigas do nascimento e da cor de sua afilhada; e também o mau conceito em que se têm as suas virtudes de mulher. A priori, estão condenadas; e tudo e todos pareciam condenar os seus esforços e os dos seus para elevar a sua condição moral e social (Barreto, 2011, p. 48).

A sagacidade de Marramaque em analisar os dramas que cercam as mulheres da condição social de sua afilhada, bem como os acontecimentos que marcavam a vida política do período, em muito se contrapõem ao carteiro Joaquim dos Anjos, trabalhador honesto e ingênuo que, consumido pela rotina do funcionalismo público, não foi capaz de atentar-se aos perigos que rodeavam a sua casa. Podemos aferir que, em Marramaque, Lima Barreto cumpre seu objetivo em denunciar a vulnerabilidade social que cercava as mulheres negras e pobres moradoras do subúrbio.

Outro personagem que manifesta muitas agruras vividas pelo romancista carioca é José Castanho de Meneses. Filho de comerciantes portugueses, nasceu em uma cidade do litoral sul do estado do Rio de Janeiro. Segundo o narrador, a região encontrava-se em “irremediável decadência”, em grande parte justificada pela construção da Central. Com a falta de valorização do local, o comércio da família foi falindo e esta fatalidade impediu Meneses e seus irmãos de

darem continuidade aos estudos, obrigando-os a trabalhar, dividindo-os entre a pescaria nos currais e o atendimento na loja da família.

Aos vinte e dois anos, José, que se aborrecia com aquela vida, pôs o pé no mundo e correu, durante uns trinta, o interior das antigas províncias do Rio, Minas e São Paulo. Tudo ele foi; tudo sofreu, mas sempre inquebrantavelmente honesto. Aqui, foi guarda-livros de um armazém; numa fazenda, administrador; num vilarejo, professor das primeiras letras; em certa idade, encontrou um boticário simpático, que se fez seu amigo, lhe ensinou a manipular drogas, também a obturar e limpar dentes, e a passar pequenas receitas. Foi onde se demorou mais; mas isto se veio a dar já no fim da sua carreira vagabunda, quando já não podia mudar de rumo. Na vizinhança da cidade, construía-se um depósito e modestas oficinas de pequenos reparos, para as máquinas de um ramal férreo que lá ia ter. José, que seguia as obras e via as máquinas, ficou assombrado com aquelas 42 maravilhas de caldeiras, fornalhas, bielas, manivelas, alavancas, que se coordenavam para mover e parar aqueles hediondos monstros de ferro – as locomotivas. Quis entrar no segredo de tudo aquilo e fazia perguntas sobre perguntas. No começo, os operários explicavam; mas as perguntas eram tais e tantas, que eles acabaram por se aborrecer com elas e com o velho perguntador. Meneses não se aborreceu, pois se sentia com a vocação de engenharia e de engenheiro. Ali, porém, não tinha onde estudar. Convinha descer para o Rio de Janeiro, frequentar aulas teóricas e aperfeiçoar-se em oficinas adequadas. O dinheiro que tinha era pouco, mas o boticão sempre dava alguma coisa, e a renda tinha aumentado, graças à afluência de operários para acabamento da estradinha local. Demais, também receitava. Fazia alguma coisa: a questão era economizar. Assim fez e, durante um ano, poupou o dinheiro necessário para ir estabelecer-se no Rio e esperar uma colocação qualquer. O seu amigo farmacêutico não o quis dissuadir, mas disse-lhe: – Se você fosse mais moço, aconselharia até, porque se projetam grandes obras, no Rio; mas, já tendo passado dos cinquenta, é fazer o que parecer melhor a você. Em todo o caso, vou pedir ao Coronel Carvalho uma recomendação (Barreto, 2011, p. 87).

Meneses é outro personagem que vivencia a perda de requalificação profissional em decorrência do avanço da idade. Diferente de Marramaque, que era movido pela predileção pelos assuntos de natureza política, Meneses é um amante da ciência, dotado de espírito questionador e inclinações ao ofício de engenheiro. Durante os trinta anos em que percorreu diferentes estados, buscou profissionalizar-se em carreiras que exigiam a formação acadêmica que sua condição econômica não lhe permitiu. De volta ao Rio de Janeiro, instala-se no subúrbio e passa a morar com sua irmã e a exercer o ofício de “dentista”. Assim como Lima Barreto – amante do conhecimento –, viu suas aspirações de doutor se esvaírem com a idade e a falta de recursos, entregando-se à bebida:

É verdade que fizera uma pequena biblioteca de engenharia mecânica: As Grandes Invenções, de Luís Figuier; As Maravilhas da Ciência, de Tirrandier; manuais de toda a sorte de ofícios e recortes de jornais que tratavam de coisas científicas ou parecidas, colados em cadernos encadernados. Dessa biblioteca,

nunca se separou; e, conquanto já bebesse, com o tempo, os desgostos e a miséria atraíram-no mais para o álcool, e o furor de beber o tomou inteiramente. A toda hora, naquele casebre dos subúrbios, onde morava com a irmã e o palerma do sobrinho, ele esperava, adivinhava, construía uma catástrofe que lhe devia cair sobre os ombros; e essa visão de uma próxima catástrofe na sua vida entibiava-lhe o ânimo, descoroçoava-o e pedia-lhe para afastar - a bebida. Na rua, se só, era a mesma coisa. Só a tinha longe dos olhos, quando de súcia com outros. Contudo, apesar das duras necessidades que curtia, com a irmã e o filho desta, jamais ato algum de sua vida incidira na censura de sua consciência. O pouco dinheiro que os ferros lhe davam ou os amigos, era empregado no sustento deles, pois a casa era paga com a pensão de Etelvina, a irmã (Barreto, 2011, p. 89-90).

Ao analisar o consumo de álcool e a emergência de um mercado cervejeiro no Brasil no início do século XX, Zulemar Savian (2013) aborda a existência de uma multiplicidade de discursos sobre a masculinidade agregada ao consumo de álcool. Essas redefinições ancoradas na masculinidade ocorreram em concordância ao processo de urbanização associado ao controle do tempo e à monetização do trabalho. A imigração europeia e a formação de novas classes sociais após o fim da exploração escravagista contribuíram para o surgimento de diversificadas representações de masculinidade.

Contraditoriamente, à medida em que se expandiam o discurso médico e as políticas públicas de controle e prevenção ao consumo de álcool, em especial a aguardente – vinculada à noção de degeneração –, houve o fortalecimento da indústria cervejeira, que incentivou veementemente o consumo de bebida alcoólica por meio de propagandas, a fim de conquistar um determinado perfil consumidor distinto da parcela que estampava os manuais de combate ao alcoolismo, degeneração e decadência moral. Destarte, a autora concluiu que, sob influência das teorias eugenistas, a associação do consumo do álcool às doenças degenerativas foi fomentada pelo discurso médico e político às classes populares, enquanto a indústria cervejeira incentivava o consumo controlado de cerveja aos grupos pertencentes à classe média e à elite.

O consumo de álcool, mais precisamente a aguardente “Paraty”, faz-se presente em quase todas as passagens do romance, em que os homens compartilham tanto o espaço público – como o botequim do Fagundes – quanto o espaço privado das casas. A bebida é um componente fundamental à socialização das personagens masculinas em meio ao cotidiano da vida ambientada no subúrbio de Todos os Santos. A incisiva descrição das relações de lazer mediadas pelo consumo de álcool no decorrer do romance justifica-se como um comportamento corriqueiro na dinâmica socioespacial dos subúrbios,

por se tratar de uma bebida altamente difundida entre a população de renda mais baixa, a propaganda em torno da aguardente tornou-se negativa no início do século passado, justamente porque nesse período os ideais eugênicos de degeneração da raça e o gosto por produtos e modas que vinha da Europa influenciavam as classes mais abastadas das cidades em ascensão. Com a imigração a partir da década de 40 do século XIX houve uma variação nessa hegemonia e um desenvolvimento urbano no fabrico e consumo da cerveja nas principais cidades. É de se observar que num primeiro momento esse público consumidor era formado, em sua maioria, por uma classe média ascendente das cidades em expansão (Savian, 2013, p. 22).

Dentre as personagens que manifestam características e dilemas presentes na vida de Lima Barreto, Leonardo Flores é aquela que melhor condensa a noção de *alter ego* do autor (Barbosa, 2002; Cabral, 2015; Coutinho, 1969; Pereira, 1988; Schwarcz, 2017). Descrito como verdadeiro poeta, teve seu momento de celebridade e reconhecimento outrora no país inteiro. Assim como Barreto, o consumo excessivo de álcool e os dissabores íntimos agudizados pelo adoecimento psíquico de um familiar transformaram-no em um sujeito debilitado: “não era mais que uma triste ruína de homem, amnésico, semi-imbecilizado, a ponto de não poder seguir o fio da mais simples conversa” (Barreto, 2011, p. 65).

O alcoolismo, assim como o adoecimento psíquico, fortemente presentes no romance, podem ser percebidos, para além de dramas pessoais da vida de Barreto, como manifestações de um discurso amplamente amparado pela medicina higienista e eugenista na transição do século XIX para o início do século XX. Sobre esse aspecto, Costa (1984), Miskolci (2003) e Savian (2013) salientam que o combate aos sujeitos “desajustados” justificado como medida preventiva frente à desordem e à decadência moral das sociedades é uma manifestação de biopoder (Foucault, 1987), cujo cerne se estabelece no controle da subjetividade e da produtividade dos indivíduos em face às determinações de reprodutibilidade capitalista:

Aliado ao progresso da modernidade, às novas formas de trabalho urbano e à disciplinarização do trabalhador, a cidade revelou sérios problemas sociais vinculados ao consumo excessivo de álcool. Fez-se necessária a consolidação de um saber médico higienista, apoiado pelo discurso masculino hegemônico, pelas teorias eugênicas e pelo poder médico, como instituição voltada à assistência dos “enfermos da razão”, para vincular o alcoolismo à doença social e mental (Savian, 2013, p. 14).

O discurso em defesa da produtividade foi difundido pela eugenia face ao processo de controle reprodutivo e familiar dos indivíduos, visando à supressão hereditária de corpos degenerados que colocam em risco o projeto de desenvolvimento nacional. Miskolci (2023, p.

121) destaca que “o anormal é uma criação histórica levada a cabo pela sociedade burguesa. Ele não é um desvio de um hipotético tipo original nem uma aberração da natureza, antes a construção teórica e prática de uma sociedade fundamentada na normalização dos indivíduos”.

Leonardo Flores é visto pelos seus conterrâneos suburbanos como um desajustado. De início, caçoavam dele, porém, ao saber de sua reputação, acabavam por “cercá-lo de uma piedosa curiosidade”, como é observado no fragmento:

- Um homem desses acabar assim – que castigo! – dizia um.
- É ‘cosa’ feita! Foi inveja da “inteligência” dele! Dizia uma preta velha.
- Gentes da nossa “cô” não pode ter “inteligência”! Chega logo “os marvado” e lá vai reza e “fetiço”, “pá perdê” o homem – rematava a preta velha (Barreto, 2011, p. 65).

No trecho em destaque, mais uma vez, vemos o componente racial sendo reivindicado, ainda sob uma roupagem de credence popular, como um dos ingredientes que contribuíram para a invisibilidade e a não consagração literária de Leonardo Flores, tal qual se manifesta nos escritos de Barreto. Outro aspecto que ratifica o paralelismo entre Barreto e Flores é a vocação, quase que missionária, à literatura (Sevcenko, 1999):

Pois tu não sabes quem sou eu, quem é Leonardo Flores? Pois tu não sabes que a poesia para mim é a minha dor e é a minha alegria, é a minha própria vida? Pois tu não sabes que tenho sofrido tudo, dores, humilhações, vexames, para atingir o meu ideal? Pois tu não sabes que abandonei todas as honrarias da vida, não dei o conforto que minha mulher merecia, não eduquei convenientemente meus filhos, unicamente para não desviar dos meus propósitos artísticos? Nasci pobre, nasci mulato, tive uma instrução rudimentar, sozinho completei-a conforme pude; dia e noite lia e relia versos e autores; dia e noite procurava na rudeza aparente das coisas achar a ordem oculta que as ligava, o pensamento que as unia; o perfume à cor, o som aos anseios de mudez de minha alma; a luz à alegoria dos pássaros pela manhã; o crepúsculo ao ciclo melancólico das cigarras – tudo isto eu fiz com sacrifício de coisas mais proveitosas, não pensando em fortuna, em posição, em respeitabilidade. Humilharam-me, ridicularizaram-me, e eu, que sou homem de combate, tudo sofri resignadamente. Meu nome afinal soou, correu todo este Brasil ingrato e mesquinho; e eu fiquei cada vez mais pobre, a viver de uma aposentadoria miserável, com a cabeça cheia de imagens de ouro e a alma iluminada pela luz imaterial dos espaços celestes. O fulgor do meu ideal me cegou; a vida, quando não me fosse traduzida em poesia, aborrecia-me. Parei sempre no ideal; e se este me rebaixou aos olhos dos homens, por não compreender certos atos desarticulados da minha existência; entretanto, elevou-me aos meus próprios, perante a minha consciência, porque cumpri o meu dever, executei a minha missão: fui poeta! Para isto, fiz todo o sacrifício. A Arte só ama a quem a ama inteiramente, só e unicamente; e eu precisava amá-la, porque ela representava, não só a minha Redenção, mas toda a dos meus irmãos, na mesma dor. Louco?! Haverá cabeça cujo maquinismo impunemente possa resistir a tão inesperados embates, a tão fortes conflitos,

a colisões com o meio tão bruscas e imprevisas? Haverá? (Barreto, 2011, p. 96-97).

Assim como Lima Barreto, Leonardo Flores é um homem negro, refugiado no subúrbio que, a duras penas, esforçou-se para ter repertório cultural que lhe projetasse para a vida literária. Sem o reconhecimento artístico de que julgava ser merecedor, enxergava-se preterido em função de sua origem racial e de classe. Para Afrânio Coutinho (1969, p. 205), ao elaborar o personagem Leonardo Flores, “pôs muito de si mesmo, quando lhe resumiu o drama da vida nesta frase: ‘Nasci pobre, nasci mulato’”.

Em conformidade com o argumento de Coutinho, Lúcia Miguel Pereira aponta que Leonardo Flores demonstra

[..]semelhanças com o romancista que lhe conferiu feição trágica, que abrem perspectivas vertiginosas para a luta interior desse homem superiormente dotado, reconhecendo, entretanto, em si forças destruidoras. O estigma da cor prenderia menos Barreto a um destino desgraçado do que a embriaguez a que não se entregava – prova-o seu *Diário* – sem tremendos conflitos íntimos. Também ele poderia ser um dia como Leonardo Flores, “uma triste ruína de homem, amnésico, semi-imbecilizado (Pereira, 1988, p. 280).

A análise dos críticos literários de Afrânio Coutinho (1969) e Maria Lucia Pereira (1988) – ambos brancos –, acerca da produção literária de Lima Barreto, exprime a inabilidade da branquitude em compreender que a racialização do negro não é um elemento adjacente à sua identidade social, mas um marcador estruturante, constructo social que nos projeta e nos faz estar no mundo. O mesmo é observado na análise de Sérgio Buarque de Holanda (1978), ao afirmar que a obra barretiana “é em grande parte uma confissão de amarguras íntimas, de ressentimentos, de malogros pessoais”. Para Jurandir Costa (1984, p. 3), ao analisar os impactos do racismo na subjetividade das pessoas negras, salienta-se que “o Ideal de Ego do negro, em contraposição ao que ocorre regularmente com o branco, é forjado, desrespeitando aquilo que, em linguagem psicanalítica, denominamos regras das identificações normativas ou estruturantes”.

Decerto, não se pode decair no erro de cometer anacronismos e endereçar a essas análises reflexões para além do tempo histórico em que viveram seus autores. Contudo, assim como a crítica literária do período, a negritude de Lima Barreto – face a um autor que se reconhecia como tal em pleno despontar das teorias raciais que visavam ao branqueamento – é abordada por críticos literários da primeira metade do século XX como um certo “vitimismo”

ou um exagero frente a outros atenuantes como a pobreza e o alcoolismo. A atenuação do racismo como marca que em muito determina o trânsito de pessoas negras no Brasil é comumente acompanhada pelo discurso reparador de que, no Brasil, existe efetivamente um preconceito de classe, em detrimento do preconceito racial.

Acerca dessa relação imbricada entre classe e raça no Brasil, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães sublinha que

É importante chamar atenção para a legitimidade que adquiriram no Brasil o preconceito e a discriminação contra os pobres. Essa legitimidade se expressa na justificativa dada para os casos inegáveis e reconhecidos da discriminação contra pessoas negras. Nesse caso, costuma-se explicar tal discriminação como sendo uma discriminação de classe e não de cor (Guimarães, 2002, p. 66).

Se a condição de subordinação atribuída aos negros é dissimulada como componente de hierarquização social quando sinalizada como estruturante na sociedade brasileira, a mesma condição racializada serve de imperativo para classificar um comportamento destoante daquele esperado. Quando se é branco, ao ocorrer uma falha ou acometimento desviante de qualquer natureza, os deslizes são vistos simplesmente como erros. Porém, quando se é negro, a falha ou o erro são vistos como deslizes que só vêm ratificar um malefício que já fora determinado pela raça. Ou seja, o racismo opera dentro de uma lógica elástica em que sua legitimação é utilizada convenientemente conforme a ocasião, mas sempre a partir de uma lógica em que a branquitude segue invisibilizada.

O conceito de masculinidade vem sendo abordado no campo das ciências sociais, em especial na historiografia contemporânea, com o intuito de questionar a concepção de história tradicional pautada em uma perspectiva linear e progressiva do tempo. A compreensão da história à luz da categoria analítica de gênero contribui para compreendermos tais relações e suas dinâmicas de poder como construções sociais e não biologicamente determinadas (Scott, 1989).

A masculinidade como fenômeno social não pode ser entendida por si só. Sua manifestação incorre a partir da correspondência entre as estruturas e instituições sociais, corroboradas por uma ampla gama de marcadores sociais como raça, classe social, nacionalidade, geração e territorialidade. Deste modo, as masculinidades são configurações práticas das relações de gênero (Botton, 2007; Savian, 2013).

A socióloga australiana Raewyn Connell (1994 *apud* Costa, 1998) classifica a masculinidade Ocidental a partir de quatro classificações: a hegemônica, a subordinada, a cúmplice e a marginalizada:

A masculinidade hegemônica seria aquela ligada à legitimidade do patriarcado, que garante a dominação dos homens e a subordinação das mulheres. A masculinidade subordinada diz respeito à dominância e subordinação entre grupos de homens, como é o caso da dominação dos homens heterossexuais e a subordinação dos homens homossexuais. A masculinidade cúmplice se define pela conexão com o projeto de masculinidade hegemônica, mas sem a completa incorporação desse projeto. São masculinidades cúmplices porque percebem e desfrutam de algumas vantagens do patriarcado sem, no entanto, defenderem publicamente essa posição. Enfim, a masculinidade marginalizada se refere a relações entre as masculinidades e classes ou grupos étnicos dominantes e subordinados. É uma masculinidade que está marginalizada devido à condição subordinada de classe ou raça.

As personagens masculinas no romance *Clara dos Anjos*, no âmbito das relações de gênero, representam aquilo que Connell (1994 *apud* Costa, 1998) define como “masculinidade marginalizada”, que é composta por sujeitos pertencentes às classes populares, racializados, moradores das regiões periféricas e suburbanas. Deste modo, esses personagens destoam do padrão atribuído à noção de masculinidade hegemônica, constituído a partir de um discurso legitimado pela dominação, manifestada no espaço público pela condição de cidadania e, no espaço doméstico, pela condição de provedor.

Em síntese, afere-se que Marramaque, Meneses e Leonardo Flores dão corpo, respectivamente, a três inclinações intelectuais de Lima Barreto: a política, a ciência e a literatura, mas que se demonstram ser, assim como o romancista, impotentes frente à impossibilidade de serem reconhecidos pela produtividade atribuída à masculinidade na ordem capitalista. Ademais, a personalidade sensível das três personagens frente à condição de invisibilidade vivenciada pelas personagens do romance possibilita a admissão de novas narrativas capazes de refutar os discursos de manutenção acerca do reconhecimento da masculinidade hegemônica como o único papel possível conferido aos homens no contexto social analisado. Mais uma vez, a literatura de Lima Barreto cumpre sua função de denúncia ao atribuir humanidade à população excluída dos subúrbios.

4.4 O impacto da branquitude nos papéis sociais de mãe e esposa: análise das personagens femininas

*A gente pobre é difícil de se suportar mutuamente; por qualquer ninharia, encontrando ponto de honra, brigando, **especialmente as mulheres**. O estado de irritabilidade, provindo das constantes dificuldades por que passam, **a incapacidade de encontrar fora de seu habitual campo de visão motivo para explicar o seu mal-estar**, fazem-nas descarregar as suas queixas, em forma de desaforos velados, nas vizinhas com que antipatizam por lhes parecer mais felizes. Todas elas se têm na mais alta conta, provindas da mais alta prosápia; mas são pobríssimas e necessitadas. **Uma diferença accidental de cor é causa para que possa se julgar superior à vizinha**; o fato do marido desta ganhar mais do que o daquela é outro. Um "belchior" de mesquinharias açula-lhes a vaidade e alimenta-lhes o despeito. Em geral, essas brigas duram pouco. Lá vem uma moléstia num dos pequenos desta, e logo aquela a socorre com os seus vidros de homeopatia. Por esse intrincado labirinto de ruas e bibocas é que vive uma grande parte da população da cidade, a cuja existência o governo fecha os olhos, embora lhe cobre atrozes impostos, empregados em obras inúteis e suntuárias noutros pontos do Rio de Janeiro.*

(Clara dos Anjos, 2011, p. 81-82, grifos meus).

No decorrer da análise, constatamos que as personagens femininas do romance orbitam em torno de três papéis de gênero atribuídos tipicamente às mulheres das camadas populares no início do século XX: *mãe, esposas* – ou aspirantes à função – e o de *objetificação sexual*⁹⁷. Tais papéis ganham contornos distintos e são redimensionados a partir das oscilações presentes em torno da noção de raça. O elemento comum às personagens é o pertencimento ao subúrbio, mesmo que haja entre elas especificidades no tocante ao tratamento recebido e que lhes conferem distintas interpretações sobre sua condição socioeconômica. Cada uma, em diferentes níveis, pertence à classe trabalhadora e não exerce nenhuma atividade profissional, para além do espaço doméstico, que seja capaz de lhes permitir autonomia financeira, o que as torna mais

⁹⁷ No desenvolvimento da análise, ao levantarmos os aspectos que caracterizam as personagens femininas que se envolveram afetivamente com outros homens – mais precisamente Cassi Jones –, pensamos inicialmente em identificá-las como *amantes*. Porém, entendemos que essa atribuição seria mais adequada se houvesse um relacionamento que se estendesse no decorrer da trama. Contudo, o envolvimento da protagonista e Inês, empregada da casa da família Azevedo que surge no capítulo IX durante uma passagem de Cassi pelo centro da cidade, é estritamente sexual. Mesmo que haja diferentes interpretações dessas relações entre Cassi e as jovens mulheres negras, os encontros não passam de eventos forjados por Cassi para saciar o desejo em envolver-se sexualmente com Clara e Inês. Diante desses aspectos, optamos por determinar este papel de gênero à esfera da objetificação sexual, que será mais bem desenvolvida na seção seguinte.

propensas à vivência de experiências de subordinação e manutenção dos seus respectivos papéis sociais.

As personagens que desempenham as funções de mãe e esposa – Engrácia dos Anjos, Margarida Weber (viúva, mas ainda uma categorização atrelada ao casamento), Castorina (esposa de Leonardo Flores que lida com a invalidez e frustração do marido) e Salustiana Baeta – agem de forma distinta em relação à criação e aos cuidados estimados a seus filhos. A descrição das personagens pelo narrador se relaciona com a identificação racial que lhes é atribuída. Tomemos como exemplo a descrição de Engrácia, sua postura passiva e as interpretações possíveis sobre essas características a partir das impressões do narrador:

Qualquer acontecimento inesperado que lhe surgisse no lar, punha-a tonta e desvairada. Quando ainda tinham a velha preta Babá, que a criara na casa dos seus protetores e antigos senhores de sua avó, talvez um deles, pai dela, ficou Engrácia quase doida, ao ser a velha Babá acometida de um ataque súbito. Não sabia o que fazer. Foi preciso que Dona Margarida interviesse, mandasse chamar o médico, fizesse aviar a receita, tomasse, enfim, as providências que o caso exigia. A velha morreu daí a pouco, de embolia cerebral. Muito Engrácia sofreu com essa morte, pois, não tendo conhecido sua mãe, que lhe morrera aos sete anos, fora Babá que a criara. Os seus protetores tinham sido abastados; eram descendentes de um alferes de milícias, que tinha terras, para as bandas de São Gonçalo, em Cubandê. Pouco depois da Maioridade, com a morte do chefe da casa, filhos e filhas se transportaram para a Corte, procurando aqueles empregaram-se nas repartições do governo. Um dos irmãos já habitava a capital do Império e era cirurgião do Exército, tendo chegado a cirurgião-mor, gozando de grande fama. Para a cidade não trouxeram nenhum escravo. Venderam a maioria e os de estimação libertaram. Com eles, só vieram os libertos que eram como da família. Pelo tempo do nascimento de Engrácia, havia poucos deles e delas em casa. Só a Babá, sua mãe e um preto ainda estavam sob o teto patriarcal dos Teles de Carvalho. (Barreto, 2011, p. 60).

Ao descrever as origens familiares da progenitora de Clara, encontram-se traços biográficos de Lima Barreto. Assim como a mãe de Lima – Amália Augusta –, Engrácia teve, durante sua infância, a proteção de uma família abastada chefiada por um alferes de milícia. “Através da ficção, Lima Barreto como que procurava explicar o próprio caso, remontando às origens obscuras da família. E isso não acontece apenas em *Clara dos Anjos*” (Barbosa, 2002, p. 41). A origem indeterminada e a paternidade não reconhecida de Engrácia, assim como a de Lima, remontam a uma prática comum em relação à composição das famílias brasileiras desde sua formação colonial, como se pode aferir nas inúmeras passagens registradas no clássico *Casa*

Grande e Senzala, em que Gilberto Freyre aborda a influência do negro escravizado na composição da família patriarcal brasileira.

Em diálogo com Freyre (2004 [1933]), o antropólogo Kabenguele Munanga (2004, p. 86) atenta para o fato de que, no Brasil colonial, considerável parcela dos mestiços libertos eram, em sua maioria, filhos de senhores proprietários de terras. Este aspecto pode nos permitir supor que havia certa preocupação dos pais em relação aos seus filhos ilegítimos, mesmo que eles viessem a possuir um *status* social distintos dos filhos brancos. O autor ainda sublinha que o tratamento diferenciado dado aos mestiços deve ser visto, também, como um fator que contribuiu para o enfraquecimento dos laços de pertencimento e solidariedade em relação aos negros cativos com quem compartilhavam a mesma ancestralidade.

No clássico texto *Repensando a família patriarcal brasileira*, Mariza Correa (1981) destaca a importância de analisarmos com parcimônia a organização da família colonial no Brasil a partir da visão hegemônica de família patriarcal representada por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* e de Antônio Candido no ensaio *Brasílian Family*, publicado em 1972. Ambos os trabalhos fazem menção à “família patriarcal” como o tipo de instituição presente entre os séculos XVI e XIX. Neste modelo, há a prevalência de uma organização pautada na dominação masculina e na subordinação feminina que, em geral, uniam-se a partir de casamentos entre famílias de parentesco próximo com o intuito de preservar a herança e o poder econômico.

A autora atenta sobre os perigosos recorrentes à generalização desse modelo a partir de uma experiência circunscrita à economia canavieira predominante nos engenhos situados no Nordeste do país e que fora demasiadamente ampliada como referência para analisarmos a instituição familiar. Nesse sentido, a homogeneização de tal modelo familiar incorre em dois importantes aspectos a serem questionados. O primeiro sedimenta-se na manutenção de um modelo ideal e dominante que inviabiliza outras manifestações de organização familiar, sobretudo a importância de arranjos familiares alternativos instituídos por trabalhadores, indígenas e escravizados que fugiam às normas impostas ao modelo de organização familiar difundido pela Igreja e se servia à manutenção dos interesses da elite colonizadora.

O segundo consiste no trato dado às relações sexuais entre brancos e negras de forma “harmoniosa” como componente à fundamentação da miscigenação no país. As relações interracialis foram justificadas por Freyre como uma assertiva frente à escassez de mulheres brancas na colônia e a “natural inclinação” do homem português pelo ideal de mulher de pele

escura herdado da influência moura. A abordagem de Corrêa destaca a necessidade de observarmos a problemática que se insere ao retratarmos a miscigenação como experiência homogênea em todo o território e período de colonização.

Os acontecimentos que remontam à origem familiar de Lima Barreto, assim como a descrição da progênie de Engrácia, contribuem para o entendimento de que a prática de atribuir tratamento diferenciado aos filhos ilegítimos – como a garantia de boa educação se comparada à realidade da maioria da população –, mas sem reconhecer efetivamente o vínculo familiar, é um costume social que se conservou para além do período colonial e que silencia o direito efetivo à propriedade, bem como estigmatiza a condição social dos mestiços, mantendo-lhes sob a condição de “massa amorfa”, indevidamente analisada pela historiografia hegemônica (Corrêa, 1981, p. 11).

Engrácia é retratada como uma mulher de personalidade passiva e sem muita iniciativa para lidar com os problemas que surgem em seu cotidiano. Acatava sem nenhum tipo de intervenção as orientações deixadas pelo marido. O narrador não poupa esforços em descrevê-la como uma pessoa honesta, de bom caráter, mas despossuída de qualquer autonomia e proatividade para lidar com os problemas cotidianos e de atestar qualquer avaliação crítica sobre a realidade que lhe cerceava.

Quem conhecesse intimamente Engrácia havia de ficar espantado com a atitude decisiva que tomou em relação à visita de Cassi. O seu temperamento era completamente inerte, passivo. Muito boa, muito honesta, ativa no desempenho dos trabalhos domésticos; entretanto, era incapaz de tomar uma iniciativa em qualquer emergência. Entregava tudo ao marido, que, a bem dizer, era quem dirigia a casa. Rol de compras a fazer na venda do "Seu" Nascimento, diariamente, e também o de legumes e verduras, quem os organizava era o marido, especificando tudo por escrito e deixando o dinheiro para o quitandeiro, todas as manhãs, quando ia para o trabalho. De caminho, deixava a lista de gêneros no "Seu" Nascimento, onde pagava tudo por mês (Barreto, 2011, p. 60).

O comportamento passivo de Engrácia é fortemente sublinhado pelo narrador como um dos aspectos que contribuíram para o estado de alienação de Clara, tanto em relação ao seu *status* de mulher racializada como, também, em relação à ingenuidade da moça, que foi incapaz de perceber as reais intenções de Cassi ao seduzi-la. Em diversas passagens do romance, é mencionada a necessidade de intervenção de Dona Margarida para solucionar problemas de natureza doméstica, principalmente em relação à gravidez de Clara, quando a vizinha, de ascendência alemã, toma pra si a responsabilidade de procurar a família de Cassi:

Dona Margarida explicou que, antes de qualquer procedimento e mesmo de comunicar o fato a ‘Seu’ Joaquim, era conveniente entender-se com a família de Cassi. Ela, Dona Margarida, iria imediatamente à casa dele, acompanhada de Clara. Mãe e filha concordaram; e Clara vestiu-se (Barreto, 2011, p. 143).

Ao compararmos o trato dado às descrições de Engrácia e Dona Margarida em relação aos seus respectivos papéis de *mãe* e *esposa*, observa-se o destaque dado à origem racial de ambas – a primeira é tratada como irresponsável e negligente frente às necessidades da filha, o que se soma à sua inferioridade intelectual e menor discernimento sobre os fatos que a permeavam. Contrariamente, Dona Margarida é retratada como detentora de “temperamento de heroína doméstica”, conforme se confere nos trechos a seguir:

Engrácia recebeu boa instrução, para a sua condição e sexo; mas, logo que se casou — como em geral acontece com as nossas moças —, tratou de esquecer o que tinha estudado. O seu consórcio com Joaquim, ela o efetuara na idade de dezoito anos. Fosse a educação mimosa que recebera, fosse uma fatalidade de sua compleição individual, o certo é que, a não ser para os serviços domésticos, Engrácia evitava todo o esforço de qualquer natureza (Barreto, 2011, p. 61).

Destacava-se muito Dona Margarida Weber Pestana, pelo seu ar varonil, tendo sempre ao lado o filho único, de quatorze anos, fardado com uma fardeta de colegial. Tinha, essa senhora, um temperamento de heroína doméstica. Viera muito cedo para o Brasil, com o pai, que era alemão; ela, porém, havia nascido em Riga, russa portanto, como sua mãe o era. Antes dos dezesseis anos, ficara órfã de mãe. Seu pai emigrara para o Brasil, contratado a trabalhar no acabamento das obras da Candelária. Era estucador, marmorista, um pouco escultor; enfim, um operário fino, para essas obras especiais de revestimento e decoração interna de edifícios suntuosos. Bem cedo, mostrou ela inclinação por um tipógrafo que comia na "pensão" que havia montado, na rua da Alfândega, e dirigia ativamente. Casaram-se, e ele morreu dois anos depois, após o casamento, de tuberculose pulmonar, deixando-lhe o filho, o Ezequiel, que não a largava. Ano e meio depois, morreu-lhe o pai, de febre amarela. Continuou com a "pensão"; mas bem cedo vendeu-a e comprou uma casota nos subúrbios, aquela em que morava, quase junto de Joaquim. Costurava para fora, bordava, criava galinhas, patos e perus, e mantinha-se serenamente honesta (Barreto, 2011, p. 51).

A identidade branca é orientada a partir da premissa de que a branquitude não seria uma identidade demarcada. Ao pensarmos a branquitude em sua dimensão simbólica, o sujeito branco é visto como sem raça ou etnia. A esse aspecto, Cardoso (2008, p. 611) atenta que a branquitude é resguardada “numa pretensa ideia de invisibilidade” em que o branco – tanto em sua esfera individual como coletiva – é concebido como normativo, passando a ser reconhecido como “ideal” (Frankenberg, 1999 *apud* Cardoso, 2008). Nesse sentido, a postura de Dona

Margarida diante dos papéis de mãe e dona de casa é vista como basilar, servindo de critério comparativo à forma como Engrácia e Salustiana lidam, sob perspectiva diferente, com os papéis atribuídos às mulheres no âmbito doméstico.

Uma personagem secundária na trama, mas que em muito sublinha o papel atribuído tipicamente às mulheres, é Castorina, esposa de Leonardo Flores. Também mulata, Castorina é a expressividade da “economia do cuidado”, termo que vem ganhando destaque nas discussões sobre gênero ao retratar a sobrecarga de trabalho não remunerado exercido por mulheres que lidam com as tarefas de manutenção doméstica e dos cuidados com os filhos, idosos e enfermos. A invisibilidade do trabalho de cuidar é em muito justificada pela visão tradicional de trabalho restrita à produção de mercadorias.

Diante desse aspecto, Luana Pinheiro (2023) destaca que os estudos feministas deram uma importante contribuição na ampliação em torno do debate sobre a invisibilidade do trabalho feminino, incorporando à noção de trabalho todas as atividades não remuneradas que contribuem para a reprodução da vida. Sobre esse aspecto,

não é apenas o trabalho realizado no mercado de trabalho que produz algo, mas todo o trabalho realizado no espaço doméstico de forma não remunerada, para garantir a reprodução da vida, é também produtor, ofertando à sociedade não apenas serviços, mas também bens e produtos. Assim, a partir dessa perspectiva teórica, todo o trabalho de lavar, cozinhar, limpar, cuidar das pessoas – em especial daquelas em situação de dependência – e gerenciar o lar passam a ser nominados a partir de expressões como “trabalho de cuidados”, “trabalho doméstico e de cuidados não remunerado”, “trabalho não pago”, “trabalho reprodutivo”, entre outras. Nesse sentido, passam a fazer parte do mundo econômico não apenas os trabalhos transacionados no mercado em troca de uma renda monetária, mas também aqueles realizados sem a intermediação mercantil. A esse novo campo, dá-se o nome de “economia dos cuidados”. Esse giro analítico se baseia na defesa e na compreensão de que o trabalho de cuidado não remunerado não apenas integra o sistema econômico, mas também é essencial para a sua própria existência (Pinheiro, 2023, p. 439-440).

As reflexões acerca da invisibilidade do trabalho feminino suscitam o pertinente questionamento: quem cuida de quem cuida? Essa indagação é pertinente na medida em que demonstra a ausência de políticas públicas cujo enfoque seja assegurar o sustento e a saúde mental de mulheres que se privam de trabalhos remunerados ou reduzem suas jornadas para conseguirem suprir a sobrecarga de trabalho doméstico agudizada pela jornada integral que se manifesta nos cuidados dos enfermos e pessoas cuja autonomia é cerceada por diferentes fatores como envelhecimento, deficiências e problemas de ordem psíquica. Dona Castorina em muito

expressa a questão da invisibilidade da economia do cuidado que, diante das imposições atribuídas ao gênero feminino, torna-se uma rotina naturalizada de silenciamento frente à condição de exploração travestida de “cuidado” e “afeto”, conforme é observado no trecho a seguir:

Em lá chegando, foi recebido pela mulher, Dona Castorina, que o fez entrar. Estava avelhantada, gasta, já não pela idade, que não podia ser ainda de cinquenta anos, mas pelos trabalhos por que tinha passado com o marido, mais do que com os próprios filhos. Nunca se lhe ouvia um queixume, nunca articulou uma acusação contra Flores. Sofria todos os desmandos do marido com resignação e longanimidade. Esse seu gênio, esse seu temperamento de doçura e perdão em face da exaltação, da exacerbação, até quase delírio, do marido, fizera que este produzisse o que produziu. Não fora ela, aquela pequena mulata, magra, de olhos negros e tristes, rindo-se sempre com uma profunda expressão de melancolia; não fora aquela humilde mulatinha, que estava ali defronte de Meneses, talvez Flores não fizesse nada. Este sabia disso e a amava, apesar de tudo o que pudesse depor contra eles, e ela tinha, no fundo d'alma, apesar dos desregramentos do seu marido, um grande orgulho de sua Glória (Barreto, 2011, p. 93-94).

No renomado estudo etnográfico realizado por Claudia Fonseca (2000, p. 31)⁹⁸ sobre as relações de gênero e a violência em um bairro da periferia de Porte Alegre, a autora destaca não haver noção particular de honra atribuída às mulheres solteiras. Enquanto a identidade social da masculinidade é construída em relações sociais tecidas no espaço público, a das mulheres orbita, quase que exclusivamente, em torno das tarefas domésticas que lhe foram atribuídas na divisão do trabalho: “ela deve ser uma mãe devota e uma dona de casa eficiente”. É possível concordar, em partes, com a afirmação de Fonseca se tomarmos como exemplo a trama ambientada em *Clara dos Anjos*. A noção de honra atribuída às mulheres solteiras está diretamente relacionada à virgindade. Neste sentido, nota-se que a gravidez de Clara é interpretada como um “mau passo”, haja vista que a gestação não ocorre em união consumada pelo casamento.

As descrições do narrador acerca da conduta de Engrácia e Margarida como mães são apresentadas em oposição. Margarida é a representação da mulher que se manteve honesta, ou seja, casta, após o falecimento de seu marido. No decorrer da trama, não se envolve com nenhum homem⁹⁹ e se dedica integralmente à educação e à vigilância do filho, Ezequiel.

⁹⁸ FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

⁹⁹ No romance, a única menção à honra de Dona Margarida Weber em caráter de insinuação masculina é feita em uma passagem em que o narrador descreve a tentativa de Ataliba Timbó, amigo de Cassi Jones, em cortejá-la: “O Senhor Ataliba do Timbó deu em certa ocasião em persegui-la com ditinhos de amor chulo. Certo dia, ela não teve dúvidas: meteu-lhe o guarda-chuva com vigor. À noite, no intuito de defender as suas galinhas da sanha dos

Ademais, diferentemente de Engrácia – que demonstra ter pouca iniciativa para a resolução dos percalços cotidianos –, a viúva administra o sustento material de família e empreende diversas atividades tipicamente relacionadas às prendas femininas. Já Engrácia, alheia ao envolvimento entre Clara e Cassi, manifesta-se omissa e incompetente em face da tarefa de vigilância e orientações da filha frente aos perigos do mundo.

Para Lélia González (1984, p. 225), as qualidades atribuídas à população negra – “irresponsabilidade, incapacidade intelectual, ciancice” – contribuem para a naturalização do racismo. Ao elaboramos narrativas em que os atributos negros se manifestam de forma naturalizada, corroboramos com a assertiva de que a condição de subalternidade se deve aos condicionantes de determinação racial. Observa-se, desta maneira, uma atribuição simbólica às hierarquias de gênero entre mulheres, que em muito foi reforçada pelo discurso racista em voga no contexto de elaboração do romance.

No estudo realizado por Nayla Franklin (2016, p. 651) sobre a abordagem criminalista de Nina Rodrigues em *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894) e *Os africanos no Brasil* (1890-1905), a autora discute a perspectiva do médico eugenista sobre as especificidades raciais atribuídas às mulheres e sua propensão à conduta marginal, tipicamente atribuídas às negras:

o ‘problema da negra’ no Brasil e sua ligação com a raça, conjuntamente com o gênero, adquire a maior evidência nos contos populares, cuja permanência, segundo Nina Rodrigues, confirma a poderosa influência exercida pelos negros na formação da nossa psicologia popular, possuindo caráter intrinsecamente negativo.

Salustiana, mãe do antagonista Cassi, é a personagem que condensa muitas críticas que Lima Barreto endereçava à sociedade brasileira em relação ao racismo. Primeiramente, vê-se a predileção ao filho homem em comparação às filhas, Catarina e Irene. Desde tenra idade, Cassi tem seus pequenos delitos negligenciados pela mãe, o que corroborou para a construção de um caráter oblíquo, cuja única desaprovação era manifestada por seu pai:

a doçura para com ele, por parte de sua mãe, e os prejuízos dela impediram-na que o corrigisse convenientemente, assiduamente, no tempo próprio. Não ia ao colégio; fazia "gazeta", correndo pelas matas das cercanias da residência dos pais, então em Itapiru, com outros garotos. O que faziam, pode-se bem adivinhar; mas a mãe fingia não perceber, passava a mão pela cabeça do filho querido, nada dizia ao pai, que quase mourejava durante as vinte e quatro

ladrões, de quando em quando, abria um postigo, que abria na janela da cozinha, e fazia fogo de revólver. Era respeitada pela sua coragem, pela sua bondade e pelo rigor de sua viuvez” (Barreto, 2011, p. 51).

horas do dia. Cresceu assim, sem nenhuma força moral que o comprimisse; e o pai seria a única (Barreto, 2011, p. 39-40).

A crítica à permissividade dos pais em relação à criação dos seus filhos é feita, também, por Machado de Assis em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, publicado em 1881. No capítulo IX, intitulado “O menino é pai do homem”¹⁰⁰, acompanha-se, junto ao narrador, o defunto Brás Cubas e as reminiscências de sua infância, período em que recebera a alcunha de “menino diabo”. No capítulo em questão, Brás Cubas narra diversas situações que demonstrou, ainda em tenra idade, comportamentos perversos, em especial, com os criados escravizados. O pai, que o amava, fazia advertências frente ao caráter do filho apenas para atender às convenções sociais, conforme é identificado na passagem a seguir:

Sim, meu pai adorava-me. Minha mãe era uma senhora fraca, de pouco cérebro e muito coração, assaz crédula, sinceramente piedosa – caseira, apesar de bonita, e modesta, apesar de abastada; temente às trovoadas e ao marido. O marido era na terra o seu deus. Da colaboração dessas duas criaturas nasceu a minha educação, que, se tinha alguma cousa boa, era no geral viciosa, incompleta e, em partes, negativa. Meu tio cônego fazia às vezes alguns reparos ao irmão; dizia-lhe que ele me dava mais liberdade do que ensino, e mais afeição do que emenda; mas meu pai respondia que aplicava na minha educação um sistema inteiramente superior ao sempre usado; e por este modo, sem confundir o irmão, iludia-se a si próprio (Assis, 2018 [1881], p. 48-49).

Salustiana é a personificação daquilo que Guerreiro Ramos (1981) categoriza como “patologia social do branco brasileiro”, que consiste em negar traços de ancestralidade negra e distanciar-se dos elementos culturais oriundos da negritude. Nesse sentido, no plano coletivo, a população brasileira invisibiliza e desqualifica a contribuição da negritude na formação da identidade nacional. Para o autor, a negação da negritude é patológica, uma vez que a maioria da população possui ascendência negra ou miscigenada. Como forma de lidar com essa relação contraditória, os indivíduos buscam estratégias de redenção a partir da valorização e da aproximação simbólica de elementos que são atribuídos à branquitude.

A reivindicação da ancestralidade europeia, sobretudo inglesa – que era a maior potência econômica do capitalismo industrial no início do século XX (Hobsbawn, 2012) –, era uma estratégia utilizada por Salustiana em vista de obter tratamento diferenciado entre seus vizinhos suburbanos. Para legitimar sua distinção em relação aos vizinhos “nas suas crises de vaidade, dizia-se descendente de um fantástico Lord Jones, que fora cônsul da Inglaterra, em Santa

¹⁰⁰ A frase "O menino é pai do homem" é uma citação inspirada em um poema de William Wordsworth, poeta inglês do século XIX. Essa expressão ficou conhecida por ter sido utilizada por Machado de Assis em sua obra "Memórias Póstumas de Brás Cubas".

Catarina” (Barreto, 2011, p. 83). Segundo Schucman (2012, p. 83), a branquitude está, em primeira instância, relacionada à origem étnica europeia e ao eurocentrismo. Neste sentido, no interior da branquitude, há hierarquias que se estruturam em relação ao grau de proximidade ancestral com europeus; sendo demarcadas a partir de elementos como sobrenome e características físicas, que são socialmente reconhecidas como símbolos distintivos da branquitude.

Ainda sobre os resultados de sua pesquisa que investigava a construção de hierarquias de branquitude entre paulistas, Lia Schucman (2012, p. 84) constatou que:

Alguns mestiços brancos só são considerados brancos quando o que está em jogo é a oposição aos negros. No entanto, no interior do grupo dos brancos há características da mestiçagem que hierarquizam, por assim dizer, esta brancura. No subgrupo que alega ter origem europeia, há uma distinção entre “o branco brasileiro” e o “branco original”.

A verificação empírica da existência de hierarquias no interior do constructo simbólico da branquitude por Schucman, similarmente, pode ser identificada na forma perspicaz com que Lima Barreto diferencia a branquitude atribuída à dona Margarida e àquela reivindicada por Salustiana. Dona Margarida Weber era genuinamente europeia – “viera muito cedo para o Brasil, com o pai, que era alemão; ela, porém, havia nascido em Riga, russa portanto, como sua mãe o era” (Barreto, 2011, p. 84) –, em outras palavras, era “branca original”, e esse aspecto faz com que suas qualidades sejam inerentes à sua origem. Em contrapartida, Salustiana, como “branca brasileira”, não possuía o reconhecimento instantâneo de sua suposta superioridade; era necessário reafirmar, a todo instante, sua “origem fidalga”.

Sobre as hierarquias que envolvem a branquitude, ao analisar a relação entre a teoria do branqueamento e sua relação com as políticas de fomento à imigração pelo Estado brasileiro, Giralda Seyferth (1996 p. 52) aponta que, embora o termo raça não tenha compromisso com as categorias delineadas pela ciência, Lacerda, enquanto antropólogo físico, estabelece denominações genéricas a partir de categorizações como “raça negra”, “tipo nacional”, “raça latina”, “tipo latino”, “tipos mestiços”, entre outros. Deste modo, os termos “raça e tipo” são utilizados deliberadamente para “classificar e hierarquizar a população brasileira por meio de critérios de superioridade e inferioridade”, cujos critérios são ancorados por determinação fenotípica. A cor da pele é preminentemente o que define as categorias raciais que, mesmo imprecisamente empregadas, estabelecem, por sua vez, processos de hierarquização sociais pautados em noções de civilidade e moralidade.

Como forma de demonstrar a relação estabelecida pela literatura de cunho racista, Seyferth sublinha o uso de expressões como “mestiçamento moral”, empregadas por Silvío Romero (1953) em *História da literatura brasileira*, para designar a influência africana “inoculada” na índole do brasileiro e seus efeitos negativos, que também são apontadas por Lacerda (1911 *apud* Seyferth, 1996), em defesa do branqueamento, ao afirmar que os “vícios negros” degeneram o caráter do mestiço. Estes aspectos fazem com que a autora conclua:

Qualquer que seja a imagem construída de cada tipo ou raça, e apesar da crença nos bons resultados do processo de branqueamento pela miscigenação, há uma divisão bipartida onde, de um lado, estão os brancos (assimiláveis ou não) e do outro todos os diversos graus de "inferiores" – pois mesmo a concepção de "mestiço superior" implica distanciamento seletivo por contraste com o civilizado pleno – o branco (Seyferth, 1996, p. 52).

Assim como apontado por Seyferth – em diálogo com Silvío Romero e João Batista de Lacerda –, tem-se em Dona Margarida Weber a interpretação implícita de que a retidão de seu caráter, honra e fibra são atributos indissociáveis à sua ancestralidade e origem europeia. São esses aspectos que a posicionam em um patamar diferente das demais personagens femininas do romance em relação às suas obrigações com o cuidado com a casa e a formação moral dos filhos.

Manifestada em Dona Margarida, a branquitude original atribuída à “europeização” é um desejo da elite que foi internalizado pelas camadas populares e evidencia, segundo Cida Bento (2014, p. 52), que não apenas os negros foram expostos ao constructo ideológico de inferiorização e desconforto sobre sua condição racializada. Para a autora, “o próprio branco brasileiro desejava perder-se no Outro, o europeu ou norte-americano”. Diante desse aspecto, frente à herança histórica da escravidão em articulação ao discurso da branquitude como redenção ao atraso nacional, tem-se um problema de inviabilização da identidade negra, mas também um problema de nacionalidade (Ortiz, 2006).

Outro aspecto levantado por Bento é o fato de que o período em que a teoria do branqueamento foi disseminada coincide com o período de industrialização no Brasil:

Nesse período, a população do país é majoritariamente negra e está liberta, constituindo-se numa poderosa reserva de força de trabalho que deve ter gerado o medo, não só pelo diferente, mas o medo do diferente que poderia monopolizar os postos de trabalho. Então esse diferente ameaçador ou foi tratado como um ser despreparado para integrar a sociedade de classes ou como um trãnsfuga que manipulava sua condição racial para poder ascender (Bento, 2014, p. 52).

Portanto, a branquitude cumpriu, ao mesmo tempo, uma dupla função ideológica. Em primeiro lugar, serviu para fomentar o discurso de comprometimento entre a elite e os intelectuais em livrar o país do atraso nacional sublinhado pela presença negra. Por conseguinte, estimulou o estabelecimento de hierarquias internas entre a classe trabalhadora, revelando a este grupo social branco a noção de meritocracia como a premissa que garantiria ascensão social em contraposição aos negros. Percebemos implicitamente a defesa de que o escravismo, assim como suas consequências, é um problema do negro, uma vez que sua condição indolente é factual em explicar sua subordinação em relação aos brancos.

A forma como Salustiana protege Cassi e justifica suas atividades tortuosas pode ser associado àquilo que Bourdieu (2011) caracteriza como “violência simbólica” e é fundamental para a manutenção das hierarquias de poder fundamentadas na diferenciação entre os gêneros. Se o gênero é constructo gestado e reproduzido socialmente a partir das disposições determinadas pela estrutura social, as mulheres, mesmo que de forma não intencional, contribuem para a manutenção das disparidades ancoradas na dominação masculina. “A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la” (Bourdieu, 2011, p. 47).

Entretanto, é fundamental atentarmos para não cairmos na armadilha que reside nessa concepção conceitual, que pode, erroneamente, atribuir às mulheres a culpabilização por sua posição subalterna em relação aos homens.

Lembrar os traços que a dominação imprime perduravelmente nos corpos e os efeitos que ela exerce através deles não significa dar armas a essa maneira, particularmente viciosa, de retificar a dominação que consiste em atribuir às mulheres a responsabilização de sua própria opressão, sugerindo, como já se fez algumas vezes, que elas *escolhem* adotar práticas submissas (“as mulheres são seus piores inimigos”) ou mesmo que elas gostam dessa dominação, que elas “se deleitam” com os tratamentos que lhes são infligidos, devido a uma espécie de masoquismo constitutivo de sua natureza (Bourdieu, 2011, p. 52).

A relação entre mãe e filho exprime a complexidade com que marcadores sociais são dispostos de forma escamoteada na trama. Aos olhos da mãe, Salustiana, o filho adquire *status* e privilégios que o colocam em posição de superioridade. Mesmo não tendo formação educacional e profissional, para a mãe, Cassi não deve ser tratado de forma rebaixada, como um mero trabalhador: “– Meu filho aprender um ofício, ser operário! Qual! Ele é sobrinho de

um doutor e neto de um homem que prestou muitos serviços ao país” (Barreto, 2011, p. 40). Assim como não deve ser responsabilizado por seu ato de seduzir mulheres de condição social e racial inferior à sua, “Você quer que seu filho vá para a cadeia? Porque casar com essas biraias, ele não casa. Eu não quero” (Barreto, 2011, p. 29).

Diante desses aspectos, pode-se caracterizar as atitudes de Salustiana como uma manifestação daquilo que Cida Beto (2022) caracteriza como “pacto narcísico da branquitude”, que consiste em um trato não verbalizado entre pessoas brancas que visam manter seus privilégios estabelecidos a partir da demarcação de uma fronteira entre “nós” – brancos e superiores – em contraposição ao “outro”, manifestada no indivíduo racializado, cuja identificação dos brancos se dá a partir de uma alteridade fundamentada na negatividade. Sendo assim, cabe ao grupo branco estabelecer estratégias, sejam simbólicas ou materiais, de distinguir-se do grupo não branco, o que reafirma sua suposta posição de superioridade. Compreende-se, deste modo, que o pacto narcísico da branquitude também se manifesta na relação entre Cassi e Clara, conforme será abordado na seção seguinte.

4.5 A branquitude desvelada entre Clara e Cassi: a ela a culpa, a ele a desculpa

Nesta seção, abordaremos como a relação entre Clara dos Anjos e Cassi Jones é pautada em uma perspectiva balizada pela pretensa inferioridade racial e de gênero de Clara, demonstrando, desde o início, uma relação construída de forma assimétrica. Sendo assim, o envolvimento entre Clara e Cassi não pode ser caracterizado efetivamente como um romance. Mesmo que o afeto de Clara seja sincero, sua condição alienada não lhe permite avaliar as reais intenções do antagonista. Para tanto, é necessário apresentar, de forma mais detalhada, as características físicas e psicológicas atribuídas a ambos:

A única filha do carteiro, Clara, fora criada com o recato e os mimos que, na sua condição, talvez lhe fossem prejudiciais. Puxava a ambos os pais. O carteiro era pardo-claro, mas com cabelo ruim, como se diz; a mulher, porém, apesar de mais escura, tinha o cabelo liso. Na tez, a filha tirava ao pai; e no cabelo, à mãe. Joaquim era alto, bem alto, acima da média, ombros quadrados e rija musculatura; a mãe, não sendo muito baixa, escapava à média da altura de nossas mulheres em geral. Tinha ela uma fisionomia medida, de traços breves, mas regular; o que não acontecia com o marido, que era possuidor de um grosso nariz, quase chato, e malares salientes. A filha, a Clara, havia ficado em tudo entre os dois; média deles, dos seus pais, era bem exatamente a filha de ambos (Barreto, 2011, p. 49).

Primeiramente, é possível aferir certa ironia do autor no nome atribuído à protagonista do romance – *Clara dos Anjos*. Lima Barreto evidencia uma contradição semântica entre o nome atribuído à protagonista e as determinações que dão escopo à personagem. De acordo com Furtado (2003), *Clara* não tem nada de “clara”, no sentido atribuído à cor da sua pele. Assim como o sobrenome *dos Anjos* remete à ideia de pureza e inocência.

Todavia, o jogo de palavras desenvolvido por Barreto nos traz pistas em relação à crítica que o romance endereça: Clara, destacadamente alienada (Gileno, 2001), não consegue dimensionar efetivamente o *status* que lhe é conferido a partir de sua condição de mulher pobre e negra. Somente no final do romance – ao ir à casa de Cassi exigir que o rapaz reparasse “o mau feito” – é que a jovem descobre que é negra. Porém, percebe-se que essa constatação não surge organicamente a partir de um exame de consciência e reflexão sobre sua condição. Clara não era capaz de fazer qualquer tipo de avaliação sobre si mesma:

Clara era uma natureza amorfa, pastosa, que precisava mãos fortes que a modelassem e fixassem. Seus pais não seriam capazes disso. A mãe não tinha caráter, no bom sentido, para o fazer; limitava-se a vigiá-la caninamente; e o pai, devido aos seus afazeres, passava a maioria do tempo longe dela. E ela vivia toda entregue a um sonho lânguido de modinhas e descantes, entoadas por sestrosos cantores, como o tal Cassi e outros exploradores da morbidez do violão. O mundo se lhe representava como povoado de suas dúvidas, de queixumes de viola, a suspirar amor. Na sua cabeça, não entrava que a nossa vida tem muito de sério, de responsabilidade, qualquer que seja a nossa condição e o nosso sexo. Cada um de nós, por mais humilde que seja, tem que meditar, durante a sua vida, sobre o angustioso mistério da Morte, para poder responder cabalmente, se o tivermos que o fazer, sobre o emprego que demos a nossa existência. Não havia, em Clara, a representação, já não exata, mas aproximada, de sua individualidade social; e, concomitantemente, nenhum desejo de elevar-se, de reagir contra essa representação. A filha do carteiro, sem ser leviana, era, entretanto, de um poder reduzido de pensar, que não lhe permitia meditar um instante sobre o destino, observar os fatos e tirar ilações e conclusões (Barreto, 2011, p. 100).

Simultaneamente, o sobrenome dos Anjos, cuja representação simbólica está ancorada na noção de pureza e inocência, perde-se a partir do envolvimento de Cassi. É notório observarmos que às mulheres são atribuídos valorização e respeito a partir da preservação da virgindade, que é compreendida – sob a lógica do patriarcado – como uma certificação de pureza. Ao serem subjugadas à corporificação e à objetificação sexual, a virgindade exerce a função de distinguir as mulheres em dois grupos: um grupo formado por aquelas que servem para o casamento e para a constituição de família; e outro grupo formado por aquelas que, destituídas da marca da pureza, servem apenas ao prazer masculino. Sobre o papel atribuído à mulher na economia de bens simbólicos, Bourdieu (2011, p. 55) revela que

O princípio da inferioridade e da exclusão da mulher não é mais que a dissimetria fundamental, a do *sujeito e do objeto, do agente e do instrumento*, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial, que estão na base de toda a ordem social: as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se constitui fora delas e cuja função contribuir para a perpetuação ou aumento do capital simbólico em poder dos homens. [...] É na lógica econômica de trocas simbólicas – e, mais precisamente, na construção social das relações de parentesco e do casamento, em que se determina às mulheres seu estatuto social de objeto de troca, definidos segundo os interesses masculinos, e destinados assim a contribuir para a reprodução simbólico dos homens (Bourdieu, 2011, p. 55-56).

Eram casados há quase vinte anos, e esta Clara, sua filha, sendo o segundo filho do casal, orçava pelos seus dezessete anos. Era tratada pelos pais com muito desvelo, recato e carinho; e, a não ser com a mãe ou pai, só saía com Dona Margarida, uma viúva muito séria, que morava nas vizinhanças e ensinava a Clara bordados e costuras (Barreto, 2011, p. 23).

A assertiva de Bourdieu analisa como as relações simbólicas conferidas ao casamento podem ser associadas à forma como Clara foi criada em uma redoma de proteção, tanto pela áurea de ingenuidade, também atribuída a seus pais, assim como a uma reafirmação dos papéis sociais atribuídos às mulheres, em especial os de mãe e esposa. Nota-se que Joaquim dos Anjos, mesmo não gostando de Cassi, não hesita em aprovar o enlace com sua filha, caso estas fossem as reais intenções do violeiro: “[...] Mas, se ele quisesse casar com a filha, apesar de todos os seus maus precedentes, não se oporia” (Barreto, 2011, p. 111). A força de legitimação dada às mulheres pelo casamento é algo tão forte na cultura patriarcal que, mesmo Cassi sendo um sujeito mau-caráter e sem trabalho, ainda assim Joaquim dos Anjos o aceitaria.

No contexto de elaboração do romance, as normas eugênicas foram taxativas em atribuir à instituição familiar a incumbência de contribuir para a formação de uma nação sadia e reformada, em que as mulheres se tornam aliadas do saber médico. Couto (1994) e Del Priore (1990) apontam que o discurso médico não criou um novo modelo familiar, uma vez que a valorização das figuras de “mãe” e “esposa” foi difundida pela Igreja Católica desde o período colonial. O que mudou, segundo as autoras, é que, no início do século XX, a medicina trouxe uma roupagem científica a um discurso impregnado no campo moral.

As relações hierárquicas entre os sexos são estratégias de poder que, legitimadas sob discursos – perpassando desde a perspectiva política até a cultural –, forjam o encobrimento de desigualdades, naturalizando-as. A cristalização dessas práticas produz consensos de que aquilo que foi gestado no âmbito cultural é efetivamente natural e, sendo assim, são previamente

determinados. Para Pires (2003, p. 207), “os paradigmas culturais de gênero, tanto quanto outros referenciais de diferenças – como raça e classe – estruturam toda a vida dos indivíduos, sejam mulheres ou homens, determinando seus discursos e suas condutas”.

De acordo com Cabral (2015) e Campos (2007), as personagens femininas no campo literário reforçam, em muito, o atributo de submissão feminina, estratificada socialmente devido ao seu gênero. O discurso ancorado na dinâmica de submissão, naturalizado ao ser associado à raça, ganha contornos ainda mais potentes, pois à raça também é atribuída uma perspectiva naturalizada em que a corporificação e a sexualização ficam ainda mais evidentes:

[...] Estereótipos literários como os da donzela casadoura branca, da mulata sensual e ferosa, da negra abnegada, submissa, máquina de trabalhar, corresponderam, respectivamente, à procriação, à questão patrimonial, familiar e sucessória e à exploração da mão de obra, numa sociedade patriarcal, sexista e racista e na qual a literatura frequentemente reforçou os lugares sociais assinalados ao gênero feminino e às chamadas raças (Campos, 2007, p. 2).

Os estereótipos atribuídos às mulheres negras podem ser verificados em muitos exemplares da literatura nacional. Em *O Cortiço*, Aluísio Azevedo, fortemente influenciado pelo discurso cientificista, engendra, na construção das personagens *Bertoleza* e *Rita Baiana*, caracterizações tipicamente atribuídas às mulheres negras na virada do século XIX ao século XX, mas que muitas vezes se manifestam hodiernamente na sociedade brasileira.

Em artigo debruçado a analisar a autoimolação de Bertoleza, Gonçalves (2019) destaca a importância de caracterizá-la como uma mulher negra em detrimento da atribuição “cafuzza” atribuída pelo autor. Bertoleza é representada como uma mulher que trabalha de sol a sol e vive em prol do amor altruísta que nutria por João Romão, a quem ajuda a enriquecer. Após anos de união, Bertoleza é abandonada e tomada pela prerrogativa de “viver de pé para não morrer de joelhos”, quando comete autoimolação. Apesar de ter uma função importante em relação à ascensão social de João Romão, Aluísio Azevedo não se preocupa em perscrutar sentimentos ou dar-lhe maiores contornos na trama. Bertoleza é reduzida, sub sua raça e gênero, à alcunha de corpo máquina.

Já Rita Baiana é a personificação da mulher negra de “natureza sedutora”, que se envolve com João Ramalho, imigrante português honesto que, após a incursão no cortiço e o envolvimento com a negra, vai adquirindo hábitos animalizados que o destituem, progressivamente, de sua humanidade. Em *O Cortiço*, tem-se uma das maiores expressividades, no campo literário, da influência das correntes racistas na interpretação das dinâmicas

cotidianas do Brasil do século XIX. Ainda sobre a personificação da mulata na literatura brasileira, Eduardo de Assis Duarte corrobora o argumento da “estereotipação” da mulher negra ao aferir que as personagens femininas oriundas da diáspora africana no Brasil:

Tem lugar garantido, em especial, no que toca à representação estereotipada que une sensualidade e desrepressão. “Branca pra casar, preta pra trabalhar e a mulata pra fornicar”: assim a doxa patriarcal herdada dos tempos coloniais inscreve a figura da mulher presente no imaginário masculino brasileiro e a repassa à ficção e à poesia de inúmeros autores. Expressa na condição de dito popular, a sentença ganha foros de veredicto e se recobre daquela autoridade vinculada a um saber que parece provir diretamente da natureza das coisas e do mundo, nunca de uma ordenação social e cultural traduzida em discurso (Duarte, 2009, p. 6).

Na leitura de Clara dos Anjos, fica evidente a crítica que Lima Barreto fazia à falta de escolarização e de socialização vivenciadas por Clara. O autor também evidencia que a jovem estava muito mais propensa a iludir-se com Cassi, de modo semelhante às personagens romanescas e às tramas expressas nas modinhas, em que o amor é tudo e pouco se aborda sobre as concretudes das relações estabelecidas socialmente.

Essa reclusão e, mais do que isso, a constante vigilância com que sua mãe seguia os seus passos, longe de fazê-la fugir aos perigos a que estava exposta a sua honestidade de donzela, já pela sua condição, já pela sua cor, fustigava-lhe a curiosidade em descobrir a razão do procedimento de sua mãe. Clara via todas as moças saírem com seus pais, com suas mães, com suas amigas, passearem e divertirem-se, por que seria então que ela não o podia fazer?

A pergunta ficava sempre sem resposta, porque não havia meio, naquele isolamento em que vivia, de tudo e de todos, de encontrar a que cabia.

Engrácia, cujos cuidados maternos eram louváveis e meritórios, era incapaz do que é verdadeiramente educação. Ela não sabia apontar, comentar exemplos e fatos, que iluminassem a consciência da filha e reforçassem-lhe o caráter, de forma que ela mesma pudesse resistir aos perigos que corria. A mulher de Joaquim dos Anjos tinha a superstição dos processos mecânicos, daí o seu proceder monástico em relação à Clara.

Enganava-se com a eficiência dela; porque, reclusa, sem convivência, sem relações, a filha não podia adquirir uma pequena experiência da vida e notícia das abjeções de que está cheia, como também a sua pequenina alma de mulher, por demais comprimida, havia de se extravasar em sonhos, em sonhos de amor, de um amor extra-real, com estranhas reações físicas e psíquicas. Acresce, ainda, que era geral em sua casa o gosto de modinhas. Sua mãe gostava, seu pai e seu padrinho também. Quase sempre havia sessões de modinhas e violão na sua residência. Esse gosto é contagioso e encontrava, no estado sentimental e moral de Clara, terreno propício para propagar-se. As modinhas falam muito de amor, algumas delas são lúbricas até; e ela, aos poucos, foi organizando uma teoria do amor, com os descartes do pai e de seus amigos. O amor tudo pode, para ele não há obstáculos de raça, de fortuna, de condição; ele vence, com ou sem pretor, zomba da Igreja e da Fortuna, e o

estado amoroso é a maior delícia da nossa existência, que se deve procurar gozá-lo e sofrê-lo, seja como for. O martírio até dá-lhe mais requinte... (Barreto, 2011, p. 61-62).

No que tange ao costume popular de apreciação de modinhas, assim como a defesa da educação feminina e o maior protagonismo às mulheres, verificam-se duas contradições entre as muitas expressas na obra e vida de Lima Barreto. Segundo as biografias escritas por Barbosa (2002) e Schwarcz (2017), o autor era um crítico ferrenho às modinhas, ao carnaval e ao futebol, manifestações de extrema popularidade, mas que eram vistas pelo romancista como monótonas e despossuídas de senso crítico. O mesmo ocorre em relação à crítica ferrenha endereçada ao feminismo que, segundo o autor, expressava dilemas das mulheres europeias e pouco dialogava com as demandas das mulheres brasileiras, sobretudo as negras e pobres.

A questão educacional também será fortemente criticada por Barreto ao abordar a parca educação de Cassi Jones. Nota-se, no decorrer da narrativa, a indignação do autor em abordar o quanto a inaptidão de Cassi para o mundo do trabalho e da educação corrobora com a assertiva de que o antagonista se sentia validado em desposar mulheres pobres, independentemente da raça, por saber que raramente seriam ouvidas e tampouco protegidas, caso não lhes houvesse a proteção de uma figura masculina. A certeza de Cassi frente à impunidade dos seus atos é explicitada em detalhe pelo narrador na passagem a seguir:

Entre as relações de suas irmãs, havia uma moça muito pobre, que morava na redondeza. Sua mãe era viúva de um capitão do Exército, e ela, a Nair, era filha única. Com auxílio de alguns parentes, a viúva ia encaminhando a filha, nos estudos próprios de seu sexo. Ela tinha tendência para música e procurou aproximar-se de Catarina, para explicar-lhe a matéria. Contava dezoito anos, muito risonha, de um amorenado sombrio, cabelos muito negros, pequenina e viva, com os seus olhinhos irrequietos e luminosos [...] enfim, a pequena Nair, inexperiente, em plena crise de confusos sentimentos, sem ninguém que lhe pudesse orientar, acreditou nas lábias de Cassi e deu o passo errado. A mãe veio a descobrir-lhe a falta, que se denunciava pelo estado do seu ventre.

Correu ao Senhor Manuel, que não estava. Falou a Dona Salustiana e esta, empertigando-se toda, disse secamente:

– Minha senhora, eu não posso fazer nada. Meu filho é maior.

– Mas, se a senhora o aconselhasse como mãe que é, e de filhas, talvez obtivesse alguma coisa. Tenha piedade de mim e da minha, minha senhora. E pôs-se a chorar e a soluçar.

Dona Salustiana respondeu amuada, sem demonstrar o mínimo enternecimento por aquela dor inqualificável:

– Não posso fazer nada, no caso, minha senhora. Já lhe disse. A senhora recorra à justiça, à polícia, se quiser. É o único remédio.

A mãe de Nair acalmou-se um pouco e observou:

– Era o que eu queria evitar. Será uma vergonha para mim e para a senhora e família.

– Nós nada temos com o que Cassi faz. Se fosse nossa filha...

Não acabou a indireta injuriosa; levantou-se e estendeu a mão à desolada mãe, como que a despedindo. A viúva saiu cabisbaixa; e, dali, foi à audiência do delegado distrital e expôs tudo. O delegado disse-lhe:

– Apesar de estar ainda não há seis meses neste distrito, sei bem quem é esse patife de Cassi. O meu maior desejo era embrulhá-lo num bom e sólido processo; mas não posso, no seu caso. A senhora não é miserável, possui as suas pensões de montepio e meio soldo; e eu só posso tomar a iniciativa do processo quando a vítima é filha de pais miseráveis, sem recursos.

– Mas, não há remédio, doutor?

– Só a senhora constituindo advogado.

– Ah! Meu Deus! Onde vou buscar dinheiro para isso? Minha filha, desgraçada, meu Deus!

E pôs-se a chorar copiosamente. Quando serenou, o delegado mandou que um empregado da delegacia acompanhasse a senhora até em casa e ficou a pensar nas baixeiras, nas dores, nas misérias que as casas encobrem e que, todo o dia, descobria, por dever de ofício. No dia seguinte, a mãe de Nair suicidava-se com lisol. Os jornais esgravataram o acontecimento e contaram as causas do suicídio com todos os pormenores (Barreto, 2011, p. 31-33).

Lima Barreto condensa em Cassi Jones as manifestações de uma masculinidade não hegemônica, mas que vivencia um tratamento social, em partes, diferenciado se comparado às demais personagens que manifestam a *masculinidade marginal*. A masculinidade experimentada por Cassi oscila entre aquela categorizada por Connell (1994 *apud* Costa, 1998) como *masculinidade cúmplice* – em que os homens desfrutam de algumas vantagens do patriarcado, mas não são incorporados ao discurso hegemônico, e que, em geral, é atribuída aos homens da classe média que vivem em espaço urbano. O elemento que não nos permite classificar a experiência masculina de Cassi como marginalizada é a branquitude, conforme o narrador faz questão de sublinhar, mesmo que a classificação racial venha acompanhada de outros atributos pouco valorativos.

Quem seria esse Cassi? Quem era Cassi? Cassi Jones de Azevedo era filho legítimo de Manuel Borges de Azevedo e Salustiana Baeta de Azevedo. O Jones é que ninguém sabia onde ele o fora buscar, mas usava-o, desde os vinte e um anos, talvez, conforme explicavam alguns, por achar bonito o apelido inglês. O certo, porém, não era isso. A mãe, nas suas crises de vaidade, dizia-se descendente de um fantástico Lord Jones, que fora cônsul da Inglaterra, em Santa Catarina; e o filho julgou de bom gosto britanizar a firma com o nome do seu problemático e fidalgo avô. Era Cassi um rapaz de pouco menos de

trinta anos, branco, sardento, insignificante, de rosto e de corpo; e, conquanto fosse conhecido como consumado “modinhoso”, além de o ser também por outras façanhas verdadeiramente ignóbeis, não tinha as melenas do virtuoso do violão, nem outro qualquer traço de capadócio. Vestia-se seriamente, segundo as modas da Rua do Ouvidor; mas, pelo apuro forçado e o degagé suburbanos, as suas roupas chamavam a atenção dos outros, que teimavam em descobrir aquele aperfeiçoadíssimo “Brandão”, das margens da Central, que lhe talhava as roupas. A única pelinragem, adequada ao seu mister, que apresentava, consistia em trazer o cabelo ensopado de óleo e repartido no alto da cabeça, dividido muito exatamente ao meio – a famosa “pastinha”. Não usava topete, nem bigode. O calçado era conforme a moda, mas com os aperfeiçoamentos exigidos por um elegante dos subúrbios, que encanta e seduz as damas com o seu irresistível violão (Barreto, 2011, p. 28).

Cassi, assim como sua mãe, Salustiana, reivindica, por meio da alcunha de “Jones”, uma suposta ancestralidade europeia que lhe confere tratamento diferenciado em relação aos demais, tanto entre os seus asseclas como entre as moças que seduzira. Fanon (2020), ao abordar os efeitos da colonialidade francesa entre os martinicanos, aponta a dimensão simbólica que é atribuída às mulheres que se relacionam com homens brancos:

Pois, afinal, é preciso branquear a raça; isto é algo que todas as martinicanas sabem, dizem, repetem. Branquear a raça, salvar a raça, mas não no sentido que se poderia supor: não para preservar “a originalidade do pedaço de mundo em cujo seio elas cresceram, e sim para garantir sua brancura (Fanon, 2020, p. 62).

Não obstante, a situação descrita por Fanon a partir de seu trabalho de análise clínica não se restringe às Antilhas. A colonialidade, enquanto processo ancorado à acumulação e à exploração capitalista, foi ganhando contornos específicos, conforme apontado por Quijano (2005) e Grosfoguel (2008). No caso brasileiro, a eugenia reforçou o ideário de ascensão social à branquitude (Cardoso, 2010; Schucman, 2012). Neste sentido, mais uma vez reforçamos que, embora não haja nenhuma menção ao termo branquitude do decorrer do romance, ela se manifesta como marcador simbólico de distinção e confere privilégios a pessoas brancas, sobretudo em condições em que a disputa por bens simbólicos e materiais torna-se ainda mais acirrada, como é o caso do subúrbio carioca.

Outro aspecto simbólico que ratifica a masculinidade de Cassi é sua predileção aos galos de rinha. Segundo o narrador, é somente aos seus animais que o antagonista exprime algum zelo, mesmo que explicado pela lucratividade.

Logo na primeira manhã que despertou no seu humilhante aposento familiar, pensou logo em ir ver as suas gaiolas de galos de briga – o bicho mais hediondo, mais antipático, mais repugnantemente feroz que é dado a olhos

humanos ver. Estavam em ordem; sua mãe cuidara deles, como lhe pedira. Galos de briga eram a força de suas indústrias e do seu comércio equívocos. Às vezes, ganhava bom dinheiro nas apostas de rinhadeiro, o que vinha ressarcir os prejuízos que, porventura, 11 anteriormente houvesse tido nos dados; e, assim, conseguia meios para saldar o alfaiate ou comprar sapatos catitas e gravatas vistosas. Com os galos, fazia todas as operações possíveis, a fim de ganhar dinheiro; barganhava-os, com "volta", vendia-os, chocava as galinhas, para venda dos frangos a criar e educar, presenteava pessoas importantes, das quais supusesse, algum dia, precisar do auxílio e préstimos delas, contra a polícia e a justiça (Barreto, 2011, p. 34).

Na clássica pesquisa etnográfica empreendida por Clifford Geertz (2008), o antropólogo estadunidense descreveu e analisou o significado simbólico atribuído às brigas de galo em Bali. A briga de galos é uma atividade pública praticada exclusivamente por homens. Para o autor, a briga pode ser interpretada como “uma guerra de seus simbólicos” (Geertz, 2008, p. 207), uma vez que o que está em disputa são as masculinidades e não efetivamente os galos. Nesse sentido, as rinhas podem ser interpretadas como uma disputa que envolve honra, afetos, machismo, orgulho e masculinidades. Outro aspecto importante levantado pelo antropólogo é em relação à importância dada aos animais. Os galos e as rinhas têm um valor tão significativo para os homens da aldeia, em que as suas regras são transmitidas de geração em geração, fazendo delas a “tradição legal e cultural das aldeias” (Geertz, 2008, p.192).

Além das rinhas de galo, muitos traços simbólicos atribuídos à masculinidade perpassam a trama de Cassi, como a violência – manifestada pela forma com que assassinou Marramaque para poder conquistar Clara –, o uso do violão para seduzir as moças, a escrita de cartas apaixonadas com o intuito de despertar a confiança de Clara, os pequenos golpes que cometia com seu bando, o consumo de aguardente Paraty, entre outros. Contudo, um aspecto central destacado pelo narrador é a inadequação e a mansidão de Cassi para além dos trilhos da Central. O rapaz sentia-se encorajado quando estava “no seu pedaço”¹⁰¹, em que era reconhecido e protegido por suas relações de amizade e de família. Ao transitar pelo centro, a falta de instrução e a falta de capital cultural faziam com que o antagonista se sentisse como um estranho em sua própria cidade.

¹⁰¹ O conceito de “pedaço” foi caracterizado pelo antropólogo José Carlos Magnani, em pesquisa etnográfica, ao explorar os espaços de sociabilidade coletiva. O autor concluiu que o “pedaço” é um local que se posiciona entre o espaço da casa – âmbito privado – e o espaço da rua – âmbito coletivo. O pedaço seria um espaço de mediação entre esses dois universos em que trocas de confiabilidade entre os indivíduos envolvidos. Magnani, J. G. C. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. *Revista De Antropologia*, 35, p. 191-203, 1992.

Não gostava mesmo do centro. Implicava com aqueles elegantes que se postavam nas esquinas e nas calçadas. Achava-os ridículos, exibindo luxo de bengalas, anéis e pulseiras de relógio. É verdade, pensava consigo, que ele usava tudo aquilo; mas era com modéstia, não se exibia. Recordava que não tinha poses, mas, mesmo que as tivesse, não se daria a tal ridículo... Essa sua filosofia sobre a elegância, de elegante suburbano, ele aplicava às moças. Quanto dengue! Para que aqueles passos estudados? Aqueles modos de dizer adeus? Achava tudo ridículo, exagerado, copiado, mas não sabia bem de que modelo. O que, de fato, sentia não era isso que expunha aos amigos ou às belezas suburbanas que, porventura, requestasse. O que ele sentia diante daquilo tudo, daquelas maneiras, daqueles ademanos, daquelas conversas que não entendia, era a sua ignorância, a sua grosseria nativa, a sua falta de educação e de gosto. O seu ódio, então, ia forte para os poetas e jornalistas, sobretudo, para estes. Não perdoava as descalçadeiras, os deboches que lhe passavam, quando tinham de denunciar alguma das suas ignóbeis proezas. Uns sujeitos! – dizia –; uns malandros! – continuava – que querem ditar moral. O seu primeiro ímpeto, quando lia notícias a seu respeito, era atirar-se contra um deles, naturalmente o que lhe parecesse mais fraco; e desancá-lo de pancadas. Sustinha, porém, o ímpeto, porque sabia, se tal fizesse, estaria perdido. A guerra seria sem tréguas, e “novos e velhos” da sua interminável conta sairiam à luz. Secretamente, tinha um respeito pela cidade, respeito de suburbano genuíno que ele era, mal-educado, bronco e analfabeto (Barreto, 2012, p. 124)

O ódio que Cassi sentia pelos jornalistas e intelectuais nos permite pensar em duas possibilidades; a primeira, como uma crítica velada de Lima Barreto à forma como a sociedade menosprezava os poetas e jornalistas. A ausência de caráter de Cassi é atribuída à sua falta de repertório e escolarização, que foi deveras descuidada por sua família, em especial sua mãe que, além de protegê-lo dos seus delitos, tinha atribuída à sua maternidade a tarefa de educá-lo. A outra possibilidade seria a crítica à forma como os símbolos partilhados pelos moradores e transeuntes do centro, em especial os jornalistas e poetas, não dialogavam com os gostos e práticas culturais vivenciadas no subúrbio.

A forma como Cassi sente-se desintegrado ao transitar pelo centro reforça a assertiva de que as relações raciais são relacionais. A branquitude de Cassi, desancorada por sua falta de capital cultural e social, não possui efeito entre os homens e as mulheres bem-vestidos e adequados aos ares de modernização empreendidos pela *Belle Époque*. Este aspecto contribuiu para reforçar a constatação revelada pelos *Estudos críticos da branquitude* ao afirmarem que a branquitude, enquanto constructo social, contribui para a manutenção e a reprodução das hierarquias de classe, pois estabelece mecanismos de estratificação subjacentes à própria divisão de classe.

Nesse sentido, a isenção de responsabilização criminal de Cassi frente ao assassinato de Marramaque, assim como os mais de dez defloramentos, são reforçados por sua branquitude

que, diante da realidade de exclusão social dos subúrbios, conferiu-lhe trânsito diferenciado. Obviamente, isso não significa que os atos inescrupulosos de Cassi eram aprovados pelos seus conterrâneos, mas nenhum tipo de punição lhe foi atribuída, o que não aconteceria se Cassi fosse um rapaz negro.

Somente o despreparo e a ingenuidade de Clara é que justificam a forma como a jovem mulata rendeu-se aos encantos do violeiro. A falta de experiência de vida, a influência da cultura de massa expressa nos romances que exaltavam o casamento como projeção de felicidade, a proteção extrema e a baixa escolarização são elementos que corroboraram o estado de alienação de Clara. Embora o narrador destaque que o excesso de proteção por parte de seus pais seja o elemento fulcral ao trágico destino imposto à protagonista, não se pode deixar de destacar que a ausência de responsabilização de Cassi diante de seus crimes é o que efetivamente cravou o destino da moça.

Não devemos recair ao erro de atribuirmos ao relacionamento de Clara e Cassi o *status* de romance. Desde o início, a ação premeditada do rapaz colocou Clara em posição de objetificação. Somente a certeza frente à impunidade – reforçada pela condição racial e de gênero – é que possibilitou a Cassi mudar de cidade, sem deixar rastros nem sofrer nenhuma culpabilização por seus atos. Conforme destaca González (1984, p. 224):

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.

A subalternização atribuída às mulheres negras e a permissividade com que Cassi agia ao deflorar mulheres indefesas, sobretudo as mulheres negras, podem ser observadas ao final da trama, em que o narrador apresenta o encontro entre Cassi e Inês, uma de suas vítimas, que trabalhou como empregada doméstica na casa de seus pais:

Olá! Olá! "Seu" Cassi! Ó "Seu" Cassi!
 Insensivelmente, ele parou para verificar quem o chamava. De dentro da taverna, com passo apressado, veio ao seu encontro uma negra suja, carapinha desgrenhada, com um caco de pente atravessado no alto da cabeça, calçando umas remendadas chinelas de tapete. Estava meio embriagada. Cassi espantou-se com aquele conhecimento; fazendo um ar de contrariedade, perguntou amuado:
 - Que é que você quer?
 A negra, bamboleando, pôs as mãos nas cadeiras e fez com olhar de desafio:
 - Então, você não me conhece mais, "seu canaia"? Então você não "si" lembra da Inês, aquela crioulinha que sua mãe criou e você...

Lembrou-se, então, Cassi, de quem se tratava. Era a sua primeira vítima, que sua mãe, sem nenhuma consideração, tinha expulsado de casa em adiantado estado de gravidez. Reconhecendo-a e se lembrando disso, Cassi quis fugir. A rapariga pegou-o pelo braço:

- Não fuja, não, "seu" patife! Você tem que "ouvi" uma "pouca" mas de "sustança".

A esse tempo, já os freqüentadores habituais do lugar tinham acorrido das tascas e hospedarias e formavam roda, em torno dos dois. Havia homens e mulheres, que perguntavam:

- O que há, Inês?

- O que te fez esse moço?

Cassi estava atarantado no meio daquelas caras antipáticas de sujeitos afeitos a brigas e assassinatos. Quis falar: - Eu não conheço essa mulher. Juro...

- "Muié", não! - fez a tal Inês, gingando. - Quando você "mi" fazia "festa", "mi" beijava e "mi" abraçava, eu não era "muié", era outra coisa, seu "cosa" ruim!

Um negro esguio, de olhar afoito, com um ar decidido de capoeira, interveio:

- Mas, Inês, quem é afinal esse moço?

- É o "home qui mi" fez mal; que "mi" desonrou, "mi pois" nesta "disgraça".

- Eu! - exclamou Cassi.

- Sim! Você "memo", "seu" caradura! "Mi alembro" bem... Foi até no quarto de sua mãe... Estava arrumando a casa. Uma outra mulher, mas esta branca, com uns lindos cabelos castanhos, em que se viam lêndas, comentou:

- É sempre assim. Esses "nhonhês gostosos" desgraçam a gente, deixam a gente com o filho e vão-se. A mulher que se fomenta... Malvados!

Cassi ouvia tudo isso sem saber que alvitre tornar. Estava amarelo e olhava, por baixo das pálpebras, todas as faces daquele ajuntamento. Esperava a polícia, um socorro qualquer. A preta continuava:

- Você sabe onde "tá" teu "fio"? "Tá" na detenção, fique você sabendo. "Si" meteu com ladrão, é "pivete" e foi "pra chac'ra". Eis aí que você fez, "seu marvado", "home mardidoado". Pior do que você só aquela galinha-d'angola de "tua" mãe, "seu" sem-vergonha!

Cassi fez um movimento de repulsa e que a rapariga não perdeu.

- "Oie" - disse ela, para os circunstantes -; ele diz que não é o tal. Agora "memo se acusouse", quando chamei a ratazana da mãe dele de galinha-d'angola... É uma "marvada", essa mãe dele - uma "véia" cheia de "imposição" de inglês. Inglês, que inglês...

Soltou uma inconveniência, acompanhada de um gesto despudorado, provocando uma gargalhada geral. Cassi continuava mudo, transido de medo; e a pobre desclassificada emendava:

- "Tu" é "mao", mas tua mãe é pior. Quando ela descobriu "qui" eu "tava" com "fio" na barriga, "mi pois" pela porta afora, sem pena, sem dó "di" eu não "tê pronde í". E o "fio" era neto dela e ela "mi" tinha criado... Vim da roça... Ah! Meu Deus! Se não fosse uma amiga, tinha posto o "fio" fora, na rua, que era serviço... Deus perdoe a "tua" mãe o que "mi" fez "i" a meu "fio", "fio" deste "qui tá i", também, Deus lhe perdoe!

E a pobre negra abaixou-se para apanhar a barra da saia enlameada, a fim de enxugar as lágrimas com que chorava o seu triste destino, talvez mais que o dela, o do seu miserável filho, que, antes dos dez anos, já travara conhecimento com a Casa de Detenção... Graças à intervenção do dono da tasca, que tinha com o guarda de ronda o compromisso de manter a ordem no "reduto", o ajuntamento se desfez, e Cassi pôde continuar seu caminho. Por despedida, porém, ainda levou uma surriada das mulheres, que o descompunham em baixo calão, enquanto Inês imprecava:

- "Marvado"! Desgraçado! Caradura! Hás de "mi pagá", "seu canaia!" Logo que se viu livre do perigo, Cassi respirou, compôs a fisionomia, apalpou o dinheiro na algibeira e fez de si para si:

- Acontece cada uma! Para que havia de dar esta negra... Felizmente, foi em lugar que ninguém me conhece; se fosse em outro qualquer - que escândalo! Os jornais noticiariam e... Não passo mais por ali e ela que fosse para o diabo!... Fico com o dinheiro em casa.

Nenhum pensamento lhe atravessou a cabeça, considerando que um seu filho, o primeiro, já conhecia a detenção... (Barreto, 2011, p. 128-129).

O abandono parental, que selou o destino de Clara e Inês, não é uma problemática social restrita ao período de transição da ordem Escravocrata à Republicana. Os dados divulgados pelo Censo Demográfico de 2010¹⁰² revelaram um aumento de famílias monoparentais femininas de 15,3%, no ano de 2000, para 16,2% em 2010. Em comparação ao mesmo período, no que se refere às famílias monoparentais masculinas, houve um crescimento de 1,9% para 2,4%. No universo total de famílias monoparentais no país, 87,4% possuem mulheres como responsáveis pelo sustento e pela manutenção do lar (IBGE, 2012)¹⁰³.

Na pesquisa *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, realizada pelo IBGE no ano de 2018, cujo objetivo era a sistematização de dados da população feminina brasileira e a contribuição na elaboração de políticas públicas, observou-se que, no âmbito econômico e de acesso a recursos, o trabalho não remunerado é um dos principais elementos que contribuíram para a manutenção das desigualdades de gênero. “No Brasil, em 2016, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas)” (IBGE, 2018, p. 3). Ao considerar o critério de cor ou raça, registrou-se em média 18,6 horas semanais. A pesquisa ainda ressalta que os indicadores pouco variam quando se avaliam ambos os critérios entre os homens.

Em relação às ocupações remuneradas, os cuidados com pessoas e afazeres domésticos aparecem como um fator determinante na divisão social do trabalho. O estudo constatou que a necessidade de conciliar as atividades domésticas e laborais remuneradas impacta na escolha de ocupações com carga horária reduzida, o que, conseqüentemente, afeta a remuneração.

¹⁰² Em decorrência da não realização do Censo Demográfico em 2020, utilizam-se os dados obtidos na última pesquisa, realizada em 2010.

¹⁰³ Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf. Acesso em: nov. 2022.

Destarte, observa-se que o indicador cor ou raça acentua as disparidades sociais no que tange aos rendimentos da população feminina:

Nesse recorte, os dados de 2016 evidenciam que são as mulheres pretas ou pardas as que mais exercem ocupação por tempo parcial, alcançando 31,3% do total, enquanto 25% das mulheres brancas se ocupam dessa forma, em 2016. Para os homens, somente 11, 9% dos brancos se ocupam por tempo parcial, ao passo que a proporção de pretos ou pardos alcançou 16% (IBGE, 2018, p. 3).

Contraditoriamente, a educação é outro item abordado na pesquisa que ratifica as desigualdades de gênero no Brasil. A vantagem feminina em anos de estudos é superior à masculina. O relatório apontou que, em relação ao acesso ao ensino superior entre a população adulta entre 25 e 44 anos, o número de mulheres com formação completa é 37,9% maior que os homens. Contudo, mais uma vez, o critério de cor ou raça exprime a heterogeneidade da realidade das mulheres no país. O número de mulheres brancas com ensino superior é 2,3 vezes maior do que pretas e pardas. Quando comparada aos homens, a escolarização das mulheres pretas ou pardas é 10 vezes menor.

Mesmo apresentando mais anos de escolarização do que a população masculina, as mulheres no Brasil ainda recebem $\frac{3}{4}$ do total dos rendimentos dos homens. A dupla jornada, que impõe a necessidade de conciliar as tarefas domésticas, somada à precarização das redes de trabalho, faz com que a maternidade e os cuidados com o lar representem um obstáculo à igualdade de gênero no país.

Em *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma pesquisa de classe e gênero*, Itaboraí (2017) analisou o processo de emancipação das mulheres no interior das famílias brasileiras entre os anos de 1976 e 2012. A partir de uma minuciosa análise dos indicadores sociais viabilizados pelas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), a autora analisou as transformações que ocorreram sobre os avanços femininos em áreas como educação, trabalho e rendimentos. Acontecimentos como o feminismo da segunda onda, a difusão de novos valores pelos meios de comunicação de massa e as transformações no mundo do trabalho impactaram os papéis sociais desempenhados por mulheres.

Tais elementos fizeram com que a autora reafirmasse uma realidade percebida no cotidiano das famílias brasileiras acerca das assimetrias de classe que se configuram como um importante problema sociológico: o aumento substancial no número de lares sendo chefiados por mulheres, que aumentou 67% entre 2004 e 2014, segundo dados do IBGE. A concentração

de mulheres chefes de família entre as camadas sociais menos favorecidas também é mais acentuada.

Diante dos dados apresentados, observa-se que o aumento da escolarização e da maior presença feminina no mercado de trabalho não conseguem reconfigurar a estrutura social brasileira marcada pelas desigualdades de classe, gênero e raça. Indubitavelmente, tais transformações, que tangem à estrutura social, são lentas, mas, paulatinamente, exprimem um cenário de mudanças. Contudo, as hierarquias sociais ecoam de forma ainda substancial, fazendo com que a realidade se apresente de forma altamente estratificada, em especial para a mulher negra.

Segundo Carneiro (2011), a expressão *matriarcado da miséria* foi salientada pelo poeta nordestino Arnaldo Xavier para demonstrar “como as mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social”. Outrossim, o termo *solidão da mulher negra* (Pacheco, 2008; Paiva, 2020) vem sendo abordado tanto em círculos acadêmicos de pesquisas raciais como, também, no movimento negro, para abordar um fenômeno que, embora possa ser pouco conceitualizado, é de fácil identificação em muitos lares cuja presença feminina negra se deu em uma rede complexa de precariedades materiais e afetivas.

A leitura do romance se encerra com o desfecho da fortuita gravidez e abandono de Clara dos Anjos por Cassi Jones que, impunemente, foge sem responsabilizar-se pela paternidade da criança. Mesmo se tratando de uma narrativa ficcional, a sina de abandono da personagem-título traz, sobretudo, às mulheres, o sentimento de indignação frente a um dos elementos que mais expressam as hierarquias pautadas nas assimetrias de gênero. “A ela, a culpa. A ele, a desculpa”: a expressão sinaliza o quanto a gravidez indesejada é compreendida como um “castigo” diante do mau passo cometido por aquelas que não se guardaram castas para o enlace matrimonial. Mais uma vez, a identidade da mulher, sobretudo negra, é socialmente manifestada a partir de sua corporificação, seja enquanto objeto de desejo sexual, seja enquanto força de trabalho invisível atrelada aos afazeres domésticos e maternos.

Segundo Neves (2009), a reescrita é um instrumento utilizado pela literatura decolonial cujo objetivo manifesta-se em propor novas narrativas em diálogo a todos já publicados, transformando-se em estratégia de “combate ao colonialismo, ao racismo e ao patriarcado”. O instrumento da reescrita é empregado no conto “Guarde um segredo”, escrito em 1991 pela escritora e jornalista Esmeralda Ribeiro. No texto, há uma referência explícita ao romance

Clara dos Anjos. O conto narra o encontro de uma menina que, diante de problemas econômicos que atravessa a vida de seus pais, vai morar com sua avó Olívia. Na casa da progenitora, também situada na Rua Major Mascarenhas, no bairro de Todos os Santos, a protagonista – cujo nome não é revelando – conta que em diversas situações brincava com um homem que dá forma a um retrato empoeirado guardado por sua avó. Seu nome era Lima Barreto que, em outra ocasião, encontra-se sentado à mesa escrevendo de forma apressada.

Os anos foram passando e a menina crescera. Agora, aos dezessete anos, seu corpo ganhava forma de mulher. Em um certo dia, voltando da escola, a menina encontra Cassi Jones. Assim como Clara, a moça cede aos encantos do rapaz e engravida. Ao que tudo indica, a sina de humilhações e abandono seria implacavelmente imposta à jovem. Todavia, em *Guarde um segredo*, o destino se impõe à jovem de outra forma:

Nunca mais esquecerei aquele dia, porque tudo aconteceu tão rápido. Era Dia de Todos os Santos. Começou de manhã, quando tomávamos chá. Vovó se encontrava numa total absorção. Ficou assim por minutos, meia hora, não sei. O corpo estava ali sem alma. Suas mãos contornavam lentamente a xícara na boca. Ora os lábios davam a impressão de pronunciar frases, bem baixinho, ora ela abria a boca para engolir o líquido. Nunca havia reparado, já não controlava com firmeza os seus movimentos.

- O que a senhora tem hoje, vovó? – perguntei.
- Hoje é o Dia D – respondeu.
- Como? – insisti.
- Gosto da morte porque ela é o aniquilamento de todos nós – disse.

Ela falou todas essas coisas sem olhar pra mim. Procurando entender tudo aquilo, me distraí. Quando percebi, estava na hora de ir para o ginásio. Peguei minha mochila e corri pra escola. Era gostoso sentir a chuva miúda caindo no rosto. Justamente naquele dia não havia ninguém no colégio. Aproveitei e fui buscar umas coisas que mamãe tinha comprado para mim. Presenteou-me com um pacote de roupa. Quando voltava pra casa de vovó, fui interpelada por uma senhora gorda. Parecia muito com Cassi Jones. Ela cruzou o meu caminho e ficou parada na minha frente. Insultou-me tanto!... Disse coisas horríveis do tipo: "Você é a quinta negra que meu filho deflorou e também não vai ficar com ele. Nesse exato momento está com outra garota". Além de outros absurdos, cuspiu em mim e eu também cuspi nela. Odiei aquela mulher e seu querido filho. Todos saberiam que eu não poderia olhar mais para a minha família. Não iria deixar por menos. Então fui ao mercado e comprei uma faca. Não tomaria nada, coragem eu tinha de sobra. Procurei, igual uma louca, o desgraçado. Encontrei-os na saleta de um hotelzinho. Ela fugiu, mas ele não teve tempo de reagir. Foram tantas facadas!... Parei quando caiu aos meus pés. Também arranquei de seu pescoço um cordão de ouro. Guardei a faca no pacote de roupa e saí tranquilamente. Demorei menos de uma hora para chegar à casa de vovó. Foi daí que vi, tenho certeza. A sala, antes trancada a chave, estava aberta. Escutava um tec-tec-tec. Entrei pela cozinha, passei pelo quarto e parei em frente à porta da sala. Gritei, chamando vovó. Fui entrando, entrando e ouvi o Lima Barreto escrevendo à máquina. Conversavam e riam

muito. Por um momento, juro tê-lo ouvido dizer: "Esperávamos por você. Entre". Eu pensava: "Tudo está acontecendo ao mesmo tempo".

- Você matou Cassi Jones? - ele interrompeu o meu devaneio.
- Matei - respondi. "Como soube disso?", interroguei-me.
- Bravo! Esse era o outro final que eu queria para o cafajeste do Cassi Jones.

O escritor tirou da máquina o papel, rasgou em pedacinhos e jogou no lixo. Olhou para vovó e disse: "Obrigado. Eternamente obrigado". Então vovó Olívia falou aquilo: "Tinha de ser assim, minha neta", e continuou: "Nós não devemos aceitar o destino com resignação". Fiquei parada, olhando para os dois. Vovó prosseguiu: "Não tive culpa, foi ele quem pediu pra voltar".

- Como o trouxe de volta? - perguntei à queima-roupa.

Ela fez um muxoxo, resmungou consigo mesma. Quando ia me responder, escutamos um barulho de sirene bem longe dali. Alguém mandou: "Vá esconder a faca no pé da jabuticabeira! Vá depressa!" Eu estava muito nervosa, mas fui. Quando voltei, eles não se encontravam mais lá. Vi uma caveira perto da estante. Uma coisa branca, quase do tamanho da sala, vinha pra cima de mim. Não sei como consegui escapar. Só deu tempo de sair correndo do recinto e trancar a porta. Eu tinha de sair daquela casa rapidamente. Chamava por vovó, gritava, gritava e ela não me ouvia. Uma voz cantava uma música na cozinha. Cada vez que a chamava, a canção aumentava de tom. Não tenho certeza, mas senti as paredes vibrarem. Corri, corri, quando cheguei na esquina percebi que havia deixado a mochila e o pacote de roupas lá na sala. Depois daquele dia, nunca mais voltei àquela casa. Nunca mais soube de vovó Olívia. Sei que ainda existe o balanço e a gangorra, apesar do mató ter tomado conta de tudo.

Tenho muito medo. A insônia me persegue. Aqui onde moro ninguém sabe desse fato. Troquei meu nome.

Obrigada por ter escrito. Foi melhor ter contado isso a alguém.

Não sei como conseguiu me achar. Mas, por favor,

guarde eternamente este segredo.

Na reescrita de Esmeralda Ribeiro, a jovem mulata narra, em carta endereçada a uma amiga, as peripécias do seu desaparecimento após matar Cassi Jones por vingança em decorrência da traição e abandono do rapaz somada às humilhações racistas proferidas por sua mãe. Afere-se que há, portanto, uma diferença de quase cem anos em relação à publicação dos dois textos. Nesse intervalo de espaço e tempo, ocorreram mudanças substanciais no que tange à condição das mulheres e negros no país. Outro aspecto fulcral, que pode ser atribuído em comparação à obra original e sua reescrita, manifesta-se no narrador:

Uma diferença que salta aos olhos, numa leitura inicial dos textos, é o tipo de narrador. Lima Barreto emprega um narrador em terceira pessoa, onisciente, que emite sua opinião acerca dos acontecimentos e/ou comportamentos das personagens, seja através de pausas na narrativa, seja através da fala de alguns personagens, como Marramaque e Clara dos Anjos. Em todos os casos, porém, o que predomina são os pensamentos e as ideias do autor. Trata-se, portanto, de uma visão masculina acerca de problemas que concernem à mulher. A

mulher é, portanto, objeto de uma escrita e não o sujeito dela. Já Esmeralda Ribeiro emprega uma narradora em primeira pessoa. Assim, a autora dá a palavra à mulher, para que possa manifestar de viva voz seus pensamentos, suas inquietações e vivências. Mesmo quando a escritora incorpora algumas de suas ideias à fala da personagem, trata-se de uma visão feminina acerca de problemas que atingem as mulheres. Ela fala, portanto, de experiência própria, pois como mulher está sujeita aos mesmos problemas enfrentados pela protagonista (Neves, 2009, p. 51).

Em contrapartida, Esmeralda e Lima Barreto compartilham a mesma experiência racializada enquanto negros. Este aspecto pode ser observado na centralidade que a temática racial adquire na narrativa de ambos os autores. Sob múltiplas interpretações, que fogem à pretensão da presente tese, destaca-se que, diferentemente de Barreto, a discussão central levantada pela reescrita de Esmeralda Ribeiro é a “não resignação ao racismo” e a “desumanização da mulher negra”. Diferentemente de Clara, a personagem anônima do conto resolve fazer justiça com as próprias mãos.

Embora as inúmeras facadas possam se sobrepor na narrativa como um incremento fatalista, a mensagem explicitada reside na reação frente às injustiças. A assertiva da avó: “Gosto da morte porque ela é o aniquilamento de todos nós” (Ribeiro, 1991) visa destacar que, embora haja na vida em sociedade manifestações de constructos simbólicos de distinção, atribuídos a fim de demarcar hierarquização entre os indivíduos, em síntese, a morte sinaliza a finitude do corpo em sua dimensão biológica que é comum a todos os indivíduos.

Segundo Neves (2009, p. 58), “ao recompor o desfecho da obra barretiana, a autora propõe ‘uma autoria transversal’: os ideais de Lima Barreto escritor grafam-se na escrita de Esmeralda Ribeiro. Como expressão literária de inspiração decolonial, tem-se em *Guarde um segredo* à propositura de Esmeralda Ribeiro – como escritora negra – em atribuir um desfecho contemporâneo à obra analisada que demarca, sob os limites da linguagem também ficcional, a possibilidade de *reação* ao racismo, não apenas em relação ao destino de Clara dos Anjos, mas também de *reação* e *indignação* ao desfecho de Lima Barreto que, frente à denúncia da exclusão e do racismo, experimentou, punitivamente, o esquecimento e a invisibilidade de sua obra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve como objetivo analisar a abordagem das relações raciais expressas no romance *Clara dos Anjos*, escrito por Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922). A pesquisa visou destacar a noção de branquitude como um marcador simbólico de distinção social experimentado entre as camadas sociais periféricas manifestadas no romance produzido no primeiro quartil do século XX. Deste modo, defende-se a assertiva em compreender Lima Barreto como um “pensador social”, que abordou, em seus romances, de forma veementemente crítica, os principais acontecimentos sociais e políticos que demarcam a transição da ordem monárquica à republicana na capital nacional sob o ponto de vista das camadas populares e subalternizadas.

A **hipótese** levantada consiste em afirmar que Lima Barreto, no início do século XX, desenvolveu, em seu romance, uma análise relacional sobre o racismo, cujo processo de subalternização dos sujeitos racializados se manifesta a partir de um referencial de contraposição identitária. Em outras palavras, o autor apresenta originalidade ao inferir a necessidade de racialização da branquitude como identidade racial normativa, que confere posição de *status* e privilégios simbólicos e materiais em um espaço de disputas sociais marcado pela exclusão, no caso, o subúrbio. Mais precisamente em *Clara dos Anjos*, o romancista destaca a complexidade das relações raciais no Brasil após a Abolição, destacando o quanto a branquitude pode ser identificada como um componente que atribuiu distinção social entre indivíduos pertencentes à classe trabalhadora, promovendo, assim, novas dinâmicas de exclusão e o redirecionamento de assimetrias sociais.

A tese foi elaborada em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos os aspectos biográficos Lima Barreto em consonância com os acontecimentos históricos que atravessaram sua vida e sua obra – em especial, a Abolição da escravatura, seguida da transição da ordem monárquica à republicana e as transformações socioespaciais que redimensionaram a paisagem urbana sob influência da *Belle Époque* (Barbosa, 2002; Carvalho, 2012; Resende, 1993; Schwarcz, 2017; Sevckenko, 1999). Em seguida, foram apresentados os elementos que fundamentam a obra barretiana como pertencente à literatura negra (Bernd, 1988; Duarte, 2008; Ianni, 1988). Por fim, foram tratados os procedimentos metodológicos que orientaram a análise sociológica do romance *Clara dos Anjos* (Bosi, 1982; Candido, 2000; Sevckenko, 1999).

No segundo capítulo, discutimos o processo de formação do pensamento social brasileiro a partir das produções de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues. Verificamos que a obra de cada um dos autores foi influenciada pelas teorias raciais: eugenia, darwinismo social e evolucionismo. Nesta perspectiva, aferimos que os referidos autores contribuíram para o fomento de ideias de caráter racista que serviram à elite brasileira como forma de aferir tanto um parecer “sociológico” – acerca dos problemas que assolavam o país –, quanto a justificativa do suposto atraso nacional, à composição racial de sua população negra e mestiça (Ortiz, 2006; Schwarcz, 1993; Seyferth, 1995; Skidmore, 1976). Este argumento muito se fez presente no imaginário social e, muitas vezes, é empregado para justificar hodiernamente estigmas racistas atribuídos à população não branca.

No terceiro capítulo, apresentamos a contribuição de autores pertencentes ao pensamento pós-colonial (Said, 2007; Miglievich-Ribeiro, 2020), decolonial (Grosfoguel, 2008; Quijano, 2005, 2007; Maldonado-Torres, 2007; Oliveira, 2018) e os estudos críticos da branquitude (Bento, 2014, 2022; Cardoso, 2008, 2010; Piza, Rosemberg, 2014; Schucman, 2012) como alternativas epistemológicas que possibilitam novas reflexões para pensarmos o impacto do discurso colonizador e aspectos da colonialidade que ainda apregoam as relações assimétricas entre europeus e nações que sofreram os impactos da subordinação econômica, política e social engendradas na lógica capitalista. Para tanto, foi fundamentalmente importante apresentar o pioneirismo das obras de W. E. B. Du Bois (2021) e Frantz Fanon (2022) para entendermos as particularidades que envolvem a condição do negro frente a esta condição de subalternização engendrada a partir da perspectiva do branco europeu.

No último capítulo, analisamos o romance *Clara dos Anjos*, tendo como enfoque as relações raciais e de gênero vivenciadas pelas personagens ambientadas no subúrbio carioca no início do século XX. Observamos que muitas personagens, assim como Clara dos Anjos, manifestam-se como *alter egos* do autor (Barbosa, 2002; Schwarcz, 2017). Deste modo, podemos afirmar que a obra de Lima Barreto transcende a perspectiva ficcional ao apresentar o cotidiano da população suburbana, sublinhada pelo racismo e pela exclusão social (Bosi, 1982; Candido, 2000; Sevcenko, 1999).

Diante das discussões apresentadas, atestamos concordância à hipótese levantada, uma vez que, em *Clara dos Anjos*, Lima Barreto manifesta-se como um pensador social, capaz de apreender as complexas relações sociais que demarcaram a transição do Brasil ao novo regime

sem conseguir efetivamente conceder a famigerada cidadania empreendida pelo projeto republicano. Consoante a esse processo, atribuímos originalidade na produção barretiana ao problematizar a branquitude como construção social que atribuiu distinção e privilégios materiais e simbólicos às pessoas brancas e que se manifesta como uma forma de estabelecer estratificações subjacentes à estrutura de classes.

Em síntese, Clara dos Anjos desvelou a branquitude e denunciou as condições de invisibilidade social sofridas pela população suburbana, sobretudo as mulheres negras. Nesse sentido, a sua obra configura-se como uma das grandes manifestações literárias negras no país. Lima Barreto é um autor que ganhou notoriedade póstuma no rol da literatura consagrada no país. Decerto, a magistral contribuição da sua literatura manifesta-se em dar voz aos subalternos no passado e servir de inspiração, sobretudo à população negra em permanente luta pela igualdade cidadã. Salve Lima Barreto!

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 161- 177, 2003.
- ABREU, Regina. **O enigma de os sertões**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. In: Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.). — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- APPIAH, Kwame A. **Lines of Descent: W. E. Dubois and the Emergence of Identity**, 2012.
- ARENDDT, Hanna. O pensamento racial antes do racismo. In. Arendt, H. (Org). **As origens do totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 339-512, 1989.
- ASSIS, Machado. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Ateliê Editorial, 1998.
- BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Olympio, 2002.
- BARBOSA, Muryatan Santana. Guerreiro Ramos: o personalismo negro. **Tempo Social**, v. 18, p. 217-228, 2006.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Diários íntimos**, 1903.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Vida e morte de MJ Gonzaga de Sá**. Mérito, 1919.
- Barreto, Lima. **Histórias e sonhos: contos**. Rio de Janeiro: GianLorenzo Schettino, 1920.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Lima Barreto, um longo sonho do futuro: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas**. Rio de Janeiro: Graphia, 1993.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Crônicas escolhidas**. São Paulo: Ática, 1995.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Publifolha, 1997.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo: Ática, 2011.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.
- BENTO, Maria Aparecida. **O pacto da branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

- BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Carone, Iray (Org.) **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BERMAN, Marchal. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Ed. Editora Schwarcz, 1986.
- BERND, Zilá. **Introdução à literatura negra**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1982.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança dos velhos**. 4.ed. Editora Schwarcz, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, p. 329-376, 2006.
- BOTTON, Fernando Bagiotto. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. **Revista Vernáculo**, v. 1, n. 19/20, 2007.
- CABRAL, André Luiz de Lima. **Clara dos Anjos: a marca de discursos excluídos em Lima Barreto**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ensino Superior de Juíz de Fora, 2015.
- CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. **Representações da mulher negra na literatura brasileira**. XII Seminário Nacional Mulher e Literatura, 2007.
- CANDIDO, Antonio. Euclides da Cunha sociólogo. **Remate de males**, 1999.
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 8. Ed. Dão Paulo: Publifolha, 2000.
- CANDIDO, Antônio. **O direito à literatura**. In: Lima, A. et al. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.
- CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.
- CARDOSO, Lourenço. Branquitude acríica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, 339p.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CENSO agropecuário 2017. In: **IBGE**. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>.

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa, 1978.

CLAPER, Jeanine Ribeiro. **Colônia agrícola para alienados no Rio de Janeiro (1890-1924): discursos, projetos e práticas na assistência ao alienado**. Tese de Doutorado. 2020.

COLLINGWOOD, Robin. George. O progresso, tal como foi criado pelo pensamento histórico. In. **A ideia de História**. Lisboa: ed. Presença, 6. ed. 1994, p. 160-172.

COLLINS, Patricia Hill. Comentário sobre o artigo de Hekman Thuth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited: Onde está o poder? **Signs**, 22(2), 375-380, 1997.

CONNEL, Raewyn. **Masculinities**. Berkeley, University of California Press, 1995, p.77

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. **Cad. Pesqui**, p. 5-16, 1981.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

COSTA, Rosely Gomes. De clonagens e de paternidades: as encruzilhadas do gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 11, p. 157–199, 1998.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 21, p. 117-134, 2006.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. Vol. III Realismo – Naturalismo – Parnasianismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana S. A., 1969.

COUTO, Rita Cristina C. de Medeiros. Eugenia, loucura e condição feminina. **Cadernos De Pesquisa**, (90), 52–61, 1994.

COUTO, Rita Cristina C. de Medeiros; LEONZO, Nanci. **Nos corredores do Pinel: eugenia e psiquiatria**. 1999.

CRUZ, Rafaela dos Santos. **A experiência corpórea do sujeito preto na obra Pele Negra, Máscaras Brancas, de Frantz Fanon**. Assis, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual paulista, 84 p, 2023.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante).

DAMATTA, Roberto. Digressão: A Fábula das Três Raças ou o Problema do Racismo à Brasileira. In: **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1981. (p. 58-85).

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-18, 2008.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. 1990. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

DEL ROIO, Marcos Thadeu. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 29, p. 63-78, nov. 2007.

DOMINGUES, Álvaro. Subúrbios e (sub) urbanos: o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos. **Revista da Faculdade de Letras: Geografia**, 10-11, 1994-1995, p. 5, 1994.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v.10, n.1, 2005.

DU BOIS, W. E. B. **As almas do povo negro**. Rio de Janeiro: Travessa, 2021.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina e os primórdios da ficção afro-brasileira. In: **Úrsula, A escrava**. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, nº. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, pp. 11-23.

DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade. **Terra roxa e outrasterras** – Revista de Estudos Literários, v. 17A, p. 6-18, dez. 2009.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, p. 5-18, 2001.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ERICKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. **História da Antropologia**. Petrópolis: Vozes, 2010.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque** / Martha de Abreu Esteves. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 3 ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **Por que Fanon, por que agora?: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil**. São Carlos, SP. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, 252 p, 2015.

FEDERAÇÃO DE BANDEIRANTES DO BRASIL. **Chama acesa**: o livro do Bandeirante. Rio de Janeiro: Grafitto, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A condição de sociólogo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

FONSECA, Maria de Nazaré. **Aimé Cesaire: a palavra empenhada**. Literáfricas. Disponível em: http://www.lettras.ufmg.br/literafro/arquivos/artigos/Aim_Csaire.pdf. Acesso em: set. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANKEMBERG, Ruth. A miragem de uma Branquitude não marcada. In. Ware, V. (Org.) **Branquitude, identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro, 2024.

FRANKLIN, Naila Ingrid Chaves. raça e gênero na obra de nina rodrigues – a dimensão racializada do feminino na criminologia positivista do final do século XIX. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 238, p. 641-658, 2016.

FRANZEN, Marcela Rodrigues. Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: Uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 15, núm. 3, 2015, pp. 1119-1135 Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande & senzala**. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

FREIRE, Manoel. Resenha de Vida e morte de MJ Gonzaga de Sá. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, 2018, vol. 28, no 2, p. 253-259.

FURTADO, Fabiana Câmara. **Perfis da belle époque brasileira**. Uma análise das figuras femininas de Lima Barreto. 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Unesp, 1993.

GILENO, Carlos Henrique. Clara dos Anjos: uma reflexão sobre o *status* da mulata no Brasil do início do século XX. **Ciência & trópico**, Recife, v. 29, n. 1, p. 125-146, jan/jul. 2001.

GOBINEAU, Joseph Arthur de. **Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas**. São Paulo: Editora Antonio Fontoura, 2021.

GOLDMANN, Lucien. **Sociologia do romance**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GONÇALVES, Emanuel Régis Gomes. Morrer de pé para não viver de joelhos: o suicídio de Bertoleza em O cortiço, de Aluísio Azevedo. **Anuário de literatura: Publicação do Curso de Pós-Graduação em Letras, Literatura Brasileira e Teoria Literária**, v. 24, n. 1, p. 149-159, 2019.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 1 a 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Gramsci, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GROSGOUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. **Ciência e Cultura**. São Paulo: v. 59, nº2, 2007, p. 32-35.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

GUARIENTI, Franciele Rodrigues. **Quando o Calibã desperta: a negritude em relação na poética de Aimé Césaire**. Florianópolis, SC. Tese de Doutorado. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-graduação em Literatura. Universidade Federal de Santa Catarina, 181p, 2021.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. Rio de Janeiro: ed. 34, 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Classes, raças, democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Sociologia e raça. In. **Raça, racismo e genética: em debates científicos e controvérsias sociais** / Maria Gabriela Hita (Organizadora); prefácio Lília Moritz Schwarcz, Paula C. Barreto. - Salvador: EDUFBA, 2017, p. 103-112.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Em torno de Lima Barreto”, **Cobra de vidro**, 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLZER, Walter. Conceitos fundamentais da geografia: lugar. **GEOgraphia**. Niterói, Universidade Federal Fluminense ISSN: 2674-8126 Vol.21, No 47, 2019: set./dez

IANNI, Octavio. Literatura e consciência. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. Edição Comemorativa do Centenário da Abolição da Escravatura, nº. 28. São Paulo: USP, 1988.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica**, n.38, Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça. 2 ed. **Estudos e pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica**, n.47, Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. **Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

KRAAY, Hendrik. Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra: Reflexões sobre o monarquismo popular no Brasil oitocentista. **Varia História**, v. 35, p. 141-175, 2019.

LASH, Cristopher. Refúgio num mundo sem coração. **A família**, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 3ª reimpressão. Centauro: São Paulo, 2011.

LEITÃO, Luiz Ricardo. **Lima Barreto: o rebelde imprescindível**. São Paulo: Expressão popular, 2006.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Famílias monoparentais. 2. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2003.

LOBO, Luiza. Autorretrato de uma pioneira abolicionista. **In: Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993, P. 222-238.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2008.

LOMBROSO, Cesare. **O Homem Delinquente**. Tradução: Sebastian José Roque. 1. Reimpressão. São Paulo: Ícone, 2010.

LOTIERZO, Tatiana Helena Pinto. **Contornos do (in) visível: A Redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último oitocentos**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 306 p. 2013.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**. 2 ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

MACHADO, Luana Goulart. **O subúrbio carioca no início do século XX na perspectiva de Lima Barreto**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. **Revista De Antropologia**, 35, p. 191-203, 1992.

MAIA, Suzana. Identificando a branquidade inominada: corpo, raça e nação nas representações sobre Gisele Bündchen na mídia transnacional. **Cadernos Pagu**, p. 309-341, 2012.

MAIO, Marcos Chor. **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Organizado por Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos. – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010. 316 p., il., graf.

MAIO, Marcos Chor (org.) **Raça, ciência e sociedade**. Organizado por Marcos Chor Maio, Ricardo Ventura Santos, - Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto**. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (orgs.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

MARTINS, Ângela Maria S.; NEVES, Lucia Maria W. Cultura, educação, dominação: Gramsci, Thompson e Willians. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 55, p. 73-93, mar2014 – ISSN: 1676-2584.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido por retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. A virada pós-colonial: experiências, trauma e sensibilidades transfronteiriças. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 123, p. 77-96, 2020.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 34, p. 287-324, (2003) 2008.

MISKOLCI, Richard. Reflexões sobre normalidade e desvio social. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 13/14: 109-126, 2002/2003.

MORAIS, Régis de. **Lima Barreto: o elogio da subversão**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

MUNANGA, Kabenguele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

MUNANGA, Kabenguele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 4, n. 8, p. 06-14, 2012.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Resgates e ressonâncias: uma beauvoir tupiniquim. In: BRANDÃO, Isabel & MUZART, Zahidé L. (Orgs.) **Refazendo nós**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, P. 137-145.

MELO, Carolina Nascimento; SOUSA, Nayhara Almeida. A emergência de W.E.B. Du bois: o legado de um intelectual diaspórico. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 12, n. 33, p. 543–552, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1021> . Acesso em: 17 out. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Perspectivas, 2020.

NEVES, José Eugênio das. Esmeralda Ribeiro e Lima Barreto: um diálogo sem segredos. **Terra Roxa e Outras Terras: Revista de Estudos Literários**, v. 17, n. 2, p. 49-59, 2009.

NEVES, Márcia das. **Nina Rodrigues: as relações entre mestiçagem e eugenia na formação do povo brasileiro**. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 71p. 2008.

NOTO, C. de S. Vontade e Verdade em Foucault. **Philosophos - Revista de Filosofia**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 11–27, 2010. DOI: 10.5216/phi.v15i2.9084. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/philosophos/article/view/9084>. Acesso em: set. 2023.

OLIVEIRA, Adriana Barbosa. **Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade federal do Rio de Janeiro. Belo Horizonte, 107 p. 2007.

OLIVEIRA, Cristiano Mello de. Estudos de gênero – a opressão do feminino na obra Clara dos Anjos de Lima Barreto. **Scripta Alumni – Uniandrade**, Curitiba, n. 5, p.72-88, 2011.

OLIVEIRA, Carla Mary O. O Rio de Janeiro da Primeira República e a imigração portuguesa: panorama histórico. **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**. n.3, 2009, p.149-168.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de; SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. O IBGE e as pesquisas populacionais. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 291-302, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, Luiz Fernando. **Educação e Militância Decolonial**. Rio de Janeiro: Selo Novo, 2018.

OLIVEIRA, Maria Clara dos Santos. **A sociogênia do sofrimento psíquico em Frantz Fanon**. Santos, SP. TCC (graduação – Serviço Social). Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 46 p, 2020.

OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 511-537 2002.

OLIVEIRA, Patrícia Porto de. **Batismo de escravos adultos na Matriz do Pilar de Ouro Preto (1712-1750)**. Editora Dialética, 2022.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia**, 2002. 324f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2008.

PAIVA, Raissa Lyra Valério de. **Solidão e ser mulher negra: as marcas da violência simbólica no Rio de Janeiro**. 2020. 144f. Dissertação. Universidade do Grande Rio, Escola de Ciências, Educação, Artes, Letras e Humanidades. Duque de Caxias, RJ, 2020.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Entrevista com Zygmunt Bauman. **Revista Tempo Social**. São Paulo, v. 16, n. 1, p. 21, jun. 2004.

PAULA JR. Josias. **Lima Barreto: crítica literária e marginalidade social**. https://abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522165732.pdf.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da Literatura brasileira; prosa ficção (de 1870 a 1920)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

PIATO, Raiane Straiotto; ALVES, Rozilda das Neves; MARTINS, Sheila Regina Camargo de. Conceito de família contemporânea: uma revisão bibliográfica dos anos 2006-2010. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 22, n. 47, p. 41-56, 2013.

PINHEIRO, Luana. **Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023.

PIRES, Vera Lúcia. A identidade do sujeito feminino: uma leitura das desigualdades. In: LUCENA, Maria Inês Ghilardi (Org.). **Representações do feminino**. São Paulo: Átomo, 2003. Cap. 11, p. 201-214.

PIZA, Edith. Porta de vidro: uma entrada para branquitude. In. I. Carone & Bento, M. A. (Orgs.) **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. Cor nos censos brasileiros. In. Iray Carone; Bento, Maria Aparecida Silva. (Orgs.) **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

PRADO, Antônio Arnoni. **Lima Barreto: seleção de textos, notas, estudos biográficos, histórico e crítico exercício por Antônio Arnoni Prado**. São Paulo: Abril Educação, 1980.

PRECIOSO, Daniel. História e ficção no romance O Mulato de Aluísio de Azevedo: aspectos das relações “raciais” em São Luís do Maranhão na segunda metade do século XIX. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 5, n. 10, 2011.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. In. CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSFOGUEL, Ramon (orgs.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidade epistémica más alla del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Penser, Universidad Central - IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

RABAKA, Reinlad; COSTA, Fernando Oliveira (tradutor); MARTINS JR., Angelo. W.E.B. Du Bois e a inauguração de uma sociologia interseccional. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 12, n. 33, p. 586–622, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1020>. Acesso em: 17 out. 2023.

RAMOS, Alberto Guerreiro Ramos. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial Andes Ltda, 1957.

RAMOS, Alberto Guerreiro Ramos. O problema do negro na Sociologia brasileira. **Cadernos de Nosso Tempo**, 2 (2): 189-220, jan./jun. 1954. Republicado em Simon Schwartzman, editor, *O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília, Câmara dos Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro, 1981, pp. 39-69.

RASKIN, Henrique. A dialética do senhor e do escravo como fundamento da sociologia enquanto ciência humana. **Kalagatos**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 71–81, 2021.

REIS, Maria Firmina. **Úrsula**. Brasília: Edição Câmara, 2018.

RESENDE, Beatriz. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora UNICAMP, 1993.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Esmeralda. **Guarde Segredo**, 1991. Disponível em: http://cybercontos.no.sapo.pt/html/guarde_segredo.html. Acesso em: dez.2023.

ROCHA, Enid. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In. **20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafio da seguridade social**, 2008, p. 131-142.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

RODRIGUES, Raymundo Nina Mestiçagem, degenerescência e crime. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 15, p. 1151-1180, 2008.

RODRIGUES, Raymundo Nina. A população brasileira no ponto de vista da psicologia criminal – os mestiços. In: **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

ROSA, Fatima Sabrina; ROSA, Barbara. Pós-modernidade e pós-colonialidade na literatura latino-americana: o trágico na Crônica de uma morte anunciada, de Gabriel García Márquez. **Caligrama: Revista de Estudos Românicos**, v. 24, n. 1, p. 47-64, 2019.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTANA, Edith Licia Ferreira Felisberto. Família monoparental feminina: fenômeno da contemporaneidade? **POLÊMICA**, v. 13, n. 2, p. 1225-1236, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Cledineia Carvalho. Educação, estudos pós-coloniais e decolonialidade: diálogos com a Lei 11.645/08. **ODEERE**, v. 3, n. 5, p. 161-174, 2018.

SANTOS, Jonabio Barbosa; SANTOS, Morgana Sales da Costa. Família monoparental brasileira. In: **Revista Jurídica Brasília**, v. 10, n. 92, p.01-30, out./2008.

SANTOS, Leonardo Soares. Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 12, n. 30, 2011.

SANTOS, R. V. Da morfologia às moléculas, de raça à população: trajetórias conceituais em antropologia física no século. **Raça, ciência e sociedade**/Organizado por Marcos Chor Maio, Ricardo Ventura Santos, Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SANTOS, Vivian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018.

SAPIRO, Gisèle. **Sociologia do Romance**. Belo Horizonte: Contafios, 2019.

SAVIAN, Zulemar Augusta Giroto. Gênero, masculinidades e alcoolismo: Brasil no início do século XX. **Cadernos de Clio**, Curitiba, n.º 4, 2013

SCHNEIDER, Alberto Luiz. O Brasil de Sílvio Romero: uma leitura da população brasileira no final do século XIX. **Projeto História n° 42**. junho de 2011.

SCHWARCZ, Lia. Quando a Desigualdade é Diferença: Reflexões sobre Quando a Desigualdade é Diferença: Reflexões sobre Antropologia Criminal e Mestiçagem na Obra de Nina Rodrigues. **Gazeta médica da Bahia**, 2006. 76:Suplemento 2: S47-S53.

SCHUCMAN, Lia W. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 160f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012.

SCHUCMAN, Lia; CARDOSO, Lourenço. Apresentação Dossiê Branquitude. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, 6(13), 05–07, 2014.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro. v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p.225-242.

SCHWARCZ, Lilia. **Lima Barreto: triste visionário**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 4. ed., São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.

SCOTT, Joan. **Gender: Na Useful Category of Historical Analyses: gender and the politics of History**, New York: Columbia University Press, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SEYFERTH, Giralda. **A antropologia e a Teoria do Branqueamento da Raça no Brasil**. Revista do Museu Paulista, 1985, N.S., 30.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. In: **Anuário Antropológico/93**. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1995.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M.; SANTOS, R. V. (Orgs.) **Raça, ciência e sociedade** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, pp. 41-58.

SILVA, Tulana Oliveira da. **“Claros” dos Anjos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2010.

SILVEIRA, Eder. Sanear para integrar: a cruzada higienista de Monteiro Lobato. **Revista de Estudos Ibero-Americanos**, vol. XXXI, núm. 1, junho, 2005, pp. 181-200.

SILVEIRA, Cristiane da. Entre a História e a Literatura: a identidade nacional em Lima Barreto. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 44, p. 115-146, 2006.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SKINNER, Quentin. Prefácio. In: SKINNER, Quentin: **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 9-14.

SOARES, Eliane Veras. Embora lidando com literatura, você está fazendo sociologia. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 81-92, jan.-abr. 2014.

SOUSA, Ana Paula de. **Estudo comparativo das famílias monoparentais masculinas e monoparentais femininas: a influência do genitor no desenvolvimento familiar.** 2008. 169 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2008.

SOUZA, Ricardo Luiz. Método, raça e identidade nacional em nacional em Sílvio Romero. **Revista de História Regional** 9(1): 9-30, Verão 2004.

SOUZA, Vanderlei S. O naturalismo de Euclides da Cunha: ciência, evolucionismo e raça em Os sertões. **FÊNIX-Revista de História e Estudos Culturais.** Maio/Junho/Julho/Agosto de 2010. Volume 7, ano VII, n.02, 2010.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STEPAN, Nancy. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

STEYN, Morné. **Novos matizes da “branquitude”: a identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática.** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.

TEIXEIRA, José Roberto. **Dicionário Crítico da Pintura no Brasil.** *Rio de Janeiro: Artlivre, 1988.*

TODOROV, Tzevetan. **A conquista da América: a questão do outro.** 2. ed. São Paulo: Martins Fortes, 1999.

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive Culture** (1958[1871]). New York: Harper.

WADE, Peter. Raça: natureza e cultura na ciência e na sociedade. In: Maria Gabriela Hita (Org.). **Raça, racismo e genética: em debates científicos e controvérsias sociais;** prefácio Lilia Moritz Schwarcz, Paula C. Barreto. - Salvador: EDUFBA, 2017, p. 81-101.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOLF, Eric. **A Europa e os povos sem história.** 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.